**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL**

**A RECEPÇÃO À GRAMÁTICA GERATIVA NO
BRASIL (1967-1983): UM ESTUDO
HISTORIOGRÁFICO**

Ronaldo de Oliveira Batista

**São Paulo
2007**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL**

A RECEPÇÃO À GRAMÁTICA GERATIVA NO BRASIL (1967-1983): UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO

Ronaldo de Oliveira Batista

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral, do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Profa. Dra. Cristina Altman

**São Paulo
2007**

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	02
Resumo - <i>Abstract</i>	03
Introdução	05
Capítulo I: Circunscrição do problema	10
1. A Historiografia Lingüística.....	11
2. Estabelecimento do tema e revisão da literatura.....	38
Capítulo II: Metodologia	72
1. Periodização.....	73
2. Critérios de busca e seleção do material de análise.....	74
Capítulo III: A recepção à Gramática Gerativa no Brasil: a formação de um grupo de especialidade	87
1. A década de 1960 na lingüística brasileira.....	88
2. Uma retórica revolucionária.....	95
3. A formação de um grupo de especialidade.....	102
Capítulo IV: Problemas, métodos e desenvolvimentos da Teoria Padrão e da Teoria Padrão Estendida no Brasil	119
1. O estabelecimento de uma forma de trabalho científico.....	120
2. A sintaxe gerativa no Brasil nos primeiros momentos: o que se estudou?	133
Capítulo V: Avaliando a recepção brasileira à Gramática Gerativa	158
1. Como avaliar uma lingüística dita de ‘recepção’?.....	159
2. Aspectos externos do programa gerativista no Brasil.....	164
3. Aspectos lingüísticos do programa gerativista no Brasil.....	170
Conclusão	176
Bibliografia	179

Agradecimentos

Este trabalho é resultado do convívio direto que tive com as aulas da Profa. Dra. Evani Viotti a respeito da Gramática Gerativa. Sendo assim, não posso deixar de apontar a sua influência na definição do tema e na intenção de procurar trazer para a Historiografia Lingüística reflexões sobre os desenvolvimentos do programa gerativista no Brasil. A ela agradeço a atenção a mim dispensada e o apoio constante que me parece ter sempre sido dado, mesmo que o convívio inicial, mais intenso por conta da frequência às aulas do curso de pós-graduação, tenha se tornado, infelizmente, mais raro ao longo do tempo.

Também não posso deixar de me referir ao papel da Profa. Dra. Cristina Altman. Ela foi minha orientadora desde o início da Iniciação Científica, depois no Mestrado e agora no Doutorado. Devo, de fato, a ela as bases de minha formação como docente e pesquisador. Sempre fui admirador de seu estilo de dar aulas e de conduzir orientações e se o trabalho aqui apresentado não tem uma qualidade melhor a responsabilidade é totalmente minha, pois a professora Cristina mais uma vez revelou-se amiga e companheira no processo.

RESUMO

No final da década de 1960, começaram a circular no cenário acadêmico brasileiro as primeiras notícias a respeito da Gramática Gerativa de Noam Chomsky. A consequência desse momento inicial de recepção das idéias lingüísticas norte-americanas foi a formação de um grupo de especialidade que reuniu pesquisadores que se reconheceram como gerativistas e passaram a aplicar teorias e métodos da Gramática Gerativa a dados do português. Esta tese propõe uma reconstrução desse período da história da lingüística brasileira, seguindo métodos e propostas interpretativas da Historiografia Lingüística, a partir de categorias analíticas como programas de investigação, grupos de especialidade, reconstruções externa e interna, formas de argumentação, retóricas de ruptura, continuidades e descontinuidades.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia Lingüística; Gramática Gerativa; Programas de Investigação; Grupos de Especialidade; Lingüística Brasileira.

ABSTRACT

At the end of the 60s, the first news about Noam Chomsky's Generative Grammar spread among Brazilian Scholars. The first consequences of these North-American linguistic ideas was the creation of a study group that joined researchers who started applying Generative Grammar theories and its methods to Portuguese language data. This thesis aims at reconstructing this period of Brazilian Linguistics. In order to do so, it proposes the use of Linguistics Historiography, applying analytic categories such as investigation programs, research groups, internal and external reconstructions, argumentation patterns, revolutionary rhetoric, continuity and discontinuity.

KEY WORDS

Linguistics Historiography, Generative Grammar, Investigation Programs, Research Groups, Brazilian Linguistics

Introdução

A história da lingüística pode ser objeto de uma atividade de análise e interpretação de seus eventos a partir de um recorte definido metodologicamente com vistas a atingir uma reconstrução narrativa de momentos de emergência e desenvolvimento de saberes reconhecidos como legítimos da esfera do campo da ciência da linguagem.

Nessa história, entendida como os eventos localizados numa corrente temporal, é comum que se aponte uma transição das formas de saber e de técnicas de análise quando da entrada dos referenciais gerativistas nas universidades e centros pesquisa. Assim, seria possível um recorte de análise que estabeleceria para a ciência da linguagem contemporânea, numa visão geral, dois momentos-chave: um definido pelo estruturalismo e um outro definido pelas proposições gerativistas de Noam Chomsky.

A comunidade acadêmica brasileira, a partir do final da década de 1960, passou pela experiência da chegada desses referenciais teóricos e metodológicos, alterando, então, parte

de um panorama estabelecido para os estudos lingüísticos no país, localizado em torno da filologia, da dialetologia e da gramática tradicional.

Da recepção das primeiras idéias dos gerativistas no Brasil se formou, ainda na década de 1970, um grupo de especialidade, em torno de centros específicos, de publicações, de pesquisadores que se reconheciam como membros de uma comunidade. Esse grupo reivindicou para si o estatuto de gerativistas, estabelecendo a entrada na lingüística brasileira desse novo referencial baseado inicialmente nas propostas chomskianas.

O que esta tese procura realizar é um mapeamento historiográfico desse momento de recepção na lingüística brasileira, visto não de forma simplesmente negativa, mas encarado como um período de desenvolvimento da ciência lingüística.

A análise de desenvolvimentos das ciências no Brasil precisa rever a qualificação dada aos processos de recepção, que passariam a ser vistos não mais de forma ingênua, o enfoque da análise deslocaria sua observação para caracterizar de que modo a recepção se constitui na própria articulação e definição dos campos de saber de uma comunidade científica como a brasileira. Se a aparente recepção nos traduz, inicialmente, uma desvalorização, são os processos articulados em torno da adoção de teorias, métodos, idéias que acabam promovendo o progresso científico, não mais medido de acordo com os critérios estabelecidos visivelmente para os países que usufruem de melhores condições socioeconômicas.

A seguir, proponho uma historiografia da atuação do programa gerativista nos centros de docência e pesquisa brasileiros, procurando destacar aspectos externos, como a constituição de grupos de especialidade, em torno de lideranças e centros privilegiados de produção científica, e aspectos internos do desenvolvimento de um programa de investigação em Gramática Gerativa no Brasil, observando, para isso, fenômenos do português brasileiro que foram explorados pela produção científica, quais os métodos de análise foram empregados, que tipo de explicações foram aventadas, qual o tipo de argumentação que se imprimiu às formas de descrição e análise dos fenômenos lingüísticos verificados. O material de análise constituiu-se de artigos de periódicos, de manuais de introdução à teoria, de monografias publicadas e também de depoimentos pessoais.

Assim, reconstruo a definição de um programa de investigação para a Gramática Gerativa no Brasil (observando suas dimensões internas), tomando como auxílio a sociologia da ciência e seu conceito de grupos de pesquisa e de retórica (tal como definidos por Murray 1994); nessa mirada sociológica, procuro definir a organização e o estabelecimento de um grupo de pesquisa em torno de uma escola de pensamento, com pesquisadores reunidos em torno de teorias centrais. Essa identificação deve-se dar nos eixos filosófico, teórico e metodológico, possibilitando, assim, que o grupo se institucionalize e marque seu papel em relação a outros.

Ressalte-se aqui que os eixos propostos encaixam-se à historiografia definida como a produção de uma narrativa que destaque dimensões internas de um programa de investigação, colocando em foco os aspectos teóricos e metodológicos, ao lado de reflexões visando apontar o que determinado programa de investigação estabeleceu como eixos metodológicos orientadores de sua prática de pesquisa científica, sem descuidar dos aspectos sociais, estabelecendo os grupos de pesquisa em torno de métodos, temas e princípios explicativos comuns.

Para tanto, esta tese segue a seguinte estrutura. No Capítulo I, revejo a circunscrição do problema, definindo as diretrizes teóricas da historiografia lingüística como a área que sustenta as reflexões deste trabalho. Nesse capítulo apresento as concepções do campo e também os diálogos que a historiografia pode estabelecer com outros ramos do saber que têm como preocupação a reconstrução de formas de saber científico.

No Capítulo II, apresento as bases metodológicas da tese, apontando o material de análise utilizado e também os parâmetros que possibilitaram a construção de uma narrativa atenta às dimensões interna e externa de eventos da história da lingüística.

O Capítulo III apresenta a análise da formação e do desenvolvimento de um grupo de especialidade em torno das idéias gerativistas no Brasil; constituindo-se como um capítulo que coloca o foco numa dimensão externa de análise. Já o Capítulo IV inverte a observação e destaca as dimensões internas de um programa de pesquisa gerativista na comunidade científica brasileira.

O Capítulo V procura reconstruir, então, as observações feitas nos capítulos anteriores, objetivando a escrita de uma historiografia a respeito da recepção brasileira ao programa gerativista. Nesse capítulo estão presentes as idéias que procuram avaliar de forma original esse período da lingüística brasileira. Após a escrita desse capítulo analítico, o trabalho se encerra com as conclusões, apontando uma síntese do que foi proposto e realizado nesta tese.

O que se procurou neste trabalho foi evidenciar o recorte da historiografia lingüística como um campo afim tanto da história da ciência como da própria lingüística, procurando destacar a importância da reflexão a respeito do passado para que os empreendimentos futuros de um campo de pesquisa não sejam construídos em torno de reconstruções redundantes, que poderiam ser evitadas se ao pesquisador do campo científico fosse cobrado o conhecimento a respeito dos períodos de emergência, desenvolvimentos, reconstruções de seu campo de atuação.

Capítulo I

Circunscrição do problema

1. *A Historiografia Lingüística*

Os estudos historiográficos das ciências da linguagem podem ser definidos como uma tentativa de interpretação e análise crítica de eventos no campo dos estudos lingüísticos. Isso engloba tanto tentar entender e explicar como, ao longo dos tempos, foi-se desenvolvendo o conhecimento (ainda que não formulado cientificamente em alguns momentos) a respeito da linguagem, como analisar os desenvolvimentos, avanços e recuos nas investigações desse mesmo conhecimento.

O trabalho do historiógrafo da lingüística — nome que o conhecimento sobre a linguagem assumiu nos séculos XIX e XX —, então, não é apenas recolher e datar uma série de

acontecimentos e publicações a respeito da linguagem e das línguas. A realização de crônicas existe, sim, num trabalho de Historiografia Lingüística (HL), que as requer como condição prévia às suas tarefas de análise, interpretação e explicação do conhecimento sobre a linguagem e as línguas; no entanto, nenhum historiógrafo se contentaria em ver seu trabalho limitado à listagem e datação de trabalhos anteriormente realizados. A HL não é apenas confecção de listas bibliográficas nem de enciclopédias sobre a produção dos historiadores da lingüística, é também a necessidade de análise, explicação e hierarquização de dados, fatos, teorias e métodos (Swiggers 1983a: 59) que constituem as ciências da linguagem ao longo do tempo. Perguntas como *Melhor como?*, *Superior a quê?*, *Original em quê?*, *Inferior a quê?* devem estar acompanhadas de argumentos que recuperem práticas efetivas de descrição e análise lingüísticas.

Diante disso, postulam-se dois eixos possíveis para estabelecer uma narrativa historiográfica que interprete a história da lingüística:

a) pode ser feito um registro de momentos-chave na ciência, com seus pesquisadores mais destacados, oferecendo um elenco de obras, datas, autores pioneiros e ‘heróis’ de uma ciência, vista, então, de forma linear e cumulativa. A rigor, uma historiografia que desconsidera correntes marginais em relação a correntes consideradas como privilegiadas por várias questões. A linearidade pressupõe uma corrente sucessiva a outra, sem a consideração de simultaneidade, estabelecendo correntes principais e outras marginais;

b) ou se pode empreender um projeto historiográfico atento não só aos aspectos apontados em (a), mas também, e principalmente, preocupado em *problematizar* esses aspectos tendo em vista pontos metodológicos específicos, identificados com o auxílio de uma epistemologia da lingüística¹, procurando ultrapassar, assim, um registro histórico que poderia de outra maneira ser considerado simplificador, por não oferecer problemas ou reflexões a respeito dos eventos selecionados. Essa reflexão, necessariamente, leva em consideração uma série de fatores extralingüísticos. Esses fatores, representantes do contexto extralingüístico de produção do conhecimento, não são isolados, e por contextualizar é que são importantes na avaliação de etapas características das ciências da linguagem, vistas como processos de continuidades e

¹ Entende-se *epistemologia* como Swiggers (1983a: 56, nota 6): “Par épistémologie au sens large j’entends une réflexion qui porte sur la théorie même et sur ses fondements, impliquant toute une prise de position au niveau d’une théorie de la connaissance. Par épistémologie au sens restreint j’entends plutôt la réflexion spécifique qui porte sur la méthodologie inhérente à une certaine théorie”.

descontinuidades (cf. Altman 1998, Robins 1976, Schlieben-Lange 1993), em que as teorias ocorrem de forma paralela e não unidimensional. Koerner (1989a: 55) argumenta que alterações na lingüística co-ocorrem com mudanças em outros campos do saber. Dessa maneira, o autor insiste na correlação entre aspectos internos e externos à lingüística como uma maneira de estabelecer a narrativa historiográfica.²

1.1 *O estatuto e os métodos da Historiografia Lingüística*

Reflexões como as estabelecidas anteriormente levam à discussão a respeito do estatuto acadêmico e científico da HL. Artigos foram e vêm sendo escritos em busca dessa definição (cf. Koerner 1978, 1989a, 1995, 1999; Parret, ed. 1976; Simone 1975; Swiggers 1979, 1981, 1983a/b, 1990). Ela poderia ser considerada como um campo de estudos da lingüística, mas também poderia ser colocada no âmbito da história da ciência, assim como há estudiosos que, por sua própria prática historiográfica, situam-na no panorama da história da cultura.

Sendo assim, a HL ainda está por definir sua posição em meio à lingüística e à história, e é preciso que um estatuto surja do cruzamento dessas duas disciplinas. Altman (2001b) articula (seguindo linhas de pensamento desenvolvidas por Koerner e Swiggers — dois dos principais pensadores da disciplina) uma operacionalização da HL em termos de um fazer historiográfico que leve em conta o contexto cultural e científico, assim como a motivação do lingüista ao realizar trabalhos historiográficos, a formação profissional desse pesquisador, sua convicção científica e ideológica, as questões de método e o estilo do historiógrafo ao propor sua narrativa.

² Efetuo aqui um recorte sobre uma questão complexa, já que o interesse deste trabalho não é oferecer uma reflexão da teoria da HL. Para os interessados, há, entre outros, o trabalho de Koerner, “Models in linguistic historiography”, em *Practicing linguistic historiography* (1989a: 47-59). Nessa abordagem, Koerner aponta modelos para a escrita da HL: (i) tomar a ciência como cumulativa, em que os ganhos do passado auxiliam descobertas do presente, ressaltando as figuras do herói e do pioneiro; (ii) adotar uma postura que identifica na ciência correntes principais e correntes alternativas. Não há como negar o viés que uma historiografia desse tipo carrega, uma vez que a determinação de principal ou não decorre de um ponto de observação. Há, sem dúvida, nesse modelo, uma desconsideração de que há outras idéias além daquelas tidas como dominantes; (iii) considerar a lingüística em desenvolvimento dinâmico, em que várias correntes teóricas se alternam em meio a sucessos e fracassos; (iv) tomar como pressuposto de trabalho uma história estabelecida em continuidades e descontinuidades, com a adoção de um modelo de ciência descontínua. Pode haver a presença de uma idéia dominante, mas essa não elimina outras idéias, dessa maneira, o historiógrafo pode reconhecer problemas recorrentes e alternados ao longo da história da disciplina; (v) partir da idéia de que uma ciência avança ao longo do tempo. Nesse modelo, podem-se apontar a sugestão de que existiria uma direção única no desenvolvimento científico e a consideração de re-ocorrências de modelos científicos, revisitados pelo caráter cumulativo da ciência; (vi) levar em conta fatores extralingüísticos que envolvem descoberta e tomadas de posições dentro da ciência, já que os desenvolvimentos científicos não estão isolados dos acontecimentos sociais. Koerner não propõe, programaticamente, um modelo decisivo entre esses que aponta, mas indica ser importante levar em conta fatores intra e extralingüísticos no estabelecimento de uma metodologia da Historiografia Lingüística.

A história do conhecimento sobre a linguagem e as línguas e a historiografia proposta pelo historiógrafo não são isomorfas, e isso se dá justamente porque o historiógrafo recorta, seleciona e hierarquiza fatos. A assimetria entre a História e a Historiografia resulta, então, dessa *interferência* do historiógrafo. Ou seja, a historiografia lingüística não é co-extensiva à história da lingüística, segundo Swiggers (1983a), que ainda aponta ser essa a característica que permite diferenciar uma historiografia de uma crônica. Nas palavras do autor: “*L’historiographie de la linguistique est donc une description rationnelle et systématique de l’histoire de la linguistique (ou d’une partie de cette histoire)*” (Swiggers 1983a: 59).

Levando essas reflexões em conta, o estatuto da HL define-se, por hipótese, a partir do estabelecimento de seus componentes metateórico, metodológico e prático.

Para Swiggers (1983a), o componente metateórico da disciplina define questões como o estatuto científico da disciplina, seu objeto, sua caracterização formal, seu espaço em meio a outras disciplinas e as formas de comunicação entre os historiógrafos.

O estabelecimento de um estatuto para a HL deve levar em conta questões como: ela é uma ciência de base ou aplicada?; onde começa e onde termina seu domínio de estudos? Essa última questão aponta a necessidade da determinação dos limites de inclusão e exclusão de tópicos a serem abordados por uma disciplina, ponto de resolução nem sempre fácil. Nesse sentido, do ponto de vista *extensional* é mais difícil elencar todos e somente os objetos que poderiam ser incluídos no domínio da HL. Já um ponto de vista *intensional* consideraria como objeto potencial da HL toda e qualquer forma de conhecimento (codificado ou não) sobre a linguagem e as línguas.

Swiggers (1983a: 61) resume o estatuto da HL da seguinte maneira: ela caracteriza-se como um disciplina científica que tem por objetivo estruturar seu objeto de estudo (que são as teorias lingüísticas) numa série de relações sistemáticas, levando também em conta observações derivadas das abordagens da metodologia da lingüística e da história das idéias.

Conforme a essa definição do estatuto da HL e de seu objeto, as teorias lingüísticas³, há a reflexão a respeito da natureza desse objeto e da constituição dessa historiografia como uma

³ A própria concepção do que seja uma teoria científica é algo complexo. Laudan (1977: 71-72) aponta duas formas de definir o que seria uma teoria. Uma deles é o uso referente a uma teoria como um conjunto

metaciência. A citação de Swiggers compreende o que se pretende definir neste trabalho como uma historiografia lingüística:

L'historiographie de la linguistique devra, après avoir situé une théorie linguistique dans l'histoire (de son temps), en dégager les axiomes et les théorèmes de base, montrer les implications de cette théorie et apprécier — de façon critique — ses résultats. L'objet formel de l'historiographie de la linguistique est donc l'étude linguistico-methodologique des théories linguistiques (qui, éventuellement, sont reconstruites par l'historiographe). C'est ici qu'une historiographie de la linguistique (historiography of linguistics) deviendra aussi une historiographie linguistique-methodologique (linguistic historiography). (Swiggers 1983a: 62-63)

Outro componente da HL, para Swiggers (1983a: 69), é o metodológico. Esse componente deve estabelecer critérios em relação à periodização, vista como uma divisão de períodos históricos, concebidos como unidades discretas de trabalho, na visão do autor.

A periodização a ser definida pelo historiógrafo define-se como uma primeira hipótese de trabalho. Além da periodização, o componente metodológico deverá dar conta da questão da 'verdade' dos fatos históricos. A questão da verdade dos fatos, como aponta Swiggers (1983a: 71), já nasce de um complicador, que é o fato de que estabelecer verdades supõe uma tomada de posição, ou seja, há um ponto de vista teórico preexistente a esse estabelecimento da verdade dos fatos, eliminando, assim, a possibilidade de um olhar neutro, objetivo nesse sentido, de caracterizar algo como verdadeiro. O estatuto metacientífico da HL leva, naturalmente, à reflexão a respeito dessa verdade dos fatos, já que a HL tem como objeto teorias lingüísticas, o que pressupõe um trabalho de descrição e análise em torno de determinados fatos; sendo assim, o recorte da HL se dá num segundo nível, o que problematiza a questão da captação da verdade dos fatos. O problema formula-se da seguinte maneira: a historiografia constrói sua narrativa a partir de pressupostos teóricos e metodológicos ou reconstrói uma teoria lingüística analisada tal como ela é.

A questão da 'verdade' dos fatos remete ao posicionamento do historiógrafo da lingüística. Koerner (1978, 1995) não deixa de apontar a necessidade de uma busca de objetividade por parte do pesquisador. No entanto, sabe-se, por vários trabalhos teóricos acerca da atividade do historiador, quão discutível é essa objetividade. Deve-se lembrar de que a própria escolha de um material a ser trabalhado já é um recorte subjetivo por parte do historiógrafo. A tentativa

relacionado de doutrinas, de axiomas, de princípios compartilhados. Esse conjunto orienta e formata um determinado número de pesquisas, que são então reconhecidas como parte de uma teoria específica. Num outro sentido, uma teoria é vista como um conceito muito mais abrangente, muito menos estável, englobando um espectro de diferentes teorias individuais. Quando me refiro a teorias neste trabalho, estou fazendo alusão a uma teoria no primeiro sentido determinado por Laudan, como um conjunto de postulados e de determinadas práticas de análise lingüística.

de neutralização do envolvimento pessoal do pesquisador pode ser conseguida pela avaliação cuidadosa do clima de opinião da época — a consideração de parâmetros externos de análise — e a recorrência a fontes não-oficiais, e não só a obras que foram estabelecidas como emblemáticas de determinada época (cf. de Clercq & Swiggers 1991).

Como a questão do estatuto, o estabelecimento de métodos para a prática historiográfica na lingüística é objeto de discussões e debates. Um campo de estudos relativamente novo, como a HL, encontra no seu caminho diferentes propostas metodológicas para suas práticas. Há uma dificuldade ainda presente de determinar um único método de abordagem da HL. Talvez se deva admitir, pelo menos de forma provisória, a existência de mais de um método apropriado para as abordagens historiográficas sobre a história da lingüística.

Koerner discute, em vários artigos (1978, 1989a, 1995, 1999), a questão metodológica, apontando em trabalhos anteriores sobre a história da lingüística armadilhas e acertos. Uma metodologia para o fazer historiográfico acabaria mais por se definir em negativas do que em um roteiro metodológico. Sabe-se o que não fazer, mas o caminho adequado ainda está em experimentação.

Dentre as opções de trabalho que não seriam adequadas na HL aqui proposta, há os seguintes pontos:

a) excetuando-se as necessidades do primeiro contato com a história da lingüística, típico da escrita de manuais, seria interessante evitar o mapeamento de eventos lingüísticos situados numa corrente cronológica linear (diversos trabalhos em HL já apontaram ser problemático colocar a lingüística numa perspectiva linear, como uma sucessão de teorias);

b) o estabelecimento de cânones dentro da ciência lingüística (estabelecer cânones pode pressupor uma concepção linear e também a idéia de que propostas teóricas são aceitas sem polêmicas ou outras proposições teóricas discordantes);

c) a proposição de ressaltar alguns lingüistas como ‘heróis’ (já que todo conhecimento e toda colaboração de um sujeito insere-se num contexto social mais amplo e complexo, ou seja, nenhum ‘herói’ se forma isoladamente, há sempre um sistema de relações que determina focos de maior ascensão ou não);

d) a idéia de conhecimento progressivo no desenvolvimento da lingüística, assim como o estabelecimento de eventos passados como apoio, sem uma verdadeira análise empreendida, para propostas científicas atuais;

e) o uso de eventos lingüísticos escolhidos apenas para propagandear determinada posição teórica de um lingüista.

Em relação à negação de uma historiografia linear, cumulativa, lembro que há diferentes autores que apontam a importância de uma historiografia que leve em conta descontinuidades (ou rupturas, nos termos de Schlieben-Lange 1993: 136ss) e continuidades na ciência lingüística⁴. Essa abordagem evitaria uma análise pautada no desenvolvimento cronológico linear da ciência da linguagem. Dessa maneira, uma proposta é a de olhar a lingüística e seus eventos em diversos momentos como estágios de continuidade ou descontinuidade de saberes adquiridos ou recusados, podendo-se até mapear momentos de ruptura de determinado ponto de vista ou de manutenção de idéias estabelecidas.

Uma proposta de metodologia para a HL poderia resumir-se nos seguintes passos⁵:

- mapeamento do tema e definição de um problema;
- estabelecimento de unidades de trabalho por periodização, que definirá o fio condutor de análise;
- seleção de fontes primárias pertinentes, ou seja, seleção do objeto de análise;
- caracterização do clima intelectual de produção/recepção das fontes (os agentes);

⁴ “A história da Lingüística divide também nesse ponto a essência da história no geral ao estabelecer que ela não é nem pura constância, nem pura transformação. Trata-se de algo semelhante, constante que se modifica, se transforma, se converte no decorrer da história. Nesse piscar de olhos é também considerada a controvérsia que o escrever da história da Lingüística dominou nos últimos anos, a saber: se o escrever da história da Lingüística deve ser descrito predominantemente sob o ponto de vista da *continuidade* ou da *ruptura* superfluamente. Essa controvérsia surgiu sobretudo sob a influência do livro de Kuhn sobre a natureza das revoluções científicas. [...] Distinguem-se, assim, atualmente três tipos de história da Lingüística ou três histórias parciais: de um lado, as histórias da continuidade em meio das quais se deve novamente distinguir entre as que neutra e imparcialmente relatam avanços da ciência [...], e de outro lado, histórias de ruptura [...] que na verdade são levadas a efeito muito parcialmente.” (Schlieben-Lange 1993: 136-137)

⁵ Essa proposta metodológica foi estabelecida por Cristina Altman, em vários dos trabalhos realizados pelo grupo de pesquisadores do Centro de Documentação em Historiografia Lingüística (CEDOCH), ligado ao Departamento de Lingüística e à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Para mais informações sobre o grupo: www.fflch.usp.br/cedoch. A proposta de Altman pode ser comparada a de outros estudiosos da HL. Schlieben-Lange (1993: 137) aponta o trabalho de Grotzsch, de 1982, que estabeleceu “como possíveis pontos de contato de uma comparação historiográfica, a intenção da apresentação, o estabelecimento do marco inicial e a periodização, a compreensão do objeto, a compreensão da história e finalmente o tratamento das fontes”.

- caracterização dos dados lingüísticos fornecidos pelas fontes, pelos agentes, pelo(s) problema(s), pelos parâmetros de análise estabelecidos ;
- definição dos parâmetros (externos e internos) de análise dos dados;
- discussão e correlação dos dados assim caracterizados, buscando a reflexão crítica, analítica e interpretativa das escolhas tomadas pelos agentes que trataram de um problema situado em determinado contexto/período.

Esses pontos vistos anteriormente procuram colocar em pauta a definição da HL como uma subárea da lingüística, tendo em vista o estabelecimento de seus limites, objeto e forma de atuação. O que se pode dizer diante de tanto caminho a percorrer é que a HL encontra-se estabelecida no campo das ciências da linguagem como uma forma de reflexão a respeito do próprio fazer lingüístico.

Sendo assim, é natural que a HL ainda se coloque em um momento de proposta de idéias e métodos, assim como de reavaliações de suas conquistas (cf. Koerner 2004), o que faz com que o campo, diante de suas próprias limitações, ainda lute para reivindicar seu espaço dentro da comunidade científica⁶.

De qualquer maneira, parece não ser mais necessário, como nas décadas de 1980 e 1990, ressaltar a validade do tipo de conhecimento que a HL traz. No entanto, nunca é demais lembrar que Koerner (1989a) insistia na importância da reflexão histórica a respeito da lingüística, não só como meio para introduzir um iniciante no campo, mas também como meio para atingir um conhecimento adequado a respeito de teorias anteriores e suas realizações. De forma incisiva, Koerner chega a apontar que a diferença entre um técnico, hábil no manejo das técnicas efetivadas pela prática lingüística, e um verdadeiro cientista (um verdadeiro lingüista, então) é exatamente o conhecimento do passado e do presente de seu campo, até como uma forma de lançar bases mais sólidas para projetos futuros.

⁶ Koerner (2004) discute de forma crítica o papel alcançado pela HL desde a década de 1970. Ele mantém uma posição cuidadosa ao apontar progressos, já que esses podem ser questionados, por exemplo, pela falta de representatividade acadêmica manifestada via abertura de cadeiras específicas para pesquisadores e professores na área da Historiografia da Lingüística em universidades. Essa situação, como aponta Koerner, parece ser similar em várias partes do mundo. No Brasil, por exemplo, apenas a Universidade de Campinas (Unicamp) e a Universidade de São Paulo (USP) mantêm áreas específicas dedicadas ao estudo da história da lingüística. A Unicamp por meio de uma área de História das Idéias Lingüísticas. E a USP apenas em 2006 abriu seu primeiro concurso público dedicado a preenchimento de uma vaga de professor da área da Historiografia Lingüística.

Tomando como base essas reflexões apontadas de forma introdutória, estabeleceu-se uma narrativa analítica construída pela observação de três dimensões, todas elas tendo em vista uma HL orientada para os traços constitutivos da atividade científica (nos termos de Schlieben-Lange 1993), ou seja, uma HL de perspectiva interna e não apenas uma história social da lingüística, ainda que esta seja considerada de forma relevante.

A HL que proponho para a realização deste trabalho constrói-se em torno das seguintes dimensões:

- uma dimensão teórica, levando em conta a dinâmica interna dos desenvolvimentos em ciência lingüística. Para isso, tomou-se como unidade de análise o conceito de *programas de investigação*, entendido como uma proposta teórico-metodológica de descrição e análise de fenômenos lingüísticos a partir de determinadas escolhas, tendo como base formulações teóricas que determinarão procedimentos descritivos e analíticos. Esse programa assim definido caracteriza-se por aglutinar pesquisadores em torno de um mesmo tratamento em relação a seu objeto de investigação (Swiggers 1981: 12). Essa dimensão, aqui chamada de teórica, visa à reconstrução de uma história ‘interna’ da lingüística, no sentido de procurar descrever, analisar e interpretar percursos argumentativos dos textos, das posições teóricas assumidas independentemente de sua projeção no eixo do tempo. Nesse sentido, interessa o questionamento, por exemplo, a respeito de que pontos, em determinados recortes históricos, foram vistos como relevantes para pesquisa, quais tipos de dados foram considerados, quais as formas privilegiadas de explicação e descrição;
- uma dimensão temporal, estabelecida pela periodização pertinente ao objeto de análise. Essa dimensão pode possibilitar ao historiógrafo postular uma linha de continuidade ou de descontinuidade no tratamento de determinado problema;
- uma dimensão social, construída em torno da idéia de grupos de especialidade e passível de observação pela análise da retórica assumida pelo grupo em busca de sua legitimidade acadêmica, profissional e social. Nesse sentido, cabe a análise da formação de comunidades argumentativas (nos termos de Schlieben-Lange 1993: 138), “isto é: das pessoas e das instituições, [que] precisa[m] ser descrita[s], comunidades nas quais se discutem questões que dizem respeito às línguas”.

Essas dimensões permitem que o historiógrafo se prepare para analisar os processos históricos que dizem respeito a elas (que por elas mesmas ainda não são um registro historiográfico), seguindo aqui Schlieben-Lange (1993: 141), ao considerar que “a história mesma somente acontece então quando uma transição pode ser observada entre dois acontecimentos ou situações. É o momento, pois, de abordar os *processos* que podem ocorrer entre situações da lingüística”.

Um passo seguinte, então, configura-se como observar analiticamente as etapas descritivas estabelecidas pela definição das dimensões da pesquisa. A palavra-chave nesse momento é *transformação* e sua análise historiográfica. Transformações tanto nas tomadas de posição em relação aos argumentos construídos em torno de determinadas evidências lingüísticas, quanto em relação a alterações nas comunidades científicas relevantes.

Após o estabelecimento dos processos, faz-se necessário o início da formulação das explicações a respeito desses processos. Coloca-se, então, a vocação crítica da HL, ao procurar explicar os processos que se constituíram na corrente histórica em contextos específicos. A dimensão temporal e o devido recuo no horizonte de retrospectão são fundamentais para que o trabalho explicativo seja adequadamente realizado.

Tendo isso em vista, proponho para este trabalho a definição das dimensões apontadas, o estabelecimento de processos e suas conseqüentes explicações. Para levar adiante essa definição de um caminho metodológico para a HL que construo aqui, aponto o auxílio da filosofia e da sociologia da ciência.

1.2 *Uma historiografia de problemas aliada à epistemologia e à sociologia*

Estabeleço como linha de trabalho uma historiografia problematizadora dos eventos da história da lingüística, ou seja, uma historiografia que se pretende analítica, capaz de elucidar pontos relativos a escolhas e procedimentos teórico-metodológicos fundamentais para a avaliação de momentos da história da disciplina.

Observar os fatos históricos além de suas aparências para que se possa dar os devidos pesos e medidas para os objetos de investigação. Problematizar a historiografia é procurar analisar o objeto na tentativa de reconstruir histórica e epistemologicamente sua configuração. Para tanto, o discurso historiográfico pode construir-se pela observação de três níveis: a) um primeiro nível atento à forma do discurso empregado na teoria/escola/autor em análise; b) um

segundo nível atento ao conteúdo do discurso veiculado; c) e um terceiro nível atento às estratégias de convencimento de comunidades científicas a respeito de teorias, dados e explicações.

O que se propõe neste trabalho é uma configuração complexa da HL, que seria resultante da articulação conjunta entre a história da ciência lingüística, a filosofia da ciência e a sociologia da ciência.

Parte-se do princípio de que a lingüística pertence ao ramo das ciências, definindo-se de fato como uma ciência da linguagem. Não vou me ater a reflexões a respeito do caráter científico da lingüística. Franchi (2003), entre outros, parece-me ter apontado os pontos essenciais dessa reflexão.

A HL como história da ciência define-se por dois eixos, sempre vistos aqui como complementares. Esses eixos estabelecem parâmetros internos e externos de pesquisa, ou seja, enfoques internalista ou externalista. Ao primeiro enfoque interessam sobretudo as configurações dos primeiros níveis apontados anteriormente (a e b). O estudo se volta, então, para a reconstrução da lingüística em meio à análise, formulação e reformulação de conceitos. Ao segundo enfoque interessa o aspecto social como parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma ciência⁷. Nessa abordagem externalista, o terceiro nível, de caráter pragmático, estaria em jogo.

Assim, a história de uma ciência como a lingüística articula-se entre a definição de parâmetros internos e parâmetros externos de análise.

A historiografia pretendida não se esgota no seu componente histórico e encontra apoio na sociologia e na filosofia da ciência, preocupada esta última, de formas diferentes ao longo de seu trajeto histórico, com a reconstrução metodológica de uma ciência, podendo apresentar na sua tentativa de estabelecer uma lógica da pesquisa científica orientações mais descritivas e orientações mais normativas. Essa filosofia interessa à HL na medida em que esta se preocupa com a reconstrução problematizadora de eventos da ciência da linguagem. E problematizar eventos é também reconstruir uma lógica (não no sentido popperiano, para este trabalho) desses eventos, reconstruir os procedimentos metodológicos fundamentais para a

⁷ Para a definição de níveis de observação, estou retomando propostas de Oliva (2003), em suas reflexões sobre a filosofia da ciência.

configuração de uma área, já que uma abordagem científica não se faz sem método, sem um conjunto definido de procedimentos. A filosofia a que aqui se faz referência define-se pelo seu ideal de crítica, de problematização sobre a ciência; definição que se encaixa à proposta de uma historiografia de problemas e não de mera reconstrução de dados e fatos. Assim, o elo entre a abordagem filosófica e a historiográfica se mostra imperativo: “embora não seja nem descritiva nem normativa, a filosofia da lingüística necessita de ‘boas descrições’ das teorias lingüísticas e, em consequência, está intimamente ligada à história da lingüística”, afirma Borges Neto (2004c: 9).

O auxílio de uma sociologia da ciência também é importante para a HL, uma vez que nenhum conhecimento científico é produzido no vácuo, mas em contextos definidos, sejam contextos de produção do conhecimento, sejam contextos de validação desses conhecimentos produzidos.

Este trabalho pretende construir uma historiografia estabelecida no estudo interpretativo de aspectos internos da ciência e seu desenvolvimento no curso da história, relacionado a aspectos de ordem extralingüística (sociais), importantes na medida em que têm valor explicativo para a compreensão de escolhas feitas por pesquisadores em relação a determinada teoria e a determinados procedimentos metodológicos. Nessa reflexão a respeito dos aspectos externos, são importantes, por exemplo, os fatores que possibilitaram a formação de um campo de pesquisa atuante no Brasil, as condições sociais e acadêmicas que permitiram o estabelecimento e a continuidade, ou não, de grupos de pesquisa, assim como a imagem projetada por esses pesquisadores dentro e fora de suas comunidades de interlocução. Ou seja, a análise de eventos da ciência da linguagem não deve se reduzir ao trabalho lingüístico exclusivamente. Para que a análise historiográfica seja realizada de fato é preciso levar em conta uma série de fatores externos à ciência, fatores esses que poderiam ser determinantes na compreensão de posicionamentos teóricos e práticos de um estudioso dos fenômenos da ciência da linguagem (Koerner 1989a: 47-59).

Assim, é preciso investigar até que ponto as concepções da época de determinado autor estão inseridas em seu trabalho — concepções políticas, sociais e até econômicas. A HL deve investigar as pressões externas que afetam a execução de práticas lingüísticas ou até que ponto é possível uma libertação das forças externas de coerção de um sistema de referência.

Swiggers (1990) também aponta que a busca de uma metodologia para o trabalho historiográfico deve considerar a existência de obras pautadas pelo destaque dado ou ao conteúdo lingüístico, ou ao contexto em que determinada obra se insere. A opção por um dos caminhos, segundo o autor, indicaria não exatamente falha no trabalho, mas simplesmente recortes. Parece adequado, no entanto, que o trabalho em HL deve pensar conteúdo e contexto juntos (fatores intra e extralingüísticos, em outros termos), já que as duas direções estão interligadas e não é necessário que elas sejam estudadas separadamente.

Essa historiografia tem, portanto, uma vocação *metacientífica*, o que a distingue dos registros da crônica e de outras narrativas que não tenham por objetivo o ideal explicativo baseado em análises críticas, que podem estar relacionadas a aspectos teóricos, filosóficos, metodológicos ou mesmo a conjuntos de problemas descritivos de determinada área de pesquisa.

Assume-se aqui ser uma das funções da HL — numa posição contrária à daqueles que vêem a disciplina como mera reconstrução do passado por ele mesmo — a análise, guiada por um ou mais eixos definidos, de afirmações, de descrições e interpretações em determinados objetos de análise, com o objetivo de acompanhar de forma crítica as argumentações propostas por autores que as construíram, as quais, de uma maneira ou de outra, acabam por validar (ou não) descrições lingüísticas efetivamente realizadas e suas possíveis conexões com outros trabalhos que chegaram a semelhantes problemas, em períodos diversos.

1.3 A Historiografia Lingüística e os programas de investigação

Em “*The history-writing of Linguistics: A methodological note*” (1981), Swiggers propôs uma abordagem da dimensão teórica de campos da Lingüística, objetivando ir além da execução de crônicas. Em vez de uma descrição dos eventos da história da lingüística exclusivamente centrada em escolas, teorias em torno de autores ou de comunidades científicas, o autor estabeleceu uma descrição e análise em termos de **programas de investigação**.

Esses programas são sistemas complexos que tornam possíveis determinadas operações e resultados na Lingüística.⁸ A proposta de Swiggers vai ao encontro de uma necessidade da HL

⁸ “A program is a complex cognitive system which makes possible some particular operations and results, while excluding other possibilities. One program can subsume several theories which, despite technical and

de achar seus modelos descritivos a respeito da história dos eventos lingüísticos, já que, segundo o autor, os modelos de análise (ou melhor, os métodos de análise), como os de programas de investigação, constituem-se como importante instrumento de trabalho e ajudam o historiógrafo a distinguir formas de conceber o objeto de análise e os princípios metodológicos característicos de teorias e seus desenvolvimentos dentro da ciência lingüística. Um mesmo programa de investigação pode agrupar várias teorias e nenhuma teoria esgota as possibilidades preditivas de um programa, podendo ser relacionada a diferentes programas concomitantemente, dependendo de qual aspecto se observa em determinada teoria.

Os programas caracterizam alterações no curso da ciência, alterando relações pessoais e profissionais. Swiggers define quatro tipos de programas de investigação adequados para a construção da narrativa historiográfica⁹ a respeito de episódios da história dos estudos lingüísticos: 1) o programa de correspondência; 2) o programa descritivista; 3) o programa sociocultural; 4) o programa de projeção.

As teorias, modelos, agrupáveis em um programa chamado de **correspondência** caracterizam-se pela tentativa de estabelecer correspondências (e procurar entendê-las) entre a linguagem, o pensamento, a mente, os falantes e a realidade — como fizeram, de formas distintas, Platão, os gramáticos de Port-Royal, Chomsky, entre outros.

Pertencem a um **programa descritivista** as teorias e modelos que trabalham a estrutura lingüística como um objeto autônomo, ‘des-psicologizado’ e ‘des-socializado’, destacando a autonomia da estrutura lingüística como objeto de estudo — é representado entre outros por Bloomfield, Martinet, Harris. A estrutura lingüística é considerada como conjunto de dados lingüísticos formais, que podem ser abordados de acordo com duas tendências centrais da ciência lingüística: o formalismo e o funcionalismo. Naturalmente que a descrição dos

terminological differences, have the same concept of how the object of the discipline must be investigated. Both *object* and *method* are defined intra-theoretically; but the unity of a program resides in the similar conception of how a certain method must ‘deal with’ the object of a particular discipline.” (Swiggers 1981:12)

Altman (1998:40) destaca a validade desse conceito para a HL: “O conceito de programa de investigação permite detectar, pois, operacionalmente e de maneira global, a dinâmica interna do conjunto de problemas e interesses privilegiados por uma comunidade científica e a maneira preferencial de tratá-los”.

⁹ Brigitte Schlieben-Lange, ao refletir acerca do “escrever sobre a história da lingüística” trata da questão da HL ser uma narrativa: “... precisa ficar claro que a história da ciência é ao mesmo tempo história e o escrever sobre a história, isto é: diz respeito, portanto, a todos os problemas (dentre outros) da historiografia dos acontecimentos, mentalidades, línguas, literatura etc. Ou seja: que a historiografia da Lingüística é *narrativa* e que suas explicações seguem o modo da narração” (Schlieben-Lange 1993: 135-136).

programas pode revelar um diálogo bastante intenso entre eles, que não poderiam, assim, ser vistos de forma excludente.¹⁰

O **programa sociocultural** é aquele típico de disciplinas como a Sociolingüística, a Etnolingüística e a Antropolingüística, por exemplo, que procuram equivalências entre o estudo da linguagem humana e abordagens de caráter social, antropológico e cultural. Num programa como esse, a questão da variação lingüística, motivada por diferentes razões, é um dos objetos de estudo de destaque.

E, por fim, o **programa de projeção**, que procura alicerçar o estudo de uma determinada língua natural numa linguagem de caráter formal, ou seja, propõe-se que fórmulas lógico-matemáticas sejam aplicadas às línguas. A gramática de Richard Montague (1930-1971)¹¹ é um bom exemplo desse programa, ao definir um tratamento para as linguagens naturais baseado em princípios da linguagem formal da lógica.

O quadro a seguir é uma síntese dos programas propostos por Swiggers (1981).¹²

Quadro 1: Síntese dos programas de investigação

Programa de Correspondência
a) visão geral: correlação língua, pensamento, realidade b) incidência: relações entre estruturas gramaticais e processos mentais c) técnica: estabelecimento de regras gramaticais e posterior correlação com processos mentais
Programa Descritivista
a) visão geral: descrição das línguas como objetos autônomos b) incidência: análise das formas observadas; comparação de formas de diversas línguas; função das formas c) técnica: determinação dos contextos; segmentação, comutação, estudos das relações de proporcionalidade entre elementos; estabelecimento de relações entre formas lingüísticas e funções comunicativas
Programa Sociocultural
a) visão geral: a língua como fato social ou cultural b) incidência: determinação dos usos lingüísticos; competência comunicativa; variação sociolingüística; a expressão da cultura através da língua

¹⁰ Altman (1998: 39) trata desse questionamento a respeito do conceito de programas de investigação, mas continua defendendo o modelo de Swiggers, uma vez que ele pode, de fato, ser produtivo para o trabalho em HL: “Num sentido, o conceito de programa de investigação aqui adotado é restritivo, na medida em que faz pressupor ao trabalho do lingüista uma determinada concepção do objeto-linguagem (nem sempre explícita ou explicitada) que dirige a sua prática. Mas, noutro sentido, é vantajosamente não-restritivo, na medida em que permite detectar, por trás das diferentes formas por que, historicamente, pode se manifestar o estudo das línguas, visões comuns do objeto linguagem e do fazer lingüística”.

¹¹ Montague foi um lógico e filósofo que propôs um tratamento das línguas naturais semelhante ao tratamento dado às linguagens formais da lógica. Após sua morte, sua obra estabeleceu uma teoria conhecida como “gramática de Montague”, caracterizando uma das colaborações mais importantes para a formação do campo da semântica formal.

¹² O quadro, uma adaptação da formulação original de Swiggers, foi preparado por Cristina Altman e entregue como *hand out* para acompanhamento de uma aula do curso “Seminários de Análise Lingüística”, oferecido pelo Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo em 1998 e ministrado por Altman. Agradeço à autora a permissão para o uso do material.

c) técnica: integrativa ou sintética (inserção de fatos lingüísticos em uma análise das sociedades ou das culturas; inserção de análises lingüísticas em uma teoria da estratificação social ou da evolução social e/ou cultural)
Programa de Projeção
a) visão geral: as línguas como conjuntos de fragmentos lógicos
b) incidência: expressão do tempo, da modalidade, da determinação
c) técnica: tradução de estruturas lingüísticas em linguagem formalizada

Caracterizar um programa de investigação não é suficiente para a construção da narrativa historiográfica que aqui se pretende. É preciso definir, numa etapa posterior à caracterização, a função exercida por determinado programa. Essa função está ligada a aspectos como uniformização de tipos de pesquisa e a conseqüente limitação nos horizontes de trabalho de pesquisadores ligados a um programa específico.

Considerar um programa de investigação leva em conta estabelecer um critério de análise fundamentalmente interno, uma vez que cada programa se define por características não relacionadas a fatores sociais, culturais etc., mas a fatores que determinam uma dinâmica interna relacionada a definições de objetivos e de métodos a serem seguidos na pesquisa lingüística.

1.4 A historiografia lingüística e um diálogo com a sociologia da ciência

Um dos primeiros nomes da Sociologia da Ciência, em um momento paralelo ao que se articulava na filosofia da ciência racionalista (como a de Popper), é o do sociólogo norte-americano Robert Merton (1910-2003), autor de importantes obras sobre a sociologia da ciência, entre outras a clássica *The Sociology of Science* (1949).

O trabalho de Merton contribuiu para caracterizar uma sociologia da ciência de caráter funcionalista, em que seria possível determinar conjuntos de normas éticas que, institucionalizadas, favoreceriam a produção de conhecimento e seu retorno em termos de aceitação social. Estariam, entre essas normas, ideais como: a) universalismo (distanciando aceitação ou rejeição de circunstâncias pessoais ou sociais do cientista); b) a idéia de que o conhecimento científico é parte de um processo de colaboração social; c) desinteresse pessoal por parte do cientista; d) uma capacidade do cientista de duvidar constantemente. A essas normas, pontos como originalidade, humildade, independência têm sido acrescentados à visão funcionalista de ciência.

De fato há, em Merton, uma sociologia que organiza sua reflexão numa visão institucional, já que, por exemplo, motivações pessoais (de caráter psicológico) não interessam. O que está em jogo nessa visão chamada de funcionalista são as motivações de caráter institucional que possibilitariam a produção do conhecimento. Essa visão colabora para uma análise a respeito de como a institucionalização possibilita a comunicação acadêmica, como alocação de cargos e verbas.

O que se entende como descrição funcionalista na sociologia da ciência é uma abordagem exatamente como a citada, que leva em conta, por exemplo, o julgamento de assessorias para publicações, concessões de bolsas, que acabam gerando o reconhecimento dos cientistas.

Essa sociologia da ciência não se preocupa com o *conteúdo* da ciência, “mas apenas com as condições sociais que moldam a organização da ciência” (Pessoa Jr. 2006: 3). Não há nessa sociologia questionamento de aspectos cognitivos da produção científica em relação a contextos de descoberta do processo científico.

A nova sociologia da ciência, pós-Merton, relaciona-se com a tradição da sociologia do conhecimento e se define pela inclusão do *conteúdo interno* da ciência na análise sociológica, não havendo separação entre aspectos sociais e conteúdo científico das teorias.

Para a HL aqui proposta, essa nova sociologia da ciência interessa por se voltar mais aos aspectos internos da ciência. Como a HL da linhagem de Koerner, Swiggers, e no Brasil, Altman, o que se pretende é uma análise das práticas científicas, dos procedimentos efetivamente empregados por determinados grupos de pesquisadores. A essa visão, juntam-se aspectos de ordem externa, complementares no entendimento das *práticas* de análise lingüística. Exatamente nesse ponto que um apoio da sociologia da ciência me parece importante, articulando conjuntamente as dimensões teórica e externa que expus anteriormente.

Tendo em vista esse auxílio, recorto esse vasto campo e opto por Stephen Murray, como já tradicional na HL, e seu conceito de **grupos de especialidade**, como forma de analisar aspectos aspectos externos do objeto de análise.

Murray, em *Theory Groups and the Study of Language in the North America: A Social History* (1994), propôs uma caracterização para a formação e manutenção de grupos científicos academicamente organizados em torno de uma especialidade comum.

Partindo das idéias e formas de análise adotadas por Murray (1994), considera-se uma análise de grupos de especialidade em relação a aspectos como os diferentes estágios pelos quais os grupos passam em busca de sua legitimidade, levando em conta pontos como retórica de ruptura ou de continuidade, papel assumido pelos lingüistas em relação a lideranças estabelecidas, índices de sucesso de grupos e seu objeto de pesquisa, percepção dos lingüistas a respeito dos grupos.

O conceito de grupo de especialidade leva em conta os processos determinantes na formação de grupos que se reconhecem coesos e atuantes em determinada área. De fato, a percepção dos participantes como elementos de uma mesma comunidade garante, de certa maneira, o tipo de estatuto ao qual o grupo é associado. Para Murray, a formação desses grupos está relacionada à presença de estágios que, gradualmente, estabelecem uma imagem do grupo.

Murray¹³ (1994: 14-19) aponta estágios que corresponderiam ao processo de formação de grupos de especialidade. Estágios considerados de forma ideal, uma vez que não se pode ter em mente a idéia de que esses estágios ocorrem um após o outro de forma linear e numa relação causal. É mais um modelo de observação a respeito do estabelecimento de grupos de especialidade em determinado universo intelectual. Murray define esses estágios construídos principalmente em torno da figura do líder intelectual e/ou organizacional, da idéia de grupos de ‘elite’ e grupos ‘revolucionários’ e da presença de centros de difusão das teorias do grupo, esses centros se caracterizam como difusores de pesquisa e ensino.

a) 1º. Estágio: o ‘estágio normal’, em que há poucas trocas entre os pesquisadores, membros de instituições distantes, co-autorias são mais raras, não há exatamente um ataque a nenhum outro grupo de especialidade, também não há um treinamento sistemático com o objetivo de estabelecer um novo grupo. Nesse primeiro estágio, é necessário que haja, ao menos, um trabalho, de qualquer natureza, que represente uma peça importante para a futura estrutura que

¹³ A abordagem de Murray está principalmente baseada nos trabalhos de Mullins (1972, 1973, 1975).

se vai erguer, um trabalho que possa chamar a atenção, caracterizando-se como programático nesse sentido, por apontar caminhos, sugerir idéias e lançar, mesmo que implicitamente, as bases para o estabelecimento de um novo grupo. Em geral, a autoria desse trabalho essencial é responsabilidade de um pesquisador que acabará tendo seu nome associado ao de líder intelectual.

b) 2º. Estágio: presença da figura de um líder que seja capaz de mobilizar as pessoas a segui-lo em determinada forma de realizar pesquisas científicas.

c) 3º. estágio: um estágio em que o grupo já prepara seu estabelecimento acadêmico, é característico desse momento o fato de que os estudantes formados pelos líderes intelectuais começam a alcançar posto e legitimidade acadêmica, passando, eles mesmos, a atuar como formadores de novas gerações. Nesse sentido, o grupo de pesquisa se expande, uma vez que novos pesquisadores podem passar a trabalhar em outras instituições estabelecendo novos grupos, aumenta a rede de relações internas do grupo. Esse estágio também é considerado de ‘sucesso’ e as mudanças que se propõem são consideradas de forma positiva.

c) 4º. Estágio: é o estágio reconhecido como ‘acadêmico’, o grupo se institucionaliza e se dá a formação do que Murray chama de *cluster*. Nesse momento um paradigma se estabelece com sucesso e pode passar a ser reconhecido como uma ciência normal, recuperando os termos kuhnianos, como faz Murray (1994: 17). Naturalmente que esse estágio depende de instituições que reconheçam o grupo e dêem suporte financeiro, assim como a presença de pesquisadores em tempo integral é um importante ponto de identificação do estágio.

De um primeiro estágio, definido por poucas trocas intelectuais, ausência de ataques a outros grupos e mesmo poucas co-autorias, seria possível chegar a um estágio mais avançado, em que o grupo se caracterizaria pela conscientização de seus membros de participar de fato de um grupo reunido em torno de objetivos semelhantes, um grupo especializado, institucionalizado, enfim. Entre esses dois extremos, encaixa-se o estágio que prevê a formação de uma liderança intelectual, capaz de convencer determinados pesquisadores a seguirem suas idéias, muitas vezes acompanhadas de uma *retórica revolucionária*, que para Murray (1994: 23) é o resultado dos esforços de um grupo para manter uma imagem que se configure como atuante, seja negando passos anteriores da ciência em jogo, seja clamando pela imagem da continuidade. Também há o estágio considerado como o de sucesso, em que

se percebe a formação de um grupo que atinge um reconhecimento social, intelectual, já com uma comunicação interna, entre os participantes do grupo, bastante atuante.

A figura da liderança intelectual é central nas proposições de Murray, afinal, é essa figura, não necessariamente individual, que atua como condição categórica para a formação de um grupo de pesquisa, ao lado de fatores sociais como posição acadêmica dos pesquisadores, a imagem de profissionalização construída pelo grupo e seu reconhecimento, verificado por publicações e o retorno dessas, seja medido pelo sucesso, seja medido por ataques ou mesmo avaliações negativas.

Murray (1994: 22-25) aponta os pré-requisitos para a formação de um grupo de especialidade, que são determinados pela presença de boas idéias, consideradas pelos cientistas como adequadas para a resolução de problemas e também pra abrir novas frentes de pesquisa; mas a presença de boas idéias não é suficiente para a formação de um grupo de especialidade, uma idéia não sobrevive sem uma articulação social e acadêmica que a sustente e dê a ela a possibilidade de expansão e de ser assim adotada pelos pesquisadores. As idéias não são geradas por elas mesmas, mas por indivíduos, também não isolados, já que uma ciência não é resultado de um 'herói' que trabalha desconectado de uma rede de relações. Daí a importância da observação da rede de relações sociais que sustenta a formação de idéias e a formação de grupos em torno de determinada teoria. As boas idéias devem percorrer uma rede de comunicação e para isso a relação social é importante.

That 'good ideas' are not sufficient to account for the history of science is the raison d'être for the sociology of science. Success in the competition of ideas depends more on the formation of group than on the intrinsic (context-free) quality of the ideas. (Murray 1994: 22)

Já que boas idéias isoladas não garantem a formação de um grupo de pesquisa, Murray define outro fator para o estabelecimento dos grupos: a liderança intelectual:

*The formation of a group depends on leadership. **Intellectual leadership** consists of (1) laying a conceptual foundation for a line of research, (2) explaining the research implications of the 'good ideas,' (3) approving and validating the work of others as competent, relevant and/or within the framework. Usually, intellectual leaders also (4) produce a program statement, specifying what research should be done and how such research fits into basic theory, and/or (5) produce exemplary research, showing how research should be done. More than one scientist may perform these 'tasks' at a particular juncture. There also may be a succession of leaders in the history of a particular group. (Murray 1994: 22)*

No entanto, a figura do líder intelectual, associada apenas a boas idéias, não garantiria a formação de um grupo de pesquisa. Há ainda a necessidade de uma liderança organizacional, que seria capaz de conseguir organizar condições para que a pesquisa seja feita, conseguir

bolsas, financiamentos, organizar eventos, publicações, sendo que essa figura não precisa ser necessariamente um pesquisador, pode ser um patrono, por exemplo.

Murray conclui a abordagem desses pré-requisitos afirmando que sem a presença conjunta desses três fatores não é possível a formação de um grupo de especialidade, já que todos são necessários e nenhum deles é suficiente por si mesmo.

Dentre as idéias apontadas por Murray, uma última que quero destacar é o conceito de retórica revolucionária, que ele prefere em vez do conceito de “revolução científica” de Kuhn. A retórica de ruptura será analisada em vários momentos deste trabalho como um fator de indicação da presença de um grupo organizado em torno de pessoas que se percebem como elementos de uma rede de relações que compartilha pressupostos teóricos e formas de análise do objeto de investigação. Encerro as observações sobre Murray com uma citação definidora da retórica de ruptura, conceito ao qual vou me referir em várias passagens deste trabalho.

... ‘revolutionary rhetoric,’ i.e., claims to break with the guiding ideas and assumptions of past work. ‘Revolutionary rhetoric’ refers to claims (by group members) to major discontinuities, not to claims of persecution/rejection at the hands of an establishment. Choice of rhetoric (between rhetoric of revolution and one of continuity) depends on the relative eliteness, professional age and access to recognition of group participants. (Murray 1994: 23)

1.5 A Historiografia Lingüística e a Filosofia da Ciência

A filosofia da ciência moderna conta com a colaboração de pensadores fundamentais para a reflexão sobre o estatuto científico das disciplinas: Karl Popper (1902-1994), Paul Feyerabend (1924-1994), Thomas Kuhn (1922-1996), Imre Lakatos (1922-1974) e Larry Laudan.

Para a HL, as propostas de Kuhn, Lakatos e Laudan parecem ser as mais produtivas, exatamente por serem as epistemologias que articulam uma lógica científica e a formação de métodos à corrente histórica, às alterações ao longo dos tempos. Nesse sentido, uma epistemologia como a de Popper, lógica por excelência e de certa maneira desvinculada da história, não seria a filosofia que mais contribuiria para a historiografia.¹⁴

¹⁴ Para Popper, uma ciência define-se pelo fato de poder ser falseada. Assim, uma área deve manter-se atenta para as possibilidades de ser colocada em questionamento constantemente. Nesse jogo, em busca do equilíbrio, entre provas, falseamentos e hipóteses confirmadas ou não, estaria a definição de um campo como científico. Na visão de Popper, uma ciência de fato deve propor conjecturas para que, assim, os cientistas procurem refutá-las ou mesmo corroborá-las a partir de investigações científicas. Para isso, propôs-se o conceito de falseacionismo, um método que evidenciava a caracterização das teorias como falsas com base em resultados científicos, ou seja, com base em resultados comprovados empiricamente. Dessa maneira, as teorias que se mantêm consistentes, por

O olhar filosófico na HL que proponho é, assim, derivado da filosofia da ciência que se constrói após os programas positivistas, lógicos, que previam uma abordagem racionalista de caráter exclusivamente interno, por assim dizer, no sentido de que desconsideravam que a história poderia ser um elemento importante na avaliação de percursos científicos.

O interessante para a HL é uma epistemologia em que a história passa a ser ponto importante para analisar transformações numa ciência, vista, então, distante de um caráter normativo, já que a racionalidade científica deve ser examinada por meio da observação de obras e autores numa corrente temporal. A citação de Kuhn, no início de *A estrutura das revoluções científicas*, é emblemática para a caracterização dessa nova epistemologia que surge a partir da década de 1960: “Se a História fosse vista como um repositório para algo mais que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que hoje nos domina” (Kuhn 2000[1962]: 19).

A seguir, aponto fundamentos das idéias desses autores com o intuito de deixar mais claro o que afirmei quando disse que algumas filosofias da ciências parecem ser mais produtivas para colaborar com a construção de uma narrativa historiográfica.

Ao contrário de Popper, Kuhn pretende estabelecer uma epistemologia com vocação descritiva e histórica, procurando demonstrar como uma ciência é produzida. Sendo assim, a filosofia kuhniana está subordinada à história da ciência, uma vez que alterações teóricas e procedimentos metodológicos que definem a atividade científica devem ser observados à luz da história. Há, nas propostas do autor, o afastamento de uma epistemologia de caráter popperiano, uma vez que não estuda a racionalidade científica apenas em termos de aspectos lógicos e evidências empíricas. Fatores psicossociais também tornam-se relevantes para a

não terem sido falseadas (refutadas), são, então, corroboradas. Esse falseacionismo popperiano não é um teste aplicado às teorias científicas, mas um conjunto de procedimentos metodológicos que procuram minimizar o erro nas abordagens científicas. A sua teoria mantém um caráter de lógica da ciência, no sentido de que não estabelece vínculos com outros complexos de crenças ou teorias que poderiam definir e analisar sistemas de crenças relacionados a idéias mantidas em determinadas comunidades científicas. Um problema importante da epistemologia de Popper é o chamado *problema da demarcação*, pelo qual o filósofo estabeleceu que a cientificidade de uma teoria pode ser associada à sua capacidade de limitar a ocorrência de acontecimentos passíveis de análise, “quanto mais uma teoria proíbe, mais ela diz”. Essa demarcação permitiria a definição de uma espécie de linha demarcatória entre a ciência e outras áreas não-científicas, em sua concepção; nessa idéia, de acordo com a concepção falsificacionista, só seriam científicas as teorias sujeitas à refutação por contra-exemplos.

avaliação do caráter da cientificidade, num complexo definido em torno de elementos como paradigmas, história, razão e sociedade.

Kuhn, em *A estrutura das revoluções científicas*, organiza sua filosofia e história da ciência partindo do fato de que as ciências progridem de forma revolucionária, com a alternância de estágios considerados como normais e estágios extraordinários, garantindo, assim, a diversificação das ciências em paradigmas. Um **paradigma** é definido pelos métodos e procedimentos adotados e também pela retórica assumida pelos seus participantes. A **revolução** se instala quando um novo paradigma, com novos posicionamentos teóricos, metodológicos e novas atitudes, questiona um paradigma anterior, desacreditando-o frente às novas e revolucionárias idéias.

O conceito de paradigma, associado à proposta da incomensurabilidade desses paradigmas, e sua aplicação a uma ciência como a lingüística foram bastante questionados (cf., entre outros, Percival 1976). De fato não se pode dizer que na lingüística as revoluções paradigmáticas se dêem como previa o filósofo para as outras ciências, como a física, já que não se pode delimitar paradigmas excludentes, uma vez que a própria pluralidade teórica do campo estimula a co-ocorrência de diferentes paradigmas, muitas vezes em competição. No entanto, com algumas alterações, o conceito de mudanças paradigmáticas, a idéia de que a história de uma ciência não se estabelece de forma cumulativa¹⁵, mas em torno de continuidades, rupturas, descontinuidades, é interessante para a HL, principalmente porque Kuhn estabelece uma epistemologia aliada à história da ciência. Neste trabalho, farei comentários e avaliações que, de certa maneira, estarão articulados à visão descontínua do progresso científico de Kuhn e também, com a devida proporção, ao conceito de paradigma e de retóricas de revolução.¹⁶

Atenho-me, principalmente, nos trabalhos de Kuhn que vieram após as polêmicas suscitadas pela publicação de *A estrutura*. Em *O caminho desde a estrutura* (2006), várias revisões são propostas, entre elas a do conceito de **mudança revolucionária**. Kuhn (2006: 24-25) define essas mudanças dizendo que elas “não podem ser acomodadas nos limites dos

¹⁵ “ [...] o desenvolvimento científico não pode ser inteiramente cumulativo. Não se pode passar do velho ao novo simplesmente por um acréscimo ao que já era conhecido.” (Kuhn 2006: 25)

¹⁶ A pertinência ou não da aplicabilidade das propostas de Thomas Kuhn para a lingüística já foi alvo de diversos trabalhos. Não pretendo me estender nessa discussão; para uma reflexão sobre o questionamento da aplicação das idéias kuhnianas na ciência da linguagem, remeto os interessados para a leitura, entre outros trabalhos, da reflexão de Percival (1976).

conceitos que estavam em uso antes de elas terem sido feitas. A fim de fazer ou assimilar uma tal descoberta, deve-se alterar o modo como se pensa, e se descreve, algum conjunto de fenômenos naturais”.

Já a proposta de Imre Lakatos de **programas de investigação científica** mostra-se produtiva para uma definição da história da lingüística em diferentes fases, organizadas em torno de **programas de pesquisa**, que mantêm sua caracterização pela manutenção de um núcleo comum de conceitos e métodos, aliado a possíveis alterações, vistas como periféricas.

Esse filósofo da ciência mantinha seu pensamento como seguidor das idéias de Popper e procurou aprimorar, no seu entender, o conceito de falseacionismo. Assim, propôs uma teoria que previa um espaço para a definição de uma teoria abrangente que fosse capaz de incluir diversas teorias particulares, organizadas em torno de um mesmo programa de pesquisa, que manteria um núcleo de objetivos e propostas permanente. Esse núcleo, fator de garantia da existência do programa de investigação científica, é inquestionável e tomado como crença aceita pelas diversas subteorias que conformam uma superteoria. Alterações no programa sempre incidirão sobre as subteorias, nunca sobre o núcleo do programa, do contrário, teria que ser descartado como programa válido. A perspectiva epistemológica de Lakatos alia-se à de Popper ao considerar o racionalismo e não descartá-lo, como parece ter feito a epistemologia ao deslocar-se do plano lógico para o plano histórico após Popper. Em Lakatos o histórico tem sua relevância aliada ao papel do racionalismo.

A observação de natureza epistemológica para a HL que aqui se imprime procura se aproximar de uma filosofia da ciência que recupera o caráter histórico do desenvolvimento científico como argumento importante na análise e avaliação de etapas do percurso de determinada ciência.

Sendo assim, ainda que sejam feitos comentários analíticos com base nas idéias de Kuhn e Lakatos, preponderantemente (ao lado da definição de programas de Swiggers e do conceito de grupos de especialidade de Murray) será seguido o modelo epistemológico de Laudan, por, de fato, parecer enquadrar-se mais adequadamente no panorama das ciências que estão inseridas no campo das ciências humanas, como é o caso da lingüística.

Em Laudan (1977, 1984), a ciência define-se por seu objetivo de resolver **problemas** intelectuais. Os problemas a serem estabelecidos e tentativamente resolvidos situam-se em contextos específicos de pesquisa. Uma suposta rivalidade entre as ciências se dá, então, pela competição em relação à eficácia demonstrada na solução de problemas: “*Science is essentially problem-solving activity*” (Laudan 1977: 11).

Em busca da definição do que entende por solução de problemas, ao comentar sobre a natureza do conceito, Laudan aponta:

The function of a theory is to resolve ambiguity, to reduce irregularity to uniformity, to show that what happen is somehow intelligible and predictable; it is this complex of functions to wich I refer when I speak of theories as solutions to problems. (Laudan 1977: 13)

Laudan define um programa de pesquisa como uma **tradição de pesquisa**. Essas tradições se caracterizam por um conjunto conceitual, teórico, que define a ontologia da tradição de pesquisa. Também define-se como importante nas tradições uma heurística, conjunto de regras que dá forma às teorias e torna particular a ontologia. As tradições de pesquisa estabelecem diretrizes para mudanças nas teorias sempre em busca do aperfeiçoamento na solução de problemas (Laudan 1977: 79). Sobre o conceito de tradição de pesquisa, Laudan aponta os seguintes pontos definidores:

- 1- Toda disciplina intelectual, científica ou não, apresenta uma história com diferentes tradições de pesquisa.
- 2- Toda tradição de pesquisa apresenta um número específico de teorias que exemplificam e parcialmente a constituem; algumas dessas teorias são contemporâneas, outras são sucessoras umas das outras na corrente temporal.
- 3- Toda tradição de pesquisa tem compromissos metafísicos e metodológicos (teoria e princípios de análise), que distinguem a tradição.
- 4- Toda tradição de pesquisa (ao contrário de uma teoria específica) apresenta variações ao longo de sua história, que é longa e se estende significativamente por um período de tempo, ao contrário das teorias, que têm vida curta.

Laudan me parece mais pertinente ao diálogo com a HL por ressaltar a importância do contexto histórico como fator definidor da relevância de um problema a ser resolvido pela tradição de pesquisa. Para a historiografia, por exemplo, interessa a afirmação de Laudan (1977: 33ss) de que um mesmo problema pode ser tratado de diversas maneiras em contextos históricos diversos. Examinar como um mesmo problema lingüístico foi tratado ao longo do

desenvolvimento da ciência da linguagem me parece ser um dos objetivos da HL. Quando se pensa na dimensão teórica, apontada anteriormente, e na tentativa da reconstrução de processos argumentativos, a proposta epistemológica de Laudan torna-se, de fato, mais pertinente.

Para Laudan a ciência mantém o objetivo de solucionar problemas intelectuais, e sua avaliação deve ir na direção de um olhar que explique até que ponto determinada corrente científica mostra-se apta a dar soluções eficazes para problemas. Assim, o sucesso de uma teoria e o progresso científico andam de mãos dadas com aqueles programas que melhor solucionem problemas (Laudan 1977: 15-24).

Se Lakatos de fato mostra-se adequado para uma análise de etapas da lingüística (como evidenciam os trabalhos de Borges Neto), sua divisão em “história interna” e “história externa” (que, para Lakatos, poderia se restringir a comentários em notas de rodapé) não aponta de uma forma que julgo pertinente à HL o papel da história num olhar filosófico sobre as ciências. Lakatos ainda se prende a uma visão popperiana (já que reconhece de maneira relativa uma aproximação histórica para a epistemologia) ao definir sua forma de analisar os programas de pesquisa. Laudan reconhece e coloca de forma incisiva o papel da história na avaliação das tradições de pesquisa. (Note-se que a alteração vocabular entre programas e tradição pode ser reveladora dessa modificação de postura epistemológica, na qual há no conceito de tradição a incorporação mais ampla de elementos de caráter sociocultural e histórico.)

Laudan, de certa maneira, retoma algo que já havia em Kuhn, no sentido de que este destacava o papel de valores nos julgamentos científicos, afastando, assim, o olhar epistemológico da racionalidade popperiana ou mesmo do esquema proposto por Lakatos. Há em Kuhn a introdução de aspectos sociológicos que foi absorvida pelo modelo de Laudan de solução de problemas sempre articulada a contextos históricos específicos. No entanto, há na visão de Laudan um passo à frente no sentido de que essa visão é menos restritiva, comparando com Kuhn, que limitava sua teoria às idéias de ciência normal e de paradigma hegemônico, embutidas no conceito de revolução científica.

Procurou articular o conceito de **tradição de pesquisa** ao de **programas de investigação** de Swiggers, caracterizando ambos como um conjunto de direções teórico-práticas tomadas por

determinados **grupos de especialidade**; esse complexo pode ser mais flexível que a idéia de programas de pesquisa de Lakatos. As tradições e os programas de investigação transformam-se de forma mais dinâmica e podem ter elementos centrais de seu núcleo rígido teórico alterados.

Naturalmente que a defesa aqui feita da adoção do modelo de Laudan, associada à visão de Swiggers e Murray, é bastante restritiva no sentido de que desconsidera elementos negativos da proposta de Laudan. E esses elementos existem, uma vez que é quase impossível a indicação de um modelo de filosofia da ciência que se mostre adaptável a diversas situações de análise.

Entre os pontos negativos de Laudan, Feijó (2003: 108) aponta uma certa vagueza em alguns elementos conceituais, o que poderia aproximar o modelo de solução de problemas de um “vale tudo”. Esse relativismo relaciona-se, por exemplo, com o fato de que alterações numa tradição de pesquisa podem afetar inclusive o conjunto central teórico e conceitual. Tal situação pode, de fato, tornar bastante fluida a precisão ao identificar tradições de pesquisa distintas. Por isso articulo a visão de Laudan à de Swiggers e à de Murray. Dessa maneira, espero construir uma historiografia atenta a aspectos internos da ciência lingüística e a aspectos sociais e filosóficos de sua constituição.

Na próxima seção deste trabalho, estabeleço o tema da pesquisa e apresento uma breve descrição de outros trabalhos que já trataram de alguma forma do assunto no contexto nacional.

Encerro essas considerações iniciais com uma citação de Altman (2001b), que parece reproduzir o que se toma aqui como uma Historiografia Lingüística.

Pessoalmente, não consigo separar a reflexão epistemológica, ou metodológica, sobre o conhecimento lingüístico do momento histórico e do contexto intelectual e social em que ele foi formulado e se desenvolveu. Tal perspectiva me faz entender como tarefa básica da historiografia lingüística, por consequência, a descrição (não normativa) dos princípios e métodos de produção do conhecimento lingüístico, e de seus resultados (bem ou malsucedidos) em determinado momento, inevitavelmente histórico. (Altman 2001b: 30)

2. Estabelecimento do tema

2.1 A Gramática Gerativa chomskiana

A relação entre uma ciência e sua historiografia não é livre de percalços e questionamentos. Na verdade, parece haver uma distância considerável entre a reflexão de caráter historiográfico e a área científica, tanto que é corrente a afirmação de que, ao contrário da arte, a ciência parece matar sua história. Essa falta de diálogo entre os dois campos parece ficar bastante evidente quando se pensa na lingüística e na sua historiografia, já que, de fato, a Historiografia Lingüística constituiu-se como um ramo da lingüística há poucas décadas.

Procurando não seguir esse caminho, este trabalho propõe narrar ***a história da GRAMÁTICA GERATIVA no cenário acadêmico brasileiro***, com o objetivo de resgatar a historicidade, que se mostra importante ao apresentar um olhar analítico, acompanhado da devida criticidade sobre momentos-chave na ciência lingüística e seus diversos desdobramentos.

Noam Chomsky, nome central do programa de investigação da Gramática Gerativa, ao lado de historiógrafos da lingüística, sempre procurou apontar a importância da reflexão historiográfica para uma ciência, em especial para a lingüística.

Acho que uma perspectiva histórica é importante, mas quase ninguém mais faz isso, além de nós. Não é o tipo de tema que interessa às pessoas na Lingüística ou na Filosofia, nem mesmo àqueles que estudam História da Lingüística ou História da Filosofia. Na Lingüística e na Filosofia, geralmente as pessoas estão interessadas em questões mais atuais, por exemplo, em idéias não publicadas, que ainda estão sendo trabalhadas. (Chomsky em entrevista a Dillinger & Palácio 1997: 195)

Chomsky, em diversos depoimentos, ressalta que suas propostas sempre estiveram vinculadas a antecedentes históricos.

Na verdade, a Gramática Gerativa inicial do fim da década de 40 reviveu e remodelou as idéias que provavelmente tinham recebido sua mais rica expressão na Índia, 2500 anos antes, na tradição de Pāṇini, o famoso gramático hindu. Em parte, a Gramática Gerativa reviveu e remodelou idéias que se desenvolveram na revolução científica do século XVII, com muitas ramificações no estudo da linguagem e da mente, no pensamento e também nas ações sociais e políticas. (Chomsky 1997c: 133)

Podemos passar ao que deveria ter sido, ou seja, a história ideal. Nela, a Gramática Gerativa dos anos 40 e 50 deveria ter sido uma espécie de agrupamento, uma confluência das visões tradicionais [...] A ignorância do passado no caso da Lingüística é notável ... (Chomsky 1997c: 138)

A Gramática Gerativa, como um programa de correspondência, propõe-se a entender de que forma, pelo exame da linguagem oral e/ou sinalizada, os comportamentos lingüísticos são determinados por estados da mente/cérebro (particularizados por uma natureza específica captada por sistemas computacionais, que seriam representados pela teoria por meio de linguagem formal).

Ao traçar um caminho para a lingüística próximo do das ciências cognitivas e das ciências naturais¹⁷ (como a física e a química, das quais adquire o rigor formal e de argumentação), as propostas da Gramática Gerativa marcaram, predominantemente a partir da década de 1960, um novo período da lingüística contemporânea, no sentido de que a distanciou, de certa forma, do panorama das ciências humanas, tal como este é tradicionalmente reconhecido.

Esse programa de correspondência apresenta uma continuidade de um percurso histórico com antecessores como o filósofo grego Platão, Varrão e Prisciano (gramáticos do período grego clássico), os modistas medievais (interessados nas formas como se dava a representação

¹⁷ Na publicação de 1998, produto da transcrição de palestras realizadas no Brasil, Chomsky utiliza em sua argumentação vários paralelos com a Física e com a Química, procurando justificar o rigor formal e de argumentação buscado pela GG.

do pensamento por meio da linguagem), Sánchez de las Brozas (autor do período renascentista espanhol que escreveu textos gramaticais em torno da reflexão a respeito da linguagem e suas categorias e a associação com o pensamento), os gramáticos de Port-Royal (Arnauld e Lancelot), o filósofo alemão Humboldt. Esse vínculo histórico permite a identificação de uma tradição de pesquisa, nos termos de Laudan. Dessa tradição de pesquisa, a Gramática Gerativa seria uma teoria específica. Os vínculos históricos são apontados por Chomsky em sua proposta de olhar para a história da lingüística em diversos momentos e também na polêmica publicação, na década de 1960, de seu *Cartesian Linguistics* (*Lingüística cartesiana*, tradução brasileira de 1972).

A proposição do programa de investigação da Gramática Gerativa não ocorreu sem controvérsias¹⁸, uma vez que se estabelecia no âmbito dos estudos lingüísticos como uma reação radical aos estruturalistas norte-americanos (como Bloomfield (1887-1949) e seu distribucionalismo).

A gramática gerativa surgiu no contexto do que é freqüentemente chamado de ‘a revolução cognitiva’ dos anos 50 e foi um fator importante em seu desenvolvimento. Pode ser questionado se o termo ‘revolucionário’ é apropriado ou não, mas houve uma importante mudança de perspectiva: do estudo do comportamento e seus produtos (textos, por exemplo) para os mecanismos internos usados pelo pensamento e pela ação humanos. A perspectiva cognitiva vê o comportamento e seus produtos não como o objeto de investigação, mas como dados que podem fornecer evidências sobre os mecanismos internos da mente e os modos como esses mecanismos operam ao executar ações e interpretar a experiência. As propriedades e padrões que eram o foco de atenção na lingüística estrutural encontram seu lugar, mas como fenômenos a serem explicados juntamente com inúmeros outros, em termos dos mecanismos internos que geram expressões. (Chomsky 1998: 21)

Fundamentalmente, o posicionamento dessa Gramática Gerativa inicial era marcar que a lingüística deveria ser disciplina com vocação para *descrever* e ***explicar*** o que seria a capacidade da linguagem humana, e não mais um estudo exclusivamente centrado em descrições e coleta de amostras, fortemente classificatório (como os estudos do programa de investigação descritivista). Descrever e explicar as regras e o funcionamento do conhecimento lingüístico inato ao ser humano passava a ser, para o programa da Gramática Gerativa, o objetivo mais importante da lingüística.

¹⁸ Essas controvérsias foram bastante exploradas pela HL por autores como Harris (1993), Kashner (1991), Koerner (1989b), Newmeyer (1983, 1986a/b, 1996), Searle (1973) entre outros. A recepção, também controversa, da Gramática Gerativa no cenário acadêmico brasileiro foi rapidamente abordada por Altman (1998).

Essa retórica de ruptura¹⁹ apontada possibilita uma visão do que os gramáticos do programa de investigação gerativista desejam, principalmente estimulados pela sua figura central, Chomsky.

Em primeiro lugar, seria necessário tratar de toda uma série de fatos que tinham sido excluídos da teoria lingüística: os fatos devidos à criatividade da linguagem, concebida aquela como o uso *normal* da linguagem. Tais fatos não tinham sido tratados sistematicamente nem pela gramática tradicional, nem pela lingüística estrutural. (Chomsky s/d [orig. de 1977]: 105)

O segundo objetivo era construir uma teoria explicativa. Em lingüística, considera-se que uma explicação foi obtida quando se puder deduzir um campo de fenômenos a partir de um conjunto de princípios gerais e de algumas observações particulares sobre a linguagem (ou sobre a língua), em seguimento de uma cadeia dedutiva de raciocínios que parta de tais princípios, dados outros fatos particulares como “condições-limite”. (Chomsky s/d [orig. de 1977]: 106)

A expressão *Gramática Gerativa* automaticamente traz a lembrança da figura de Noam Chomsky²⁰, sendo inegável o papel de líder que o lingüista americano personaliza, seja para seus seguidores, seja para seus opositores.

Chomsky sempre foi o grande líder da comunidade gerativista, impondo avanços, redirigindo o programa, rejeitando e/ou avalizando propostas. Chomsky age — e é visto assim pela comunidade — como o “dono” do programa, a pessoa que tem a última palavra sobre a validade das linhas de pesquisa propostas pelos colaboradores, a pessoa que diz o que deve e o que não deve ser pesquisado [...] Sem muito exagero, poderíamos dizer que a GG sempre foi, e continua sendo, essencialmente, uma criação de Chomsky. (Borges Neto 2004a: 126)

Despite the variety of generative theories of grammar that have been put forward, the field has been dominated throughout its history by the work of one individual, Noam Chomsky. He was its founder; he has been its most prolific innovator; and the mainstream of generative research has always followed his lead. Even the proponents of alternative theories (such as the non-transformational approach [...]) generally take work of Chomsky's as the point of departure for their proposals. (Wasow 2003: 317)

Chomsky representa o programa de pesquisa em Gramática Gerativa, mantendo-se no centro de atenção mesmo quando suas propostas são questionadas.²¹ Ainda que a figura de

¹⁹ Defino aqui a retórica de ruptura como o tipo de discurso adotado durante períodos de mudanças revolucionárias entre diferentes paradigmas de pesquisa. Entre outros pontos, essa retórica de ruptura pode ser definida pelas seguintes características : a) negação dos êxitos descritivos e explicativos de teorias anteriores; b) negação da precisão alcançada pelas teorias anteriores; c) atribuição de significados diferentes a termos, conceitos e objetos de análise; d) desconsideração da produção anterior; e) proposição de uma nova imagem do que se consideraria um pesquisador na área. (Cf. entre outros: Kuhn 1970: 110, 153, 167, 323; Laudan 1977: 17, 40, 74; Murray 1994: 23)

²⁰ Avram Noam Chomsky (n. 1928) estudou lingüística e filosofia na Universidade da Pensilvânia, onde se doutorou. Desde 1955 dá aulas e faz pesquisas no Instituto de Tecnologia de Massachusetts [Massachusetts Institute of Technology] (MIT). Não é minha intenção traçar um registro biográfico de Chomsky, por isso remeto os interessados para a biografia *Noam Chomsky, a vida de um dissidente*, de Robert F. Barsky, publicada em 2005 pela Conrad Editora.

²¹ Essas divergências foram também objeto de estudo de Botha (1973), ao analisar as controvérsias dentro do paradigma da GG, colocadas, numa posição bastante crítica, como uma das responsáveis pelo aspecto inconclusivo das propostas explicativas da teoria, já que não é incomum que, dentro do programa, diferentes pesquisadores entrem em debates cuja caracterização é a do contra-ataque, impedindo, segundo Botha (1973: 17), o desenvolvimento de uma rede de argumentação que poderia apontar caminhos conclusivos para as hipóteses lançadas pela teoria em diferentes momentos.

líder seja inegável, alguns historiógrafos e pesquisadores da Gramática Gerativa têm apontado recentemente que esse papel estaria se enfraquecendo, dada a recepção questionadora para recentes propostas chomskianas.²²

O próprio Chomsky chega, de maneira indireta, a relativizar esse papel de líder intelectual quando afirma que o desenvolvimento do programa de investigação da Gramática Gerativa sempre foi resultado de um trabalho conjunto e não de esforços isolados de alguns indivíduos, uma vez que “a maior parte do que aconteceu é um esforço cooperativo, não é uma questão de pessoas isoladas” (Chomsky em entrevista a Dillinger & Palácio 1997: 202).

Quando as pessoas começam a estudar suas próprias línguas descobrem todo o tipo de coisa, principalmente se o fizerem em grupos. Se estiverem sozinhas, pode ser que cheguem a conclusões errôneas, pois não se tem a correção que vem ao experimentar suas idéias com outras pessoas. (Chomsky em entrevista a Dillinger & Palácio 1997: 207)

No entanto, mesmo que se aponte a presença de grupos bastante atuantes dentro do programa e a relação histórica com abordagens do passado, a contribuição de Chomsky como figura central é indiscutível, uma vez que partiu dele, de fato, a iniciativa para estabelecer uma forma que se considerava diversa de fazer lingüística, fato que ele próprio aponta em alguns depoimentos.

Iniciei os meus trabalhos a respeito desses temas no final dos anos 40, quando eu tinha 17 ou 18 anos e era aluno de graduação na Universidade da Pensilvânia. Felizmente, eu tinha muito pouca base em Lingüística ou em qualquer outra coisa. Então, principiei meus estudos sem nenhum preconceito, apenas fazendo aquilo que parecia lógico. E o que parecia lógico era a Gramática Gerativa. O principal trabalho que fiz, basicamente sozinho, na Graduação, foi sobre a Gramática Gerativa de uma língua que eu conhecia, o hebraico moderno. Em vez de usar as formas da Lingüística Estrutural como nos ensinaram, e que não faziam muito sentido para mim, trabalhei de um modo que me pareceu mais natural, e escrevi uma Gramática Gerativa detalhada do Hebraico Moderno [...] O resultado final é muito semelhante aos tipos de trabalhos gramaticais que Pānini havia feito sobre o sânscrito 2500 anos antes. (Chomsky 1997c: 134)

Entre as controvérsias e dissidências do programa da GG, apontadas, por exemplo, por Botha (1976: 16) estão: a) a controvérsia entre os lexicalistas Chomsky e Katz com os transformacionalistas Ross, Chapin e McCawley; b) a controvérsia sobre o papel da semântica no programa de investigação da GG, caracterizando um lado como o dos semanticistas interpretativos, Chomsky, Jackendoff, Katz; e outro lado como o dos semanticistas gerativistas, McCawley, Lakoff, Postal; c) a controvérsia entre fonólogos concretos, como Kiparsky, e fonólogos abstratos, como Hyman.

²² “... um fato interessante começa a acontecer. A reação ‘fria’ de parte da comunidade ao PM [Programa Minimalista] proposto por Chomsky parece indicar que estamos vivendo um momento em que o programa atinge uma certa maturidade e que a comunidade já pode caminhar por seus próprios passos, dispensando a tutela de Chomsky.” (Borges Neto 2004a: 126)

Lúcia Lobato (2000: 144), respondendo a uma entrevista, aponta que a reação ao PM [Programa Minimalista] não pode de fato ser considerada como total, ao dizer que não são todas as universidades americanas que trabalham com GG que adotaram o PM. A lingüista também se refere à Europa como um centro mais resistente ao PM, dada a grande contribuição dos pesquisadores europeus à Teoria de Princípios & Parâmetros, teoria anterior ao projeto minimalista de Chomsky. Lobato (id: 142) posiciona-se a respeito da figura de Chomsky com as seguintes palavras: “Acho que um grande perigo em gramática gerativa é se tentar seguir cegamente as propostas teóricas do Chomsky, e isso vale para o que tem sido proposto por ele recentemente dentro do PM”.

Na reconstrução historiográfica do percurso da Gramática Gerativa, pode-se apontar que a retórica revolucionária advogada pelos pesquisadores, tendo como frente Chomsky, está intimamente relacionada ao fato de que o novo grupo que se propunha era formado de jovens pesquisadores que tinham uma possibilidade nova de trabalho em instituições que recebiam investimentos do governo, propiciando a formação de grupos bastante atuantes. É importante destacar que a força das proposições iniciais de Chomsky encontrou lugar propício no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), um centro preferencialmente de tecnologia e não de ciências humanas. A presença de jovens atuando ao lado de seu líder (Chomsky) foi também crucial. A retórica chomskiana era de vanguarda, como diz Newmeyer (1986a: 82): “... *the enthusiasm was true enough, as was the sense that generativist linguistics was in the vanguard of change*”.

As the philosopher John Searle put it: “Chomsky did not convince the established leaders of the field, but he did something more important, he convinced their graduate students”. And these graduate students were in a unique position to extend Chomsky’s influence. In the unprecedented expansion of the American university system during the economic boom of the middle and late 1960s, it hardly mattered that, when this first class of generativist students received their Ph.D’s in 1965, most of the Old Guard — dominated departments showed little inclination to hire them. Jobs were for the taking in the new departments then being organized at state universities [...] Thus practically every early generativist Ph.D. recipient obtained a position at a major university. (Newmeyer 1986a: 83)

Alguns pesquisadores apontam criticamente o momento de formação da Gramática Gerativa norte-americana e o apoio que ela recebeu do governo. A retórica revolucionária conseguiu muitos adeptos, mas esteve longe de ser unânime, como aponta Koerner (1983) em artigo sobre a recepção dessa “revolução chomskiana”. O trecho que segue é de outro crítico da formação de um grupo em torno das propostas de Chomsky.

I maintain that government subsidization of research and education, regardless of how benevolently and fairly it is administered, increases the likelihood of scientific revolutions for the worse, since it makes it possible for a subcommunity to increase its membership drastically without demonstrating that is intellectual credit so warrants. The kind of development that I have in mind is illustrated by the rapid growth of American universities during the late 1950s and 1960s, stimulated by massive spending by the federal government. This spending made it possible for many universities to start linguistics programs that otherwise would not have been started or would not have been started so early, or to expand existing programs much further than they would otherwise have been expanded. Given the situation of the early 1960s, it was inevitable that a large proportion of the new teaching jobs in linguistics would go to transformational grammarians. In the case of new programs, since at that time transformational grammar was the kind of linguistics in which it was most obvious that new and interesting things were going on, many administrators would prefer to get a transformational grammarian to organize the new program; in the case of expansion of existing programs, even when those who had charge of the new funds would not speculate their personal intellectual capital on it, since if the new theory was going to become influential, a department would have to offer instruction in it if the department was to attract students in numbers that were in keeping with its newfound riches. And with the first couple of bunches of students turned out by the holders of these new jobs, the membership of the transformational subcommunity swelled greatly. (McCawley 1976: 25)

Com toda a polêmica que suscitou, a Gramática Gerativa foi associada a uma imagem de mudança revolucionária²³, nos termos de Kuhn, desde as primeiras publicações de Chomsky, marcando, como ficou registrado em diversos manuais de história da lingüística, um campo de pesquisa que propunha a construção de hipóteses que ressaltavam a descrição das línguas em diferentes níveis, a proposta de formalização na construção dos sistemas que representariam o conhecimento lingüístico (internalizado) dos falantes e, em seus primeiros momentos, a consideração do nível sintático como privilegiado para a análise, distanciando-se, assim, de tradições lingüísticas que privilegiavam os níveis fonético-fonológico e morfológico²⁴. As propostas da teoria acabaram por demarcar polemicamente o que seria a Gramática Gerativa e também o teor da recepção dessa teoria em outros círculos acadêmicos que não exclusivamente os norte-americanos.²⁵

A Gramática Gerativa, tal como proposta por Chomsky, posicionou-se frontalmente contra o estruturalismo descritivista norte-americano como um programa de investigação já

²³ Kuhn alterou no período de 1970-1993 muitas de suas idéias fortemente questionadas em sua publicação de 1962. Tomo aqui o conceito de *mudança revolucionária*, visão alterada de sua idéia de revolução científica, para representar a mudança bastante perceptível de paradigmas de pesquisa. Seguem as definições de Kuhn:

“A mudança revolucionária é definida, em parte, por sua diferença com respeito à mudança normal, e a mudança normal [...] é o tipo que resulta em crescimento, acréscimo, adição cumulativa ao que era antes conhecido.” (Kuhn 2006: 24)

“As mudanças revolucionárias são diferentes e bem mais problemáticas. Elas envolvem descobertas que não podem ser acomodadas nos limites dos conceitos que estavam em uso antes de elas terem sido feitas. A fim de fazer ou assimilar uma tal descoberta, deve-se alterar o modo como se pensa, e se descreve, algum conjunto de fenômenos naturais.” (Kuhn 2006: 25)

²⁴ “While most structuralists had tended to ignore syntax, in the Chomskyan view of language, syntactic relations are central. Indeed, the grammar of a language is represented by a formal set of rules that ‘generate’ (i.e., specify explicitly) the possible sentences and their associated structural properties.” (Newmeyer 1986a: 67)

²⁵ “Provavelmente a mais radical e importante mudança de direção ocorrida nos últimos anos no rumo dos estudos lingüísticos teve início em 1957 com a publicação de *Syntactic Structures*, de Chomsky, obra que inaugura a chamada fase gerativo-transformacional da lingüística.” (Robins 1979: 185)

“Um método de análise da linguagem bem diferente dos outros, é o que propõe Noam Chomsky em sua *gramática transformacional*.” (Malmberg 1974: 215)

“Chomsky é uma figura singular não apenas no panorama da lingüística de nossos dias mas, talvez, em toda a história dessa disciplina. Seu primeiro livro, publicado em 1957, embora pequeno e relativamente despido de aspectos técnicos, revolucionou o estudo científico da linguagem.” (Lyons 1973: 11)

“... uma teoria que se impõe não apenas na América, mas por todo o mundo, propondo uma concepção original das estruturas sintáticas. Trata-se dos trabalhos do lingüista americano Noam Chomsky, cujo livro *Syntactic Structures* apareceu em 1957 [...] e cujas investigações prosseguem actualmente precisando e muitas vezes modificando sensivelmente os postulados iniciais.” (Kristeva 1980: 291)

“... o livro *Syntactic Structures*, que veio a se tornar um divisor de águas na lingüística do século XX.” (Weedwood 2001: 132)

“The extraordinary and traumatic impact of the publication of *Syntactic Structures* by Noam Chomsky in 1957 can hardly be appreciated by one who did not live through this upheaval.” (Howard Maclay *apud* Newmeyer 1986: 65)

“A teoria da gramática gerativo-transformacional tem demonstrado grandes vantagens em suas aplicações aos fenômenos sintáticos, procurando descrevê-los e explicá-los com rigor e precisão.” (Paredes 1976: 77 *apud* Altman 1998: 2001)

ultrapassado principalmente porque Chomsky não via nesse programa, de caráter indutivo, as características de uma ciência, que deveria pautar-se pelo constante exercício da proposição de hipóteses e pela construção de argumentos que, baseados em dados de língua, fossem capazes de comprovar, ou não, propostas de descrição e explicação traçadas por meio da dedução.

O [...] objetivo era construir uma teoria explicativa. Em Lingüística, considera-se que uma explicação foi obtida quando se puder deduzir um campo de fenômenos a partir de um conjunto de princípios gerais e de algumas observações particulares sobre a linguagem (ou sobre a língua), em seguimento de uma cadeia dedutiva de raciocínios que parta de tais princípios, dados outros fatos particulares considerados como “condições-limite”. (Chomsky s/d [orig. de 1977]: 106)

A Gramática Gerativa chomskiana manteve, em vários períodos de sua história, a imagem de programa revolucionário; ou melhor, a Gramática Gerativa procurou manter uma retórica de ruptura ao distanciar-se de perspectivas anteriores em face de uma “nova”²⁶ maneira de praticar a ciência da linguagem. De fato, as críticas ao estruturalismo norte-americano, vigente no momento em que Chomsky começou a articular seu programa, parecem enquadrar-se na descrição de Kuhn de um novo paradigma (conjunto de crenças, valores, métodos compartilhados por uma comunidade de pesquisadores) em fase de posicionamento.

Chomsky's conceptual break with the American structuralists was not over the question of whether linguistics should be a “science” — he never questioned that it should be — but over the more fundamental issue of what a scientific theory is and how one might be constructed with respect to linguistic phenomena. Chomsky's earliest books and papers are filled with polemics against the empiricist conception of science held by the structural linguistics of this country, which led them to attempt to devise a set of procedures designed to extract a grammar from raw linguistic data. Chomsky argued at length that no scientific theory had ever resulted from the scientist performing mechanical operations on the data. How the scientist happens to hit upon a particular theoretical notion is simply irrelevant; all that counts is its adequacy in explaining the phenomena in its domain. (Newmeyer 1986a: 66)

Essa ruptura do programa que se pretendia novo parece encaixar-se adequadamente à retórica típica das mudanças revolucionárias.

Os primeiros esforços para colocar em prática o programa da gramática gerativa revelou sem demora que mesmo nas línguas mais bem estudadas propriedades elementares haviam passado sem reconhecimento explícito, e que as gramáticas e dicionários tradicionais mais abrangentes apenas tocam a superfície. (Chomsky 1997a: 53)

Como podemos mostrar que todas as línguas são variações sobre um mesmo tema, e também, ao mesmo tempo, registrar fielmente suas propriedades intrincadas de som e sentido, superficialmente diversas? Uma teoria genuína da linguagem humana precisa satisfazer duas condições: “adequação descritiva” e “adequação explicativa”. A gramática de uma língua particular satisfaz a condição de adequação descritiva na medida em que oferece uma descrição completa e minuciosa das propriedades da língua, ou seja, daquilo que o falante dessa língua sabe. Para satisfazer as condições de adequação explicativa, uma teoria da língua deve mostrar como cada língua particular pode ser derivada de um

²⁶ Pesquisadores como Borges Neto (2004a) apontam que *novo* seria mesmo a retórica, já que em seus primeiros momentos a GG manteve muito dos métodos utilizados pelo estruturalismo norte-americano.

estado inicial uniforme sob as “condições-limite” impostas pela experiência. Deste modo, ela fornece explicação para as propriedades das línguas em um nível mais profundo. (Chomsky 1997a: 55)

Essa teoria que se iniciava programaticamente nas décadas de 1950 e 1960 nos EUA tinha como posicionamento central assumir **língua** como um sistema de representação mental, caracterizando a base mentalista das propostas, fundamentada na idéia de que essa língua, como objeto de investigação, é um conjunto de regras/princípios inatos, relacionados a processos e/ou estados da mente/cérebro.²⁷

A abordagem que estive delineando se interessa pela faculdade de linguagem: seu estado inicial, e os estados que ela assume. Suponha que o órgão de linguagem de Pedro se encontra no estado L. Podemos conceber L como a “língua internalizada” de Pedro. Quando [...] falo de uma língua, isto é o que tenho em mente. Compreendida assim, uma língua é algo como “nosso modo de falar e de compreender”, uma concepção de linguagem que tem tradição. (Chomsky 1997a: 52)

A língua de Pedro determina um conjunto de expressões infinito, cada uma com seu som e sua significação. Em terminologia técnica, a língua de Pedro “gera” as expressões da sua língua. Por isso, a teoria da língua dele é chamada de gramática gerativa. (Chomsky 1997a: 52)

Assim, a Gramática Gerativa procura caracterizar de forma precisa o **conhecimento** que o falante tem de sua língua, tendo em vista o objetivo de alcançar respostas para perguntas relacionadas à natureza desse conhecimento, à forma de utilização desse conhecimento pelos falantes e às etapas que possam caracterizar a aquisição desse conhecimento. Esse conhecimento, depositado na mente/cérebro do falante, é denominado de **competência lingüística**²⁸, também chamado, em outros momentos da teoria, de **Língua-I** (língua internalizada)²⁹, de **conhecimento da língua** e de **gramática interna do falante**.

²⁷ Chomsky, em diversos trabalhos, aponta que a Gramática Gerativa é uma herdeira de concepções anteriores da história dos estudos sobre a linguagem humana que também consideraram parte do conhecimento humano como inato. Ele destaca, p. ex., a contribuição da filosofia cartesiana, em voga principalmente no século XVII, e que considerava, com René Descartes (1596-1650), idéias que eram congênitais, ou seja, inatas. Cf., sobre os recuos históricos propostos por Chomsky, não livres de polêmicas, Chomsky (1978), (1998) e *Delta* 13. Koerner (1989b) avalia criticamente as propostas historiográficas de Chomsky.

Chomsky (s/d [orig. de 1977]: 80) defende-se também em vários de seus trabalhos: “Falamos, mais precisamente, de minha relação com a história das idéias. Até hoje, ainda persiste certo número de mal-entendidos, e eu me lembrei de que havia dois tipos de relações com a história das idéias. Por exemplo, minha maneira de ler o racionalismo clássico não é absolutamente a maneira usada por um historiador das Ciências ou da Filosofia. Contrariamente ao que alguns críticos afirmaram, para mim não se trata de reconstituir de maneira exaustiva o que as pessoas realmente pensavam na época, mas, antes, saber como, na época, certas pessoas examinaram as coisas importantes, talvez sem delas saber realmente”.

²⁸ Chomsky define a *competência* lingüística como objeto de estudo da Gramática Gerativa e determina que esse objeto é considerado como uma gramática que conteria uma espécie de dicionário mental, responsável pelas informações lexicais, e também um conjunto de princípios e regras atuantes sobre as formas da língua contidas no dicionário.

²⁹ Chomsky propõe os conceitos de Língua interna (Língua-I), objeto de estudo da Gramática Gerativa, e de Língua externa (Língua-E).

“A língua-I é, pois, um elemento que existe na mente da pessoa que conhece a língua, adquirido por quem aprende e usado pelo falante-ouvinte.” (Chomsky 1994: 41)

Língua-E é concebida como o conjunto de atos lingüísticos reais ou potenciais, situados contextualmente.

Além do entendimento da competência lingüística do falante, verificada pela análise da formação de sistemas formais que dêem conta das diferentes gramáticas particulares, a Gramática Gerativa pretende determinar qual é a *natureza* do **componente inato da linguagem humana**³⁰, fruto de uma **faculdade da linguagem** herdada geneticamente³¹. Essa posição é uma das grandes distinções da Gramática Gerativa em relação a outras áreas da lingüística contemporânea.³²

A proposta da Gramática Gerativa é oferecer um tratamento formal, preciso e explícito, das propriedades que as línguas naturais apresentam.³³ Para isso, a teoria se propõe a oferecer sistemas de regras e/ou princípios que possam caracterizar a linguagem humana como uma estrutura cognitiva, com propriedades inatas, que são parte de um estado mental inicial do falante. É, portanto, interesse fundamental da Gramática Gerativa investigar a linguagem humana tendo em vista a consideração de que ela é um sistema cognitivo, herdado geneticamente pela espécie, autônomo (no sentido de que seu desenvolvimento não está essencialmente relacionado a outros desenvolvimentos cognitivos).

A linguagem humana está baseada numa propriedade elementar que parece também ela ser biologicamente isolada: a propriedade da infinitude discreta, que em sua forma mais pura é exibida pelos números naturais 1, 2, 3... As crianças não apreendem esta propriedade; se a mente não possuísse já de antemão os princípios básicos, não haveria quantidade de evidência capaz de provê-los. Do mesmo modo, nenhuma criança precisa aprender que existem frases com três palavras e frases com quatro palavras mas não com três palavras e meia, e que esse número pode ir aumentando sem ter fim; é sempre possível construir uma frase mais complexa, com uma forma e um sentido definidos. Tal conhecimento nos chega necessariamente “originário da mão da natureza”, nas palavras de David Hume, como parte da nossa dotação biológica. (Chomsky 1997a: 50)

³⁰ “A questão não é determinar se a aprendizagem pressupõe ou não uma estrutura inata — é claro que pressupõe; isso nunca foi posto em dúvida —, mas sim quais são as naturezas inatas em domínios específicos.” (Chomsky 1980: 17)

³¹ “No caso da linguagem, deve-se explicar como um indivíduo, a partir de dados muito limitados, desenvolve um saber extremamente rico: a criança, imersa numa comunidade lingüística, confronta-se com um conjunto muito limitado de frases, na maioria das vezes imperfeitas, inacabadas, etc. [...]; entretanto, ela chega, num tempo relativamente curto, a ‘construir’, a interiorizar a gramática de sua língua, a desenvolver um saber bastante complexo, e que não pode ser induzido só dos dados de sua experiência. Concluimos, disso, que o saber interiorizado deve ser estreitamente limitado por uma propriedade biológica [...]” (Chomsky s/d: 69, orig. de 1977)

³² “Estamos, pois, em boa posição para determinar a natureza do equipamento biológico que é a ‘faculdade da linguagem’ humana, a componente inata da mente/cérebro que dá origem ao conhecimento da língua quando confrontada com a experiência lingüística, que converte a experiência num sistema de conhecimento.” (Chomsky 1994: 16)

³³ “... como caracterizar de modo explícito o saber lingüístico? Ocorre que uma caracterização explícita deve ser uma teoria formalizada. A observação estende-se à aquisição da linguagem. As *explicações* só existirão na medida em que os princípios gerais forem formalizados; a partir daí poder-se-á construir uma argumentação dedutiva que conduza a fenômenos a ser explicados.

Uma certa matematização estava assim prevista no programa total, mas uma matematização pouco sofisticada, capaz simplesmente de exprimir princípios e regras precisas dentro de um sistema formalizado.” (Chomsky s/d [orig. de 1977]: 115)

Essa concepção da linguagem coloca em destaque a modularidade da mente, em que um dos módulos, teoricamente, seria responsável pela linguagem, sendo caracterizado por princípios e formas de representação específicos.³⁴

Chomsky propôs o conceito de **Gramática Universal** (GU), caracterização da faculdade da linguagem herdada geneticamente.

A faculdade da linguagem pode razoavelmente ser considerada como “um órgão lingüístico” no mesmo sentido em que na ciência se fala, como órgãos do corpo, em sistema visual ou sistema imunológico, ou sistema circulatório. Compreendido deste modo, um órgão não é alguma coisa que possa ser removida do corpo, deixando intacto todo o resto. Um órgão é um subsistema que é parte de uma estrutura mais complexa. (Chomsky 1997a: 50)

Essa GU é vista, contemporaneamente, como um conjunto de **princípios** rígidos, fechados, comuns a todas as línguas da espécie humana. É em busca dessa caracterização universal da linguagem humana que o programa de investigação caminha. Ao lado desses princípios fechados, a GU também apresenta princípios abertos, chamados de **parâmetros**, responsáveis pela diversidade entre as diferentes línguas e suas gramáticas particulares. Esses parâmetros são articulados pela criança durante o processo de aquisição da linguagem. A GU é um estado inicial da faculdade da linguagem, que após as experiências da aquisição dá origem ao conhecimento lingüístico do falante, visto como o estágio final, caracterizando a gramática internalizada, ou seja, a competência lingüística do falante.

Essa visão da GU é própria da fase cognitiva do programa que se estabeleceu a partir da década de 1980; anteriormente a esse período, Chomsky assim definia a GU:

Definamos “gramática universal” (GU) como o sistema de princípios, condições e regras que são elementos ou propriedades de todas as línguas humanas, não por mero acaso, mas por necessidade — quero dizer, é claro, necessidade biológica, e não lógica. [...] GU expressa “a essência da linguagem humana”. GU será invariante entre os humanos. GU especificará o que a aprendizagem da língua deve alcançar, se for bem-sucedida. (Chomsky 1980: 28)

Para o programa, a questão do estabelecimento de regras explícitas era importante em seu início (década de 1960), fato que Chomsky considera como um “efeito positivo, disciplinar”, uma vez que regras explícitas levavam a uma compreensão mais adequada dos fatos lingüísticos. Mais uma vez, a retórica revolucionária, caracterizadora de um grupo de pesquisa que se pretende inovador, repete-se:

³⁴ “Deveríamos, pois, pensar no conhecimento da língua como um certo estado da mente/cérebro, como um elemento relativamente estável em estados mentais transitórios, uma vez atingido. Para além disso, deve ser entendido como um estado de uma faculdade da mente distinta — a faculdade da linguagem — com as suas propriedade, estrutura e organização específicas — como um ‘módulo’ da mente.” (Chomsky 1994: 31)

no momento em que começamos a escrever as regras, vimos que estávamos entendendo os fatos de maneira errada. Não se percebia isso na gramática tradicional porque ela não era suficientemente explícita: eles estavam tomando como certo o que as pessoas normalmente sabem [...] Imediatamente, tornou-se óbvio que tinha de se começar tudo de novo, fazer novos tipos de perguntas, mesmo sobre as línguas mais estudadas. No momento em que se começou a descobrir propriedades diferentes que não haviam sido notadas antes, começaram a aparecer também perguntas que os lingüistas não costumavam fazer, sobre como as coisas realmente funcionam, o que levou a um novo tipo de investigação empírica. (Chomsky em entrevista a Dillinger & Palácio 1997: 202)

Chomsky ressalta que o programa de pesquisa da Gramática Gerativa, a partir das décadas de 1950-1960, não estaria alterando um olhar científico sobre a linguagem, uma vez que, para ele, a lingüística é que se teria mantido distante de um olhar que ele toma como verdadeiramente científico, ou seja, de fato, havia uma proposta de mudança revolucionária, de manter-se distante de um programa de investigação anterior, já considerado, pelo lingüista, como ultrapassado.

A Lingüística [estruturalista] investigava um *corpus* de textos reais que eram analisados por partes e suas distribuições, concentrando-se em coisas observáveis. Isso era, supostamente, bastante lógico e científico, o que é muito curioso, já que as ciências não fazem nada disso, e, na verdade, talvez não façam isso desde a Astronomia Babilônica. O que as ciências estudam são os mecanismos interiores, as estruturas ocultas, que explicam alguns dos fenômenos observados. (Chomsky 1997c: 141)

Assim Chomsky define o objetivo do programa de investigação:

A gramática generativa de uma língua particular (onde “generativa” não significa mais do que “explícita”) é uma teoria que diz respeito à forma e ao significado de expressões dessa língua. [...] O seu ponto de referência é o da psicologia individual. Diz respeito aos aspectos da forma e do significado que são determinados pela “faculdade da linguagem”, que deve ser entendida como um componente particular da mente humana. A natureza desta faculdade é o tema básico de uma teoria geral acerca da estrutura da linguagem, que tem como objetivo a descoberta do conjunto de princípios e de elementos comuns às línguas humanas possíveis (Chomsky 1994: 22-23).

O núcleo de investigação do programa é representado pelas seguintes questões (Chomsky 1994: 23):

- i. “O que constitui o conhecimento da língua?”
- ii. “Como é adquirido o conhecimento da língua?”
- iii. “Como é usado o conhecimento da língua?”

A questão principal a ser respondida pelo programa é a de número (i), intimamente relacionada com a questão (ii), uma vez que essa relação permite investigar de que modo, tendo em vista princípios fechados e universais, diferentes gramáticas de línguas particulares são formadas. A questão exposta em (iii) lida com o uso da língua pelos falantes, seja nos processos de comunicação, seja na expressão do pensamento (considerada a principal função da linguagem humana para Chomsky).

A resposta à primeira questão é dada por uma gramática generativa particular: uma teoria que se ocupa do estado da mente/cérebro do indivíduo que conhece uma língua particular. Por sua vez, a resposta à segunda questão é dada por uma especificação da GU e pela consideração dos meios através dos quais os seus princípios interagem com a experiência, de modo a darem origem a uma língua particular. A GU é uma teoria do ‘estado inicial’ da faculdade da linguagem, anterior a qualquer experiência linguística. Finalmente, a resposta à terceira questão seria uma teoria acerca do modo como o conhecimento da língua atingido interfere na expressão do pensamento e na compreensão das amostras de língua que nos são apresentadas e, por consequência, na comunicação e noutros usos especiais da língua. (Chomsky 1994: 23)

A alteração de conceitos, propostas teóricas e metodológicas no programa é uma de suas características. Chomsky e os pesquisadores em Gramática Gerativa parecem considerar, de fato, as constantes revisões do programa como um dos pontos centrais que permitem caracterizar a teoria como um *ciência*, uma vez que não mantém como dado e fixo aquilo que foi refutado por novas e reveladoras análises.

Chomsky se posiciona da seguinte maneira sobre as alterações internas de seu programa de investigação:

A Gramática Gerativa moderna é parecida com as ciências em alguns aspectos. Um deles é que tudo que está impresso já está ultrapassado. [...] As coisas mudam muito rapidamente. Se as pessoas ainda estiverem ensinando as mesmas coisas que ensinavam vinte anos atrás ou a área está morta ou o cérebro delas está morto. As coisas simplesmente mudam o tempo todo, como nas Ciências Naturais. (Chomsky 1997b: 153)

2.2 Alterações de fases na Gramática Gerativa

A Gramática Gerativa de base chomskiana, ao colocar o estudo da linguagem numa perspectiva biológica, por conta da proposição do inatismo da linguagem humana, do estabelecimento teórico da Gramática Universal e das Gramáticas Particulares, alterou consideravelmente as formas de análise da lingüística a partir dos anos 1960. O Brasil, ao receber as propostas da Gramática Gerativa, também alterou sua lingüística, ao ver a proposição de temas de pesquisa diferentes daqueles estabelecidos pela lingüística estruturalista no cenário acadêmico nacional.

A alteração de temas ia ao encontro do estabelecimento do nível sintático de análise como o ponto principal de observação do funcionamento das línguas naturais. Tal posicionamento já colocava como distantes as propostas gerativistas das propostas estruturalistas anteriores, que privilegiavam os níveis fonético, fonológico e morfológico para a análise das línguas.

Tomando como base a criatividade da linguagem humana, manifestada, por exemplo, na propriedade da recursividade das línguas naturais, a Gramática Gerativa colocou em foco a

tentativa de descrever, analisar, explicar o que seriam padrões regulares das línguas para dar conta da manifestação de diferentes estruturas sintáticas. O que as outras teorias viam como impossibilidade de descrição regular, dada a própria abertura do inventário das unidades do nível sintático, a Gramática Gerativa via como uma possibilidade de expansão da pesquisa a respeito das propriedades inatas da linguagem humana, responsáveis, em determinada medida, exatamente pela competência lingüística dos falantes nativos de uma língua, capazes de compreender sentenças nunca antes ouvidas e também aptos a produzir sentenças nunca antes ouvidas. Essa habilidade — definida como o aspecto criativo da linguagem humana — tornava necessária a manifestação de propriedades que deveriam ser capazes de analisar esse aspecto do uso das línguas naturais.

A contribuição formal crítica da gramática gerativa, em sua fase inicial, foi mostrar que a regularidade e a ausência de limites da sintaxe da língua natural podiam ser expressas por modelos gramaticais precisos dotados de processos recursivos. Saber uma língua significa dominar tacitamente um procedimento gerativo recursivo. (Belletti & Rizzi 2006: 4)

Costuma-se apontar que a Gramática Gerativa, em busca das melhores soluções para os problemas que definiu, apresenta uma alteração interna de propostas bastante marcante. Como se dentro do programa de investigação da Gramática Gerativa pequenos subprogramas fossem se estabelecendo ao longo da história da teoria gerativa. O próprio Chomsky propõe um recuo histórica da Gramática Gerativa em termos de divisões em programas internos ao da Gramática Gerativa.

Para Newmeyer, a visão histórica de Chomsky dos desenvolvimentos de sua teoria apresenta um direcionamento linear. Então, o autor propõe uma história da Gramática Gerativa de caráter mais cíclico, com continuidades e descontinuidades.

I will offer instead a more cyclical interpretation of the history of generative syntax. In place of a gradual progression from a rule-orientated conception of grammar to a principle-orientated one, I will suggest that there have been four successive stages in the development of the field, alternatingly rule-orientated and principle-orientated. [...] Specifically, I will characterize a period as 'rule-orientated' if the generally accepted central task is seen to be to propose, motivate, ou argue against the existence of language particular rules. The period will be identified as 'principle-orientated' if mainstream research focuses on motivating principles of UG. (Newmeyer 1996: 41)

Newmeyer(1996) argumenta, na esteira da idéia de Laudan, que o que vai caracterizar cada um desses períodos é muito mais a *forma de achar respostas* para as indagações do que a caracterização do tipo de questões que cada período estabeleceu. orientado para regras ou orientado para princípios. A questão é que cada um desses períodos colaborou para estabelecer etapas para responder a uma das grandes questões do programa: qual a natureza dos processos sintáticos das línguas naturais. O autor também lembra que uma historiografia

que faça esse recorte em duas formas de encaminhamento da pesquisa é um recorte metodológico, já que

[...] motivating rules and motivating principles are not wholly incompatible tasks. One can hardly imagine a paper that put forward some new principle of UG that did not at least call attention to, and perhaps reformulate, a language-particular rule, if only to show how its application is constrained by the principle. Likewise, virtually all work that has motivated a role or rules has done so in the context of providing support (implicit or explicit) for a particular model of grammar, that is, for a theoretical principle. (Newmeyer 1996: 41)

Newmeyer divide sua historiografia da Gramática Gerativa da seguinte forma reproduzida no quadro que segue (traduzido de Newmeyer 1996: 42):

Quadro II: A divisão historiográfica de Newmeyer

PERÍODO	NATUREZA	ANOS	INSPIRAÇÃO PRINCIPAL
Gramática Transformacional	orientado para regras	1957-1967	<i>Syntactic Structures</i> , Chomsky, 1957
Semântica Gerativa	orientado para princípios	1967-1972	<i>An Integrated Theory of Linguistic Descriptions</i> , Katz & Postal, 1964
Lexicalismo	orientado para regras	1972-1980	'Remarks on Nominalization', Chomsky, 1970
Regência e Ligação	orientado para princípios	1980-	'Conditions on transformations', Chomsky, 1973

Newmeyer aponta que as fases da Gramática Gerativa caracterizam-se por um início de cada período em que uma mudança na compreensão dos processos sintáticos é instalada, e essa mudança nos processos descritivos e explicativos pode ser delimitada pela publicação de uma ou mais obras centrais para o desenvolvimento de um novo modo de propor soluções para o programa.

Boeckx & Hornstein (ms.) também estabelecem sua história da Gramática Gerativa tendo em vista a alteração de pontos fundamentais na forma de compreender a natureza dos processos sintáticos e estabelecem fronteiras para cada fase tendo em vista a publicação de uma obra central de Chomsky. A Gramática Gerativa chomskiana é dividida pelos autores em três fases, correspondendo a cada uma dessas fases uma proposição teórica central de Noam Chomsky: a) uma primeira fase chamada de combinatória, em torno da publicação de

Syntactic Structures em 1957; b) um período cognitivo, com a publicação de *Aspects of a Theory of Syntax*, etapa conhecida como Teoria Padrão e estabelecida a partir de 1965; os modelos Padrão e Padrão Estendido se encerram em 1979 e início da década de 1980, quando Chomsky começa a publicar os primeiros textos em torno do modelo de Princípios & Parâmetros (inicialmente reconhecido como Teoria da Regência e Ligação); c) o programa de investigação passa atualmente por reformulações propostas por Chomsky, pela proposição do Programa Minimalista, definido como o terceiro período da Gramática Gerativa chomskiana.

Cada um desses períodos organiza-se em torno de publicações chomskianas consideradas como centrais e apresenta paralelismos, o que acaba caracterizando a existência de um único programa de investigação³⁵. Essas fases, com diferentes resultados e recepções, apresentam objetivos específicos a serem alcançados, tendo em vista o pressuposto central da teoria, que permanece inalterado ao longo de cerca de 50 anos.

Boeckx & Hornstein (ms.) definem os períodos pela publicação de uma ou duas obras centrais de Chomsky, o que acaba por reforçar a figura da liderança. As publicações garantem a cada período um conjunto de orientações teóricas e metodológicas, mantendo a distinção da Gramática Gerativa em fases e, ainda assim, a concentração em torno de um núcleo comum.

Cada fase, ainda que trate de temas comuns à teoria como um todo, mantém enfoques peculiares em determinadas questões e determinados dados; cada uma delas, também, experimentou (e experimenta) diferentes recepções e graus de sucesso. Botha (1973) apresenta uma conclusão bastante crítica do programa e de suas alterações intraparadigmáticas, vistas como fomentadoras de controvérsias que, muitas vezes, não definiram caminhos seguros para a teoria responder às questões que se propunha.

Dessa maneira, os três períodos apontados — combinatório, cognitivo e minimalista — podem ser vistos como diferentes fases de um mesmo programa de investigação; cada fase estabelecendo à sua maneira princípios teóricos e metodológicos que podem até ser contraditórios.

³⁵ Borges Neto (2004a: 97) afirma que entre as diferentes fases da GG é possível dizer que é o objetivo central permanente o fator que permite a identificação de um único programa de investigação, dividido em fases internas: “É esse núcleo, constante nos 50 anos de história da GG, que nos permite dizer que estamos diante de um mesmo programa de investigação, apesar das inúmeras e profundas alterações que o mecanismo teórico (o sistema computacional) sofre”.

Vê-se, assim, a proposição de regras e transformações ser central num primeiro estágio do programa, para depois deixar de ser em nome de princípios mais abrangentes, que estabeleceram diferentes módulos teóricos para a teoria. Numa etapa posterior, na fase mais recente chamada de minimalista, esses módulos teóricos, tão importantes na fase cognitivista, foram abandonados pelo programa. Essas alterações determinam, como queria Lakatos (1979), o desenrolar do programa de investigação científica em termos de progresso ou degeneração, sendo que o progresso é estabelecido quando o programa for capaz de se desenvolver teoricamente ao antecipar o desenvolvimento empírico. A proposição de hipóteses, que em seguida precisam ser confirmadas por dados — como indica o método dedutivo —, na Gramática Gerativa, acompanha essa idéia de Lakatos. Seguindo o método dedutivo e estabelecendo sua rede argumentativa, mesmo que à custa de alterações internas no programa, a Gramática Gerativa parece manter seu objetivo de ser essencialmente uma ciência em busca de explicações, como Chomsky definiu em vários depoimentos nas décadas de 1950 e 1960.

A seguir, uma breve história da Gramática Gerativa chomskiana em três fases, de acordo com a proposta de Boeckx & Hornstein (ms.).³⁶

a) “O período combinatório”

O período combinatório apresentou como texto chomskiano central *Syntactic Structures* (1957) e é comumente apontado como “o início da teoria gerativa”.

Ainda que seja comum iniciar o trajeto histórico da Gramática Gerativa a partir da publicação de *Syntactic Structures*, Chomsky adverte que o programa de pesquisa deve ser colocado numa perspectiva histórica desde o trabalho de Pānini, na Índia clássica, e de Platão (428-354 a.C.), na Antiguidade clássica ocidental, passando pela filosofia racionalista do século XVII, via Descartes (1596-1650), pelos trabalhos de Rousseau (1712-1778), de Humboldt (1767-1835), de Otto Jespersen (1860-1943) e chegando aos primeiros trabalhos do lingüista, os quais ele considera serem sua tese de mestrado (sobre a morfofonêmica do

³⁶ Volto a apontar que o objetivo desta parte do trabalho é contextualizar o leitor para que ele possa acompanhar a análise da Gramática Gerativa no âmbito nacional. Tendo isso em mente, é natural que esse registro seja breve e limitado, uma vez que não é objetivo central desta tese traçar essa história, mesmo porque ela já foi suficientemente descrita de forma mais abrangente por uma série de outros trabalhos, que seguem apontados na bibliografia.

hebreu) e seu trabalho de doutorado *The Logical Structure of Linguistic Theory*³⁷. Chomsky lembra, também, trabalhos como os de Hugh Matthews (de 1965, sobre a sintaxe do Hidatsa, língua indígena americana), Robert Lees (de 1961, sobre a fonologia do turco), entre outros, que, segundo ele, colaboraram de forma destacada para a história da Gramática Gerativa.³⁸

A proposta de Chomsky, nesse momento, era desenvolver um formalismo explícito e adequado para a representação de fenômenos lingüísticos. Essa fase definia-se como fortemente computacional (combinatória), o que refletia fatores extralingüísticos relacionados ao período de escrita e publicação do livro, considerado como central para o período.

Na segunda metade da década de 1950, recorte temporal da publicação de *Syntactic Structures*, Chomsky foi contratado como professor de lingüística pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), especificamente em 1956. O departamento de lingüística era vinculado a laboratórios de engenharia, e Chomsky teve que acompanhar o “diálogo” entre essas áreas, inclusive para justificar auxílios financeiros. Assim, ele começou a produzir trabalhos que propunham contato com as teorias da informação e da tradução automática, enfim, algo que aproximasse a lingüística de uma teoria da comunicação³⁹.

Desses fatores extralingüísticos, surgiu uma certa matematização⁴⁰ da teoria, evidenciada, por exemplo, na sua própria denominação. O termo *gerativo* vem das ciências matemáticas e está relacionado a conjuntos finitos de regras que definem, de forma recursiva, conjuntos infinitos de objetos — exatamente a concepção da possibilidade gerativa das sentenças de uma língua.

³⁷ “Cedo se convenceu de que as limitações dos estudos estruturalistas se deviam, não a uma formulação menos apropriada dos procedimentos de descoberta, mas à incorrecção global da abordagem adoptada. Esta convicção está já patente na tese de M.A. *Morphophonemics in Modern Hebrew* (1951) e na dissertação de Ph.D. *The Logical Structure of Linguistic Theory* (1955), publicada parcialmente em 1975, que procuram responder a um dos objectivos do programa generativista: a construção de gramáticas capazes de enumerar e descrever as frases bem formadas de uma língua.” (Do prefácio de Inês Duarte para Chomsky 1994, p. X)

³⁸ Chomsky desenvolve essas idéias em entrevista a Dillinger & Palácio (1997).

³⁹ “From the start, linguistics at MIT was affiliated with the Research Laboratory of Electronics, which played an important supportive role in the early years of the program. Originally part of the MIT Radiation Laboratory, where, incidentally, radar was developed during World War II, the RLE continued the work of the Radiation Laboratory after the war under a joint services contract (i.e., a contract under which each of the armed services contributed funds). While the specific makeup of the RLE changed over the years, throughout most of the 1960s it comprised three disciplines: General Physics, Plasma Dynamics, and Communication Sciences and Engineering (which included MIT’s acoustics laboratory). When Morris Halle, who had a position with the acoustics laboratory, organized the linguistics Ph.D. program in 1960, it seemed natural to classify linguistics, too, as a ‘communication science’. Linguistics thus came under the purview of the RLE, eligible for funds from the Department of Defense, which paid the overhead, student support, and even a portion of faculty salaries.” (Newmeyer 1986a: 84-85)

⁴⁰ Boeckx & Hornstein apontam o diálogo com a engenharia. Preferi apontar o diálogo com as ciências matemáticas, seguindo o que outros comentaristas da GG, como Lyons (1973), fazem.

Dessas primeiras tentativas de contato surgiu *Syntactic Structures*, obra bastante relativizada em importância por Chomsky, que ressalta o caráter limitado do livro, resultado de aulas dadas em cursos do MIT. O que Chomsky destaca da publicação é a segunda parte do livro (em que trata de temas como as transformações em inglês, o poder explicativo da teoria lingüística e a relação sintaxe-semântica), na verdade retomadas de seus trabalhos com o hebreu e do *The Logical Structure of Linguistic Theory*, considerados por ele muito mais importantes.⁴¹

A historiografia da Gramática Gerativa aponta que a publicação de 1957 sofreu uma grande rejeição pela comunidade de lingüistas norte-americanos, assim como o trabalho que Chomsky considera fundamental articulador da teoria gerativa, o *The Logical Structure of Linguistic Theory*, bastante rejeitado⁴² e só publicado em 1975 (momento em que Chomsky já havia firmado seu nome como lingüista), mas considerado, por seu autor, como pronto para publicação ainda na década de 1950. A rejeição inicial também ao *Syntactic Structures* só se alterou com a publicação de uma resenha do lingüista Robert Lees, publicada em *Language* 33 (1957), que veio chamar a atenção para o programa de pesquisa que Chomsky procurava estabelecer.⁴³

Descartando ou não a importância da obra, ela de fato foi responsável, até por conta da incompreensão e rejeição de que foi objeto, pela proposição de um novo paradigma nas ciências da linguagem, em relação aos anteriores, principalmente por apontar falhas em mecanismos utilizados pela lingüística pregressa e também, de forma então inédita para a ciência lingüística contemporânea da época, por apresentar como nível preferencial de análise

⁴¹ “Na verdade, a própria opinião de Chomsky, naquele tempo e agora, era que a importância de *Syntactic Structures* era muito pequena “quase irrelevante”. Afinal, a monografia era simplesmente uma coleção de notas que ele tinha feito para o curso de graduação em que lecionava.” (Barsky 2005: 117)

⁴² Chomsky (s/d, orig. de 1977) aponta que tem pouco a dizer sobre a “reservada acolhida” ao seu trabalho em *The Logical Structure of Linguistics Theory*. O material não foi, de fato bem recebido, sendo inclusive rejeitado para publicação pela editora do MIT. Outra parte do trabalho também foi recusada pela revista *Word*. Chomsky procura justificar essas rejeições apontando para o caráter bastante inovador do livro tendo em vista o contexto, considerado por ele como desfavorável, da época.

⁴³ “Normalmente considera-se que a história da GG se inicia em 1957, com a publicação de *Syntactic Structures* [...] Os trabalhos anteriores de Chomsky [...] tiveram pouca influência no desenvolvimento do programa chomskiano.” (Borges 2004a: 98)

“As idéias de Chomsky só começaram a ser conhecidas pelos lingüistas após a publicação de *SS* e, principalmente, após a longa resenha que Robert Lees, lingüista que já possuía uma certa reputação junto à comunidade, publicou em *Language* [em 1957].” (Borges 2004a: 99)

o sintático, de fato negligenciado pelo estruturalismo norte-americano, no qual Chomsky havia se formado e conhecia bem.⁴⁴

Já no prefácio de *Syntactic Structures*, Chomsky aponta a intenção do estabelecimento de uma nova forma de praticar a ciência da linguagem. Suas primeiras palavras já destacam a alteração do nível de análise: “*This study deals with syntactic structure both in the broad sense (as opposed to semantics) and the narrow sense (as opposed to phonemics and morphology)*” (Chomsky 1957: 5).

A análise proposta procurava oferecer um sistema que desse conta da produção das sentenças gramaticais de uma língua.

The fundamental aim of linguistic analysis of a language L is to separate the grammatical sequences which are the sentences of L from the ungrammatical sequences which are not sentences of L. The grammar of L will thus be a device that generates all of the grammatical sequences of L and none of the ungrammatical ones. (Chomsky 1957: 13)

Chomsky tinha em mente criar, numa teoria lingüística geral, um espaço teórico e de análise que previsse mecanismos responsáveis pela criação de sentenças de uma língua. Para isso, a lingüística, na visão dele,

must be concerned with the problem of determining the fundamental properties of successful grammars. The ultimate outcome of these investigations should be a theory of linguistic structure in which the descriptive devices utilized in particular grammars are presented and studied abstractly with no specific reference to particular grammars. (Chomsky 1957: 11)

Entre as concepções teóricas da Gramática Gerativa nessa fase estavam considerações como as seguintes:

- a) o conjunto de sentenças bem-formadas de uma língua é infinito;
- b) e as sentenças dividem-se em gramaticais e agramaticais.

⁴⁴ “Desde muito cedo leitor de estudos do Hebreu, que o familiarizaram com a preocupação da lingüística histórica de procurar explicações gerais para os fenómenos de mudança, Chomsky toma contacto com a lingüística estruturalista americana através da revisão das provas da obra de Harris *Methods in Structural Linguistics*.” (Do prefácio de Inês Duarte para Chomsky 1994, p. X)

De fato a contribuição do estruturalista Zellig Harris para a formação intelectual e lingüística de Chomsky é bastante destacada, como se depreende de comentário do próprio Chomsky, em diversas entrevistas e na biografia de Barsky (2005).

“Chomsky redefined the goal of linguistic theory to that of providing a rigorous and formal characterization of a ‘possible human language’, that is, to distinguishing as precisely as possible the class of grammatical processes that can occur in language from those that cannot.” (Newmeyer 1986a: 66-67)

“While most structuralists had tended to ignore syntax, in the Chomskian view of language, syntactic relations are central. Indeed, the grammar of a language is represented by a formal set of rules that ‘generate’ [...] the possible sentences and their associated structural properties.” (Newmeyer 1986a: 67)

Tendo as considerações anteriores em vista, o trabalho consistia em propor uma gramática (então definida como um conjunto de regras) capaz de gerar sentenças gramaticais, e apenas as gramaticais, da língua.

O lingüista, desde o início de seu programa, mostrou cuidado com a definição de uma área que se deveria caracterizar pela precisão da argumentação e pela exposição e comprovação, ou não, de hipóteses. Como se depreende da leitura de Botha (1973), é possível recuperar a história da Gramática Gerativa por um estudo da rede argumentativa proposta ao longo do desenvolvimento da teoria.

Sendo assim, essa primeira fase constrói sua rede de argumentação apontando falhas em alguns modelos de gramática, tendo como objetivo destacar a forma ideal de fazer uma análise lingüística, aquela que Chomsky então propunha como a **gramática transformacional**.

A primeira insuficiência apontada é a das gramáticas de estado finito⁴⁵ (ainda que elas apresentem interessante simplicidade formal) em propor modelos para a análise de línguas naturais, uma vez que essas gramáticas não eram capazes de tratar de dependências não locais entre expressões de determinada seqüência. Por exemplo: a sentença *Aquela moça trouxe a blusa* seria produzida a partir da escolha de *aquela* para a primeira posição; em seguida, escolhe-se *moça* como um elemento possível de acompanhar a primeira unidade escolhida, e assim por diante. Chomsky argumenta que uma relação não contígua, manifestada entre as palavras da sentença, não poderia ser explicada por uma gramática que seguisse tão de perto uma linearidade. Se houver uma sentença como *Quem quer que fale que aquela moça trouxe a blusa está mentindo*, não será possível explicar relações de dependência tendo em vista posições subseqüentes ocupadas pelas palavras; por exemplo, como explicar a relação entre *quem* e *está mentindo*, já que não há contigüidade entre as unidades. Daí a insuficiência do modelo para descrever fatos sintáticos.

Outra rede argumentativa é traçada levando em consideração o modelo da gramática de estrutura de frase⁴⁶, considerado, então, como incapaz de revelar determinados aspectos lingüísticos das sentenças, sendo, assim, um modelo inadequado de gramática. Essa

⁴⁵ Gramáticas capazes de gerar um conjunto infinito de sentenças, utilizando um número finito de regras recursivas operando sobre um vocabulário também finito.

⁴⁶ Gramática sintagmática que representa diretamente uma estrutura de constituintes, em que unidades menores articulam combinações, formando unidades maiores.

inadequação está relacionada com a incapacidade de expressar generalizações presentes nas línguas naturais. A argumentação chomskiana indica que uma língua natural vai além da estrutura sintagmática e apresenta regras de transformação das estruturas, que seriam muito mais adequadas para explicar, entre outras, a relação entre sentenças ativas e passivas, que passaram a representar as propostas de Chomsky de sua gramática transformacional, de maneira bastante atuante, sendo tema de grande destaque na Gramática Gerativa da época,.

Dessa maneira, Chomsky propôs que uma gramática com regras transformacionais poderia de forma adequada gerar as sentenças gramaticais de uma língua.

Para isso, regras de combinação dos elementos constituintes das sentenças (regras sintagmáticas) foram estabelecidas, ao lado de regras que permitissem a formação de diferentes sentenças a partir de uma forma básica (regras transformacionais). Dada a força dessas regras transformacionais, caracterizando também o novo paradigma que se propunha para a análise sintática, a teoria desse período ficou conhecida como GRAMÁTICA GERATIVO-TRANSFORMACIONAL.

Nesse primeiro momento, a Gramática Gerativa já se colocava como uma teoria sobre a linguagem que se propunha inovadora, por não dar continuidade à lingüística que se fazia até então: aquela de teor distribucionalista, em que o importante era a descrição e a análise de dados fundamentalmente fonético-fonológicos e morfológicos. Esse aspecto de ruptura pode ser frontalmente combatido, uma vez que o próprio conceito de transformação foi derivado, por Chomsky, de idéias estabelecidas ainda no estruturalismo norte-americano.

A retórica de ruptura procurava caracterizar modificações tanto no sentido de estabelecer novos objetivos, para além da descrição e análise de dados observáveis de uma língua, como no de propor uma alteração nas formas de análise ao privilegiar o nível sintático, que até então não havia sido suficientemente descrito pelas abordagens estruturalistas, principalmente pelo distribucionalismo norte-americano, corrente considerada como oposta pelo próprio Chomsky em diversos posicionamentos seus.

A perspectiva cognitiva considera o comportamento e seus produtos não como o próprio objeto da investigação, mas como dados que podem proporcionar evidências sobre os mecanismos interiores da mente e sobre as formas com que esses mecanismos operam ao executar ações e interpretar experiência. As propriedades e padrões que eram o foco de atenção na lingüística estrutural têm seu lugar nesta abordagem, mas como fenômenos a serem explicados, juntamente com muitos outros, em termos dos mecanismos internos que geram expressões. É uma abordagem “mentalista”, mas

mentalista num sentido que deveria ser não controvertido. Ela se importa com “aspectos mentais do mundo”, que ficam lado a lado com os aspectos mecânicos, químicos, óticos e outros. Ela se propõe a estudar um objeto real no mundo natural — o cérebro, seus estados e funções — e assim levar o estudo da mente para uma eventual integração com as ciências biológicas. (Chomsky 1997a: 53)

No entanto, toda a retórica de ruptura dessa primeira fase não conseguiu deixar despercebido um viés ainda estruturalista das formas de descrição da Gramática Gerativa em torno de *Syntactic Structures*, como aponta, entre outros, Borges (2004a: 110), que também destaca que, configurando o final do período, a teoria se encontrou em momento no qual aquilo que era proposto como tarefas do programa encontrava barreiras em metodologias de análise muito semelhantes às do paradigma estruturalista, tão combatido retoricamente. Surgiram, assim, alterações no modelo descritivo, abrindo espaço para a segunda fase do programa.

b) “O período cognitivo”

O chamado período cognitivo apresentou como marco chomskiano a publicação de *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), um momento de diálogo entre as propostas chomskianas e as ciências naturais. Chomsky destaca seu trabalho e o de Katz & Postal como importantes para esse novo nível do programa.

O próximo nível de “cristalização” aconteceu por volta de meados dos anos 60, com trabalhos como *Toward an Integrated Theory of Linguistic Description* [1964] de Katz e Postal., o meu *Aspects of the Theory of Syntax*, e outros trabalhos, que levaram ao que mais tarde veio a ser chamado de Teoria Padrão, uma certa concepção de como a linguagem funciona. (Chomsky em entrevista a Dillinger & Palácio 1997: 202)

Radicalmente nesse momento Chomsky colocou a Gramática Gerativa num patamar diferente daquele ocupado tradicionalmente pela lingüística. A ruptura se fazia mais uma vez presente na aproximação das ciências da linguagem com as disciplinas naturais.

Procurando corrigir problemas da primeira abordagem teórico-metodológica de *Syntactic Structures*, Chomsky lançou a nova formulação denominada de Teoria Padrão. Problemas procuraram ser resolvidos para a ausência de princípios de restrição de seleção. Foi proposto o estabelecimento de regras sintagmáticas independentes do contexto e de regras sintagmáticas envolvendo o léxico. Esses dois tipos de regras resolveriam restrições de seleção, baseadas, por exemplo, nos traços de subcategorização. A proposta de descrição das línguas em dois

níveis encontrou-se fortalecida na Teoria Padrão: a **estrutura profunda** e a **estrutura superficial**, articuladas no momento da ação de **regras transformacionais**.

Esta nova teoria [a PADRÃO] altera significativamente o modelo descritivo e explicita uma série de postulados que, na teoria anterior, permaneciam supostos de forma relativamente obscura ou decorriam dos pressupostos mas não eram apresentados de forma clara. É nesse período, por exemplo, que surge a questão do inatismo como hipótese de trabalho, com a conseqüente psicologização forte da gramática. É nesse período, também, que se desenvolvem teorias auxiliares poderosas, que permitirão um melhor desempenho descritivo e/ou explicativo do programa: o léxico passa a ser relevante e recebe uma primeira formulação teórica consistente; surge a noção de “estrutura profunda”, que teve como conseqüência maior o início de uma preocupação com a semântica ... (Borges 2004a: 111)

Importantes abordagens para a teoria fazem parte de *Aspects*, como ressalta Brito (1999: 21): o modelo de gramática opera com a integração de componentes sintáticos, semânticos e fonológicos; a proposição de que o objeto de análise da pesquisa lingüística deve ser a **competência** do falante.

O seu grande mérito [a publicação de *Aspects*] foi sem dúvida o ter posto definitivamente a tônica na idéia de que o objeto privilegiado da Lingüística é o entendimento do conhecimento lingüístico dos falantes [...] , por oposição à “performance”, ao uso lingüístico efetivo. Esse é, na verdade, o sentido da “segunda fundação da Lingüística” ou da “revolução chomskiana”. (Brito 1999: 21)

Em meados de 1960 já se podia considerar que a batalha estava ganha: o programa gerativista era claramente dominante na lingüística norte-americana e começava sua expansão para outros lugares, pela conquista de novos adeptos fora dos limites da América do Norte. (Borges Neto 2004a: 110)

A imagem revolucionária se manteve e se fortaleceu a partir de 1965, instalando, também não livre de polêmicas, o que muitos historiadores e pesquisadores da Gramática Gerativa chamaram de “segunda fundação da lingüística moderna”.⁴⁷

Após o modelo da Teoria Padrão, Chomsky fez importantes alterações no programa da Gramática Gerativa, motivadas pela insatisfação com o excesso de regras propostas, fazendo com que a teoria ganhasse em poder descritivo, mas perdesse em poder explicativo, o que tornava cada vez mais difícil a compreensão do processo de aquisição da língua pela criança. As condições de adequação da teoria sempre foram uma preocupação de Chomsky:

⁴⁷ “... na polêmica opinião de alguns historiógrafos e críticos operar-se-ia, mais uma vez, em relação a um paradigma anterior, uma mudança no ideal de cientificidade lingüística [...] As proposições da Gramática Gerativa acabaram por provocar reflexões mais gerais sobre as tarefas a serem desempenhadas por uma Lingüística da ‘competência’ e por uma Lingüística da ‘performance’. Impôs-se, neste referencial, ultrapassar o estágio da observação e classificação de enunciados e formular hipóteses mais gerais, capazes de explicar — e não somente descrever — esses mesmos fatos. Assim, do ponto de vista interno da cronologia da ciência, no curto espaço de três décadas, a um ideal descritivista, ter-se-ia sucedido um ideal teórico-explicativo de fazer científico. Para Searle (1977) e Newmeyer (1986[b]), por exemplo, a produção lingüística que se desenvolveu a partir da chamada ‘revolução chomskiana’, seria o segundo exemplo de paradigma lingüístico deste século [o século XX].” (Altman 1998: 30)

Há considerável tensão entre estas duas tarefas da pesquisa. A busca da adequação descritiva parece conduzir à crescente complexidade e variedade dos sistemas de regras, enquanto a busca da adequação explicativa requer que a estrutura das línguas seja invariante, exceto nas partes marginais. (Chomsky 1997a: 55)

Essa tensão deu, e continua dando, nas palavras do próprio Chomsky (1997a: 55) “a guia para a pesquisa”, uma vez que as reformulações dentro do programa sempre estiveram em torno da busca do equilíbrio entre descrição (referente à propriedade que uma teoria da linguagem apresenta por apresentar adequadamente fatos de uma determinada língua) e explicação (referente à propriedade da teoria ser capaz de oferecer adequação explanatória sobre fatos não exatamente de uma língua particular mas explicações que garantam a formação de uma teoria geral da linguagem).

Um dos resultados dessa trajetória foi a proposta de Chomsky, na década de 1970, de uma revisão da Teoria Padrão: entrava em campo a Teoria Padrão Ampliada.⁴⁸

Quando *Aspects* foi publicado em 1965, já era completamente óbvio que estava errado e de maneira crucial. De fato, minhas palestras de 1964 e 1965 foram sobre o que havia de errado nessa teoria e durante alguns anos, estudantes e outras pessoas continuaram a estudar o que estava errado com ela. Desse trabalho veio o que mais tarde passou a ser chamado de Teoria Padrão Ampliada. (Chomsky em entrevista a Dillinger & Palácio 1997: 202)

A Teoria Padrão Estendida procurou formas de abordagem que buscassem representações e condições gerais para os fenômenos lingüísticos num momento em que Chomsky via a necessidade da teoria partir para a descoberta de princípios explicativos mais adequados para a comprovação de hipóteses a respeito do inatismo da linguagem.

O passo seguinte da era cognitiva foi dado na década de 1980, com a publicação de *Lectures on Government and Binding* (1981) e a proposição da Teoria da Regência e Ligação (TRG) (em inglês GB, de *government and binding*), preferencialmente chamada por Chomsky de Teoria de Princípios & Parâmetros (P&P)⁴⁹. O programa definia como objetivo central a

⁴⁸ Nesse período surgiu uma das mais fortes dissidências da GG: o embate sobre a caracterização da estrutura profunda e do papel da semântica como componente gramatical. O período caracterizou-se pelas controvérsias entre a semântica interpretativa (Chomsky) e a semântica gerativa (Lakoff, por ex.). Cf. Borges (2004b) para uma leitura introdutória sobre o tema e também Botha (1973) para a compreensão dos tipos de argumentos utilizados nos debates.

⁴⁹ “Andei brigando por quinze anos, sem sucesso, para fazer com que as pessoas parassem de chamá-lo de modelo GB. GB representas as palavras Government and Binding, e tem o nome GB porque teve origem em uma série de seminários e discussões que eu dei em Pisa, de onde saiu um livro intitulado *Lectures on Government and Binding*, de onde veio a falar-se em teoria [...] GB. Mas isto foi só porque a maior parte da discussão tinha a ver com esses dois assuntos. [...] Apenas acho um termo inadequado, mas todo o mundo está usando, então acho que esta batalha está perdida.” (Chomsky 1997b: 75)

descoberta e esclarecimento desses princípios abertos e fechados e o modo como eles interagiam.

... houve um seminário muito intenso [Chomsky refere-se às conferências proferidas no ano em Pisa, Itália] onde passamos o dia debatendo [Chomsky e uma importante geração de pesquisadores em GG na Europa: Luigi Rizzi e Adriana Belletti, Guglielmo Cinque, Giuseppe Longobardi], conversando etc. e muitos resultados surgiram daí. Mais tarde, eu escrevi sobre eles em *Lectures on Government and Binding*, mas esse livro foi basicamente os resultados dessas discussões e de outras no MIT. Representou uma grande mudança, e, na época, pelo menos, não percebi quão grande foi essa mudança. Depois de um ou dois anos, entretanto, ficou claro que representou uma mudança radical: foi a primeira teoria genuína, apesar de estar errada, mas pelo menos uma com as propriedades certas. Foi a primeira teoria de linguagem genuína a ser produzidas nesses 2500 anos, porque mostrou como é possível, em princípio e até certo ponto mesmo na prática, superar o conflito entre adequação descritiva e explicativa. (Chomsky em entrevista a Dillinger & Palácio 1997: 206)

Para o programa passou a ser central a importância da formulação da GU em torno de princípios rígidos e abertos (os parâmetros), como uma forma de encarar o fenômeno lingüístico não mais como resultado da ação de regras específicas, mas como reflexo da ação integrada de diferentes módulos da gramática. Não há mais, então, regras para fenômenos, mas explicações em termos de princípios, estabelecidos em módulos ou diferentes teorias.

Esta abordagem, que veio a ser chamada de “Princípios e Parâmetros”, rejeitou por completo o conceito de regra e de construção gramatical: não há regras para a formação de orações relativas em hindi, sintagmas verbais em banto, passivas em japonês, e assim por diante. As construções gramaticais familiares são tomadas como artefatos taxionômicos apenas, talvez úteis para a descrição informal, porém destituídas de valor teórico. [...] E as regras são decompostas em princípios gerais da faculdade de linguagem, que interagem tendo como resultado as propriedades das expressões. (Chomsky 1997a: 56)

No entanto, Chomsky não deixou sua inquietação sossegar diante de um modelo tão bem-sucedido quanto o de P&P.

Evidentemente, este é um programa, e não ainda um produto pronto. As conclusões que tentativamente alcançamos não sobreviverão em sua forma atual, provavelmente; e é desnecessário dizer que não se pode garantir que toda a abordagem esteja no caminho certo. Como programa de pesquisa, porém, tem sido muito bem-sucedido, conduzindo a uma verdadeira explosão de pesquisa empírica em línguas de um amplo leque tipológico, a novas perguntas que nunca poderiam ter sido sequer colocadas antes, e a muitas respostas intrigantes. (Chomsky 1997a: 56)

Entrou em cena, na década de 1990, o terceiro período da Gramática Gerativa, chamado de *período minimalista*, refletindo as idéias expostas por Chomsky em *The Minimalist Program* (1995).

c) “O programa minimalista”

O Programa Minimalista (PM) não é caracterizado como um novo projeto teórico, mas como um programa, ainda que, pela inovação de suas propostas (algumas em versões bastante

incipientes, como afirmam vários pesquisadores), muitas vezes pareça ser mesmo uma grande reformulação teórica do modelo.

... podemos perguntar até que ponto a linguagem é uma “boa solução” para as condições de legibilidade impostas pelos sistemas externos com os quais ela interage. Até bem recentemente, esta questão não poderia ser colocada de forma séria, e nem mesmo formulada de forma sensata. Agora isto parece ser possível, e há até mesmo indicações de que a faculdade lingüística possa ser próxima do “perfeito” neste sentido, uma conclusão, que se for verdadeira é surpreendente.

Aquilo que veio a ser chamado de “programa minimalista” é um esforço para explorar estas questões. É cedo demais para oferecer juízo seguro sobre o projeto. Segundo meu juízo pessoal, as perguntas podem atualmente ser agendadas de maneira proveitosa, e os primeiros resultados são promissores. (Chomsky 1997a: 57)

Entre essas propostas está a adoção da idéia de que muitos módulos ou subteorias de P&P devem ser descartados, em nome da existência de um sistema computacional articulador do **Léxico** (visto como enumeração de itens lexicais, já marcados morfológicamente) e de níveis de interface — a **Forma Fonética** e a **Forma Lógica**. Não há mais **Estrutura-D** e **Estrutura-S** (revisão da estrutura profunda e estrutura superficial -- os dois níveis de representação que foram responsáveis em outros períodos pela forte diferenciação da Gramática Gerativa em relação a outras áreas da lingüística).

A primeira pergunta é se existem outros níveis além dos níveis das interfaces: há níveis no interior da língua e, especificamente, os níveis de estrutura profunda e estrutura de superfície, conforme postulados em trabalhos dos últimos anos? O programa minimalista tenta mostrar que todos os fatos que vieram sendo tratados em termos destes níveis foram descritos mal, e podem ser igualmente bem ou melhor compreendidos em termos de condições de legibilidade na interface. (Chomsky 1997a: 59)

Em um certo sentido, o PM busca aparar arestas no programa de investigação, mas tendo em vista a necessidade de uma re-análise crítica do que a teoria já havia assumido anteriormente (Chomsky 1997a: 57), em nome da construção de um **design** mais apropriado da língua.

Num design com a propriedade da otimidade, não haveria introdução de novos traços no curso da computação. Não deveria haver nem índices, nem unidades frasais, nem níveis de barra (portanto, nem regras de estrutura de frase, nem teoria X-barra). Também tentamos mostrar que se pode prescindir de invocar relações estruturais além daquelas exigidas por condições de legibilidade ou induzidas de alguma maneira natural pela própria computação. Na primeira categoria entram propriedades como a adjacência no nível fonético, e estrutura argumental e relações quantificador-variável no nível semântico. Na segunda categoria, temos relações muito locais entre traços, e relações elementares entre dois objetos sintáticos associados no curso da computação: a relação que vigora entre um objeto sintático e partes de um outro é a relação de c-comando [...], uma noção cujo papel central se irradia por todo o design da língua e que havia sido considerada grandemente não-natural, embora dentro desta perspectiva encontre seu lugar de maneira natural. Porém excluímos a regência, relações de ligação no interior da derivação de expressões, e uma variedade de outras relações e interações. (Chomsky 1997a: 61)

... não é pequena a tarefa de mostrar que tal aparato pode ser eliminado por ser uma tecnologia descritiva indesejável; ou mais ainda, que o poder de descrição e explicação se ampliam se for eliminado este excesso de peso. Não obstante, penso que o trabalho destes últimos anos sugere que tais conclusões, que pareciam fora de cogitação uns poucos anos atrás, são pelo menos plausíveis, e com boas possibilidades de estarem corretas. (Chomsky 1997a: 61)

A retórica, a reformulação vinda do falseacionismo, a alteração da heurística manifestam-se na proposição do PM como uma nova etapa do programa de pesquisa.

... o Programa Minimalista, que é uma tentativa de procurar mostrar que estes grandes sucessos não são nada sólidos. Isto é, eles se baseiam em uma tecnologia descritiva que funciona, mas que está errada porque não é motivada e deve ser abandonada. Quando uma área torna-se suficientemente avançada, você pode começar a fazer perguntas baseadas em princípio sobre ela e mesmo nas ciências isto não é feito com frequência. (Chomsky em entrevista a Dillinger & Palácio 1997: 208)

2.3 *A proposta temática do trabalho*

A idéia de historiografar o programa de investigação em Gramática Gerativa no Brasil vai ao encontro das palavras de Altman⁵⁰:

ao insistir neste exercício de aproximação, nossa intenção é tentar neutralizar o fosso que parece existir entre a lingüística, enquanto prática científica, e sua historiografia, enquanto reconstrução metodológica dessa prática. Com efeito, Thomas Kuhn (1962) já observara que, ao contrário da arte, ou da filosofia, a ciência parece ‘matar’ a própria história. Dialogar com o passado, entretanto, pode contribuir positivamente para a formação e reflexão do lingüista do presente. (Altman 2001: 2)

era (e continua sendo) igualmente importante para o grupo de historiografia aprender a lidar, ao mesmo tempo, com certa postura igualmente injustificada da parte de lingüistas que trabalham em linhas de pesquisa mais tradicionais, que consiste em negar de antemão o que é proposto como ‘novo’ e interpretado como moda passageira e descartável, principalmente, em relação ao quadro gerativista de trabalho. Lembrar que não é preciso esperar 200 anos para que as proposições e os textos de Noam Chomsky sejam lidos pelo historiógrafo, e incluídos na sua reflexão sobre a história do(s) objeto(s) e do(s) método(s) lingüísticos [...] Os jovens pesquisadores do grupo de historiografia também precisam ser sensíveis à necessidade de buscar, de alguma maneira, o diálogo com o lingüista do presente, e não perder de vista a perspectiva contemporânea do(s) objeto(s) da sua reflexão. (Altman 2001: 4)

Esta pesquisa responde ao anseio de Altman, explicitado acima, ao procurar realizar uma análise historiográfica da recepção e do desenvolvimento das teorias de orientação gerativista no Brasil em seus primeiros momentos (1967-início da década de 1980).

O que se propõe como tema desta tese de doutorado é estabelecer uma narrativa historiográfica a respeito da recepção das propostas da Gramática Gerativa chomskiana no Brasil, seus desdobramentos e aspectos peculiares que possam ser considerados como determinantes da formação de uma Gramática Gerativa ‘brasileira’ (no sentido do estabelecimento de um grupo de especialidade especificamente voltado para o exame de temas pertinentes ao programa da Gramática Gerativa) e da formação de uma comunidade acadêmica nacional voltada a essa especialidade da lingüística.

⁵⁰ Na justificativa de um curso de orientação gerativa e historiográfica para a pós-graduação da USP, ministrado em 2001 pela Profª. Dra. Marta Luján, da Universidade do Texas.

Traçar a historiografia da Gramática Gerativa no Brasil em seus primeiros momentos, pela escrita de uma narrativa que coloca em foco uma historiografia de aspecto *interno*, no sentido de que procura descrever e analisar formas de tratamento da língua e seu desenvolvimento ao longo da formação e consolidação de um programa de investigação na corrente histórica, e também *externo*, ao observar os processos de institucionalização de grupo nacional de pesquisa em Gramática Gerativa.

Ainda que não possa haver marcos reconhecidamente aceitos como únicos e delimitadores, mantenho uma periodização sugerida pela leitura de Kato & Ramos (1999), apontando como momento inicial dessa recepção o ano de 1967. O limite da minha reflexão e análise historiográfica está situado no início da década de 1980, também por sugestão de Kato & Ramos (1999). Nos primeiros anos da década de 1980 os modelos da Teoria Padrão e da Teoria Padrão Estendida seriam substituídos pelo modelo de Princípios & Parâmetros. Efetuei essa delimitação e esse recorte com o intuito de estabelecer uma unidade definida de análise que proporcionasse, na medida que julguei satisfatória, a construção de um quadro descritivo que apoiasse a escrita de uma narrativa historiográfica. Naturalmente, muito se tem a comentar e analisar a respeito das décadas posteriores ao meu recorte, período que de fato viu um aumento de interesse e de prestígio em torno do grupo de especialidade que se formou em torno do programa gerativista. No entanto, acredito também que a alteração e o acompanhamento de um outro modelo da teoria, já bastante diferente em muitos aspectos daquelas propostas da Teoria Padrão e de sua ampliação, caracterizam também uma nova fase na recepção da Gramática Gerativa no Brasil, uma vez que modelos já puderam ter sido avaliados e descartados em nome de outro ideal de pesquisa dentro do programa. A alteração dos modelos, no meu entender, já leva a uma nova fase distinta daquele que se teria caracterizado como os primeiros momentos de recepção de uma lingüística que era assumida como uma nova forma de fazer ciência da linguagem.

Proponho, então, uma narrativa historiográfica sobre o desenvolvimento das pesquisas nacionais que tiveram como pressupostos teórico-metodológicos os da Gramática Gerativa e sobre o espaço acadêmico nessa área no Brasil.

Este trabalho procurou respostas satisfatórias para as seguintes indagações:

1) De que modo o programa de investigação foi definido pelos pesquisadores brasileiros? Que tipo de retórica pode ser associada ao programa na lingüística nacional? Qual é o papel que essas definições e posições programaticamente articuladas exerceram no sentido de estabelecer e garantir a especificidade de um programa de investigação?

2) De que modo alterações nas propostas teórico-metodológicas da Gramática Gerativa refletiram na pesquisa no Brasil? De que maneira se pode tentar escrever uma **História da Gramática Gerativa Brasileira** pela análise das pesquisas realizadas pela lingüística nacional, avaliadas e aprovadas pelos pesquisadores e expostas em periódicos de circulação e prestígio nacional e também em manuais de introdução?

3) A adoção e o desenvolvimento do programa de investigação trouxe ganhos para a descrição de aspectos do PB? Qual é a repercussão dos resultados obtidos pelas pesquisas, quais foram os problemas levantados?

4) De que modo se definiu a recepção e os desenvolvimentos iniciais do programa no Brasil? Como se caracterizou essa lingüística de recepção no recorte temporal definido?

São, então, definidos como pontos de observação deste trabalho:

- analisar a recepção e os desenvolvimentos iniciais de pesquisas nacionais relacionadas às propostas desenvolvidas por Noam Chomsky;
- avaliar o que foi percebido pelos lingüistas brasileiros como pesquisa em Gramática Gerativa;
- descrever e analisar de que forma as propostas teórico-metodológicas da Gramática Gerativa chomskiana foram aplicadas no Brasil, considerando especificidades do PB e as condições nacionais para o trabalho acadêmico;
- descrever e analisar (do ponto de vista institucional e acadêmico) o papel dos principais centros brasileiros de pesquisa em relação ao programa gerativista e seus principais pesquisadores;
- identificar e analisar os problemas teóricos privilegiados no contexto brasileiro, apontando de que maneira se desenvolveu um programa de investigação no Brasil.

2.4 Revisão da literatura

A definição deste tema de trabalho não se encontra isolada no cenário acadêmico nacional contemporâneo, já que, de maneira geral, observa-se na ciência lingüística brasileira, notadamente a partir da década de 1990, uma necessidade de se reavaliar, de observar os caminhos percorridos e de lançar luz sobre as novas propostas que os pesquisadores brasileiros colocaram para a lingüística e suas diferentes subáreas⁵¹. Nessa linha de trabalho, destacam-se algumas publicações sobre a produção em Gramática Gerativa no Brasil e mesmo reflexões a respeito do desenvolvimento da teoria.

Em 1999, Mary Kato e Jânia Ramos publicaram no volume 15 da revista *DELTA* (em número especial comemorativo dos trinta anos da Associação Brasileira de Lingüística — ABRALIN) o artigo “Trinta anos de sintaxe gerativa no Brasil”, expandindo trabalho anterior publicado também por Kato na *Revista da ALFAL* 11, “Estudos brasileiros na perspectiva de Princípios e Parâmetros”, no mesmo ano, em exemplar com o mesmo caráter comemorativo, dessa vez pela Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL).

Esse dois trabalhos apresentam o caráter da crônica, gênero historiográfico que tem por objetivo elencar, de forma informativa e descritiva se possível, trabalhos, autores e datas em determinada área de pesquisa. Muito se tem falado sobre a realização de crônicas e a confusão que se estabelece, fora do âmbito das pesquisas em HL, entre a realização de crônicas e a de narrativas historiográficas, sendo que as primeiras, muitas vezes, são confundidas com um texto de caráter historiográfico não só descritivo mas analítico-interpretativo. Também não se quer aqui revelar um outro lado da moeda, também falso, em que se desprestigiam as crônicas. São elas, de fato, material de trabalho importante para o historiógrafo, uma vez que bem realizadas constituem-se como o primeiro passo de uma narrativa historiográfica.

Kato ainda publicou outros artigos na *DELTA*, traçando um panorama a respeito dos desenvolvimentos da teoria, sem necessariamente centrar-se em questões e trajetos exclusivos do cenário acadêmico brasileiro: “Teoria Sintática: de uma perspectiva de ‘-ismos’ para uma perspectiva de ‘programas’”, em 1997; “A evolução da noção de parâmetros”, em 2002. Nesses dois trabalhos a autora faz uma espécie de ‘história interna’ dos desenvolvimentos

⁵¹ Cf., para uma compreensão dessa produção de caráter muitas vezes comemorativo, a crônica sobre os estudos a respeito da produção lingüística brasileira em Altman 2001b.

teóricos do programa gerativistas, apontando como as propostas se alteraram do esquema da proposição de regras para um esquema centrado em princípios.

Há também o artigo de Carlos Miotto, escrito em 1995, para a *Revista da Anpoll* em seu primeiro número, com o título “O GT de Teoria da Gramática”, dedicado a mapear as pesquisas e os projetos do grupo de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL). O texto de Miotto é informativo e trata da constituição inicial do Grupo de Trabalho da ANPOLL em 1987 e detalha as diferentes diretorias do grupo até a data. Aponta em seu texto também as alterações por que passou o programa gerativista, definindo diferentes focos de pesquisa por conta dessas mudanças interna ao programa.

Em 2004, José Borges Neto firmou seu nome na reflexão, em cenário nacional, a respeito dos desenvolvimentos da Gramática Gerativa. Ele propõe uma abordagem, epistemológica e historiográfica, sobre os percursos do programa em dois artigos⁵²: “O empreendimento gerativo” e “Um capítulo da história da linguística: a semântica gerativa”. Esses dois trabalhos reforçam posicionamentos já apontados em sua tese de doutoramento de 1991.

Seguindo a epistemologia de Lakatos, Borges (1991, 2004a) define a Gramática Gerativa como um programa de investigação científica, e não como uma teoria linguística. Assim, a Gramática Gerativa é colocada numa perspectiva que avalia as grandes direções do programa, mantidas ao longo de três diferentes fases, todas organizadas em um núcleo comum que considera ser a linguagem determinada por estados da mente/cérebro e que indica também ser uma das tarefas do programa propor sistemas computacionais que descrevam e expliquem a capacidade linguística específica do ser humano. As fases apontadas por Borges (2004a) são semelhantes as que apontamos como os períodos da GG. Ele define uma primeira fase em torno das publicações *The Logical Structure of Linguistic Theory* e *Syntactic Structures* (trabalhos escritos na década de 1950), uma segunda fase (caracterizando uma alteração da proposição de regras para a proposição de princípios) equivalente ao período aqui apontado como cognitivo, e um terceiro momento caracterizado pelas propostas minimalistas, fase atual

⁵² Esse pioneirismo, na verdade, já poderia ser conferido em 1991, quando Borges Neto defendeu sua tese de doutorado na Unicamp: *A Gramática Gerativa Transformacional: um ensaio de filosofia linguística*.

do programa chomskiano que, no entanto, não eliminou a existência de pesquisas e propostas ainda dentro do panorama estipulado pela segunda fase.⁵³

Os manuais nacionais que foram publicados principalmente nas décadas de 1970 e 1980 também trouxeram em suas páginas introdutórias apontamentos e reflexões a respeito da história da Gramática Gerativa, procurando traçar um histórico do desenvolvimento da teoria (cf. Borba 1976 e 1979, Lemle 1984, Lobato 1986 para uma exemplificação desse tipo de produção).

Ao lado desses trabalhos, a publicação de entrevistas feitas com pesquisadores brasileiros em GG ou próximos a essa dimensão investigativa tem tido mais destaque. A *Revista da Anpoll* 16 (2004) apresenta a publicação de uma entrevista feita com Carlos Franchi (1932-2001), elucidativa em muitos pontos a respeito da introdução das idéias gerativistas no Brasil. E uma entrevista com Lúcia Lobato, autora na década de 1980 de um abrangente manual de introdução, foi publicada em *Fórum Lingüístico* 2 (2000). Nessa entrevista Lobato fala sobre a GG no Brasil. Ambas as iniciativas de publicação das entrevistas ocorreram pelo trabalho dos lingüistas Carlos Miotto e Roberta Pires de Oliveira.

Até o momento há notícia desses trabalhos⁵⁴, que traçaram um importante terreno sobre o qual se pretende caminhar em busca de reflexões a respeito da recepção e do desenvolvimento da GG no Brasil.

Posicionando o olhar em relação aos trabalhos citados, cabe destacar que eles foram elaborados por pesquisadores de orientação gerativa ou fortemente vinculados a essa

⁵³ Como já foi apontado, uma certa resistência às idéias propostas pelo programa minimalista poderia indicar, segundo alguns analistas, uma possível alteração na história futura da GG e da posição de Chomsky como líder inquestionável.

⁵⁴ Ainda que em outra perspectiva social e geográfica, mas próximo ao objetivo aqui definido para a pesquisa, está o trabalho da lingüista portuguesa Ana Maria Barros de Brito, em *Os estudos de sintaxe generativa em Portugal nos últimos trinta anos*, publicado em 1999 pela Associação Portuguesa de Lingüística. Esse trabalho faz um mapeamento crítico e interpretativo a respeito da produção portuguesa na área, levando em consideração o impacto das teorias recebidas, as investigações realizadas no país, trabalhos desenvolvidos a partir de particularidades próprias do português europeu, apresentando também, de forma semelhante a uma crônica, uma bibliografia da produção em Portugal.

perspectiva de investigação⁵⁵. Não há, dessa maneira, a presença de um olhar historiográfico de fora da tradição de pesquisa.

A HL já discutiu, em diversos momentos, a respeito dessa produção historiográfica feita pelos próprios pesquisadores do campo em retrospectiva. Sem pretender traçar um paralelo em relação aos trabalhos nacionais citados, aponto, apenas a título de exemplificação de um tipo de fazer historiográfico, um caso paradigmático, em relação ao tema que aqui se apresenta: Frederick Newmeyer e suas análises a respeito da criação e do desenvolvimento das teorias gerativistas a partir de Noam Chomsky.

Os trabalhos de Newmeyer geraram comentários bastante críticos, em razão da proposição de uma retrospectiva que tinha por objetivo destacar méritos e conveniências da área de pesquisa, assim como ressaltar o caráter inovador das proposições teórico-metodológicas. Ao lado de Newmeyer podem ser situados aqueles trabalhos que, ao tratar da história da GG, tiveram como característica a incisiva qualificação da área e de Noam Chomsky como revolucionários, gerando uma retórica de ruptura com a ciência lingüística produzida anteriormente. Tal registro é conhecido na HL como propagandístico (ou ainda como a escrita de uma história *pro domo*), apontado por Koerner (2000) como aquele tipo de trabalho a ser evitado pelo historiógrafo, uma vez que este, na medida do possível, deve conservar o ideal da neutralidade nas suas narrativas historiográficas.⁵⁶

Não foi minha intenção dizer que os trabalhos nacionais anteriormente referidos apresentam características como as brevemente apontadas em relação à historiografia de Newmeyer, mas acredito colaborar para a elaboração de um registro historiográfico distinto dos até então realizados no cenário brasileiro, uma vez que tenho como formação e linha principal de pesquisa a Historiografia Lingüística.

Dessa maneira, a contribuição deste trabalho está centrada na realização pioneira de um tratamento crítico a respeito do desenvolvimento da GG no Brasil. Até o momento, não houve essa intenção no cenário lingüístico brasileiro, no sentido de propor uma historiografia

⁵⁵ Borges Neto talvez não aceite totalmente sua inserção nesse programa de investigação, mas sua proximidade com os pesquisadores da área é que permite fazer esse recorte. Lobato, na entrevista em 2000, também assume tal posição, em relação ao trabalho de Borges Neto.

⁵⁶ Se esse viés pode ser considerado de forma negativa em relação ao trabalho de Newmeyer, não se pode deixar de apontar que nos trabalhos dele está presente uma importante característica do que Koerner considera como ideal para a historiografia lingüística: o fato de o historiógrafo ser *um lingüista* (cf. Koerner 2000).

descritiva, crítica, analítica e interpretativa, levando em consideração trabalhos pioneiros, seus desdobramentos, aspectos teóricos privilegiados no cenário nacional, formas de pesquisa e de divulgação, entre outros focos de atenção.

A escolha pelo tema aqui exposto relaciona-se com o papel assumido por esse programa de pesquisa no cenário nacional. Ao começar a produzir efeitos acadêmicos no Brasil, os centros de produção e os docentes ligados às idéias de Chomsky provocaram as mais diversas reações, muitas delas com um teor de forte crítica em relação às proposições teóricas do modelo gerativista.⁵⁷

Dessa maneira, o olhar historiográfico não pode deixar de focar de maneira cuidadosa esse momento na Lingüística brasileira⁵⁸, suas características e conseqüências.

Capítulo II

⁵⁷ Cf., para um exemplo desse tipo de recepção, Cruz 2002 e Ruben 1995. Também merece lembrança a publicação dos artigos e de respostas a estes em torno do debate entre *forma* e *função* na Lingüística, publicados por Dillinger, Votre e Naro, Nascimento, na revista *DELTA*.

⁵⁸ Altman (1998) faz um registro historiográfico da recepção da lingüística no Brasil e de suas relações com a filologia. Nosso trabalho olha, de forma metodológica semelhante, para momentos posteriores aos observados por Altman.

Metodologia

1. *Periodização*

A periodização na historiografia é uma hipótese de trabalho, um recorte que visa ao estabelecimento de uma unidade discreta de análise, possibilitando a interpretação e a reconstrução de fatos por meio do olhar historiográfico.

O eixo de reflexão deste trabalho estabeleceu duas datas, uma inicial e outra final, como recorte temporal da pesquisa. A narrativa historiográfica aqui escrita toma como ponto de partida o ano de 1967, considerado como o marco inicial de recepção da Gramática Gerativa no Brasil (penso, principalmente, no impacto da resenha de Miriam Lemle como introdução das idéias e propostas chomskianas no Brasil). A análise considerou os primeiros anos da década de 1980 como o período final; essa data foi escolhida tendo em vista um período relativamente homogêneo que pudesse garantir a construção de uma narrativa historiográfica que buscasse descrever a emergência de um programa de investigação gerativista, em seus modelos Padrão e Padrão Estendido, na produção lingüística brasileira. A década de 1980 em seus anos iniciais veria a substituição dos modelos Padrão e Padrão Estendido pelo modelo de Princípios & Parâmetros, e de fato já é possível encontrar em periódicos de lingüística de 1984 a publicação de artigos que já seguiam o modelo proposto por Chomsky nas versões inicialmente chamadas de Regência & Ligação, um exemplo é a publicação no *Caderno de Estudos Lingüísticos*, número 7, de um artigo de Charlotte Galves com a aplicação das propostas teórico-metodológicas de Princípios & Parâmetros.

2. Critérios de busca e seleção do material de análise

O presente trabalho procura traçar uma historiografia da recepção da Gramática Gerativa no Brasil, tomando como objetos centrais de investigação:

- a) os grupos de especialidade que se constituíram no período 1967-1984 em torno do programa gerativista (em seus modelos Padrão e Padrão Estendido) de investigação: as lideranças organizacionais e intelectuais; os critérios de pertinência/exclusão de grupos; o tipo de retórica de seus componentes;
- b) os conteúdos programáticos adotados/desenvolvidos por esses grupos nesse período; os problemas descritivos e/ou teóricos considerados foco de observação; as formas e os fenômenos lingüísticos privilegiados; o formato e a orientação da argumentação utilizada;
- c) o contexto acadêmico brasileiro de recepção e desenvolvimento desses grupos de especialidade e desses conteúdos programáticos: a formação graduada e pós-graduada; a especialização profissional; a publicação periódica e a produção monográfica e de manuais.

2.1 Instrumentos de busca dos três objetos centrais de investigação: grupos de especialidade; conteúdo programático; contexto acadêmico

A) Material não-publicado

A.1 questionário de perguntas fechadas/abertas

A.2 entrevistas estruturadas e não-estruturadas

A.3 outros tipos de depoimentos

Os nomes dos lingüistas entrevistados foram sugeridos pela observação da produção acadêmica dos grupos reconhecidos como gerativistas ao longo do desenvolvimento do programa no Brasil, e não só em seus momentos iniciais. Aqueles pesquisadores que publicaram artigos, livros e formaram outros pesquisadores foram selecionados, tendo em vista a percepção que eles poderiam oferecer da produção brasileira em Gramática Gerativa. Ou seja, os profissionais que também receberam de seus pares, via resultados de trabalhos produzidos, pelo menos uma indicação como pesquisador representativo do programa gerativista. O número de pesquisadores entrevistados e a própria coleta dos resultados das entrevistas, estes sim material de análise, não foram muito grandes, tanto por conta da ausência de respostas a pedidos de entrevistas, como pela escassez de tempo dos pesquisadores e outros fatores da mesma ordem. De qualquer modo, ainda que possa ser apontada uma quantidade pequena de resultados obtidos nessa coleta, há uma importância das

respostas como material de análise, uma vez que possibilitaram a visão dos lingüistas a respeito do desenvolvimento do programa. Nesse sentido, as respostas às entrevistas acabaram servindo muito mais como uma espécie de orientação para algumas das reflexões que aponto no trabalho.

Os nomes dos lingüistas foram selecionados a partir de dois critérios: a) pesquisadores da área da Gramática Gerativa no Brasil e que ocuparam ou ocupam um papel relevante no grupo de pesquisa; b) lingüistas destacados no cenário acadêmico brasileiro que vivenciaram, de alguma maneira, a recepção e o desenvolvimento das pesquisas em Gramática Gerativa no Brasil sem estarem diretamente ligados a esse eixo de pesquisa.

Os seguintes nomes fizeram parte, num primeiro momento, do grupo de lingüistas selecionados:

a) Grupo de pesquisadores que participaram das primeiras articulações para estabelecer o programa gerativista no cenário acadêmico brasileiro:

- 1) Miriam Lemle
- 2) Leila Bárbara
- 3) Mary Kato
- 4) Mário Perini

b) Pesquisadores do programa gerativista de uma geração posterior (após 1980) no Brasil:

- 1) Charlotte Galves
- 2) Jairo Nunes
- 3) Esmeralda Vailatti Negrão
- 4) Carlos Mioto

c) Pesquisadores que não fazem parte do grupo de pesquisa em Gramática Gerativa⁵⁹:

- 1) Rodolfo Ilari
- 2) Ataliba Teixeira de Castilho
- 3) Aryon Dall' Igna Rodrigues
- 4) Diana Luz Pessoa de Barros
- 5) José Borges Neto

⁵⁹ Os nomes foram escolhidos tendo em vista o critério da relevância desses lingüistas no panorama lingüístico nacional. A escolha baseou-se também na publicação *Conversas com lingüistas*, livro publicado pela editora Parábola em 2003, organizado por Antonio Carlos Xavier e Suzana Cortez. Nesse trabalho, as virtudes e controvérsias da lingüística eram analisadas por meio de entrevistas feitas com os lingüistas considerados como representativos da área no Brasil.

- 6) Francisco Gomes de Matos
- 7) Sírio Possenti
- 8) Kanavilil Rajagopalan

O resultado das entrevistas será indicado no trabalho como *Depoimentos Pessoais*, e poderão ou não ter a fonte indicada, dependendo da opção do entrevistado.

A seguir, reproduzo os roteiros de questões utilizados.

Quadro III: Roteiro de perguntas submetidas aos pesquisadores ligados ao programa gerativista

1. Na sua opinião, qual é o marco introdutório da GG no Brasil? Quais as consequências desse momento para a implantação e desenvolvimento das pesquisas?
2. Como você avalia a participação de pesquisadores estrangeiros nas primeiras articulações nacionais para a formação de um programa de pesquisa nacional em GG?
3. De que maneira você avalia a formação de pesquisadores brasileiros no exterior nesse primeiro momento e de que forma esse aspecto colaborou para caracterizar o programa da GG no Brasil?
4. De que modo os primeiros pressupostos teóricos do programa de pesquisa em GG, como a hipótese inatista, serviram para delimitar o início de um programa de pesquisa em GG no Brasil?
5. Quais foram, em sua opinião, os principais articuladores do início da GG no Brasil? Quais centros de pesquisa se destacaram como pioneiros e difusores das pesquisas?
6. Em que momento você situa o início do reconhecimento e estabelecimento da GG no Brasil como um campo acadêmico de pesquisas?
7. Tendo em vista o reconhecimento acadêmico da GG, quais pesquisadores da área podem ser apontados como líderes e futuras lideranças?
8. Qual o papel do intercâmbio com centros internacionais de pesquisa no desenvolvimento da GG no Brasil?
9. De que modo alterações nas propostas teórico-metodológicas da GG refletiram na pesquisa no Brasil?
10. A chegada da GG no Brasil pode ser caracterizada também por um certo descompasso em relação aos centros produtores internacionais de teorias. A divulgação e produção em GG na Teoria Padrão se deu no Brasil num momento em que a teoria já passava por transformações. Como você avalia a presença concomitante de dois modelos no Brasil: a Padrão e o modelo Padrão Estendido?
11. Como os gramáticos gerativos brasileiros lidaram com as alterações nas propostas de definição de uma gramática e as relacionaram com especificidades do português brasileiro (PB)?
12. A adoção e o desenvolvimento do programa de investigação da GG possibilitou ganhos para a descrição de aspectos do PB? Qual é a repercussão dos resultados obtidos pelas pesquisas, quais foram os problemas levantados?
13. Qual é a perspectiva dos estudos na área da GG no Brasil?
14. Como você descreveria a percepção que a academia brasileira tem dos pesquisadores, das formas de análise e dos resultados do programa da GG no Brasil?

Quadro IV: Roteiro de perguntas submetidas aos pesquisadores ligados a outros programas de investigação

1. Na sua opinião, qual é o marco introdutório da GG no Brasil? Quais as consequências desse momento para uma possível alteração no panorama da lingüística nacional?
2. Em sua opinião, quais são os pontos relevantes da teoria gerativa e quais são aqueles pontos que revelam problemas na teoria?
3. Quais centros de pesquisa você definiria, no Brasil, como sendo focos de desenvolvimento do programa da teoria gerativa?
4. Você conseguiria situar o início do reconhecimento e estabelecimento da GG no Brasil como um campo acadêmico de pesquisas?

5. Que lingüistas lhe vêm à memória como representativos no programa da teoria gerativa no Brasil? E por que esse nomes?6. Em sua opinião, há contribuições da teoria gerativa para o conhecimento de aspectos do português brasileiro?7. De que forma você avaliaria a representatividade dos estudos da teoria gerativa no Brasil hoje?8. Como você avaliaria o desenvolvimento da teoria gerativa no Brasil? A recepção inicial no final da década de 1960, em sua opinião, revelou-se frutífera ao longo dos anos?

B) Material publicado

B.1 Artigos de periódicos

Os critérios de seleção do material organizado para servir de base para a historiografia pretendida levou em consideração inicialmente os seguintes pontos:

- selecionar artigos (de pesquisa, programáticos, de divulgação) publicados em periódicos de lingüística de relevância nacional; foram selecionados apenas os periódicos considerados como de lingüística; aqueles que são híbridos⁶⁰, divididos em estudos literários e estudos lingüísticos, foram desconsiderados, assim como aqueles dedicados à lingüística de caráter aplicado⁶¹. Sendo assim, o critério de seleção levou em conta os periódicos cuja linha editorial se propõe, ou se propunha, a ser de lingüística;
- os periódicos deveriam ter profissionalismo editorial, qualidade medida seguindo pontos como possuir ISSN, ter corpo e política editoriais informados.

Tendo em vista o exposto, selecionei os seguintes periódicos, relevantes para a periodização determinada:

- a) *Estudos Lingüísticos — Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada* (EL). Foram examinados seis números publicados entre 1966-1968 pelo “Centro de Lingüística Aplicada do Instituto de Idiomas Yázigi”;
- b) *Revista Brasileira de Lingüística* (RBL). Foram examinados dez números publicados entre 1974 e 1984. É uma publicação corrente; após a década de 1980

⁶⁰ Marcuschi (2001) assim define, como híbridos, os chamados periódicos de língua e literatura.

⁶¹ Estou consciente de que esse critério descarta a possibilidade de exame de uma série de periódicos que tiveram ou tem um número importante de publicações em GG, mas a extensão do *corpus* prevista por um critério que considerasse os periódicos híbridos descaracterizaria, provavelmente, possibilidades de refinamento da análise, tal como pretendida aqui. A *Tempo Brasileiro*, por ex., foi um importante canal divulgador de pesquisas em GG, principalmente quando tinha como uma de suas colaboradoras na preparação e edição do material a lingüista Miriam Lemle. Pretendo em trabalhos futuros trabalhar com esses periódicos aqui descartados, preferencialmente com os artigos publicados em *Tempo Brasileiro*.

direcionou-se para os estudos semióticos. A revista é de responsabilidade da “Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística (SBPL)”;

- c) *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (CEL) publicação corrente desde 1978, de responsabilidade do Departamento de Lingüística da UNICAMP. Considerei os números pertinentes à periodização estabelecida, até 1983-1984;
- d) *Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura — Ensaio de Lingüística* (CLTL-EL) publicação corrente desde 1978. Apenas os números dedicados aos ensaios de lingüística, e publicados na periodização aqui determinada, foram considerados. O responsável pela publicação é o Departamento de Lingüística e Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O número de artigos selecionados não é muito extenso, fato derivado da constituição incipiente da lingüística no período recortado para análise neste trabalho. A lingüística começava a ver o desenvolvimento de sua institucionalização no final da década de 1960 e na década de 1970, momento em que de fato começaram a ser publicados os primeiros periódicos que se intitularam como ‘de lingüística’, marcando espaços antes ausentes na produção nacional.

Mesmo que o recorte material evidencie um pequeno número de exemplares para análise, esse número restrito também é relevante para o historiógrafo, possibilitando a formação de algumas reflexões. Se de fato houve uma movimentação causada pela retórica revolucionária do grupo de pesquisa, não houve em termos quantitativos uma ‘grande’ representatividade do programa gerativista nos periódicos intitulados de lingüística no período que vai do final da década de 1960 e se encerra nos primeiros anos da década de 1980 (o total de páginas publicadas e selecionadas para análise não ultrapassa 500), mesmo assim, a presença é relevante se pensarmos numa lingüística que começava a apresentar suas propostas de análise. O pequeno número pode ser mais revelador de um momento geral da lingüística do que de uma presença maior ou não do programa gerativista.

Não se pode deixar de mencionar que os periódicos do período aqui em foco de fato não apresentaram preferência pela publicação privilegiada de nenhum programa de investigação. Característica que se mantém na lingüística brasileira. Nossos periódicos podem ser considerados como periódicos em torno de uma lingüística geral, pois não temos, de forma explicitamente estabelecida na política editorial, periódicos de Gramática Gerativa, de Texto,

de Discurso, de Lexicologia, enfim, esse caráter híbrido é também uma característica de nossa lingüística e merece uma avaliação da historiografia. Pode-se apontar como exemplo o primeiro número da RBL, que apresentou nove textos em 1974; desse número a divisão de temas apontou para as seguintes áreas: semiótica, lingüística construtural, sociolingüística, sintaxe, fonologia, psicolingüística, léxico e semântica.

Para a análise dos artigos, pensei num primeiro momento numa divisão que estabeleceu os seguintes tipos de texto:

- a) artigos programáticos: aqueles que propõem diretrizes de pesquisa, ou realizando revisões sobre a área, com o objetivo de evidenciar as conquistas de uma área de pesquisa, ou ainda resenhando pontos da teoria considerados como inovadores — “O artigo de tipo programático é o que procura instaurar ‘novas’ direções de pesquisa, ou então apontar para a necessidade de se retomar a investigação de determinado(s) problema(s) sob ‘novas’ perspectivas” (Altman 1998: 48);
- b) artigos de pesquisa: os que propuseram análises de dados fundamentados nos pressupostos teóricos já estabelecidos — “O artigo de pesquisa é que aplica postulados de uma teoria a um conjunto de problemas previamente estabelecido” (Altman 1998: 48).
- c) artigos de crítica: os artigos que trazem uma movimentação para a área, já que propõem revisões, novas miradas para problemas, estabelecidas em torno de uma espécie de confronto ou debate — “O artigo de crítica, tipicamente, é o que propõe a revisão de problemas já anteriormente descritos e/ou explicados, visando quer à reformulação das análises já feitas, quer à reformulação do(s) referencial(ais) teórico(s) que as autorizaram.

No entanto, essa primeira divisão teve de ser bastante nuançada diante do material selecionado. A tipologia deixou de ser um ponto observacional destacado, pois os artigos apresentavam em diferentes momentos características que poderiam ser alocadas nos tipos apontados acima. Como as publicações dos artigos periódicos eram aquelas publicações que ‘inauguravam’ o programa de pesquisa, muitos textos apresentavam trechos típicos de um artigo programático, como ao expor as diretrizes de pesquisa do programa que então se instalava no Brasil, e, em meio a trechos programáticos, havia o núcleo central dos artigos, com o desenvolvimento da pesquisa, e também em alguns textos foi possível apontar trechos de artigo de crítica, em que abordagens eram comparadas e avaliadas pelos pesquisadores. Sendo assim, mesmo tendo em mente a tipologia em três tipos de artigo, não considerei essa

divisão como um critério de separação dos textos, mas manteve a divisão para analisar os conteúdos dos textos.

Quadro V: Quadro-resumo dos artigos selecionados para material de análise (suporte informacional científico)

ANO	PERIÓDICO	PÁGINAS	AUTOR	TÍTULO	PROBLEMA/ASSUNTO
1967	EL 2.1-2	69-80	Miriam Lemle	Resenha a <i>Cartesian Linguistics</i>	Resenha divulgando o livro de Chomsky (1966)
1968	EL 3.1/2	18-36	Anthony Naro	“Para o estudo da gramática transformacional”	divulgação da teoria, com revisões teóricas dos conceitos e aplicação ao português acompanhado de um estudo sobre a gramática de Barboza (1822)
1974	RBL 1.1	16-21	Miriam Lemle	“Analogia na morfologia: estudo de um caso”	proposição de regras fonológicas para alternâncias entre vogais altas e médias-altas no PB à luz da Fonologia Gerativa Padrão
1975	RBL 1.2	53-79	Eleonora Motta Maia	“Gramática Transformacional e Psicologia Cognitiva”	análise da relação entre os campos
1976	RBL 3.1	3-21	Mary Kato	“Transitividade verbal e decomposição lexical”	discussão sobre a subcategorização verbal
1976	RBL 3.1	27-51	Quentin Pizzini	“The Intransitive Verb Try and the Abstract Verb Hypothesis”	análise do item verbal <i>try</i> e sua subcategorização
1976	RBL 3.1	77-91	Vera Paredes	“Considerações sobre os complementos verbais regidos de A.”	complementação verbal
1976	RBL 3.1	92-108	Frank Brandon	“Qualificação e negação em português”	quantificação e negação analisadas com dados do português
1976	RBL 3.1	116-125	Miriam Lemle	“”Universais lingüísticos”	divulgação das propostas chomskianas para o tema dos universais lingüísticos
1976	RBL 3.1	126-148	John Martin	“”Predicados de reação’ em português”	a estrutura do predicado analisada em diferentes níveis de representação
1977	RBL 4.2	3-16	Mário Perini	“Uma restrição global em português”	restrição a regras transformacionais, proposição de uma regra global para análise de possessivas em português
1977	RBL 4.2	17-44	José Duarte Vannuchhi	“Sintaxe da gradação do adjetivo em português”	mecanismos subjacentes que dão conta de manifestações no nível superficial da gradação do

					adjetivo
1978	RBL 5.1	27-52	Maria Celia Beraldo Pazini	“A posição do adjetivo na locução nominal em português”	posição e movimentos do adjetivo
1978	RBL 5.1	57-78	Maria Angela Botelho Pereira	“Considerações sobre a complementação nominal em português”	complementos nominais
1978	RBL 5.1	79-88	Margarida Basílio	“Padrões derivacionais gerais: o fenômeno da nominalização em português”	abordagem de fenômenos de nominalização no português à luz da hipótese lexicalista
1978	RBL 5.1	89-122	Miriam Lemle	“Da maleabilidade da análise sintagmática”	apresentação das formas de análise sintagmática com exemplos do português
1978	CEL 1	65-79	Marco A. Oliveira	“On the Complex NP in Portuguese”	análise do sintagma nominal complexo em português
1980	CLTL-EL 2.3	56-71	Maria Beatriz Nascimento Decat	“Interrogativa múltipla: condições sobre o movimento do sintagma interrogado”	movimento do sintagma interrogativo em português
1980	CLTL-EL 2.3	72-86	Vanda de Oliveira Bittencourt	“Considerações sobre as condições sintáticas da posposição do sujeito em português”	posposição do sujeito em português
1980	CLTL-EL 2.3	87-96	Maria Elisabeth Fonseca Saraiva	“O transporte dos advérbios de modo em português”	colocação e movimento de advérbios em português
1980	CLTL-EL 2.3	97-104	Eunice Pontes	“The distinction between persons and things in portuguese pronouns”	abordagem do sistema pronominal a partir dos preceitos da semântica de Jackendoff
1980	CLTL-EL 2.3	105-110	Eunice Pontes	“On ‘deep and surface anaphora’”	discussão com dados do português sobre anáforas em níveis diferentes
1981	CLTL-EL 3.5	88-92	Miriam Lemle	“Do discurso ao léxico”	nominalização de adjetivos
1981	CLTL-EL 3.5	93-101	Mary Kato	“Restrições à regra da elipse verbal”	transformações sintáticas e fatores funcionais
1981	CLTL-EL 3.5	102-118	Rosa Maria Assis Veado	“Uma proposta que considera a marca de número como constituinte gerado no SN em lugar de traço do nome”	traço de número no português

1981	CLTL-EL 3.5	119-147	Daniel Alvarenga	“Interrogativa indireta encoberta em português”	interrogativas indiretas em português
1983	CLTL-EL 3.5	121-151	Eunice Pontes	“Topicalização e deslocamento para a esquerda”	topicalização e movimentos no português
TOTAIS	nove volumes de periódicos	441pp.			

Como o trabalho procura analisar a recepção às idéias gerativistas, tomei alguns textos publicados na *Tempo Brasileiro*, revista que não se define como um periódico de lingüística, mas como uma revista de cultura. A exceção se deve ao fato de que os textos selecionados foram publicados em um único número da revista, reforçando a receptividade que as idéias chomskianas tinham naquele momento do pensamento científico brasileiro. A própria resenha de Lemle (1967) foi publicada em *Tempo Brasileiro*.

Quadro VI: Textos de divulgação publicados na *Tempo Brasileiro*

ANO	PERIÓDICO	PÁGINAS	AUTOR	TÍTULO	ASSUNTO
1967	Tempo Brasileiro 15/16	51-64	Miriam Lemle	“O novo estruturalismo em lingüística”. Resenha a <i>Aspects of the Theory of Syntax</i>	Resenha divulgando o livro de Chomsky (1965)
1968	Tempo Brasileiro 32	5-17	Silvio Elia	“De Bopp a Chomsky”	abordagem histórica de teorias lingüísticas
1974	Tempo Brasileiro 32	18-35	Noam Chomsky, traduzido por Paulo Nascimento Silva	“Panorama e rumos atuais da lingüística”	apresentação da teoria pelo seu autor
1975	Tempo Brasileiro 32	36-45	Terence D. Langendoen, traduzido por Maria Helena Duarte Marques	“A evolução do pensamento lingüístico de Noam Chomsky”	abordagem da teoria chomskiana

B.2 Manuais e monografias publicados

Os manuais publicados no período recortado também constituem material de análise. Considerei p os manuais que se dedicaram a uma abordagem de aspectos relacionados aos aspectos teórico-metodológicos da teoria gerativa. Também foram selecionados títulos de caráter monográfico que tomaram a perspectiva gerativista como central para as análises.

Quadro VII: Manuais e monografias publicados na periodização determinada

DATA	AUTOR	TÍTULO	EDITORA
1973	Nádia V. Tondo	<i>Uma teoria integrada da comunicação lingüística: introdução à gramática transformacional</i>	Porto Alegre: Sulina Editora
1973	Eunice Pontes	<i>Verbos auxiliares no português coloquial</i>	Petrópolis: Vozes
1974	Mary Kato	<i>A semântica gerativa e o artigo definido</i>	São Paulo: Ática
1975	Leila Bárbara	<i>A sintaxe do modo verbal</i>	São Paulo: Ática
1976	Francisco da Silva Borba	<i>Fundamentos da gramática gerativa</i>	Petrópolis: Vozes
1976	Mário Perini	<i>A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa</i>	Belo Horizonte: Vigília
1977	Mário Perini	<i>Gramática do infinitivo português</i>	Petrópolis: Vozes
1978	Carly Silva	<i>Gramática Transformacional: uma visão global</i>	Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico
1983	Gustavo Adolfo P. Silva	<i>Estruturas sintáticas do português: uma abordagem gerativa</i>	Petrópolis: Vozes
1984	Miriam Lemle	<i>Análise sintática: teoria geral e descrição do português</i>	São Paulo: Ática

Quadro VIII: Traduções de manuais com orientação gerativista⁶² (1970-1980)

DATA	AUTOR	TÍTULO	EDITORA
1973	John Lyons, traduzido por Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg do orig. em inglês de 1970	<i>As idéias de Chomsky</i>	São Paulo: Cultrix
1975	Joseph Nivette, traduzido por Nilton Vasco da Gama do orig. em francês, 2ed., de 1974	<i>Princípios de gramática gerativa</i>	São Paulo: Pioneira
1975	Nicolas Ruwet, traduzido por Carlos Vogt, com revisão de Mary Leite, do orig. francês de 1967	<i>Introdução à gramática gerativa</i>	São Paulo: Perspectiva
1976	J.P. Kimball, traduzido por Luiz A. Cerqueira do orig. em inglês de 1973	<i>Teoria formal da gramática</i>	Rio de Janeiro: Jorge Zahar
1977	Christian Nique, traduzido por Edward Lopes do	<i>Iniciação metódica à gramática gerativa</i>	São Paulo: Cultrix

⁶² Apenas foi considerada a publicação de manuais, ficando de fora, portanto, publicações de capítulos em obras cujo objetivo era oferecer um panorama sobre aspectos da lingüística ou novos modelos de análise, obras, portanto, mais relacionadas a histórias da lingüística.

	orig. em francês de 1974		
1981	Emond W. Bach, traduzido por Marilda Averborg e Paulo Henriques Brito do orig. inglês de 1974	<i>Teoria sintática</i>	Rio de Janeiro: Jorge Zahar
1983	A. Bonomi, G. Usberti, traduzidos por Roberto Figurelli do orig. italiano	<i>Sintaxe e semântica na gramática transformacional</i>	São Paulo: Perspectiva

2.2 Os parâmetros de análise do material

Foram definidos parâmetros internos (o conteúdo lingüístico dos trabalhos selecionados para análise) e externos (o contexto situacional de produção de trabalhos, a organização social do estabelecimento de uma área de pesquisa) para a análise dos materiais escolhidos como base para as pesquisas (os trabalhos que tomaram, na periodização determinada, a perspectiva gerativista de trabalho), ainda que com isso não se entenda uma rígida divisão entre tais elementos, mas uma observação conjunta da possível relação dos fatores externos com os internos do material em análise.

A divisão aqui proposta em parâmetros internos e externos segue mais o intuito de uma apresentação clara de fatores a serem investigados do que uma posição a ser tomada, de forma separada, na análise. Ou seja, o que se procura são evidências de possíveis cruzamentos desses parâmetros, quando, por exemplo, pode-se detectar em que momento algum fato externo motivou alguma característica interna das formas de trabalho adotadas pelo grupo de pesquisa em GG no Brasil.

2.2.1 Parâmetros internos de análise

A historiografia que se pretende é articulada em três eixos de análise de aspectos lingüísticos do programa gerativista assim definidos:

- ✓ 1º. eixo: de caráter teórico-filosófico, procura destacar de que forma os pesquisadores brasileiros receberam, desenvolveram e divulgaram no âmbito nacional reflexões a respeito: a) do inatismo da linguagem humana, da faculdade da linguagem e da

Gramática Universal (GU); b) da caracterização e formalização das concepções de gramática que o programa definiu ao longo de sua trajetória;

- ✓ 2º. eixo: de caráter metodológico, definirá parâmetros de análise do material selecionado, procurando destacar formas e critérios de recolha de dados para investigação, assim como os tipos de argumentação utilizados pelos pesquisadores. A reflexão resultante dessa análise deverá propor a escrita de uma narrativa historiográfica de caráter interno, voltada para o desenvolvimento de uma prática lingüística no cenário brasileiro;
- ✓ 3º. eixo: relacionado com o conjunto de problemas e/ou fenômenos lingüísticos do PB que privilegiadamente foram selecionados para ilustrar hipóteses e a rede argumentativa.

A partir desses eixos, definem-se como internos os parâmetros de análise que estão relacionados a aspectos lingüísticos dos objetos de análise. Entre esses pontos internos, selecionei os seguintes:

- visão geral do objeto linguagem;
- problemas teóricos considerados relevantes;
- recortes efetuados na análise de dados e fenômenos, evidenciando os problemas descritivos considerados como de destaque para o programa;
- estruturas e formas lingüísticas privilegiadas;
- procedimentos preferenciais de obtenção/seleção de dados para análise;
- procedimentos preferenciais de descrição e análise de dados lingüísticos;
- tipo de argumentação.

2.2.2 Parâmetros externos de análise

Os parâmetros externos foram definidos tendo em vista aqueles pontos que pudessem auxiliar na análise do estabelecimento de uma área científica de estudo sobre as línguas e a linguagem no cenário acadêmico brasileiro.

Assim, destacam-se a seguir alguns dos pontos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa:

- descrição e análise do contexto situacional de recepção das teorias gerativistas no Brasil (1967-1984), procurando relacionar de que forma o cenário brasileiro de pesquisas lingüísticas recebeu e desenvolveu pesquisas no âmbito do programa gerativista;

- análise da formação graduada e pós-graduada dos pesquisadores do grupo de especialidade, a especialização profissional, os tipos de produção científica;
- observação dos critérios de pertinência e exclusão de um grupo de especialidade, as lideranças e os centros produtores e difusores do conhecimento científico em torno do programa, a retórica assumida pelo grupo de especialidade, levando em conta movimentos de continuidade e/ou descontinuidade, as esferas de influência, os posicionamentos programáticos.

Capítulo III

A recepção à Gramática Gerativa no Brasil: a formação de um grupo de especialidade

1. *A década de 1960 na lingüística brasileira*

A lingüística brasileira se institucionalizou de fato a partir da década de 1960⁶³, quando passou a ser reconhecida como disciplina autônoma, e esse caminho se estabeleceu em torno das idéias do Estruturalismo⁶⁴, ou melhor, das diferentes formas de estruturalismo e talvez fosse mais apropriado se referir aqui a uma ‘literatura estruturalista’ que chegou ao país, na forma predominantemente dos pressupostos teórico-metodológicos estruturalistas de origem européia para o universo de uma lingüística geral que se propunha⁶⁵. Altman, em *A pesquisa lingüística no Brasil* (1998), aponta em diversas passagens, referendada por depoimentos pessoais, que o estruturalismo norte-americano, antimentalista, não chegou a ter uma larga aceitação nos limites do pensamento lingüístico brasileiro, até por conta também das esferas de influência européias que atuavam sobre a lingüística nacional⁶⁶. Mesmo assim, alguns

⁶³ Na verdade, é possível situar num período cronologicamente anterior estudos lingüísticos, tal como os entendemos hoje, no Brasil, basta lembrar da publicação do manual *Princípios de lingüística geral* de Mattoso Câmara, publicado, pela primeira vez em forma de livro, em 1941. Quando me refiro à década de 1960, tenho em mente a resolução de 1962, que tornou obrigatório o ensino de lingüística nos cursos de Letras, alterando, conseqüentemente, o panorama acadêmico para as ciências da linguagem, em termos de formação de pessoal habilitado, estabelecimento de canais de divulgação, organização de cursos, entre outros pontos. Além de Mattoso, podem ser apontados como nomes de uma lingüística pré-1962 Mansur Guérios, Nelson Rossi e Maurer Jr. Também não se pode esquecer de uma efêmera presença da lingüística nos currículos de Letras eliminada pelo Estado Novo na década de 1930, quando da extinção da Universidade do Distrito Federal (UDF). Cf. Altman (1998).

⁶⁴ Não faz parte do objetivo deste trabalho se estender a respeito do que seria a corrente estruturalista na lingüística brasileira. Remeto os interessados aos trabalhos de Altman (1998) e Ilari (2004).

⁶⁵ O estruturalismo norte-americano também teve participação na formação do pensamento lingüístico brasileiro, mas sua absorção de maior impacto se deu sobretudo na lingüística aplicada, nas escolas de inglês, e principalmente nos centros do Yázi e da PUC.

⁶⁶ “[...] a tentativa de situar o surgimento de uma disciplina *Lingüística* no Brasil, que se pretendeu autônoma em relação à Filologia e à Dialetologia tradicionais, passa também, inevitavelmente, sobre como a questão das influências, empréstimos e originalidade se colocou na reflexão crítica sobre a produção lingüística brasileira. E, neste sentido, embora não sustentável cientificamente, a percepção de teorias, métodos e modelos atuantes na

lingüistas que se reconheciam como tais, num período de embate com a filologia e a dialetologia e os estudos gramaticais tradicionais⁶⁷, tiveram contato com a lingüística descritiva norte-americana, notadamente Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970) e Aryon Dall'Igna Rodrigues. Altman também aponta que dos dois Aryon teria sido aquele que com mais destaque propôs um programa de tarefas para a lingüística brasileira baseado nos métodos do estruturalismo descritivista norte-americano (cf. Altman 1998: 114-119; 177-178). Já Mattoso, segundo Naro (1976: 86), mesmo tendo estudado nos EUA, não teria demonstrado uma adesão total às idéias norte-americanas, mantendo-se ainda próximo da esfera de influência européia.

A linha de investigação reconhecida, hoje, no Brasil, como sendo da Lingüística, está inevitavelmente ligada, num primeiro momento, ao chamado estruturalismo lingüístico de Mattoso Câmara e de Aryon Rodrigues. Uma das mais importantes mudanças detectadas nos estudos lingüísticos do Brasil, com o desenvolvimento do programa da Lingüística, foi a procura de um embasamento teórico e metodológico em outros referenciais que não aqueles advindos da tradição filológico-portuguesa. (Altman 1998: 119)

Altman (1998) mantém uma visão crítica sobre a recepção das idéias lingüísticas no Brasil na década de 1960, para isso aponta a avaliação negativa feita por Coseriu (1976) do desenvolvimento da lingüística latino-americana (como uma ciência de recepção) e define sim um estruturalismo presente nos estudos lingüísticos brasileiros, mas, de certa maneira, com vida curta, um programa de investigação, de caráter descritivista, que não obteve continuidade e se veria contemporâneo com o vindouro programa gerativista.

Ao contrário, pois, do que avaliou Coseriu (1976), houve, sim, estruturalismo no Brasil, principalmente nos campos da Fonética/ Fonologia e Morfologia, onde ocupou o centro das atenções daqueles envolvidos em assuntos de linguagem da segunda metade dos anos sessenta até, pelo menos, o início dos anos setenta. O que não houve foi continuidade com o programa. As línguas indígenas ainda não estavam descritas, tampouco as variedades do português, e a ascendente comunidade de lingüistas já diversificara seus interesses. A entrada no cenário de referenciais gerativistas colocou em evidência um novo ideal de fazer lingüística: o teórico-explicativo. (Altman 1998: 277)

A lingüística dos anos sessenta, de transição entre escolas que foram consideradas como ultrapassadas (filologia, dialetologia) e de convívio com formas então novas de fazer ciência da linguagem, mostrava a seguinte face⁶⁸:

Lingüística Brasileira contemporânea como advindos de duas grandes esferas de influência — a européia e a norte-americana — realmente se deu.” (Altman 1998: 287)

Coseriu (1976) é outro autor que aponta que de fato a lingüística latino-americana em seus primeiros momentos (décadas de 1950 e 1960) colocou-se ao lado de uma corrente européia de fazer lingüística.

⁶⁷ “A reanálise dos resultados obtidos pelo modelo da tradição gramatical, embora no foco da crise de descontinuidade da Lingüística Brasileira desde a década anterior, não era o único alvo dos novos grupos de especialidade que começavam a se formar. A Filologia *stricto sensu* e a Crítica Literária também foram objeto de revisão da parte de lingüistas.” (Altman 1998: 277)

⁶⁸ Altman (1998) analisa a chegada do estruturalismo no Brasil e suas controvérsias com as formas anteriores de estudar a linguagem.

a) no Rio de Janeiro, havia a figura de Mattoso Câmara, que atuou principalmente no Setor de Lingüística do Museu Nacional (1958-1970), e ali formou uma geração de pesquisadores, em torno das idéias estruturalistas tanto de Praga, via estudos da fonêmica, quanto norte-americanas (em menor medida), via principalmente a divulgação dos trabalhos de Edward Sapir⁶⁹;

b) Na Universidade de Brasília (UnB), num período entre os anos 1963-1965, destacava-se a figura de Aryon Dall’Igna Rodrigues, associando as idéias estruturalistas a uma série de tarefas que se mostravam cruciais para o desenvolvimento da lingüística brasileira, com destaque para o estudo das línguas indígenas e a relação entre a lingüística e a antropologia⁷⁰;

c) em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP), as primeiras idéias da lingüística foram divulgadas por Robert Henri Aubreton (1909-2006) e Theodoro Henrique Maurer (1906-1979), que, nas aulas de grego e de filologia românica, formaram uma reflexão lingüística de base estruturalista em alguns de seus alunos, que saíram do Brasil para estudos pós-graduados⁷¹. Assim é que se formou um grupo de pesquisadores, com base teórica vinda da França, que punha em jogo as idéias de um estruturalismo baseado em Hjelmslev, Martinet, Pottier, Barthes e Greimas, abrindo espaço para o surgimento de uma morfofonologia e uma semiótica de base francesa, originária das idéias ‘estruturalistas’ de Saussure e de seus seguidores.

“À procura de uma autonomia institucional e sócio-profissional para a Lingüística corria, paralelamente, entre os lingüistas, a busca de um programa de investigação sobre a linguagem, autônomo. Os lingüistas avançavam enquanto grupo e começavam a cultivar, ao final dos anos sessenta, uma retórica francamente separatista em termos de problema a investigar e de tarefas a cumprir. Ao mesmo tempo em que se propunham a criar e participar de suas próprias instituições.” (Altman 1998: 125)

⁶⁹ A trajetória de Mattoso na lingüística brasileira é bastante peculiar. Ele ministrou, pela primeira vez no Brasil, um curso extensivo de lingüística em 1938-39 na chamada Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro. Foi o autor do primeiro manual latino-americano de introdução à lingüística (os *Princípios de lingüística geral*, escrito de acordo com os preceitos de sua formação estruturalista). Mas essa trajetória ascendente em seu início foi bruscamente interrompida pela extinção da cadeira de lingüística da faculdade carioca. Assim, Mattoso perdeu seu espaço e naturalmente a lingüística brasileira se ressentiu de desenvolvimento por conta disso. Essa perda gerou, como pontua Altman (1998: 103), uma descontinuidade na lingüística nacional, que só seria de fato retomada na década de 1960, aí sim com a atuação de Mattoso no Museu Nacional, após ele ter estudado nos EUA, de onde veio com toda uma formação aliando seus conhecimentos da lingüística estruturalista européia aos preceitos da lingüística estruturalista norte-americana.

Sobre a formação estruturalista de Mattoso, afirma Naro (1976: 86): “Mattoso é equivocadamente considerado um propulsor da lingüística norte-americana, principalmente devido à circunstância externa de que, no ano acadêmico de 1943-44, fez breves estudos nos Estados Unidos. Sua orientação básica, entretanto, é anterior àquela estada na América, a qual serviu somente para reforçar sua inclinação pelo estruturalismo europeu [...]”.

⁷⁰ “Em 1963, Rodrigues implantou em Brasília o primeiro Departamento autônomo de Lingüística e o primeiro programa de pós-graduação, a nível de mestrado, voltado especificamente para a formação de pesquisadores em Lingüística. Ao menos burocraticamente, a Lingüística constituiu, pela primeira vez, um programa de ensino e pesquisa distinto de um programa Filologia/ Língua Portuguesa e de Teoria Literária.” (Altman 1998: 117)

⁷¹ “E alguns alunos, formandos do final dos anos cinquenta e início dos sessenta, estimulados pelos cursos de Aubreton, de fato, foram [estudar na França]. Ali tiveram — e dali trouxeram — informações sobre o que se fazia ‘de moderno’ em matéria de estudo da linguagem.” (Altman 1998: 110)

Se hoje, como diz Ilari (2004: 87), muito poucos lingüistas se definiriam como estruturalistas, o programa de investigação estruturalista (inserido num quadro mais amplo de um programa descritivista, de acordo com as proposições de Swiggers) trouxe ganhos para a consolidação da lingüística no cenário acadêmico brasileiro. Basta lembrar que se inaugurou no Brasil, por meio das idéias estruturalistas, a partir de 1960, uma forma nova de observar a linguagem e seus fenômenos, distante de uma visão diacrônica e normativa da língua. Nesse momento, por conta do referencial estruturalista adotado, a descrição do sistema das línguas (portuguesa em suas diferentes variantes e indígenas), vistas como uma estrutura organizada em níveis hierárquicos, ganhou em coerência, adequação e exaustividade (Altman 1998: 28-29).

De fato, o Brasil inaugurava sua lingüística de acordo com o que se propunha como o primeiro paradigma⁷² da ciência da linguagem a dar resultados importantes, classificando-se como um processo de mudança diante dos estudos da filologia, da dialetologia e da gramática tradicional (Altman 1998: 30).

A lingüística estruturalista brasileira apresentava algumas características que acabaram por ser responsáveis pela criação de um padrão dessa ciência no Brasil. Os estudos se fortaleceram com a criação dos primeiros programas de pós-graduação, a partir do final da década de 1960 em diferentes universidades públicas brasileiras, mas antes houve o impulso dado pelas viagens de estudantes brasileiros para o exterior (tendo em vista o aprimoramento), caracterizando também uma lingüística permeável a esferas estrangeiras de influência.⁷³

O final da década de 1960, no entanto, faria com que a história da lingüística brasileira se alterasse em virtude da chegada das idéias de uma lingüística baseada nas propostas de Noam Chomsky. A propagação das idéias de Chomsky no Brasil começaria a se dar nesse período, e o estruturalismo, como programa de investigação, passaria a conviver com o programa gerativista, acompanhado de um discurso que destacava a novidade, um ideal diferente de cientificidade e práticas de análise lingüística, alicerçadas, sobretudo em seus primeiros

⁷² O termo kuhniano *paradigma* precisa ainda ser melhor avaliado em sua utilização pela HL; de qualquer maneira, ele é consagrado pela reflexão de caráter histórico e filosófico na lingüística, como aponta Altman (1998: 37), ainda que conserve uma ambigüidade. Ao utilizá-lo quis me referir a formas de tratamento dos fenômenos da linguagem que foram dominantes em determinado momento histórico.

⁷³ Altman (1998) discute em várias passagens de seu livro a natureza e a motivação do envio dos estudantes brasileiros ao exterior.

momentos, numa sintaxe com métodos diversos daqueles antes empregados pelo estruturalismo.

A década de 1960 pode ser observada como um momento de superposição de teorias e métodos propostos pelas diferentes escolas lingüísticas. Basta lembrar que um ano antes da recepção considerada como marco por muitos lingüistas do programa chomskiano, 1967, Aryon Rodrigues publicava na *Estudos Lingüísticos*, em seu primeiro número de julho de 1966, um texto sobre as “Tarefas da lingüística no Brasil”. Nesse texto, Rodrigues estabelecia uma série de atividades a serem cumpridas pelos pesquisadores tendo em vista o estabelecimento e o desenvolvimento de uma ciência lingüística no Brasil. Essas “tarefas” envolviam investigação das línguas indígenas e das línguas de minorias européias e asiáticas e a “descrição da língua portuguesa”, além das tarefas relacionadas a uma lingüística aplicada (aplicação dos conhecimentos lingüísticos ao ensino de línguas). As propostas de Aryon tinham natureza descritiva, baseada em uma lingüística calcada nas idéias divulgadas pelos estruturalismos.

Essa superposição de teorias, de modelos, de métodos pode evidenciar que as mudanças não ocorrem de forma brusca e tão descontínua como certa narrativa historiográfica em alguns momentos pode fazer crer. A alteração de programas de investigação, ou mesmo de paradigmas para retomar Kuhn, é um processo muitas vezes mais de continuidade do que os discursos da descontinuidade, clamando por vanguarda, estabelecem. Nos EUA, quando Chomsky começou a apresentar suas idéias, houve a busca por uma ruptura com o saber produzido pela lingüística anteriormente; no entanto, vários estudos destacam como os primeiros momentos da sintaxe gerativista, lançando as bases de um programa de investigação reconhecido como de vanguarda e revolucionário, eram devedores de temas e métodos, com objetivos e focos diferentes, presentes no estruturalismo norte-americano. A própria noção de transformação, que seria um dos pilares da Gramática Gerativa, já tinha sido proposta por Harris, um dos nomes centrais do programa que Chomsky tanto combateria em suas propostas e discursos⁷⁴.

⁷⁴ Murray (1994) e, no Brasil, Borges Neto (2004a) tratam desse aspecto de continuidade ou não com o saber estruturalista norte-americano. Como meu objetivo neste trabalho é reconstruir historiograficamente a recepção brasileira às idéias gerativistas, não vou me alongar nessa discussão.

A chegada da Gramática Gerativa ao Brasil de certa forma ratifica a proposta de Coseriu (1976) de que a lingüística latino-americana é uma lingüística de recepção, não se criam teorias, mas elas são recebidas e trabalhadas com novos dados. As idéias de Chomsky começaram a chegar ao Brasil por conta da leitura de obras publicadas em outros países, pela participação de pesquisadores estrangeiros na formação de alguns dos programas de pós-graduação e também pelo envolvimento de então jovens estudantes ou professores que tinham sido enviados para o exterior para fazer seus cursos de pós-graduação (cf. Franchi 2004; Kato & Ramos 1999). Nesse momento, a formação de muitos desses pesquisadores (como Miriam Lemle e Mário Perini, que se colocariam como nomes centrais para o início do programa) passou a se orientar para a teoria gerativista proposta por Chomsky. Alguns daqueles que se formaram lingüistas com base em idéias estruturalistas, estabeleceram-se como profissionais já com um novo modelo de formação.

Alguns depoimentos dão conta da importância desse intercâmbio para a configuração do que ainda viria a ser a lingüística nacional dividida em diferentes programas de investigação e não mais caracterizada apenas pela corrente estruturalista. Nesses depoimentos, a presença de pesquisadores estrangeiros é relativizada; para alguns lingüistas a importância se concentrou mesmo nos estudos que pesquisadores brasileiros fizeram no exterior, pensando em termos de intercâmbios com outras esferas de reflexão que não aquela que começava a se instalar no Brasil.

[a formação de pesquisadores brasileiros no exterior] *foi muito importante nos primeiros anos. Mas foi muito rápida a formação de um grupo de lingüistas nacionais, de modo que depois de 1974, mais ou menos, a lingüística brasileira já não dependia dos nomes estrangeiros para funcionar.* (Depoimento pessoal, 2007)

Creio que a Gramática Gerativa “pegou” no Brasil quando brasileiros que foram estudar nos EUA voltaram do exterior, como Antonio Carlos Quicoli e Mário Perini. Não acredito que pesquisadores estrangeiros tenham tido um papel muito relevante no estabelecimento de um programa de pesquisa em Gramática Gerativa. A passagem de John Martin pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), por exemplo, não deixou nenhum gerativista, embora tenham saído algumas dissertações que se utilizavam da Gramática Gerativa como modelo de base. (Depoimento pessoal, 2006)

Visto na época [década de 1960] não haver no país programas de pós-graduação em lingüística, a nova geração de estudantes decididos a prosseguir estudos mais avançados nessa área tinha forçosamente que ir para o estrangeiro. Os países mais procurados eram os Estados Unidos e a França, de onde se originaram as duas principais correntes da lingüística brasileira de hoje em dia: uma de orientação norte-americana seguindo os ensinamentos de Chomsky, Halle e seus colaboradores ou opositores, e outra de orientação francesa seguindo as idéias de Greimas, Pottier e, em menor grau, Martinet. A corrente gerativa tem também uma certa influência francesa, exercida principalmente por Ruwet e Gross [...] (Naro 1976: 88)

Nesse processo de intercâmbio, realizado de diferentes maneiras, o depoimento de Miriam Lemle parece deixar claro que o contato com a lingüística que se fazia fora do Brasil foi importante para que novos caminhos se abrissem para a pesquisa lingüística nacional.

Quando uma pessoa medianamente inteligente e intelectualmente sincera lê um trabalho iluminador, sente o desejo de compartilhar a experiência pensante com colegas. Para mim, ler Syntactic Structures foi uma experiência pensante sensacional, um momento desses muito raros na vida. Foi em 1962 que esse livrinho chegou às minhas mãos, lá no Museu Nacional. Recursividade e transformações sintáticas já estavam lá. Certamente o fino livrinho azul da Mouton chegou às mãos de outras pessoas no Brasil. Algumas entenderam que estava ali uma nova visada sobre língua. Outras não entenderam. As que entenderam e amaram foram o marco introdutório, sem nome e sem oficializações ainda. Houve também as que entenderam e não amaram, porque entenderam que aquilo mexia com os alicerces do ensino escolar de línguas. Depois veio Aspects of the Theory of Syntax, o segundo passo no empreendimento de focalizar o cerne da capacidade humana de linguagem: a natureza gerativa da sintaxe. (Depoimento pessoal de Miriam Lemle, 2007)

2. Uma retórica revolucionária

Está se formando, ao redor de Chomsky, uma corrente revolucionária na lingüística: é da chamada gramática gerativa-transformacional. Novas questões, novas posições teóricas, novos rumos de investigação, novas formas de descrição vêm sendo propostas. Ou melhor, como eles têm feito questão de frisar, modos de descrição e desideratos teóricos de certas gramáticas tradicionais, especialmente as de orientação cartesiana, dos séculos XVII e XVIII, vêm sendo retomados e repostos em termos atuais. A lingüística da primeira metade deste século vem sendo vista como um inter-regno, em que certos valores positivos foram cultivados, tais como a consciência da necessidade de precisão formal e acuidade observacional, mas que sofreu de uma certa estreiteza de vistas no que concerne a suas posições epistemológicas. (Lemle 1967a: 55)

2.1 A resenha de Miriam Lemle

Pode-se apontar que a história da Gramática Gerativa no Brasil teve seu início marcado pelos textos de Miriam Lemle e de Mattoso Câmara, em 1967 na revista *Tempo Brasileiro*, com a notícia da publicação do livro *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), de Noam Chomsky, com uma revisão sobre os estruturalismos na lingüística, respectivamente.⁷⁵

A primeira notícia no Brasil sobre gramática gerativa veio de dois artigos publicados na revista *Tempo Brasileiro*, em 1967, um de Lemle e outro de Mattoso Câmara, no qual esse último afirmava ser o gerativismo uma variedade do estruturalismo. (Kato & Ramos 1999: 105)

Chegando ao Brasil, a Gramática Gerativa, como já ocorrera nos EUA (cf. Newmeyer 1986a), estabeleceu-se ao redor de uma idéia de “teoria revolucionária”, como atesta a resenha publicada por Lemle em *Tempo Brasileiro* em 1967: “O novo estruturalismo em lingüística: Chomsky”.

⁷⁵ Naro (1978: 89) aponta de forma positiva um artigo escrito por Silvio Elia em 1972, dando notícia do programa gerativista, e um outro texto escrito por Santos (1970, 1973). Já sobre este, Naro é bastante crítico a respeito de sua validade acadêmica. De qualquer maneira, a periodização permite manter Lemle como a pioneira para o cenário brasileiro.

Posicionando-se contra um estudo baseado na filologia e dialetologia tradicionais e contra um ensino de língua baseado na gramática tradicional, a recepção às idéias de Chomsky recebidas no Brasil provocaram mudanças e reafirmações de posturas, não só acadêmicas como também pessoais. Esse contraponto criado pelas idéias do programa gerativista, em seus momentos iniciais, foi estabelecido muito mais contra a gramática tradicional do que contra o estruturalismo (como ocorrera nos EUA com a recepção às primeiras manifestações de Chomsky), já que na opinião de alguns lingüistas e também pelas propostas de trabalho que se colocaram em recortes temporais próximos os dois programas (gerativista e estruturalista) tiveram existência no mesmo momento, ou seja, estabeleceram-se contemporaneamente.

A Gramática Gerativa foi introduzida no Brasil meio junto com o estruturalismo americano e as diferenças nem sempre ficaram claras. A própria Miriam Lemle, em seu trabalho pioneiro na revista Tempo Brasileiro, diz que a Gramática Gerativa é o “novo estruturalismo”. Tratava-se a Gramática Gerativa, nos anos 1960, juntamente com o estruturalismo, como uma reação “científica” à gramática tradicional e à filologia. (Depoimento pessoal, 2006)

Miriam Lemle é reconhecida por seu pares como a introdutora de Chomsky no Brasil por conta da publicação de sua resenha a respeito de *Aspects*, publicação clássica de Chomsky, que lançava no livro a Teoria Padrão, que então se formulava.

Recordo que Eduardo Portela me convidou para escrever um artigo sobre Noam Chomsky na revista Tempo Brasileiro. Eu tinha lido Aspects of the Theory of Syntax e fiz um modesto resumo do livro. (Depoimento pessoal de Miriam Lemle, 2007)

Modesta ou não, a resenha de Lemle acabou por ter seu papel na história da lingüística nacional, já que as palavras de alguns lingüistas deixam clara a posição de destaque que a resenha acabou por ocupar.

Lemle [...] foi uma das primeiras lingüistas brasileiras a apresentar [...] uma reflexão sobre a então chamada Gramática Transformacional. Embora sob o rótulo genérico de *Estruturalismo*, o artigo apresentou a teoria chomskiana à comunidade brasileira como uma teoria revolucionária. (Altman 1998: 275)

O marco introdutório é o texto de Miriam Lemle na revista Tempo Brasileiro. Não sei se muita gente leu esse texto e não sei também como o texto foi entendido: tratava-se de um texto extremamente introdutório e a Gramática Gerativa era vista quase como uma curiosidade que acontecia lá no norte. (Depoimento pessoal, 2006)

Carlos Franchi (1932-2001), que contribuiu para o estabelecimento de estudos sintáticos na Unicamp e na USP, mencionou em depoimento pessoal: “tanto é que foi o texto de Lemle, na *Tempo Brasileiro*, que me levou a ler Chomsky” (depoimento de Franchi a Altman 2002a: 25).

As publicações da revista carioca “Tempo Brasileiro” eram meu canal com o estruturalismo e a cultura da Europa. Em edição dessa revista de 1967 sobre o estruturalismo, Miriam Lemle, parece-me que por sugestão de Mattoso Câmara, fizera uma clara exposição dos pressupostos teóricos e do

sistema conceitual do “novo estruturalismo” de um desconhecido Noam Chomsky. (Franchi 2004: 449)

Anthony Naro, em livro sobre as *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*, publicado em 1976, disse sobre a resenha:

À Professora Lemle se deve o mérito de haver introduzido as idéias da gramática gerativa no Brasil com o artigo “O novo estruturalismo em lingüística: Chomsky”, que apareceu em número especial de *Tempo Brasileiro*. (Naro 1976: 88-89).

Lemle, em sua resenha, apontou a caracterização do componente sintático em duas partes articuladas por regras transformacionais evidenciando os argumentos utilizados por Chomsky e seus colaboradores para dar força à proposta, e seu discurso era articulado em torno da idéia de *inovação*, termo caracterizador utilizado pela lingüista.

Ao apresentar os pontos teóricos e metodológicos do programa chomskiano da época de *Aspects*⁷⁶, a autora destacou que se estava diante de uma nova forma de fazer lingüística, mais científica e adequada para tentar obter resultados explicativos, e não mais apenas descritivos, para os fenômenos da linguagem humana. Propunha-se, entre outros pontos essenciais, uma alteração na forma de conceber uma língua (para o programa gerativista, vista como um elemento abstrato, de raízes biológicas e inatas) e uma gramática (articulação de processos sintáticos — gerativos de sentenças — com informações fonológicas e semânticas — de caráter interpretativo e não gerativo) e o processo de sua aquisição, caracterizado como o desenvolvimento de uma capacidade inata, herdada geneticamente pela espécie humana e que seria denominada como a Gramática Universal nesse modelo Padrão.

Uma análise do discurso empregado por Lemle permite evidenciar que a autora escreveu um texto de forma programática, no sentido de que construiu sua rede argumentativa destacando a inovação, as mudanças, as novas perspectivas que o programa chomskiano trazia, em comparação com o programa estruturalista.

⁷⁶ A publicação de *Aspects* representou o início do período cognitivo da Gramática Gerativa, um momento de diálogo entre as propostas gerativistas e os aspectos cognitivos da linguagem humana. Chomsky destaca seu trabalho e o de Katz & Postal como importantes para esse novo nível do programa. Nesse momento Chomsky advogou colocar a Gramática Gerativa num patamar diferente daquele ocupado tradicionalmente pela lingüística. As aclamadas ruptura e a mudança revolucionária se faziam mais uma vez presentes na aproximação das ciências da linguagem com a prática de pesquisa das disciplinas naturais, de onde viria, por exemplo, o rigor metodológico e de argumentação.

Note-se que, com isto, fica postulada uma hipótese bastante ousada e específica sobre o mecanismo da aquisição lingüística: tanto a criança no aprender a falar quanto o adulto no aprender novas línguas só poderiam realizar essa tarefa imensamente complexa se, ao se aproximarem dos dados, já possuísem um esquema prévio, um pré-conhecimento tácito dos universais lingüísticos. (Lemle 1967a: 58)

.....
O modelo do processo psicológico de aprendizagem aí sugerido opõe-se diametralmente ao proposto pelas teorias mecanicistas, que vêem a aprendizagem como uma fixação de hábitos baseada na seleção de associações estímulo-resposta [...] (Lemle 1967a: 58)

.....
Assim chega-se a mais uma notável diferença de conceitos entre a lingüística da primeira metade do século e esta. Aquela, concebendo uma língua como um *corpus* de dados, considerava-a como um sistema em si, independente de todas as outras. [...] Pela teoria de Chomsky, ao contrário, [...] sendo uma língua vista como uma das formas possíveis de manifestação da propriedade humana de linguagem, é natural que todas as descrições partam de um mesmo molde e façam uso de um cabedal comum de termos e tipos de regras, pois eles são entendidos como denotações de caracteres que são gerais. (Lemle 1967a: 59)

Com palavras fortes (“Está se formando, ao redor de Chomsky, uma corrente revolucionária na lingüística: é da chamada gramática gerativa-transformacional”, p. 55), Lemle acentuou as diferenças das propostas de Chomsky em relação aos procedimentos lingüísticos então adotados por formas anteriores de estudar a linguagem e as línguas naturais, não deixando de ressaltar quanto as idéias chomskianas se mostrariam promissoras não só para a lingüística, mas também para áreas correlacionadas. E a retórica foi de ruptura com a lingüística da época, uma vez que “novas questões, novas posições teóricas, novos rumos de investigação, novas formas de descrição vêm sendo propostas” (Lemle 1967a: 55).

Ao lado desses posicionamentos, é interessante verificar a observação de Lemle a respeito da situação acadêmica do Brasil, um passo atrás, uma vez que ‘de recepção’, dos centros norte-americanos e europeus, considerados como os produtores de pesquisa e teorias.

Para nós, que acompanhamos o desenvolvimento a distância, com atraso no acesso às novas publicações e dificuldade de diálogo informal, com os lingüistas do próprio meio onde a teoria vem se formando, a tarefa de nos mantermos a par dos últimos progressos fica duplamente dificultada. (Lemle 1967a: 56)

Para Lemle, é uma teoria tal como proposta por Chomsky em 1965 o caminho para um diálogo com a psicologia, por exemplo, ampliando assim as perspectivas da pesquisa lingüística (Lemle 1967a: 57). Mais uma vez, o que se observa é a retórica que enfatiza o avanço, a novidade e, principalmente, a idéia de reformulação da lingüística em torno de um caminho considerado mais científico.

O que encerra a resenha são comentários garantindo o espaço da Gramática Gerativa para além das pesquisas lingüísticas. O entusiasmo era grande nesse momento.

A lingüística gerativa transformacional está se mostrando fecunda em diversas aplicações e linhas de pesquisa não estritamente lingüísticas. Por se ter imposto o requisito de que a gramática seja totalmente *explícita* (isto é, que expresse formalmente todas as regras lingüísticas de que o falante faz um uso implícito ao gerar as suas sentenças) oferece possibilidades promissoras para a programação de computadores para a tradução automática. (Lemle 1967a: 68)

É devido à maior ambição e à alteração das suas metas teóricas e da abertura destas novas frentes de estudos, que atingem até as fronteiras de outras disciplinas, que se tem considerado uma revolução na lingüística a obra de Chomsky e dos que pensam na mesma linha, e se tem dito que somente a partir destas novas posições a lingüística está deixando de ter o *status* de uma simples técnica descritiva para alcançar o *status* de ciência, capacitada a *explicar* e não apenas descrever os dados do fenômeno que estuda, e interessada em relacioná-los com os fenômenos estudados pela biologia, psicologia, antropologia, nas quais não hesita em buscar esclarecimentos e às quais tem a dar contribuições valiosas. (Lemle 1967a: 69)

Nessa primeira abertura a Chomsky no Brasil, a autora não deixou de comentar a respeito da característica que se manteria presente ao longo de todo o processo de desenvolvimento da teoria: a sua constante reformulação em busca do desejado alcance de uma abordagem ideal em relação aos aspectos descritivos e explicativos da competência lingüística.

Estas novas formulações e perspectivas ainda estão em pleno processo de elaboração. A cada novo livro ou artigo que sai, modificam-se alguns aspectos da teoria, alteram-se interpretações de dados apresentados em escritos prévios, reformulam-se problemas. O que acarreta uma certa perplexidade ao leitor, e provoca mal-entendidos que dão lugar a prolongados debates ... (Lemle 1967a: 56)

O tipo de discurso utilizado por Lemle podia ser encontrado também em outras publicações. Pode ser percebida essa atitude em relação à novidade, por exemplo, na divulgação de uma tradução do livro de Lyons (*As idéias de Chomsky*, 1973) sobre as primeiras propostas chomskianas. Chomsky era considerado pela editora que publicava o livro no Brasil como um “mestre da modernidade”, nome que recebia a coleção em que se inseriu o livro de Lyons. O texto da quarta capa anunciava:

A lingüística, disciplina outrora remota e acadêmica, tornou-se, graças principalmente a Noam Chomsky, um dos centros e uma das fronteiras do saber acadêmico. Por isso, a obra de Chomsky interessa a todos quantos queiram compreender a revolução operada no pensamento contemporâneo.

A aceitação das idéias de Chomsky, de suas propostas teórico-metodológicas e a retórica de ruptura estabelecida pelos seus seguidores encontrou eco no Brasil e na comunidade científica de então, caracterizada pelas seguintes palavras de Altman:

O contexto brasileiro dos anos sessenta, fortemente marcado pela necessidade de absorver uma realidade em rápida e intensa transformação social, econômica e política, impulsionava nossos pesquisadores para o futuro, ou melhor, para os modelos de futuro que nos apresentavam os chamados centros produtores de pesquisa (e tecnologia) de ponta. (Altman 2001b: 83)

2.2 O texto de Mattoso Câmara e a anti-retórica revolucionária

No mesmo número da revista em que foi publicada a resenha de Lemle, Mattoso Câmara, nome central para o estruturalismo brasileiro como já apontado, também fazia comentários a respeito da Gramática Gerativa, e o próprio Mattoso considerava, assim como o título do texto de Lemle, o programa norte-americano como uma nova espécie de estruturalismo. Em seu texto “O estruturalismo lingüístico” (1967: 5-43), Mattoso empreendeu uma definição bastante ampla das bases filosóficas e metodológicas dos estruturalismos e, em meio a suas considerações, comentou Chomsky.

É também a abordagem da língua pela frase que tem em vista a gramática gerativa transformacional. Ela ganhou os seus contornos definidos com as lucubrações de Noam Chomsky e alguns lingüistas americanos.

O objetivo de Chomsky foi estabelecer uma teoria da criação das frases no intercurso lingüístico. A multiplicidade, praticamente infinita, das realizações possíveis numa língua dada é reduzida a um pequeno número de frases “nucleares” [...], e uma série de regras de transformação são apreendidas pelo lingüista para explicar qualquer enunciação que se “gera” a partir de uma delas. Tal é o programa exposto na obra básica de Chomsky [...] sobre as *Estruturas sintáticas* e desenvolvido na conseqüente atividade dele e seus companheiros. (Mattoso Câmara Jr. 1967: 32)

Mattoso tratou, em consonância com o que afirmava Lemle, do aspecto mentalista das propostas de Chomsky em oposição ao mecanicismo do estruturalismo norte-americano e apontou que a teoria chomskiana se definiria como uma espécie de estruturalismo dinâmico, na atividade lingüística nos termos de Humboldt. Parece haver no discurso de Mattoso uma tentativa de enquadrar a Gramática Gerativa ainda numa tradição de pesquisa estruturalista, num discurso que apresenta um tom diferente daquele de ruptura adotado por Lemle. Observe-se, por exemplo, que Lemle também se referiu ao aspecto dinâmico da teoria gerativa (em sua resenha sobre *Cartesian Linguistics*), mas sem colocar a teoria próximo de uma teoria funcional como faz Mattoso. Em seu texto, Mattoso fez uma avaliação da Gramática Gerativa como um estruturalismo funcional (“é preciso não esquecer que o conceito de estrutura lingüística está essencialmente ligado à compreensão do funcionamento da língua. As relações estruturais não existem no ar. Decorrem do papel que desempenham os seus termos opositivos no processo da comunicação”, p. 31), já que, segundo o lingüista, a preocupação estaria na língua em seu funcionamento. Dificilmente essa posição de Mattoso seria sustentada pelos lingüistas gerativistas, há aqui diferentes visões do que se entende por funcionalismo. Não há de fato uma preocupação entendida como funcionalista na Gramática Gerativa, inclusive o funcionalismo coloca-se como um programa de investigação diverso das propostas chomskianas.

Com a sua técnica de exposição algébrica, que recorre à lógica simbólica da escola de Carnap, essa teoria pode ser considerada funcional na medida em que se reporta fundamentalmente à atividade lingüística e vê, pois, a língua em seu funcionamento. Criou até um conceito de “gramaticalidade”, que é no fundo a adequação do que é enunciado a uma situação dada.

Fica, entretanto, a meio caminho do funcionalismo, em virtude da generalização de suas regras, que pairam muito acima das situações sociais concretas. Por isso, não conseguiu firmar com precisão o seu conceito de “gramaticalidade”. A “agramaticalidade”, que equivale a significação absurda, depende não poucas vezes, apenas da situação e do contexto [...]” (Mattoso Câmara Jr. 1967: 33)

Mattoso parece, de fato, não ter destacado algumas sutilezas dos conceitos chomskianos, que com certeza não estão próximos de uma visão funcionalista da língua. Mas também ressalte-se o fato de que o programa de investigação da Gramática Gerativa encontra alguns paralelos com o programa descritivista, no qual o estruturalismo se encaixa de forma satisfatória. Entre esses pontos em comum está a descrição da língua como um objeto autônomo. E, sem dúvida, os dois programas encontram-se no mesmo patamar se tivermos essa visão geral em perspectiva.

De qualquer maneira, se o discurso utilizado por Mattoso for avaliado com cuidado, percebe-se o tom crítico adotado pelo lingüista e também a tendência a negar um papel revolucionário à escola de Chomsky, uma vez que, na verdade, o discurso de Mattoso colocou a Gramática Gerativa no panorama dos estruturalismos, não havia assim mudança revolucionária nem um novo programa de investigação que se instalava. As palavras de Yonne Leite (2004: 18), ao escrever um texto de homenagem a Mattoso, parecem dar uma colaboração para essa interpretação:

Mattoso Câmara presenciou a ascensão da teoria chomskiana e da fonologia gerativista. E tinha-lhe uma profunda aversão. Manteve-se sempre alinhado às hostes estruturalistas. Conhecia, porém, muito bem suas propostas e estava perfeitamente em dia com suas leituras.

3. *A formação de um grupo de especialidade*

3.1 *Os primeiros momentos da recepção*

O Brasil viu durante um bom tempo seus centros de produção acadêmica privilegiarem pesquisas em teorias/abordagens de caráter filológico, dialetológico, estruturalistas, mas não há como negar que, a partir das décadas de 1970 e 1980, alguns departamentos de línguas e lingüística no Brasil viram suas orientações, já estabelecidas, dividirem espaço cada vez mais de forma acentuada com os novos pesquisadores e docentes de orientação gerativista.

O estruturalismo [nos estudos sobre o nível sonoro da língua] foi negado como referencial válido, e os resultados a que, através dele, se chegou, rejeitados. Algo mais, pois, estava em jogo nos anos setenta, além da busca da melhor solução descritiva para um conjunto de problemas [...] : o embate por uma outra concepção de ciência. Ao invés de quadros descritivos classificatórios, a proposição de regras transformacionais e a discussão sobre a ordem de aplicação destas regras foi proposta como o modo preferencial de fazer lingüística “moderna”. (Altman 1994: 399)

E na Sintaxe e Morfo(sintaxe) dos anos setenta, [...] quase nenhuma atenção foi dada ao referencial estruturalista. O alvo das críticas — e da ruptura — principalmente de adeptos da Gerativa nesses campos foram os gramáticos tradicionais. A exemplo do que ocorrera nos EUA no final dos anos cinquentas, a implantação dos modelos gerativos no país, sobretudo o chomskyano, deu-se em meio a grandes polêmicas. Nesse sentido, não se pode deixar de observar que grande parte dos lingüistas gerativistas dos anos setenta herdou do modelo, não apenas as proposições e as técnicas de obtenção e formalização de dados, mas também herdou o modelo de retórica. Só que, ao contrário do grupo que se formara nos EUA em torno de Chomsky, que dirigiu seus ataques a um *establishment* descritivista, o grupo brasileiro voltou seu poder de fogo contra um *establishment* gramatical, dito “tradicional”. Suas relações de oposição com os estruturalistas estavam, nesse momento, em um segundo plano. (Altman 1994: 400)

Durante as décadas de 1970 e 1980, pode constatar-se a publicação de manuais de introdução à Gramática Gerativa, nacionais ou traduzidos, e a inclusão de capítulos, em manuais de introdução à lingüística ou à sintaxe, com orientação gerativista. Esse tipo de publicação permite avaliar o período como de recepção e aceitação das propostas

chomskianas, uma vez que a escrita e publicação de manuais introdutórios ocorrem quando há demanda pelo menos suficiente para um tipo de obra que introduz os interessados no assunto.

Lúcia Lobato, uma das primeiras pesquisadoras na área no Brasil, autora de um abrangente manual de introdução à sintaxe gerativa, escreveu no prefácio de seu livro sobre a necessidade, em 1986, da publicação de um manual com tal orientação, revelando, nas entrelinhas, o espaço crescente da Gramática Gerativa naquele momento, espaço esse que começou a se delinear ainda no início da década de 1970.

Precisamente, meu objetivo foi o de ajudar o estudioso de sintaxe a adquirir conhecimento seguro e pleno dos pressupostos teóricos, do modo de argumentar e do aparato técnico característicos da sintaxe gerativa chomskiana, de maneira a capacitá-lo a ler sozinho os textos teóricos originais. Esse conhecimento é imprescindível até mesmo para os que fazem oposição a tal tipo de estudo. (Lobato 1986: 15)

Seguindo esse mesmo raciocínio, as palavras dos lingüistas Mário Perini e Francisco da Silva Borba, nos prefácios aos seus manuais, deixam claro o que queriam: firmar etapas introdutórias para o estudo de um campo que definitivamente já era considerado pelos adeptos do programa gerativista como revolucionário e de importância fixada no panorama dos estudos sobre a linguagem humana.

Meus objetivos neste trabalho podem-se resumir nos dois pontos seguintes: (a) apresentar um esqueleto básico da teoria sintática gerativa (ou transformacional), seguindo no essencial o modelo proposto por Chomsky 1965; e (b) tentar levar o leitor, através da discussão de problemas concretos, a uma visão do tipo de raciocínio e argumentação atualmente corrente em lingüística. (Perini 1985: 11, 1ª. ed. de 1976)

Uma vista d'olhos nas publicações atuais sobre Lingüística nos convence da desnecessidade de enfatizar o interesse da teoria gerativa, cuja fertilidade e novas posturas vieram realmente revolucionar os estudos lingüísticos. (Borba 1976: 7)

Observa-se que o que se colocava na lingüística brasileira nesse momento era a defesa de uma nova maneira de fazer ciência, como se a avaliação levasse em jogo não um novo programa científico, mas uma nova ciência, um novo olhar, que não poderia dialogar com as correntes lingüísticas de natureza estruturalista e muito menos com a filologia, a dialetologia e a gramática tradicional.

O programa gerativista também criticou o ensino de português baseado na gramática tradicional e suas formas de análise e abordagem das línguas⁷⁷, levando a um movimento de revisão de conceitos e análises consideradas, pelos gerativistas, ultrapassadas, em nome de

⁷⁷ "... forte retórica de ruptura em relação à metodologia de análise e formas de apresentação das gramáticas lingüístico-pedagógicas tradicionais em defesa de uma abordagem descritiva, sincrônica, não-prescritiva." (Altman 1998: 187)

novas considerações com base nas propostas da Gramática Gerativa. Esse anseio encontra-se explicitado, por exemplo, na publicação do livro de Miriam Lemle, em 1984, *Análise sintática: teoria geral e descrição do português*. Lemle destacou na introdução do livro qual era seu objetivo: “lançar uma ponte entre a lingüística teórica e o ensino escolar da gramática”.

A crítica às propostas gerativistas também se fez presente. A vontade de se colocar numa esfera de influência considerada como moderna foi criticada por alguns lingüistas brasileiros, que não se posicionaram no programa gerativista. Altman (1998: 286) aponta um depoimento de Ataliba Teixeira de Castilho, em que o lingüista revela seu descontentamento com a busca de alguns lingüistas pelas teorias da moda e, por conseguinte, pelo abandono dos estudos de descrição de língua, cujos fenômenos passavam a servir apenas para exemplificações de posições teóricas, deixando a vocação empírica da lingüística e o conhecimento dos fenômenos lingüísticos de lado.

Colocou-se também nesse momento uma reflexão sobre a característica de uma lingüística que teria nascido e se mantido como de recepção, conforme já comentei, como aponta Coseriu (1976: 24) a respeito da lingüística latino-americana. Altman, ao refletir sobre o assunto, conclui que “a especificidade da Lingüística Brasileira se daria pelo objeto, não pelo método” (Altman 1998: 287). Voltarei a esses aspectos em um capítulo posterior, mas adianto que a compreensão da recepção da Gramática Gerativa no Brasil e seus primeiros anos de desenvolvimento deve ser interpretada tendo em vista essas especificadas mencionadas por Coseriu e Altman.

3.2 O início da institucionalização de um grupo de especialidade

Segundo Franchi (2004), a entrada da Gramática Gerativa no Brasil se deve à resenha de Lemle e também aos primeiros cursos de divulgação da teoria, ainda que não se possa falar de algo uniformemente estabelecido: “Embora desencadeado, o desenvolvimento do gerativismo no Brasil não foi linear nem inteiramente expansivo” (Franchi 2004: 453). A idéia defendida por Franchi é a de que só se poderia falar de uma comunidade acadêmica de gerativistas a partir das décadas de 1980 e 1990. No entanto, como veremos nesta seção, a formação e o início do desenvolvimento de um grupo de especialidade que se percebe como gerativista podem ser localizados já na década de 1970.

Kato & Ramos (1999) apontam que no final da década de 1960 começou a se formular uma movimentação organizacional para a divulgação da teoria chomskiana no Brasil, com cursos dados em centros como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Museu Nacional (vinculado à UFRJ), a Pontifícia Universidade Católica, tanto de São Paulo como de Campinas (PUC-SP e PUC-Camp), a Universidade de Campinas (Unicamp) e nos Institutos de Lingüística.

Em entrevistas⁷⁸, os lingüistas Carlos Franchi e Lúcia Lobato disseram não ser possível apontar um único ponto de disseminação da Gramática Gerativa no Brasil. Lobato destacou o papel representado por Miriam Lemle e Anthony Naro, já Franchi apontou vários pontos de onde surgiram focos de divulgação e aplicação (a dados do português brasileiro) da Gramática Gerativa no Brasil, com destaque para os programas de pós-graduação em lingüística, que então se formavam no Brasil no final da década de 1960.

Não sei se houve propriamente um marco [do início do programa gerativista no Brasil]. Nos finais dos anos 1960, houve um artigo da Miriam Lemle na Tempo Brasileiro que foi bastante influente. Foi através dele que eu, por exemplo, fiquei sabendo alguma coisa a respeito da Gramática Gerativa. Logo depois houve os primeiros cursos de Gramática Gerativa; além da Miriam na UFRJ, posso citar os de Carl Harrison e John Martin, por exemplo, nos Institutos de Lingüística realizados em São Paulo, Salvador e Belo Horizonte (1969-1970). Nessa época começaram a surgir os primeiros trabalhos de pesquisa — as teses de doutorado de Mary Kato e Leila Barbara e a tese de livre-docência da Eunice Pontes. Esses foram os primeiros professores de Gramática Gerativa no Brasil. Tudo aconteceu bem rápido, mais ou menos de 1968 a 1974.

Em 1972-1974, chegaram os primeiros brasileiros com doutorado nos EUA: o primeiro foi o Antonio Carlos Quicoli, que foi trabalhar na Unicamp. O segundo fui eu, que cheguei em fevereiro de 1974 para a UFMG. Logo depois tivemos Yonne Leite e Margarida Basílio (UFRJ). Nessa época apareceram mais alguns estrangeiros (principalmente americanos): Anthony Naro (UFRJ), Quentin Pizzini (Unicamp e PUC-Campinas). (Depoimento pessoal de Mário Perini, 2007)

No processo ainda incipiente de institucionalização, o início da década de 1970 viu crescer a colaboração de professores estrangeiros visitantes: John Martin, Mercedes Roldan, Carl Harrison, Marianne Esztergar, Frank Brandon, Quentin Pizzini, Anthony Naro, Christian Rohrer (Kato & Ramos 1999: 106). A participação de pesquisadores brasileiros que haviam se diplomado em cursos de pós-graduação de universidades fora do Brasil (localizadas principalmente nos EUA e na França) também foi importante, pois, ao lado dos pesquisadores estrangeiros, esses estudantes passavam a ser os principais impulsionadores do novo grupo que começava a se perceber em formação.

Vários estudantes foram estudar nos Estados Unidos e, ao voltarem, tomaram a frente em suas cidades. Veja como exemplo Belo Horizonte, com Perini e Milton do Nascimento. O Departamento de Lingüística da Unicamp teve origem numa revoada a partir da UFRJ. (Depoimento pessoal, 2007)

⁷⁸ A entrevista com Franchi foi publicada em 2004, na *Revista da Anpoll*, e a entrevista com Lúcia Lobato foi publicada em 2000 na *Fórum Lingüístico*.

Nos primeiros momentos do programa gerativista no Brasil, são apontados, por pesquisadores do grupo e também por crônicas já publicadas, como pólos de produção: UFRJ (com Anthony Naro, Miriam Lemle, Lúcia Lobato [posteriormente na UnB]); PUC-SP (com Mary Kato e Leila Barbara), Unicamp (com Antonio Carlos Quícoli, Quentin Pizzini e Frank Brandon), UFMG (com Mário Perini e Eunice Pontes). Nesses lugares reconhecidos pelos gerativistas como pólos de formação, havia a presença de pesquisadores que tiveram de alguma maneira sua formação passando por etapas de estudo no exterior. Além dos estrangeiros Pizzini, Brandon e Naro, Lemle, Quícoli, Kato e Perini foram para os EUA fazer seus cursos de pós-graduação em diferentes níveis como especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Lúcia Lobato, que participou dos momentos iniciais de formação da pós-graduação na UFRJ teve formação inicial na França.

Esses centros considerados como focos disseminadores da produção do programa gerativista apresentaram no período aqui recortado uma crescente concentração de trabalhos de pós-graduação defendidos, de publicações nos periódicos que se definiram como de lingüística e também na divulgação da teoria por meio da publicação de manuais e monografias.

Ao observar os artigos selecionados para este trabalho (conferir o quadro dos artigos no capítulo dois), percebe-se que os pesquisadores se concentraram nas seguintes universidades (seja como estudantes de pós-graduação, seja como docentes):

- a) os textos publicados na *Estudos Lingüísticos* foram de autoria de Anthony Naro e Miriam Lemle, em atuação no Rio de Janeiro, na UFRJ e também na PUC-RJ;
- b) as publicações na *Revista Brasileira de Lingüística* evidenciaram a participação de autores vinculados à UFRJ e/ou ao Museu Nacional (Miriam Lemle, Vera Paredes, Anthony Naro, Margarida Basílio), à Universidade Federal do Paraná (isoladamente com John Martin), à PUC-SP (Mary Kato), à UFMG (Mário Perini), à Unicamp (Quentin Pizzini, Frank Brandon);
- c) o texto publicado no *Caderno de Estudos Lingüístico* é de autoria de Marco Oliveira, então docente na Unicamp;
- d) e os textos dos *Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura* evidenciam principalmente a publicação de estudantes de pós-graduação da UFMG e trabalhos de Eunice Pontes, docente da mesma instituição, além da presença de Mary Kato e Miriam Lemle.

Os manuais e as monografias publicados reforça a idéia de que os centros correntemente apontados pelos gerativistas como focos iniciais de produção caracterizaram-se de fato como pólos de irradiação do programa. Os títulos que ganharam mais evidência⁷⁹ foram aqueles publicados por Perini (UFMG), Pontes (UFMG), Lemle (UFRJ), Mary Kato (PUC-SP) e Leila Barbara (PUC-SP).

Sobre o Rio de Janeiro como um desses centros, Lemle comenta que a pós-graduação na UFRJ, criada em 1968 e fortalecida no início da década de 1970 (principalmente pelo diálogo que estabeleceu com professores estrangeiros, muitos deles norte-americanos, demarcando essa esfera de influência para o curso), foi um espaço que gerou a formação do interesse em torno das propostas chomskianas.

No início, houve a nossa pós-graduação na UFRJ. Por uns dois ou talvez três anos, dávamos um curso juntos, o Anthony Naro, a Lúcia Lobato e eu. Planejavamos aulas juntos e alternávamos a pessoa que dava a aula, mas os outros assistiam. Depois a Lúcia precisou transferir-se para Brasília e criou um grupo lá. Vários estudantes foram estudar nos Estados Unidos e, ao voltarem, tomaram a frente em suas cidades. (Depoimento pessoal de Miriam Lemle, 2007)

Também nesses primeiros anos de formação de um grupo de especialidade, as atividades apontadas como cursos em institutos estavam relacionadas ao Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Línguas, o PILEI, fundado em 1963, e aos Institutos Brasileiros de Lingüística (ligados à pós-graduação da UFRJ e com financiamento da Fundação Ford) caracterizados como centros temporários de ensino, com o objetivo de complementar a formação lingüística dos interessados (Altman 1998: 147; 161-164). Ao que parece, segundo interpretação de Altman, John Martin, ao ministrar curso nesses institutos (em 1969 deu um curso sobre gerativismo em instituto organizado pelo PILEI e pela Associação de Lingüística e Filologia da América Latina — ALFAL) teria estimulado pesquisadores como Leila Barbara, Maria Antonieta Alba Celani, Mary Kato, que se tornariam nomes centrais (pelos trabalhos que publicaram vinculadas à instituição⁸⁰ e também pelos alunos que formaram)

⁷⁹ Considero como um elemento que coloca em destaque esses livros e seus autores o fato de que são freqüentemente lembrados pelos gerativistas como as publicações de importância no início de uma produção do programa gerativista no Brasil.

⁸⁰ Leila Barbara e Mary Kato publicaram seus trabalhos de pós-graduação em forma de livro e se dedicaram, no período aqui em foco, ao ensino de Gramática Gerativa. Já Maria Antonieta Alba Celani teve um papel no início dos cursos na PUC, orientando trabalhos de alunos como Leila Barbara. Desses nomes, importantes no início do programa gerativista no Brasil, apenas o de Kato ainda permanece como de destaque para o grupo de especialidade; tanto Barbara quanto Celani voltaram-se para os estudos em torno da lingüística aplicada. O depoimento a seguir dá uma idéia de como o grupo da PUC-SP era percebido naquele momento: *Entendo uma teoria como aquele aparato subjacente a uma metodologia, então a pesquisa lingüística apoiada nas sugestões teóricas da Gramática Gerativa, no Brasil, que eu saiba, começa na PUC, de São Paulo, na década de 1970 com duas teses de doutoramento: uma sobre a sintaxe transformacional do modo verbal, de Leila Barbara, e outra sobre o artigo definido, de Mary Kato. Foi a partir daí que se expandiu o interesse sério pela aplicação de*

para o desenvolvimento dos estudos em Gramática Gerativa na PUC-SP. Altman credita possivelmente o papel de um dos introdutores do gerativismo em São Paulo a John Martin. No entanto, é preciso lembrar que depoimentos de diferentes lingüistas apontam a dificuldade de Martin em cultivar relações pessoais e em formar novas gerações de pesquisadores. Essa percepção do grupo de especialidade certamente leva a relativizar seu papel como o de um líder de um grupo que começava a se articular.

Fiz um curso, no início dos anos 1970, no VI Instituto Brasileiro de Lingüística (Florianópolis, janeiro/fevereiro de 1973), chamado Gramática Transformacional I, ministrado por Paulino Vandresen, em que lemos o Syntactic Structures e os “preliminares metodológicos” do Aspects. A quase totalidade dos alunos conhecia a gramática tradicional e tinha rudimentos de alguma versão do estruturalismo. O curso, no fim, acabou sendo uma pequena introdução (teórica) às idéias de Chomsky e envolveu longas discussões – equivocadas no mais das vezes – sobre as diferenças entre a Gramática Gerativa e o estruturalismo.

Em 1975/1976, fui aluno de John Martin. O curso de Martin era fundamentalmente “empírico” e levava os alunos a trabalhar com a teoria, que se alterava constantemente em função das dificuldades descritivas. (Depoimento de José Borges Neto, 2006)

A colaboração da UFMG também é destacada pelos gerativistas, principalmente pelo envolvimento de Eunice Pontes e de Mário Perini. Como indiquei anteriormente, o periódico de responsabilidade da universidade mineira publicou artigos que apresentavam aplicações a dados do português de propostas teórico-metodológicas das abordagens gerativistas em voga na época. Merece destaque o fato de que Perini, docente da universidade, publicou um dos manuais que o grupo de especialidade reconhece como um exemplar representativo de publicação no período. E Eunice Pontes também aparece como autora de monografias publicadas.

Nesses primeiros anos de institucionalização, o papel da Unicamp em torno do início do desenvolvimento de atividades de pesquisa e ensino em Gramática Gerativa é destacado por pesquisadores ligados ao grupo de especialidade e também pelo fato de ter aglutinado um número de professores e pesquisadores que se reconheciam como membros de um programa gerativista de lingüística.

A Unicamp foi um foco de formação de um grupo de especialidade porque, nos primeiros anos da década de 1970, estabeleceu diálogo com a PUC-SP e o programa de pós-graduação da UFRJ (por meio de nomes como os de Antonio Quicoli, doutorado obtido em 1972 na

metodologia da Gramática Gerativa à sintaxe do português. Até então o que se fazia era divulgação das idéias chomskianas exaradas em seus primeiros trabalhos desde Syntactic Structures até Aspects. (Depoimento pessoal de Francisco da Silva Borba, 2007)

Universidade de Nova York, e John Martin, membros do grupo liderado por Aryon Dall’Igna Rodrigues, que se havia transferido da UnB para o Rio de Janeiro, com uma lingüística próxima da esfera de influência norte-americana).

... a Unicamp em 1972, com quase quarenta alunos já inscritos na pós-graduação, enfrentava sua primeira crise. [...] A primeira busca de solução para a ausência de professores se deu em direção à PUC-SP: Leila Barbara, John Schmitz e Mary Kato, durante o primeiro semestre de 1972, revezaram-se uma vez por semana, na ida a Campinas, para ministrar um curso de Sintaxe, a seis mãos. A primeira ponte entre a Unicamp e a PUC-SP estava, assim, estabelecida. Nos anos subsequentes, vários dos professores da PUC se transferiram definitivamente para a Unicamp. (Altman 1998: 158)

O grupo de pesquisadores deixou o Rio de Janeiro e incorporou-se ao quadro docente da Unicamp, trazendo seu programa de mestrado e seus mestrandos. A contribuição de John Martin – salvo pela co-orientação de tese de doutorado de Mary Kato defendida em 1972 na PUC-SP – foi nenhuma. Quicoli, em breves dois anos, levou à defesa uma dezena de dissertações de mestrado na linha da Gramática Gerativa Estendida de “Aspects”. (Franchi 2004: 452)

No segundo semestre de 1972, transferiram-se do Rio para a Unicamp os professores – Aryon Rodrigues (Lingüística Geral e Lingüística Indígena), Antonio Carlos Quicoli (Gramática Gerativa) e Brian Franklin Head (Sociolingüística e Dialetologia). (Altman 1998: 159)

Essas trocas de posições de lingüistas nos programas de pós-graduação estimulou a troca de informações, os intercâmbios intelectuais, começando a dar forma a um grupo de especialidade, uma vez que mais pesquisadores passavam a se reconhecer como membros de um grupo que tinha projetos em comum e que dialogava com mais facilidade e produtividade a respeito de fenômenos lingüísticos a serem descritos e explicados. De fato, é possível que se perceba, a partir da década de 1970, a imagem de que o grupo de gerativistas alcançava um número maior de adeptos, conseguindo estabelecer no Brasil um grupo de pesquisadores que são reconhecidos, exatamente porque conseguiram formar o que Murray (1994) chama de *cluster*, no sentido de que o grupo mostra-se tão coeso e coerente que transmite uma imagem que ganha contornos de institucionalização e de respeitabilidade ou mesmo se coloca numa posição de alvo de ataque por parte daqueles que não compartilham dos pressupostos e métodos do programa de investigação em jogo.

Por toda a década dos 70, desse primeiro impulso saíram dissertações de mestrado, teses de doutorado, inúmeros trabalhos que, embora publicados bem poucos, circularam entre os “iniciados” e se divulgaram em sessões específicas nos encontros científicos nacionais (SBPC) e regionais (GEL-SP). (Franchi 2004: 452)

A sensação de que a Gramática Gerativa domina o panorama nacional, Franchi explica, parece dever-se ao fato de que se trata de um grupo em que há uma grande socialização do conhecimento, um grupo ativo. Não poderia ser de outra maneira, dadas as exigências metacientíficas que o gerativismo se coloca. (Pires de Oliveira & Miotto 2004: 442)

A USP, nas décadas de 1960-1980, encontrava-se, de acordo com a opinião de alguns lingüistas gerativistas que tiveram sua formação de graduação na USP, fora desse eixo de

reflexão e pesquisa lingüística, uma vez que se fizera no Departamento de Lingüística uma opção pelos estudos em torno do discurso e da semiótica (cf. Altman 1998).

O Curso de Lingüística na Universidade de São Paulo ressentia-se, desde suas origens, da falta de uma linha de pesquisa em Sintaxe. As linhas que, antes de 1989, mais produziam teses e dissertações eram as de Semiótica, Lexicologia e Fonologia. Vários professores do Departamento consideravam bastante grave a lacuna da Sintaxe, uma vez que, desde a década de 50, esse nível de análise sofrera um considerável avanço, sobretudo dentro do modelo gerativista, que acabou ficando totalmente ausente dos cursos da USP. Na graduação, embora integrasse o rol das disciplinas obrigatórias para os alunos cursando o bacharelado em Lingüística, o curso de Sintaxe tinha carga horária insuficiente e nos cursos introdutórios, obrigatórios para todos os alunos de Letras, a Sintaxe nem sequer integrava a lista dos tópicos abordados. A situação na pós-graduação não era muito diferente. A disciplina “gramática transformacional”, que constava do conjunto de disciplinas credenciadas, foi raramente ministrada. (Negrão 2002: 87-88)

Na minha época de graduação [década de 1980], falar em Chomsky na USP era uma heresia. Depois, demorei para fazer pós, justamente porque eu estava esperando a USP mudar. Só comecei a ver o que acontecia na Gramática Gerativa no Brasil recentemente. (Depoimento pessoal, 2007)

Alguns depoimentos colhidos destacam que na década de 1980 os estudos de sintaxe gerativista, no Departamento de Lingüística, não eram objeto de ensino e reflexão, e Esmeralda Negrão lembra (em depoimento pessoal) que se chegava a considerar, até por conta de uma especialização em torno do discurso, do texto, da semiótica, a análise da sentença proposta pela teoria gerativa como algo já ultrapassado, uma vez que outras análises já davam conta do nível textual e discursivo. Ao observar o *Catálogo de Teses e Dissertações* da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, englobando um período que vai de 1942 a 1997, é possível confirmar o posicionamento do Departamento em relação aos estudos de sintaxe gerativa. Até a década de 1990, nenhuma tese ou dissertação, exatamente concentrada na área de pesquisa em Gramática Gerativa, foi defendida.

Essa visão dada pelos depoimentos reflete o que membros do grupo de especialidade em teoria gerativa reconhecem dentro de seus critérios de pertinência ou não ao grupo. Altman (em comunicação pessoal) revê esse período com mais cuidado, ao afirmar, por exemplo, que nos cursos de francês, por meio das aulas de João Teodoro D’Olim Marote, havia a divulgação das teorias e propostas metodológicas do gerativismo, mas como um instrumento de descrição lingüística do francês. Além da informação obtida por meio da comunicação pessoal, é possível verificar que na década de 1970, D’Olim Marote ministrou uma disciplina chamada “Sintaxe: Gramática Gerativa e Transformacional” no Departamento de Lingüística, entre os anos 1973-1978⁸¹. No entanto, esses dados parecem não ser reconhecidos pelos membros do grupo de especialidade em Gramática Gerativa.

⁸¹ Informações obtidas pelo currículo na Plataforma Lattes.

De qualquer maneira, a lembrança suscitada por Altman reforça a idéia de um grupo que se reconhece como tal a partir de alguns critérios, relacionados à institucionalização dos estudos em um departamento e com ‘produção’ em torno do programa, e não apenas em forma de divulgação.

Para os gerativistas, a USP se posicionou só no final da década de 1990 como um centro de trabalho em Gramática Gerativa, no Departamento de Lingüística, ao lado de áreas que tradicionalmente já haviam se firmado como a semiótica e a análise do discurso. O número de teses e dissertações aumentou a partir do final dos noventa⁸² e as contratações de pesquisadores em Gramática Gerativa como docentes passa a ser em maior número⁸³. Nesse momento, aponto a presença de Carlos Franchi, que após carreira na Unicamp atuou como convidado na USP, a convite de Esmeralda Negrão, que seria a líder organizacional de um grupo que se formaria e se fortaleceria ao longo da década de 1990. Vários lingüistas, em depoimentos, não deixaram de apontar o nome de Negrão como uma liderança em termos de formação de grupo de especialidade.

3.3 Líderes e os grupos

A formação de um grupo de especialidade passa, idealmente, por diferentes estágios definidos por Murray (1994). Um primeiro estágio caracteriza-se como aquele momento inicial em que programaticamente as bases de um programa de investigação são lançadas e é possível reconhecer já nomes que poderão ser apontados como lideranças intelectuais e possível foco de atenção para a formação de centros de pesquisa. As considerações feitas anteriormente demonstraram ser um dos nomes principais para a recepção das idéias do programa gerativista no Brasil o de Miriam Lemle. Ela, por meio de sua resenha, contribuiu para a divulgação das idéias que seriam adotadas por um grupo de especialidade que se formaria na década de 1970 de forma mais institucional. Pode-se analisar numa narrativa historiográfica que o primeiro estágio da formação de um grupo de especialidade em pesquisa

⁸² Em 1998, é defendida a primeira dissertação de mestrado, sob orientação de Esmeralda Negrão, na área da Gramática Gerativa: um trabalho sobre construções clivadas em português feito por Marcello Modesto, que na década seguinte seria contratado, após concurso, como professor do departamento.

⁸³ A leitura do Plano de Metas do Departamento de Lingüística da USP deixa clara a intenção de ampliar áreas de pesquisa que não tinha experimentado um desenvolvimento mais expressivo (como o da semiótica) em termos de produção acadêmica. Entre essas áreas está a Sintaxe, que passou de fato, a partir do final da década de 1990, a atrair um interesse maior daqueles interessados no programa gerativista. O relatório do Departamento, das atividades empreendidas entre os anos, permite visualizar que de fato houve a intenção na expansão revelada pelo menos pela contratação de professores e pesquisadores em Gramática Gerativa.

em Gramática Gerativa no Brasil se deu pelo início dos primeiros textos que davam notícia sobre o gerativismo e pelas primeiras organizações de cursos sobre a teoria.

Já o segundo estágio de formação de um grupo de especialidade engloba a formação de novos pesquisadores numa segunda etapa dos processos de ensino e pesquisa. Nesse sentido, os primeiros cursos dados no Brasil, o envio de estudantes ao exterior, a leitura de obras traduzidas ou em seus idiomas originais possibilitaram que os primeiros focos do grupo de especialidade se expandissem. De um ponto central, outros focos de pesquisa e ensino surgiram. Nesse momento, aumentou o diálogo entre os pesquisadores e se formou uma corrente de trocas de informação que passou a dar sustentação ao grupo, que então se reconheceu como de uma especialidade de pesquisa e ensino específica, facilitando co-autorias e o reconhecimento da comunidade acadêmica. Como consequência do surgimento de lideranças nesse segundo estágio, sucedem-se os estágios de sucesso e consolidação do grupo (*cluster*, nos termos de Murray), em que as relações entre líderes e novas gerações formadas se solidificam, a comunicação interna do grupo ganha força, e a institucionalização do grupo, reconhecido definitivamente no meio acadêmico, se concretiza.

Focando os centros apontados por Kato & Ramos (1999), aponto os nomes que os pesquisadores do grupo de especialidade reconhecem como lideranças, e também distingo entre aquelas que pareceram, além de exercer o papel de divulgador e formador de pesquisadores, exercer também o papel de líderes organizacionais, no sentido de terem formado centros, conseguido recursos, terem lançado propostas de trabalho.

Líderes e centros

Miriam Lemle, Anthony Naro	UFRJ
Mary Kato, Leila Barbara	PUC-SP, Unicamp
Mário Perini, Eunice Pontes	UFMG
Lúcia Lobato	UFRJ, UnB
Antonio Carlos Quícoli	Unicamp

Pode-se, de fato, apontar nomes como os de Miriam Lemle e Mário Perini que, por conta de suas reconhecidas publicações, poderiam figurar com a caracterização de líder intelectual. No entanto, não se pode esquecer o fato de que nossa produção lingüística é uma produção derivada da recepção de idéias e métodos vindos da lingüística que se produzia a partir da influência intelectual de Noam Chomsky. Ao caracterizar nossa lingüística como uma lingüística de recepção, talvez seja necessário apontar que a influência intelectual é externa,

sendo assim, os verdadeiros líderes intelectuais foram os autores recebidos e percebidos como influência pelos participantes do grupo de especialidade. Levando em consideração esse comentário, lembro que os nomes indicados acima são daqueles que foram reconhecidos, pelos gerativistas, como importantes para a formação de um grupo de especialidade em Gramática Gerativa no Brasil, lembrando sempre que a participação deles no processo não se deu da mesma forma; em alguns momentos, uns pareceram de fato exercer uma força na formação das idéias, das propostas de trabalho (força intelectual), enquanto outros pareceram situar sua atuação mais na organização de condições favoráveis de trabalho para o grupo que então começava a se institucionalizar.

Na UFRJ, destacaram-se Anthony Naro e Miriam Lemle. A formação de um dos primeiros cursos de pós-graduação em sintaxe gerativa na universidade carioca colaborou para que os dois lingüistas se posicionassem como pesquisadores e formadores de novas gerações de lingüistas. Associada a esse aspecto, está a atuação de Lemle em periódicos, com a publicação quer de artigos de pesquisa, quer de texto mais programáticos, como as resenhas que escreveu divulgando a teoria ainda no final da década de 1960.

A PUC-SP ocupa um lugar de destaque para o estabelecimento de um grupo de especialidade em Gramática Gerativa no Brasil. Saíram da PUC as publicações de primeiros trabalhos monográficos, as teses de Kato, Pontes e Barbara, que podem ser apontadas como *exemplares* de publicação de um grupo de especialidade, uma vez que esses trabalhos são lembrados por diferentes depoimentos de pesquisadores do grupo de especialidade a até por pesquisadores de fora do grupo. Também saíram da PUC os professores que ajudaram a dar reforço ao grupo de sintaticistas da Unicamp. Esse papel formativo da PUC contou com a colaboração de John Martin e de Maria Antonieta Alba Celani, que via estudos de lingüística aplicada formou pessoas como Leila Barbara dentro de um referencial gerativista, mesmo não tendo prosseguido ou se especializado dentro do programa. O fato é que a PUC formou nomes centrais para o programa no Brasil. Eunice Pontes iria para Minas Gerais e depois para Brasília. Leila Barbara ficaria na PUC e depois também se distanciaria do programa. E Mary Kato foi realmente uma das grandes responsáveis pela dobradinha PUC e Unicamp que definitivamente implantaria um espaço acadêmico para a Gramática Gerativa no Estado de São Paulo (hoje visto como o principal centro de pesquisa na área do programa gerativista). Nesse sentido, o conceito de grupo de especialidade de Murray parece se aplicar adequadamente a uma avaliação do papel exercido pela PUC: aquele de formar pesquisadores

e de os enviar para outros centros, nos quais nesses outros espaços eles continuariam um trabalho de formar novas gerações, dando força ao grupo de especialidade. Também o momento de troca entre os participantes de um grupo ganha destaque pela participação da PUC-SP e sua colaboração com o programa de pós-graduação da Unicamp, que lançou definitivamente as bases para o reconhecimento de um grupo de especialidade.

Os terceiro e quarto estágios (de sucesso e de estabelecimento do grupo, respectivamente) podem ser reconhecidos já na década de 1970, com o reconhecimento manifestado pelas publicações, pelo aumento de trabalhos produzidos na área, pela detecção de nomes que se firmaram como líderes intelectuais e organizacionais. A década de 1980 e os desdobramentos do modelo de Princípios & Parâmetros no Brasil (momento fora do eixo de reflexão desta narrativa historiográfica) podem ser definidos como de solidificação desses estágios, próximo ao conceito de ‘ciência normal’ de Kuhn. Alguns depoimentos, de forma reflexiva, apontam uma falta de empolgação atual com os rumos da Gramática Gerativa. Tal descontentamento de alguns pesquisadores, a falta de adesão de jovens ao programa poderia lançar uma reflexão a respeito do estatuto do programa gerativista na década de 2000 e seus caminhos futuros, apontados em alguns depoimentos como não muito promissor, ainda que se reconheça a empolgação com os rumos que o programa tem assumido, principalmente em relação aos diálogos que vêm estabelecendo com os centros produtores da teoria, fora do Brasil.

Embora a área dê atualmente a impressão de uma ‘entressafra’, a atenção que o português brasileiro vem recebendo recentemente no cenário internacional tende a estabelecer uma etapa bastante produtiva. (Depoimento pessoal, 2006)

Já não há tanto entusiasmo como antigamente. Não só aqui no Brasil, mas lá fora também. Diria que as expectativas criadas no início não foram mantidas ao longo do tempo. (Depoimento pessoal, 2006)

Acredito que o número de pessoas envolvidas com a Gramática Gerativa vem diminuindo consideravelmente. Acho que isso se deve, também, à Gramática Gerativa ser uma área em que se exige um estudo mais formal, mais distante do que se espera de estudos sobre línguas. (Depoimento pessoal, 2007)

Alguns dos nomes que foram apontados são passíveis da classificação de líderes para o grupo de especialidade que se formou. Essas pessoas articularam idéias, promoveram as necessidades sociais para a aplicação das pesquisas em torno dessas idéias e garantiram a formação de novas gerações de pesquisadores.

Alguns depoimentos enfatizam quem acabou por ocupar historicamente o lugar reservado ao de líder intelectual e/ou organizacional do grupo de especialidade em torno do programa de investigação gerativista no Brasil. Nomes como os de Lemle e Naro (UFRJ), Lobato (UnB),

Quícoli (Unicamp), Perini e Milton do Nascimento (UFMG), Charlotte Galves (na Unicamp a partir de 1978), Kato (PUC) estão sempre presentes quando é pedido aos linguistas que façam um retrospecto sobre os primeiros desenvolvimentos da Gramática Gerativa no Brasil.

A pesquisadora de maior influência na área foi a Profa. Mary Kato. Além de sua colaboração substancial para o estudo da sintaxe do português brasileiro, a Profa. Mary foi uma grande incentivadora de trabalhos em aquisição, lingüística histórica e variação sob uma perspectiva gerativa no país. Destacam-se também a sua grande influência na formação direta ou indireta de novos pesquisadores e o grande intercâmbio estabelecido com inúmeros centros estrangeiros através da organização de cursos e eventos com a participação de pesquisadores visitantes. Trata-se, na minha opinião, da lingüista brasileira de maior projeção internacional na área da lingüística gerativa. (Depoimento pessoal, 2006)

Para mim, as grandes lideranças da Gramática Gerativa são, dentre os antigos, Mary Kato, Lúcia Lobato e Miriam Lemle. O interessante é que deles só a Mary formou um grande número de alunos, alguns dos quais são também lideranças. Sem dúvida, o Jairo Nunes é a maior liderança dentre os ex-alunos da Mary. Ele já formou três alunos que são excelentes, e que estão no caminho da liderança: a Ana Paula Scher, a Marina Augusto e o Marcelo Ferreira. A Lúcia começou a formar algumas pessoas só um pouco antes de morrer. Mesmo assim, dois dos alunos dela fizeram doutorado nos Estados Unidos e, por enquanto, não voltaram para o Brasil. A Miriam, que eu saiba, não formou ninguém de destaque durante todos esses anos. Atualmente ela tem um aluno fazendo sanduíche que me parece promissor, mas a área é a Morfologia Distribuída, que é uma vertente colateral da Gramática Gerativa. (Depoimento pessoal, 2007)

3.4 Esferas de influência

Altman discute em pelo menos dois trabalhos de forma mais extensa sobre a questão das esferas de influência na lingüística brasileira (1998, 2001a). Antecipando o cuidado com que a questão deve ser tratada, principalmente em termos de sustentação científica, ela destaca que de fato houve, com a entrada e o desenvolvimento do programa de investigação gerativista no Brasil, uma alteração na esfera de influência: de uma tendência a seguir os estudos difundidos via Europa para o acompanhamento dos estudos divulgados pela lingüística norte-americana.

O ideal de cientificidade que os primeiros textos de divulgação das idéias do modelo teórico e de análise proposto por Chomsky apontavam estava pautada por um ideal norte-americano de fazer ciência, de estabelecer relações acadêmicas e de propor, principalmente, uma ciência próxima ao rigor e à metodologia das ciências naturais. Murray (1994) aponta que a aproximação com um ideal científico não relacionado àquele estabelecido pela tradição dos estudos humanísticos teria conferido prestígio diferente para a Gramática Gerativa. Essa opinião é contestada por Chomsky, mas nos fica de fato a impressão de que, ao estabelecer seus diálogos com outros discursos científicos (como o da lógica, da matemática, das ciências naturais), a Gramática Gerativa distancia-se do que se compreende como a área das humanidades.

A determinação de uma esfera de influência norte-americana ou européia na lingüística brasileira após a recepção das idéias e métodos do programa gerativista precisa ser apontada com cuidado. De fato há uma abertura bastante evidente para o que se produzia em lingüística nos EUA e para as formas de definição do ideal de cientificidade, principalmente por conta de que o líder intelectual do programa, Noam Chomsky, mantinha e mantém suas bases de produção nos EUA. No entanto, no processo de intercâmbio que caracterizou os primeiros momentos de recepção da Gramática Gerativa pelos brasileiros, a influência européia também foi presente, principalmente a França. Pelo menos dois dos importantes lingüistas que influenciaram no desenvolvimento da Gramática Gerativa no Brasil, Carlos Franchi e Lúcia Lobato (cf. Pires de Oliveira & Miotto 2004), e que podem, de alguma maneira e em algum momento do desenvolvimento do programa gerativista, ser apontados como líderes intelectuais ou organizacionais, tiveram seus contatos com o programa gerativista na França e também por meio da leitura de traduções ou mesmo de originais franceses (a questão da língua de acesso a trabalhos estrangeiros foi também apontada por Altman [1998] como um fator definidor de esferas de influência, uma vez que num determinado período se pode apontar maior presença do francês e o maior prestígio da França no universo cultural brasileiro). Se houve um impulso para que Lobato e Franchi fossem estudar na França também houve, como apontam Pires de Oliveira & Miotto, a percepção de que a ida à França tinha sido constatada como equívoco pelos dois lingüistas. Sendo assim, o centro irradiador das idéias e métodos do programa gerativista estava numa esfera de influência norte-americana e não na França, ainda que se reconheça a importância, por exemplo, da tradução do manual de Nicolas Ruwet (1975) para a divulgação da lingüística gerativista no Brasil.

Acima apontei que Franchi e Lobato *influenciaram* os estudos e o desenvolvimento de um programa gerativista de pesquisa porque os dois, em diferentes depoimentos, mantêm certo cuidado ao se definirem como gerativista; ambos colocam-se como conhecedores e divulgadores do programa, mas havia, na percepção deles, em sua formação, uma adesão crítica, daí a insistência deles em não se perceberem e se autodenominarem como gerativistas, ainda que a influência e o papel deles no desenvolvimento e na implantação do programa sejam inegáveis. Lobato abriu o espaço na UnB, e Franchi foi fundamental para a implantação tardia, em relação à recepção em outras universidades brasileiras, dos estudos de sintaxe nos moldes do programa gerativista na USP na década de 1990.

Carlos Franchi estudou sintaxe na França, Aix-en-Provence, mas antes, equivocadamente em sua avaliação, foi para a Universidade de Besançon. Em seminários e sessões de discussões, já em Aix-en-Provence, Franchi leu *Syntactic Structures*, *Cartesian Linguistics* e a tradução francesa de *Aspects*. O acesso a esses textos se deu por meio do francês (cf. o depoimento de Franchi [2004] em que ele mesmo afirma ter sido mau leitor de inglês, daí o francês como via de acesso à literatura gerativista) e a colaboração de Nicolas Ruwet foi importante. Aliás, é possível detectar no quadro de traduções de trabalhos sobre Gramática Gerativa a presença de traduções de originais franceses que principalmente divulgavam a teoria. Em seus primeiros momentos de recepção, a lingüística gerativista que se instalou no Brasil chegou não por intermédio de traduções de trabalhos do próprio Chomsky, mas de traduções de divulgadores franceses da teoria, que haviam publicado manuais de introdução, que foram traduzidos no Brasil.

Lúcia Lobato também via com ressalvas sua formação na França, apontando que seu início no programa gerativista se deu de fato pelo contato com Anthony Naro, que ela destaca como líder intelectual e organizacional, importante para que se compreenda a gênese de grupos de especialidade na lingüística brasileira.

Com relação ao meu início em GG, essa teoria era assunto em todos os lugares na época em que estudei em Paris. [...] Mas não segui nenhum curso regular de gerativa em Paris nessa minha primeira viagem. O meu início na teoria só foi se dar após o meu retorno ao Brasil quando eu era professora da Faculdade de Letras da UFRJ, e ocorreu pelas mãos do Naro, que na época era gerativista. O Naro me convidou para dar um curso com ele e a Miriam Lemle por puro engano: ele achava que, como eu tinha estudado em Paris, estava familiarizada com a teoria, e, além do mais, com a teoria como era praticada pelo Ruwet, que era então professor de Vincennes. Na verdade, o próprio Naro foi o meu introdutor na teoria. Já que vocês estão interessados na história da lingüística no Brasil, vou aproveitar para acrescentar que o Naro tem tido um papel fundamental no desenvolvimento da lingüística brasileira. Se a lingüística no Brasil é hoje o que é, isso se deve em grande parte ao papel que ele vem exercendo, tendo formado gerações de gerativistas e sociolingüistas. (Depoimento de Lúcia Lobato a Pires de Oliveira & Mioto [2000: 130-131])

O ideal de cientificidade a que me referi anteriormente, alterando o eixo da esfera de influência, é reconhecido por Franchi (ainda que com ressalvas – “Assim, não posso falar que tenha, então, ‘aderido’ a essa teoria”, 2004) nas propostas gerativistas. Esse ideal de cientificidade é aquele que reconhece na ciência um caminho em constante alteração. Nesse sentido, o que se buscava era um programa que pudesse reconhecer problemas, contradições e pudesse propor soluções mais adequadas para os impasses que enfrentava, sem se diluir ou se anular como projeto científico. Sendo assim, a Gramática Gerativa e suas constantes alterações internas, em diferentes modelos, era reconhecida como próxima de um ideal de cientificidade:

O movimento gerativista, enquanto paradigma, além de mais próximo às exigências metodológicas que me impunha, era o que melhor correspondia, na ocasião, a essa concepção de criatividade que não supõe o em si-mesmo e a “genialidade” (apesar de Chomsky), mas a interlocução, a crítica, a contradição, até o conflito em um processo de contínua construção e revisão. (Depoimento de Franchi a Pires de Oliveira & Miotto [2004: 450-451])

Acho impressionante que exista uma teoria forte como a gramática gerativa, capaz de direcionar pesquisas de diferentes pesquisadores no mundo inteiro e sobre diferentes línguas, e, ao mesmo tempo, se alimentar dos resultados dessas pesquisas, modificando-se em função desses resultados. (Depoimento de Lúcia Lobato a Pires de Oliveira & Miotto [2000: 141])

Como se vê, a questão das esferas de influência do programa gerativista no Brasil coloca dois pontos importantes, com diferentes pesos e medidas. Sem dúvida, a influência norte-americana, por conta da liderança intelectual de Chomsky, é inegável; mas a presença de uma influência francesa, seja pelo intercâmbio de estudos, seja pela publicação dos manuais traduzidos do francês, não pode ser ignorada, ainda que essa influência possa ser relativizada em importância em relação à presença de uma lingüística norte-americana como fonte para a produção de muitos trabalhos em Gramática Gerativa no Brasil. Já nas décadas de 1990 e os primeiros anos da década de 2000 essa questão de esfera de influência deve ser ainda mais delineada, principalmente pela influência exercida em muitos trabalhos por aqueles estudos de pesquisadores europeus no modelo de Princípios & Parâmetros, como os diferentes trabalhos de lingüistas italianos, reconhecidos como nomes importantes no desenvolvimento desse modelo da Gramática Gerativa.

Capítulo IV

Problemas, métodos e desenvolvimentos da Teoria Padrão e da Teoria Padrão Estendida no Brasil

1. *O estabelecimento de uma forma de trabalho científico*

1.1 *A visão geral do objeto linguagem*

A formação de um grupo de especialidade em torno das propostas chomskianas possibilitou que um programa de investigação se instalasse na lingüística brasileira ao longo das décadas de 1970 e 1980. Esse programa caracterizou-se por seus posicionamentos a respeito das tarefas de descrição, análise e explicação de fenômenos lingüísticos, assim como também se tornou particular por conta de suas estratégias de argumentação e de seus preceitos metodológicos.

A adoção de um programa pelo comprometimento com as idéias desenvolvidas e divulgadas por Noam Chomsky e seus colaboradores, a partir de 1965, se deu por meio da aceitação de que a competência lingüística (o conhecimento internalizado que o falante tem de sua língua) é resultado do desenvolvimento de uma faculdade inata (estrutura cognitiva caracterizada por propriedades genéticas — constituintes de parte do estado mental inicial — que tem a capacidade de gerar unidades lingüísticas diante de um *input* dado pela experiência, possui estrutura e propriedades específicas, desvinculadas de outros mecanismos de aprendizagem), que pode ser caracterizada como uma espécie de órgão da constituição biológica do ser humano, um componente da mente humana. Observe-se abaixo o comprometimento com os pressupostos teóricos do programa num trecho programático (no sentido de que procura evidenciar as ‘vantagens’ do programa em relação a outras formas de analisar dados lingüísticos) de um artigo de pesquisa, publicado em 1976.

A pesquisa lingüística está mostrando serem esses e outros princípios como esses [os universais lingüísticos] vigentes nas gramáticas das mais diversas línguas do mundo. Eles impõem limites muito severos sobre a variedade de regras gramaticais possíveis na linguagem humana. Essas propriedades universais das gramáticas humanas dificilmente se podem explicar como inferidas pelos falantes com base na experiência, ou como estabelecidas por mecanismos de estímulo e reflexo condicionado, ou criação de hábitos etc. A alternativa, muito mais natural, é encará-las como parte do esquematismo inato aplicado pela mente aos dados da experiência, ver nelas uma faculdade inata de linguagem que seria um dos componentes da estrutura mental humana. (Lemle 1976: 124)

Passava a ser tarefa do lingüista, então, analisar de que forma se processava a relação entre o desenvolvimento dessa faculdade da linguagem e a utilização de expressões lingüísticas, sendo que o objeto de estudo do programa era observar a forma e o significado das expressões lingüísticas com o recorte observacional dirigido aos aspectos determinados pela faculdade da linguagem. A teoria procurava, por meio da descrição e explicação de fenômenos de diferentes gramáticas particulares, explicar o que se considerava como o conhecimento lingüístico inato, representado por sistemas computacionais. O objeto de estudo do lingüista era tanto a capacidade inata para a linguagem quanto as diferentes línguas particulares. O programa colocava-se distante de outras abordagens de fenômenos lingüísticos que colocavam o foco, por exemplo, nos produtos lingüísticos produzidos em relação com o comportamento; o que interessava a um programa de correspondência como o programa gerativista, no seu modelo Padrão, era determinar quais estados da mente interferiam no comportamento lingüístico.

Particularmente, interessa para este trabalho a caracterização do programa gerativista em seu segundo modelo, o Padrão, e sua expansão com objetivo de corrigir problemas, o Padrão Estendido. Para a definição do que se entende como um programa de investigação da Gramática Gerativa em termos das teorias divulgadas pelos modelos citados, vou utilizar as diretrizes indicadas por Swiggers na definição de seus programas de investigação.

Segundo Swiggers (1981, 1989, 1992, 2004), uma primeira caracterização de um programa se dá em torno da definição da visão geral que o programa determina para seu objeto de investigação.

A Gramática Gerativa manteve ao longo de sua história a visão geral de que o objetivo de sua investigação está relacionado com a descoberta da forma do conhecimento lingüístico que o falante tem de sua língua, esse conhecimento lingüístico no modelo Padrão é chamado de **competência lingüística**. Além disso, é também um dos objetivos do programa nesse período

ir além da adequação descritiva (representada pela análise do que é a competência do falante) e chegar ao ideal de adequação explicativa (um dos principais pontos em que se assenta a retórica revolucionária do grupo de especialidade, sendo que estaria aí a diferença que tornaria o programa gerativista mais “científico” que outras propostas, uma vez que a cientificidade estaria nesse ideal explicativo). A adequação explicativa é atingida se o programa for capaz de descobrir qual é a forma da Gramática Universal, tomada como o estado inicial, comum à espécie, da linguagem humana.

O modelo Padrão estabeleceu a competência como objeto de descrição. Essa descrição deveria ser capaz de generalizações que permitissem lançar hipóteses a respeito de diferentes gramáticas particulares. Nesse estágio da teoria, a competência era vista como um sistema de diferentes regras articuladas nos diferentes níveis de representação numa gramática interna com seus componentes sintático (gerativo), semântico e fonológico (o dois últimos apenas interpretativos). Essas regras eram identificadas com processos mentais elaborados pela criança no momento de aquisição da língua materna; a criança então era vista como um “pequeno lingüista”. Abaixo, um exemplo da aplicação da proposição de regras e sua notação formal a dados do português.

A generalização que está por trás de todos esses fatos é a de que a complementação e a modificação dos constituintes sintáticos pode se dar em sucessivos níveis de bifurcação da árvore. A visão vigente das regras de expansão de constituintes, segundo a qual um sintagma X consiste de um constituinte lexical da classe X (onde X pode ser nome, verbo, adjetivo ou advérbio) cercado por n modificadores e complementos potencialmente associados como contas de colar, conforme expresso por regras do tipo R 1 a R 4, é uma visão ao mesmo tempo insuficientemente restrita e de insuficiente poder descritivo, pois não retrata a riqueza de estrutura interna que os sintagmas apresentam.

O formalismo das regras de expansão necessita de uma reformulação que tenha o poder de mostrar que os fenômenos de complementação e modificação se dão em camadas sucessivas, um de cada vez, com a maleabilidade associativa que vimos ser necessária, mas sempre em bifurcações, tantas quantas forem necessárias, e nunca num colar com n contas enfileiradas.

A forma geral 34 parece-me refletir satisfatoriamente as propriedades da estruturação sintagmática, captando o que deve ser captado e rejeitando o que não existe:

$$34. X^n \Rightarrow (\text{Spec}) X^{n-1} ([\text{Mod.}]) \\ \text{Comp.}$$

Restrição: cada aplicação da regra é um bifurcação. (Lemle 1978: 115)

No trecho citado, além da formalização, é preciso destacar o emprego de uma metalinguagem, também de caráter matemático, por assim dizer, que reforça o ideal de rigor nas hipóteses aventadas. A idéia por detrás, e que acaba funcionando também como retórica de ruptura implicitamente manifestada, é que haveria controle maior de experimentação e resultados no programa gerativista, já que a metalinguagem, segundo os participantes do

programa, é distinta daquela que os estudos sobre a linguagem tradicionalmente estabeleceram em algumas de suas tradições. Ao se aproximar de uma ‘matemática’, o programa também criava a auto-imagem que buscava valorização por meio de vínculo com outros campos do saber que reconhecidamente se colocavam como ciências ditas puras.

Essa forma (e também sua ampliação no modelo Estendido) de conceber o programa seria abandonada no final da década de 1970 exatamente por ter visto suas propostas de criação de sistemas de regras crescerem em quantidade e complexidade a ponto de dificultar o acesso ao estágio adequado de explicação. Se a gramática é composta de várias e complexas regras, como se explicaria a aquisição da língua pela criança, dados o curto espaço de tempo e a pobreza de estímulo. Também a caracterização da Gramática Universal ficava comprometida nesse modelo Padrão, uma vez que a aquisição era aprendizado de regras (diante de um *input*), não limitadas a princípio pela teoria, sendo que assim a definição do órgão responsável pela linguagem ficava bastante imprecisa (Kato 1997: 283). A proposição do modelo Padrão Estendido de certa maneira procurou alterar o excesso de regras que continha o modelo anterior. Em lugar de regras, estabeleceram-se filtros de boa formação, que mais tarde seriam substituídos por princípios, dando início ao mais bem-sucedido (em termos de publicações periódicas, trabalhos de pós-graduação, como nos informa a crônica de Kato & Ramos [1999]) modelo do programa gerativista, o de Princípios & Parâmetros.

A Teoria Padrão Estendida revia o papel da semântica dentro do modelo Padrão, acrescentando restrições a regras transformacionais, que então se mostravam em uma quantidade que dificultava atingir o nível adequado de explicação na teoria. Restrições também foram impostas às regras do componente de base, e a estrutura superficial passou por modificações, uma vez que teria de lidar também com o componente semântico. Uma das inovações do modelo Estendido foi a teoria dos vestígios para regras de movimento, já indicando o fim da “era das regras transformacionais”.

O debate foi intenso e gerou uma cisão no interior do programa, com a formação do campo da semântica gerativa. O período foi fecundo em discussões e revisões, em meio a debates, e ficou conhecido na lingüística norte-americana como um período de “guerras lingüísticas” (cf. Newmeyer 1986).

O Brasil observou a chegada da Gramática Gerativa em meio a esses debates, pois quando a teoria começou a traçar seus caminhos no cenário nacional já havia outras propostas modificando aquilo que inicialmente tinha sido divulgado. Esse suposto descompasso em relação aos centros internacionais de produção marcou durante muitos anos a lingüística brasileira, que viu o estruturalismo chegar e se superpor à chegada das primeiras recepções da Gramática Gerativa (cf. Altman 1994, 1998, 2001b), que também chegava ao Brasil com modelos que já passavam por revisões.

Essa visão da lingüística como uma ciência de recepção é vista de forma crítica por um conhecido lingüista brasileiro: *“O pesquisador brasileiro típico joga fora o que fez e muda de opinião assim que percebe que está ‘desatualizado’”* (Depoimento pessoal, 2007). Descartar modelos, introduzidos por uma retórica revolucionária sem na verdade empreender de fato uma alteração nas práticas de análise lingüística (sem estabelecer uma revolução científica, para retomar a imagem de mudanças de paradigmas de Kuhn), parece ser, para alguns lingüistas brasileiros, uma característica de centros de recepção e divulgação de pesquisa acadêmica: *“Hoje, como sempre, a lingüística brasileira é dependente; temos sido mais preocupados em nos manter atualizados com os eventos do Primeiro Mundo do que em pensar independentemente”* (Depoimento pessoal, 2007). Volto a esse importante aspecto nas reflexões finais deste trabalho, mas adianto que é necessária uma revisão das caracterizações de *atraso, descompasso, recepção*, se de fato o objetivo for traçar uma historiografia da ciência lingüística brasileira, que não pode interpretar esse aspecto de forma ingênua e continuar repetindo o coro dos descontentes com uma ciência dita atrasada, já que situada numa ‘periferia’ cultural.

Ainda sobre a questão da percepção de um descompasso em relação aos centros reconhecidos como produtores de pesquisa em lingüística e especificamente aqueles vinculados ao programa gerativista, o depoimento abaixo permite reconhecer que de fato alguns lingüistas se reconhecem como membros de uma ciência que não tem autonomia em relação às instituições estrangeiras, e que a submissão às teorias de fora pode ser desestimulante:

Lembro de uma choradeira [...], no início dos anos 1980, de que era impossível fazer Gramática Gerativa no Brasil porque as informações (que circulavam nos EUA e na Europa na forma de xerox, preprints etc.) só eram publicadas nas revistas internacionais e lidas no Brasil cerca de dois anos após a primeira circulação. Assim, cabia aos pesquisadores brasileiros ‘correr atrás’. Isso criou uma cultura do ‘último texto’ que, acho, prejudicou um pouco a pesquisa no Brasil: os pesquisadores acabam perdendo muito tempo atrás dos textos de fora e não têm tempo para fazer a pesquisa.

Hoje, a internet resolveu grande parte do problema e não creio que alterações teórico-metodológicas interfiram aqui mais do que interferem em qualquer outro lugar.

Vale lembrar um caso. Creio que em 1978, o [...] me deu uma caixa cheia de textos (mimeografados e xerocados) de Gramática Gerativa dizendo ‘Esses caras estão loucos!’. Era um momento de revisão da teoria (Teoria Padrão Estendida e Teoria Padrão Estendida Revisada). Logo em seguida [ele] afastou-se da pesquisa em Gramática Gerativa e passou a construir sua gramática ‘escolar’. (Depoimento pessoal, 2006)

O trecho abaixo reflete esse período de transição e sua aplicação na lingüística brasileira; a autora retoma a retórica de ruptura, mas agora essa ‘descontinuidade’ se dá no interior do próprio programa, o referencial do modelo Padrão é considerado como ultrapassado, ainda mais porque pode ser muito semelhante ao programa descritivista do distribucionalismo. As sucessivas alterações de modelos na Gramática Gerativa criou um discurso em que se revelavam aceitações e negações de modelos que se mostrassem insuficientes para o alcance das adequações propostas.

Na abordagem gerativo-transformacional padrão, que mantém muito ainda da herança distribucionalista, a definição de transitividade só é possível postulando-se um nível de estrutura profunda e um léxico, uma vez que, freqüentemente, verbos que são inerentemente transitivos e assim subcategorizados no léxico apresentam-se com distribuição de um V_i na estrutura superficial. (Kato 1976: 3)

Assim, o programa gerativista no Brasil em seus momentos iniciais na década de 1970 apresentou a superposição desses dois modelos teóricos, o Padrão e sua versão estendida. Em 1976, era possível encontrar na *Revista Brasileira de Lingüística*, em seu número 3.1, um artigo de Kato com críticas ao modelo Padrão e se direcionando para o modelo de revisão das propostas de 1965 e também atento ao que se articulava nos estudos semânticos e também um artigo de Paredes expondo o modelo Padrão com a retórica de ruptura típica dos textos que destacavam as ‘vantagens’ das propostas do modelo clássico de 1965. Esse aspecto aponta para uma das características da lingüística brasileira: a superposição de teorias, modelos, em termos de aplicação a dados do português. Um outro elemento caracterizador do programa é a utilização de modelos de análise e teóricos concomitantemente na exploração de dados lingüísticos. Se Laudan aponta que um dos motivadores para a alteração de escolas, modelos, propostas é a busca de solução de problemas, em alguns textos do programa gerativista do período em análise essa busca de soluções não teria levado a alterações de programas, mas à convivência, ou melhor, à superposição de modelos de análise. Buscar solução para problemas foi a busca de modelos internos ao programa que pudessem revelar melhores condições de análise. O texto de Kato (1981)⁸⁴ é um exemplo dessa exploração de diferentes

⁸⁴ Alguns trabalhos de Kato, como a publicação de sua monografia de 1974, apresentam abordagens semânticas evidenciando a alteração de modelos no interior do programa gerativista.

modelos, em que a autora expõe duas maneiras de análise na literatura gerativista, uma seguindo enfoque sintático-transformacionalista e outra partindo da semântica interpretativa.

1.2 *A sintaxe como foco de observação do programa*

Além da visão geral de seu objeto — tomado como um objeto psicológico, por assim dizer —, um programa de correspondência, como o programa gerativista, define-se pela incidência de suas investigações em determinados tipos privilegiados de análise lingüística. O programa gerativista, em seu modelo Padrão, fez seu foco de incidência recair principalmente nos fenômenos sintáticos da língua, com a observação de aspectos fonético-fonológicos, semânticos e lexicais desde que subordinados à constituição sintática da língua. A sintaxe é vista pelo modelo, também chamado de transformacional, como um componente gerativo que relaciona som e sentido. A observação desses fenômenos procurava estabelecer as correspondências necessárias com os processos mentais.

A chegada da Gramática Gerativa ao Brasil fez com que os estudos a respeito de fenômenos sintáticos do português brasileiro ganhassem outra tônica na lingüística brasileira, ao contrário do que havia se configurado como o panorama dos estudos lingüísticos, ainda incipiente, sob a influência das escolas estruturalistas, que deram destaque aos aspectos fonético-fonológicos e morfológicos, e mesmo de uma semiótica e dos estudos discursivos.

Altman (1998: 197) aponta que artigos da *Revista Brasileira de Lingüística* (cujo primeiro número é de 1974) podem representar um exemplo do aumento do interesse pelo estudo da sentença. Os dados utilizados pela autora mostram que de um conjunto de 38 artigos, 17 deles trataram do nível sintático (contra 16 sobre morfologia e léxico e 5 sobre o estudo do nível sonoro), sendo que em 1976 um volume do periódico foi dedicado quase inteiramente aos estudos sintáticos.

A sintaxe passou a ser, para aqueles pesquisadores que aderiram ao programa gerativista, o objeto privilegiado de análise, subordinando, inclusive, o estudo de fenômenos fonético-fonológicos e morfológicos a uma abordagem gramatical, o que no modelo Padrão significava dizer que a representação sonora, que as questões envolvendo o léxico estavam subordinadas a aspectos sintáticos (de fato, a morfologia não era objeto de atenção, uma vez que se considerava que o item lexical já chegava definido a uma visibilidade sintática — estudos gramaticais da época chegaram a questionar qual seria o papel da morfologia nessa ‘nova’

forma de fazer lingüística, em que a sintaxe era privilegiada). Havia na proposição do modelo “a tese de autonomia da sintaxe”, como aponta Kato (1997: 281).

Com a apresentação da teoria gerativa na década de sessenta, a morfologia e a descrição morfológica de línguas não previamente analisadas, como desenvolvidas pelos estruturalistas, perderam espaço. Segundo Anderson (1982), nesta época, “*morphologists could safely go to the beach*”. Neste momento, passou-se a buscar os universais da linguagem. Por esse motivo, a Sintaxe (i.e., o estudo da formação de sentenças) passou a ser o ponto central da Gramática, uma vez que é na Sintaxe que vemos uma maior similaridade entre as línguas. Como a Morfologia tem uma relação bastante importante com a Fonologia, a Morfologia passou a ser tratada dentro do componente fonológico [...] Deixou de ser, assim, um componente da Gramática. (Sandaló 2004: 191)

1.3 Técnicas de análise

A técnica empregada nas atividades de descrição e análise lingüísticas é outro elemento que ajuda a definir e caracterizar um programa de investigação. No programa gerativista em seu modelo Padrão a técnica visava principalmente estabelecer diferentes níveis de representação, um deles subjacente. As técnicas de análise, como a proposição de regras e transformações, procuraram destacar construções gramaticais operacionalizadas nesse nível subjacente, dito profundo. A definição desse nível subjacente foi fator teórico que motivou muitas das discussões no interior do programa e gerou uma série de alterações internas da Gramática Gerativa, dando origem aos diferentes modelos do programa gerativista, inclusive à reformulação pelo modelo Padrão Estendido. O método hipotético-dedutivo, de exploração de hipóteses generalizantes em dados que deveriam confirmar ou não essas hipóteses, era acompanhado do rigor formal técnico, como já aponteí. Se uma das reivindicações do programa era o ideal de cientificidade, a metalinguagem e a formalização dos dados eram recursos para alcançar, pelo menos no nível discursivo, o grau de cientificidade almejado. Paredes (1976) ao tratar de complementos verbais destaca a necessidade do formalismo como uma vantagem que o programa oferecia para tratar de fenômenos gramaticais do português. Ao lado do destaque ao formalismo, a técnica baseada em diferentes níveis de representação também aparece discursivamente como uma das vantagens do programa gerativista na visão da autora.

A teoria da gramática gerativo-transformacional tem demonstrado grandes vantagens em suas aplicações aos fenômenos sintáticos, procurando descrevê-los com rigor e precisão. Atende também a outras exigências, pois imprime um caráter formal, explícito às definições usadas. Postulando estruturas subjacentes, consegue dar conta de fatos que uma análise estritamente superficial não revela. (Paredes 1976: 77)

Chomsky, em seu balanço sobre trinta anos da Gramática Gerativa (1994[1986]), relê o desenvolvimento de suas propostas procurando apontar de que forma se desenvolveu um programa que, a partir de bases formais para uma teoria lingüística, buscou estabelecer a

teoria gramatical como forma de compreensão da natureza da linguagem humana, vista como elemento biologicamente determinado. Nesse trabalho (1994[1986]: 67-216), fica claro o papel que a teoria Padrão desempenhou no final da década de 1960 nos Estados Unidos: estabelecer o período cognitivo na teoria — inatismo, caracterização da Gramática Universal e do dispositivo de aquisição da linguagem; aprofundar as reflexões a respeito de representações gramaticais na estrutura profunda e as reflexões a respeito do componente semântico da gramática e o papel do léxico. Essa definição de caminhos a serem trilhados pela Teoria Padrão está relacionada ao objetivo de procurar responder qual é a natureza do conhecimento da língua, ponto estabelecido na introdução metodológica de *Aspects of the Theory of Syntax* (Chomsky 1965).

Um dos pontos teóricos da Gramática Gerativa é a demarcação do aspecto criativo da linguagem humana como um elemento diferenciador. Uma das realizações concretas que permite visualizar esse aspecto é a propriedade sintática da recursividade.

A contribuição formal crítica da gramática gerativa, em sua fase inicial, foi mostrar que a regularidade e a ausência de limites da sintaxe da língua natural podiam ser expressas por modelos gramaticais precisos dotados de processos recursivos. Saber uma língua significa dominar tacitamente um procedimento gerativo recursivo. (Belletti & Rizzi 2006: 4)

No período de vigência da Teoria Padrão, a recursividade foi tratada tendo em vista suas propriedades sintáticas, com destaque para o conceito de transformação, construto teórico que visava descrever e explicar projeções sintáticas que estavam subjacentes a outras projeções sintáticas, num nível superficial — transformações que se davam em estágios derivacionais de uma mesma sentença, articulando informações sintáticas, lexicais e semânticas.

Borges Neto avalia a presença do conceito de transformação na Teoria Padrão nos seguintes termos:

Não é de estranhar, também, que boa parte das discussões tenha como objeto o *componente transformacional* do modelo de análise. Dado um conjunto de fenômenos lingüísticos, se o que distingue uma análise gerativista da análise feita por um estruturalista é a presença de transformações, nada mais óbvio que a heurística determinar o aprofundamento dessa noção com vistas à resolução dos problemas formais que aí poderiam aparecer. (Borges Neto 2004a: 111)

Foram as propostas da Gramática Gerativa na Teoria Padrão que estabeleceram o início de um programa de investigação gerativista na lingüística brasileira, que também colocou como central o fortalecimento teórico do conceito de transformação, definido como um componente da gramática responsável pelo estabelecimento de regras que acabaram por dar a configuração do que foi esse momento da teoria, conhecido também como “modelo clássico”. A observação

dos temas dos artigos de periódico selecionados neste trabalho permite reconhecer que a utilização do conceito de transformação e dos procedimentos metodológicos de descrição de língua a partir desse conceito foram predominantes, para tanto basta recorrer a exemplos de alguns títulos que indicavam a movimentação de constituintes, o apagamento de constituintes, operações derivadas da atuação do componente transformacional, tal como definido no modelo Padrão. A título de exemplo, destaco a introdução do artigo de Decat (1980: 56):

Neste trabalho pretendo apresentar alguns dos pontos tratados em minha dissertação sobre o movimento do sintagma nominal interrogado (SN-q) em português. Partindo da definição de “interrogativa de SN”, procurarei mostrar, inicialmente, as características gerais da regra de movimento de SN-q em português, à luz da teoria gerativa.

A estrutura da gramática, segundo a Teoria Padrão, é organizada por meio de um componente sintático (único responsável pela construção de representações lingüísticas), gerador de sentenças por meio da atuação de regras de base (responsáveis por regras de reescritura de estruturas sintagmáticas) e pelas regras que comandam inserções lexicais. Essa articulação entre léxico e regras de base gera a estrutura profunda, que por sua vez atua com um componente transformacional, responsável pela conversão, pelas regras transformacionais, das estruturas profundas em estruturas superficiais. Um componente interpretativo semântico é associado a esta estrutura subjacente e um outro componente interpretativo, o fonológico, é responsável pelas interpretações fonéticas das estruturas superficiais. É comum na teoria desta época apontar a seguinte figura para a visualização do modelo de gramática na Teoria Padrão (exemplo retirado de Lobato (1986: 265) ao explicar as bases da modelo).

A centralidade do componente transformacional em trabalhos de descrição e análise lingüística permitiu não só descrições e explicações adequadas, para o que se conhecia no momento, à concepção filosófica central da Gramática Gerativa (Qual é a natureza do conhecimento inato sobre a linguagem? De que maneira esse conhecimento revela-se de forma universal?), como também permitiu a formação de uma retórica de ruptura que

caracterizou a teoria de Chomsky como revolucionária e como a mais adequada alternativa, na voz de seus seguidores, aos estudos estruturalistas e da gramática tradicional.

1.4 *O componente transformacional e o português brasileiro*

Para entender melhor a atuação do componente transformacional, tomo um breve estudo para exemplificar a abordagem em relação ao português brasileiro.

Uma das análises que contribuiu para marcar o caráter da Gramática Gerativa nesse período era a que tratava do chamado “deslocamento ou salto de afixo”.

Tal aspecto recebe tratamento destacado em Perini (1976). No manual, esse tópico de análise era visto como um dos pontos que marcava uma distinção entre programas de investigação. Nota-se que o tratamento do deslocamento de afixo colocava em jogo o conceito de transformação e a existência de uma estrutura subjacente, exatamente os pontos que demarcavam uma técnica de análise até então inédita, nos moldes em que se apresentava e pela retórica assumida pelos pesquisadores, para fenômenos gramaticais da sintaxe do português.

Tome-se uma sentença como a seguinte (reproduzida a análise de Lobato 1986: 141-144, ao explicar em seu manual de introdução à sintaxe gerativa o que era a Teoria Padrão. Note-se a reincidência do tema, tanto em Perini como em Lobato, para exemplificação da forma de tratamento da língua no modelo aqui em discussão):

(1) Eu estou cantando.

Numa primeira observação, vê-se a presença de um afixo indicador de gerúndio associado ao radical da forma verbal principal; mas a existência de agramaticalidades como as de (2) e (3) permitem questionar a relação entre sufixo indicador de gerúndio, verbo principal e verbo auxiliar *estar*.

(2) * Eu estou cantar.

(3) * Sou viajando.

O modelo propunha, então, que o sufixo fosse gerado lado a lado com o auxiliar *estar*, ambos sendo dominados diretamente pelo mesmo nó da representação sintática.

A formação de uma estrutura correspondente à ordem gramatical acessível ao uso pelo falante dá-se pela atuação do componente transformacional, responsável, via Regra de Deslocamento de Afixo, pela formação conjunta do afixo e do radical do verbo principal.

Observam-se as duas representações para as diferentes estruturas propostas pelo modelo: a estrutura profunda, representando de que forma a sentença é gerada; e a estrutura superficial, representando a sentença após a atuação da regra de transformação.

Uma explicação como a apresentada não havia sido explorada pelos estudos estruturalistas e os da gramática tradicional, que não propuseram de forma explícita e teórica a existência de dois níveis de representação. De fato havia a idéia de transformação no estruturalismo americano de Zellig Harris, com quem Chomsky estudara, mas este expôs em diversos momentos a diferença do seu conceito de transformação e aquele exposto pelo estruturalismo.

Em minha tese, as transformações são definidas de maneira muito diferente, a tal ponto que, provavelmente, teria sido melhor escolher um outro termo, em vez de adaptar o de Harris. Uma transformação, para mim, não é uma relação entre frases diferentes ou entre duas estruturas superficiais; é uma regra que opera, *no que diz respeito a uma mesma frase*, numa de suas representações abstratas, para transformá-la em outra representação abstrata. A representação inicial é a estrutura profunda, a qual é transformada gradualmente numa estrutura terminal (ou superficial).

.....
Enfim, no meu quadro teórico, uma transformação é uma hipótese essencialmente falsificável, dependente de um sistema — uma gramática gerativa — e que forma um todo de conseqüências empíricas e que pode ser refutado.” (Chomsky s/d [1977]: 115)

Na exploração desses aspectos técnicos, o programa colocava em jogo o método hipotético-dedutivo, ponto do qual partia grande parte da argumentação, lançando possíveis generalizações para fenômenos observados e que poderiam ser relacionados a outros fenômenos semelhantes em diferentes línguas, procurando chegar à proposta de universalidade, que sempre caracterizou o programa.

A argumentação caracterizada pelo programa parte de uma hipótese de explicação de um fenômeno; essa hipótese, de caráter generalizante, passa a ser explorada em fenômenos de línguas específicas, tendo em vista a comprovação ou não da hipótese inicialmente lançada, como se pode observar, é o método dedutivo que está subjacente à forma de trabalho do

programa. No exemplo abaixo, a autora do artigo especifica a teoria que lança a hipótese a partir da qual fará o recorte para a observação de fenômenos típicos do português.

Examinaremos agora uma maneira pela qual podemos efetuar a subcategorização dos verbos numa abordagem gerativo-transformacional, tomando para ilustração os conceitos de base lexical (lexical base) e extensão lexical (lexical extension), introduzidos por Lakoff (1970). Para este autor, a matriz sintática de um item lexical consiste da *base lexical*, a qual especifica o conjunto de traços sintáticos que estabelece a distribuição do item lexical na estrutura profunda, e da *extensão lexical*, que especifica *a)* se o item é sensível a alguma regra menor da gramática e *b)* todos os traços excepcionais, ou idiossincráticos, desse item com relação a regras transformacionais maiores requeridas pelas descrições estruturais, nos diversos estágios da derivação. Tomemos, por exemplo, dois verbos definidos como V_t na base lexical: *afirmar* e *dizer* [...] (Kato 1976: 4)

A seguir, a partir do material selecionado (artigos de periódicos e livros publicados), procuro selecionar e analisar os problemas que a comunidade que se reconheceu como de um grupo de especialidade em torno do programa gerativista estabeleceu como privilegiados para suas publicações.

2. A sintaxe gerativa no Brasil nos primeiros momentos: o que se estudou?

Tendo em vista a seleção do material (indicado no capítulo 2), é possível apontar o que foi definido como problema de análise lingüística para os gerativistas brasileiros do período aqui analisado.

Quanto às estruturas sintáticas do português foram alvo de análise aspectos como regras transformacionais em torno de sintagmas nominais, regras de expansão de constituintes e movimentos de constituintes das sentenças. Viu-se a aplicação das propostas de Chomsky para os ciclos transformacionais, que procuravam dar conta da passagem de estruturas profundas e sua semântica até as estruturas superficiais.

Estruturas sintáticas como a forma passiva das sentenças obtiveram destaque no tratamento previsto pelo modelo Padrão — todos os manuais publicados continham uma seção dedicada ao tratamento das passivas no português e o estabelecimento de regras de sua formação, seguindo a proposição de regras tal como modelo indicava —, já que possibilitavam a aplicação de uma forma de argumentação e de recursos metodológicos que reivindicavam o estatuto de cientificidade e, mais que tudo, de abordagem considerada pelos adeptos do programa como moderna para a lingüística das décadas de 1970-1980 no Brasil. A análise das passivas também colaborava para o exercício argumentativo que procurava comprovar a necessidade de uma análise em níveis diferentes, como defendia Chomsky em *Aspects*.

A transformação de Passivização (Pass) já foi apresentada na seção [...] acima. Na ocasião, utilizei-a instrumentalmente para ajudar a mostrar a diferença de comportamento sintático existente entre um verbo e um elemento do auxiliar que, na superfície, aparece como um verbo (ir); [...] Agora vamos considerar a Pass mais de perto, a fim de chegarmos a uma concepção

mais adequada do fenômeno. Em particular, tentarei mostrar que a Pass não é na verdade uma regra única, mas um conjunto de regras. (Perini 1985[1976]: 200)

As orações complexas também foram objeto de estudo, tomando relações subordinadas como outro tópico relevante para aplicação das formas de análise do modelo Padrão aplicado à estrutura da língua portuguesa. Kato & Ramos (1999: 108) apontam treze trabalhos, entre artigos e monografias de pós-graduação, que tomaram o assunto como objeto de análise.

Bisol (1986) relacionou trabalhos de mestrado e doutorado produzidos no Brasil entre 1972 e 1980. Esse trabalho permite selecionar alguns temas que foram objeto de análise da pesquisa em pós-graduação que se direcionou para o programa gerativista. Ainda que dissertações e teses não tenham sido o objeto central de reflexão para esta narrativa historiográfica, o apontamento a ser feito a partir do levantamento dos temas pode permitir uma avaliação do que se considerou como problema lingüístico no período aqui recortado.

Definindo seu levantamento por áreas, Bisol destaca em sintaxe a presença do que ela define como “gramática gerativo-transformacional padrão”. Na breve avaliação da autora se pode depreender o reconhecimento de que nossa prática de produção lingüística pode se dar em torno de uma esfera de recepção de teorias, métodos e formas de fazer lingüística vindos do exterior.

Coincidindo com a expansão dos cursos de pós-graduação no país com o período aludido de efervescência de idéias e discussão, de resultados por nós tardiamente alcançados, é natural que o modelo padrão, elegantemente delineado no seu conjunto de regras e princípios, se tornasse a mira de todos quantos por sintaxe se sentissem atraídos. (Bisol 1986: 2036)

As dissertações e teses examinadas por Bisol apontaram como temas privilegiados pela sintaxe os que a seguir são apontados. A avaliação final do texto da autora conclui que a pós-graduação entre 1972-1980 observou uma espécie de *boom* dos estudos sintáticos⁸⁵: de 252 trabalhos apontados, 63 dedicaram-se ao exame da sintaxe, seja na versão proposta pelo modelo Padrão, seja nas versões que propuseram modificações desse modelo chomskiano (como a gramática de casos, a semântica gerativa, a semântica interpretativa e também trabalhos que operacionalizaram análises a partir do uso de diferentes modelos concomitantemente). Para se ter uma idéia do quadro apontado por Bisol: a dialetologia produziu 45 trabalhos; a lingüística aplicada, 40; a semântica, 38; fonologia e morfologia

⁸⁵ Essa é a interpretação de Bisol sem levar em consideração a produção em semiótica e análise do discurso.

(antes da entrada do gerativismo as áreas privilegiadas pelo estruturalismo), 29; aquisição, 16; gramática contrastiva, 14; análises críticas de modelos e teorias lingüísticas, 7.

Esse conjunto é formado de 63 teses, cinco das quais de doutorado. Eis aí um número expressivo. Sequer dele se aproximam as seções subseqüentes. A linha teórica predominante é a Gerativo-Transformacional, na sua forma clássica, fato explicável pelo prestígio e irradiação do modelo na época. (Bisol 1986: 2037)

Os temas privilegiados por esses trabalhos de pós-graduação foram:

- posições sintáticas ocupadas por itens lexicais, envolvendo as estruturas profunda e superficial e regras de transformação;
- orações subordinadas, conectivos;
- estatuto sintático de complementos, adjuntos, complementos oracionais;
- complementos verbais e a questão da transitividade, enfocando o papel do léxico na constituição da gramática;
- concordância verbal;
- construções pessoais;
- deslocamento de constituintes sintáticos, ressaltando o papel do componente transformacional na teoria;
- o infinitivo flexionado;
- estruturas de negação, interrogação e relativização;
- formação de estruturas passivas;
- análise de verbos e de suas estruturas de complementação;
- nominalizações e pronominalizações.

2.1 A publicação de livros

Manuais de introdução à teoria padrão e também monografias sobre aspectos do português brasileiro foram publicados no período de vigência da teoria Padrão e sua versão estendida na lingüística gerativa brasileira.

São consideradas como obras relevantes para o grupo de especialidade aquelas que se constituíram como via de acesso à teoria e foram *reconhecidas* pelos pesquisadores como importantes para a difusão do conhecimento proposto e desenvolvido pelo grupo.

Da lista de publicações, já apontada anteriormente, destaco na produção nacional dois livros que são reconhecidos (dentro da periodização proposta para este trabalho), pelo menos

por alguns lingüistas, como os manuais de maior influência na divulgação da teoria, no sentido de que expõem as linhas diretrizes de trabalho e apresentam pontos teóricos então considerados pelos autores como centrais. São os manuais publicados por Miriam Lemle e Mário Perini. No sentido estabelecido por Murray (1994), o sucesso e o reconhecimento das publicações, assim como as posições acadêmicas que ocuparam e/ou ocupam, na UFRJ e na UFMG, permitem classificar Perini e Lemle não só como líderes intelectuais do grupo em um determinado momento e espaço, mas também permite a classificação dos lingüistas como *exemplares* dentro do grupo, uma vez que pela escrita de suas obras, metonimicamente também tidas como exemplares, propuseram soluções reconhecidamente elegantes para problemas pertinentes ao grupo de especialidade num determinado momento de sua trajetória.

As obras didaticamente mais importantes foram o livro de Perini (1976) sobre a Teoria Padrão com análises do Português e o de Lemle (1984) sobre o período da Teoria Padrão Estendida. (Kato & Ramos 1999: 106)

Borges Neto, em depoimento pessoal, considera a publicação de Perini um marco da Gramática Gerativa no Brasil. O desenvolvimento de fato do programa, para Borges, começou a ser dado não no momento de divulgação de idéias, mas de produções efetivamente reveladas com base em dados do português brasileiro.

[O estabelecimento e reconhecimento da Gramática Gerativa no Brasil se deu como campo acadêmico de pesquisa] *depois da publicação do livro de Mário Perini A Gramática Gerativa (1976). É relevante reconhecer as inúmeras traduções de livros americanos e franceses (destaque para Nicolas Ruwet) nos primeiros anos da década de 1970.* (Depoimento pessoal de Borges Neto, 2006)

No depoimento acima há a referência ao papel exercido pelas traduções. A publicação desse material é relevante no sentido de que demonstra a presença de uma lingüística que se estabelece pelo diálogo com outros centros de produção científica localizados no exterior. Voltarei a essa questão futuramente. No momento, passo a analisar os dois manuais reconhecidos como os de maior influência, o que permite, então, colocá-los e seus autores na categoria de exemplares.

2.1.1 Os manuais publicados e reconhecidos pelo grupo

I) Perini, Mário. *A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*. Belo Horizonte: Vigília. 254p.

1ª. edição em 1976

2ª. edição em 1985

Perini publicou um manual de introdução ao estudo da sintaxe portuguesa à luz do modelo da Teoria Padrão. A publicação apresenta uma primeira parte introdutória, em que se explicam as noções básicas do programa. A segunda parte do livro trata das estruturas

profundas e superficiais, das transformações, das regras de base, do léxico, sempre com exemplos do português, e Perini ainda escreve um capítulo sobre problemas da sintaxe portuguesa, centrado em fenômenos típicos dos tratamentos de língua dentro do modelo Padrão, como (a) o alçamento de objeto, (b) a passivização e (c) a pronominalização. Esses três aspectos da gramática do português brasileiro são representantes típicos do tipo de fenômeno que interessava ao programa gerativista e aos pesquisadores brasileiros do grupo de especialidade na década de 1970. Entre esses fenômenos estão aqueles que possibilitavam formular hipóteses a partir do pressuposto teórico da existência de dois níveis de análise: um profundo e um superficial; ganhava destaque, assim, o conceito de transformação.

Procurando introduzir o leitor na forma de argumentação da Gramática Gerativa, seguindo o modelo de *Aspects*, Perini escreveu um manual didático introdutório à teoria. Percebe-se o manual como um típico exemplar de divulgação inclusive adotando a retórica de ruptura típica dos primeiros momentos de recepção das idéias e métodos do programa gerativista que vinha de fora do país. Perini toma a Gramática Gerativa como a ciência da linguagem, uma lingüística moderna identificada com as propostas teóricas da Gramática Gerativa em seu modelo Padrão.

A publicação do manual, pela Editora Vigília, de Minas Gerais, situa o autor na esfera de um grupo de pesquisa em Gramática Gerativa que se organizou na UFMG, um dos núcleos de recepção e divulgação do programa gerativista no Brasil, segundo alguns gerativistas. Um grupo organizado em torno das atividades do próprio Perini e, posteriormente, também de Milton Nascimento e Eunice Pontes, nomes que Kato & Ramos já apontavam como centrais para a articulação dos primeiros grupos de pesquisa no Brasil em Gramática Gerativa. Para a lingüística que se reconhecia como um programa de investigação gerativista, Minas Gerais era considerada como um centro de difusão das idéias de Noam Chomsky (“[a] UFMG, que já foi o maior centro de pesquisa em Gramática Gerativa no Brasil” [Depoimento pessoal, 2006]). Observe-se também a publicação de artigos de periódico nos *Cadernos Lingüísticos e de Teoria da Literatura*, muitos deles revisões de capítulos de teses e dissertação, revelando não só o interesse da universidade pelas idéias gerativistas como também uma produção acadêmica do programa.

Kato & Ramos (1999) apontam o manual de Perini como um dos mais bem-sucedidos na divulgação da Teoria Padrão no Brasil das décadas de 1970-1980. Caracterização que pode ser confirmada pelas duas edições da obra.

Perini considerou o programa gerativista como renovador dos estudos lingüísticos e daí a necessidade da escrita de um manual que familiarizasse os estudantes de graduação e de pós-graduação com os pressupostos teóricos e métodos da Gramática Gerativa. O autor, além de resenhar a teoria e seus métodos, fez uma aplicação desses aspectos do programa a fatos do português brasileiro, objetivando, assim, introduzir o interessado à forma de argumentação e análise do programa.

Meus objetivos neste trabalho podem-se resumir nos dois pontos seguintes: (a) apresentar um esqueleto básico da teoria sintática gerativa (ou transformacional), seguindo no essencial o modelo proposto por Chomsky 1965; e (b) tentar levar o leitor, através da discussão de problemas concretos, a uma visão do tipo de raciocínio e argumentação atualmente corrente em lingüística. (Perini 1985[1976]: 11)

O modelo utilizado por Perini, como já aponte, é o da Teoria Padrão. Interessante notar que a segunda edição do livro, em 1985, vai conviver com a publicação do manual de Lúcia Lobato, em 1986, escrito de acordo com o modelo subsequente ao Padrão e ao Padrão Estendido, o de Princípios & Parâmetros. Mais uma vez, a questão da superposição, a qual me referi anteriormente. Ao mesmo tempo em que seria possível uma iniciação à Gramática Gerativa pelo modelo Padrão, também seria possível se iniciar pelo modelo subsequente. O caráter de receptividade da lingüística brasileira permite que se compreenda esse aspecto, e a Gramática Gerativa brasileira deve ter assumido uma feição particular ao ver seus grupos de especialidade dentro do programa trabalhando com modelos diferentes. Tal fato ainda é presente, como uma característica da adoção dos diferentes programas que a Gramática Gerativa estabelece internamente. No Brasil, a aceitação do Programa Minimalista, assim como em outros lugares de produção em Gramática Gerativa, não é total, sendo que grupos e pesquisadores mantêm como foco teórico o modelo de Princípios & Parâmetros, não assumindo, assim, as últimas propostas chomskianas em torno do minimalismo.

A abordagem da sintaxe do português brasileiro, feita por Perini, destacou os seguintes pontos (similares aos apontados na produção pós-graduada), derivados dos fenômenos que a teoria, em suas bases de produção, apresentava como essenciais para o desenvolvimento das pesquisas em busca das respostas que procurava (nesse sentido, mais uma vez, destaca-se uma lingüística de recepção, em que o que deve ser pesquisado é indicado pela teoria que vem de

fora, e não algo que surge a partir de necessidades reconhecidas pela observação de fenômenos típicos do português brasileiro):

a) abordagem da língua em diferentes níveis de representação, o das Estruturas Profundas e o das Estruturas Superficiais. Essa abordagem privilegiou aspectos do português como a questão de sujeitos ausentes do ponto de vista formal, reflexivização, uso de verbos auxiliares e a formação de passivas. Esses recortes gramaticais do português brasileiro destacavam a necessidade de uma teoria lingüística que operasse com dois níveis de representação, aí embutida a crítica a outras abordagens do português que levavam em conta apenas o nível superficial de representação e não conseguiam chegar a explicações de fatos perceptíveis pela intuição dos falantes;

b) as transformações receberam um capítulo à parte. De fato, se pode apontar que um dos pilares de justificações das propostas da Teoria Padrão é o estabelecimento do conceito de transformação e suas regras de aplicação, como os ciclos transformacionais (ainda que Newmeyer 1986 relativize bastante a importância do conceito de transformação). Os fenômenos do português utilizados por Perini para explicar a teoria foram questões como alçamento de objetos e concordância verbal. O próprio Perini também é cuidadoso a respeito do destaque dado ao componente transformacional no modelo Padrão:

O conceito de transformação era apenas o aspecto mais visível da teoria, mas não necessariamente o mais importante. Historicamente, pode ter sido importante. Mas hoje, olhando para trás, vejo contribuições muito mais importantes e duradouras do movimento gerativista: a aceitação de uma perspectiva mentalista; a coragem de enfrentar a descrição semântica; o abandono da utopia de um método de pesquisa que levasse automaticamente dos dados à análise. (Depoimento pessoal de Mário Perini, 2007);

c) regras de base e a recursividade também receberam um capítulo, com destaque para a constituição dos verbos auxiliares no português;

d) o léxico e as questões de inserção lexical, os traços sintáticos, a subcategorização foram objeto de reflexão e análise;

e) um capítulo sobre particularidades da sintaxe portuguesa encerra a aplicação da Teoria Padrão a dados do português. São analisados o alçamento de objeto, a passivização e a pronominalização. Fenômenos gramaticais que só podem de fato ser explicados se estão em consideração dois níveis de representação, com a ação de um intermediário responsável por regras transformacionais.

Como se vê, o tratamento da sintaxe portuguesa em Perini é bastante seletivo. Nesse sentido, é possível a crítica de que a Gramática Gerativa, pelo menos tal como representada por Perini em seu manual, não oferecia de fato um tratamento exaustivo dos fatos da sintaxe portuguesa, mas sim um tratamento dos fatos gramaticais privilegiados pela teoria. Caberia então o questionamento a respeito desse recorte em relação ao fato de que se seria possível à Gramática Gerativa realmente oferecer um tratamento adequado tanto descritiva quanto explicativamente dos fatos sintáticos de uma língua, uma vez que esses recortes exclusivistas podem ser verificados em diversos trabalhos.

Perini ainda aponta em seu manual um aspecto do programa, que é visto de forma positiva pelos seus adeptos: a ausência de respostas definitivas. Como quer Chomsky, a lingüística deve inserir-se no panorama das ciências assumindo o caráter de explicação provisória, típico das formas de argumentação das ciências naturais, por exemplo. Nenhum saber é assumido como definitivo. É de ressaltar também que essa ‘falta de conclusão’ da teoria em explicar alguns aspectos e propor novos modelos, com novas hipóteses e novas propostas, serve também para caracterizar, na visão de pesquisadores de outros grupos de especialidade, a inconstância do programa e a falta de habilidade em propor soluções para as questões levantadas. Perini, em torno dessa questão, diz o seguinte em seu manual, logo nas primeiras páginas, como a avisar o leitor da particularidade do programa gerativo:

A exemplificação será retirada, na quase totalidade, do português. Mas não se espere encontrar aqui uma gramática transformacional do português completa e satisfatória. O estado atual da pesquisa não permite a elaboração de tal gramática. O que tentarei fazer é apenas ilustrar os pontos da teoria lingüística que forem sendo apresentados com exemplos de sua aplicação ao português. Todas as soluções são, ademais, provisórias, e devem ser entendidas como convites ao estudo, muito mais do que como propostas definitivas de análise. (Perini 1985[1976]: 19)

II) Lemle, Miriam. *Análise sintática (teoria geral e descrição do português)*. São Paulo: Ática. 212 p.

1ª. edição de 1984

O manual de Lemle, também destacado por Kato & Ramos, foi publicado pela Editora Ática, que se caracterizou na década de 1980 como uma editora com interesse em publicações na área da lingüística e que publicou livros em torno do programa na coleção “Ensaio”, de caráter acadêmico. O texto de quarta capa reforça o caráter renovador da teoria, desautorizando as formas anteriores de trabalhar com as línguas e as linguagens: “Quantos

quilômetros de textos maçantes e árduos, difíceis de encontrar, compõem o desenvolvimento da lingüística desde o estruturalismo até hoje?”.

Lemle fez a aplicação do modelo da Teoria Padrão Estendida à língua portuguesa, realizando o que muitos lingüistas da área consideram como a melhor descrição da estrutura sintagmática do português a partir do modelo chomskiano.

Em seu manual, a lingüista fez uma introdução de caráter histórico sobre a teoria, partindo, na primeira parte, para reflexões sobre a concepção de estrutura profunda e as questões em foco na época a respeito de uma maior abstração dessa estrutura, em virtude da atuação do componente semântico e as relações com a estrutura superficial (essas questões de abstração e do papel do componente semântico levaram a reformulações no modelo Padrão). São também assuntos do livro de Lemle: as restrições ao poder das regras gramaticais; a teoria dos vestígios; a teoria padrão estendida; a teoria da lexicalização mais filtros interpretativos; a relação entre teoria e ensino. A segunda parte do livro traz a descrição da estrutura sintagmática do português, com abordagens de fenômenos gramaticais como o encaixe de sentenças.

O manual, como um típico exemplar de divulgação de um grupo de especialidade, coloca a Gramática Gerativa como um elemento necessário para que se redefinam as formas de ensino da língua portuguesa. Mantendo uma posição crítica em relação ao ensino tradicional de língua nas escolas, Lemle propunha que as formas de conhecimento da Gramática Gerativa, devidamente adaptadas para o ensino escolar de língua, poderia ser um caminho para a reflexão sobre o que é uma língua e como se caracterizam os fenômenos da linguagem, fazendo com que os alunos se distanciassem de um ensino que privilegiava o conhecimento da metalinguagem e as formas de classificação, o que para a autora não estimulava o pensamento do que de fato é uma língua e seus fenômenos.

A segunda parte do livro, por meio do uso dos diagramas em árvore, propõe a descrição sintagmática da língua portuguesa, apontando as categorias do léxico importantes para a formação das estruturas sintagmáticas. Questões como recursividade da sentença, encaixes de sentenças e de vínculos semânticos entre as sentenças também faziam parte da descrição proposta por Lemle.

Num certo sentido, a proposta do manual de Lemle é diversa daquela explorada por Perini, que parece ter sido mais abrangente no sentido de ter colocado de forma realmente introdutória questões relativas ao modelo Padrão e os fenômenos lingüísticos que privilegiadamente eram considerados alvo de discussão. O livro de Lemle é menos acessível nesse sentido, tanto pela cuidadosa reconstrução história que faz de aspectos do programa de investigação (a leitura requer preparo que muitas vezes não é pré-requisito das formas de textos de manuais didáticos) quanto pela proposta que ela coloca de rever as bases de um ensino de língua.

O manual de Lemle (que mantém a retórica revolucionária que caracterizou a Gramática Gerativa em seus primeiros momentos no Brasil) tinha como base teórica uma forma de programa gerativista em um modelo já distinto daquele exposto por Perini. A Teoria Padrão Estendida e o reforço dado à semântica e também a alteração da configuração das estruturas profunda e superficial podem ser entrevistados nas palavras conclusivas da autora ao fechar seu manual:

Para aplicações didáticas, vejo uma vantagem importantíssima neste modelo teórico que trata os vínculos entre posições vazias e posições lexicalmente plenas de maneira radicalmente interpretativista. É que se torna desnecessário postular os dois níveis analíticos na sintaxe, o da estrutura profunda e o da estrutura superficial.

A nova solução, que admite uma estrutura superficial dotada de nós vazios a serem preenchidos por vinculação com nós plenos, me parece muito mais fácil de transportar para o trabalho didático, pois é diretamente visível nos dados brutos a língua a abstração analítica que a gramática requer, a postulação dos nós vazios, e é uma decorrência lógica muito natural e intuitiva a necessidade de regras que atribuam um antecedente a esses nós vazios.

Como consequência dessa conclusão, resta a tarefa de traduzir a gramática aqui proposta numa linguagem adequada ao trabalho didático. Seria bom poder crer ter construído, com este trabalho, pelo menos os alicerces da ponte prometida na introdução, a ponte entre a lingüística teórica e o ensino da gramática. (Lemle 1984: 205)

2.1.2 As monografias publicadas

Além dos manuais, apresento também como exemplares a publicação das teses de doutorado de Leila Barbara, Mary Kato e a tese de livre-docência de Eunice Pontes, indicadas por Francisco da Silva Borba, em depoimento pessoal, como o início de uma produção brasileira baseada nas idéias e métodos da Gramática Gerativa.

As primeiras teses escritas no Brasil no modelo da Teoria Padrão e da Teoria Padrão Estendida e publicadas, pela Editora Vozes e pela Editora Ática (nesta editora numa coleção acadêmica chamada “Ensaio”) foram:

a) a de Eunice Pontes sobre verbos auxiliares no português, tese de livre-docência, publicada em 1973, pela Editora Vozes, sob o título *Verbos auxiliares em português*;

b) a de Leila Barbara sobre asseveração e não-asseveração em português e inglês, defendida em 1971 na PUC-SP, como tese de doutoramento (“Um estudo da manifestação sintática da asseveração e da não-asseveração em português e em inglês”, orientada por Maria Antonieta Alba Celani), e publicada em 1975 com o nome *Sintaxe transformacional do modo verbal*;

c) e a de Mary Kato sobre a semântica do artigo definido, defendida em 1973 na PUC-SP (“A representação semântica do artigo definido”, orientada por Maria Antonieta Alba Celani, com a colaboração de John Martin, segundo Franchi 2004) e publicada em 1974 com o título *Semântica gerativa e o artigo definido*.

A publicação e o reconhecimento desses trabalhos permitem que também se possa apontá-los como exemplares de uma forma de reflexão teórica e uso de métodos particulares por um programa de investigação. Tanto que Francisco da Silva Borba, como já apontei, coloca o início da Gramática Gerativa como campo acadêmico no Brasil com a defesa e a publicação dos trabalhos de Kato e Barbara, autoras acima citadas, que se caracterizariam também pela figura de liderança intelectual ou organizacional ao longo do desenvolvimento do programa no cenário acadêmico brasileiro. Perini apontou também em depoimento a contribuição do livro de Pontes, ao lado das publicações de Kato e Barbara.

Observa-se que os assuntos também são aqueles típicos dos modelos, derivados das ‘diretrizes’ dadas pelos centros de produção. As primeiras pesquisas feitas no Brasil acompanhavam os fenômenos privilegiados pelas teorias; esses pontos foram recebidos pela lingüística brasileira e estudados a partir da abordagem de dados da língua portuguesa. A tese de Kato é de recepção de um momento de cisão dentro do programa gerativista norte-americano, que deu início à Teoria Padrão Estendida e à semântica gerativa. Nesse sentido, alguns lingüistas reforçam por esse caminho a característica de recepção da lingüística nacional, chegando mesmo a afirmar que não houve Gramática Gerativa no Brasil, mas aplicação de teorias e métodos de análise a dados do português. De qualquer maneira, esse olhar crítico é revisto por outros que destacam que a Gramática Gerativa, recebida ou não com acompanhamento crítico, avançou a descrição de dados e fenômenos da língua portuguesa até então não investigados.

2.2 *Os artigos de periódicos*

Também foi em torno dos temas apontados anteriormente que houve o recorte observacional e analítico dos artigos de periódico publicados no período. A adoção de propostas vindas de outros centros de produção científica localizados fora do país pode ser visualizada pela forma de argumentação adotada nos artigos: em um primeiro momento, é feita uma espécie de pequena resenha de um trabalho feito no exterior a respeito do mesmo fenômeno em análise no português. Ou seja, a motivação da análise partia da leitura de um trabalho recebido e percebido pela comunidade como de relevância para os objetivos estabelecidos no quadro de pesquisa. Tal aspecto é visto de forma crítica por alguns pesquisadores, exatamente por revelar a presença de um caráter de recepção, em que modelos e também os problemas são importados.

O programa reforçou sua retórica em torno da estrutura profunda, geradora da sintaxe. E é exatamente em torno desse nível de representação que se colocou a maioria da seleção temática. Dessa maneira, é possível apontar que a seleção realizada de fato não dá conta de todos os fenômenos de uma língua (como de fato não era o objetivo da Gramática Gerativa em seus primeiros modelos); o que se estuda são processos, estruturas sintáticas, e mesmo assim com um segundo recorte que destaca pontos essenciais da metodologia e da técnica, que foram instrumentos da retórica revolucionária e da ruptura que se advogou contra outras abordagens lingüísticas.

2.2.1 A proposição dos problemas descritivos e/ou teóricos

O programa gerativista, nas propostas iniciais chomskianas, colocava como tarefa do lingüista atingir tanto a adequação descritiva quanto a adequação explicativa. Nesse sentido, a teoria propunha uma atividade de descrição de língua, uma lingüística descritiva, e também uma especulação teórica a respeito da natureza da linguagem humana, uma reflexão próxima da lingüística teórica. O exame dos artigos selecionados, aqueles definidos na metodologia como de pesquisa, permitiu apontar que a produção brasileira em Gramática Gerativa nos seus primeiros desenvolvimentos foi essencialmente uma atividade de lingüística descritiva. Com isso quero dizer que a produção periódica não revelou a tentativa de explorar pontos teóricos, explicações que procurassem chegar a uma definição dos processos de aquisição da linguagem, ponto em que estaria alocado o ideal de adequação explicativa da teoria. Mesmo que se possa apontar o viés descritivo predominante em artigos publicados, não é unânime a

opinião de que a descrição do português tenha se beneficiado pelos trabalhos realizados pelo programa gerativista.

Quanto ao tratamento do português brasileiro: aqui dependeríamos de pesquisas empíricas abrangentes, e esse é justamente um dos pontos fracos da teoria gerativista. Tenho lido tudo o que se fez a respeito, e acho que se tem dado muito pouca atenção ao português brasileiro (no que pesem títulos de livros e artigos). Isso reflete a atitude dos gerativistas em geral, que tendem a desprezar os dados em favor da teoria. Acho que essa atitude está contribuindo, mais do que qualquer outra coisa, para a morte do movimento. (Depoimento pessoal, 2007)

Por outro lado, pesquisadores do programa assumem o fato de que a descrição do português à luz do programa gerativista, como se começou a fazer quando da recepção da teoria Padrão no Brasil lançou as sementes para o desenvolvimento de pesquisas e resultados produtivos em relação à descrição de fenômenos do português, pelo menos é o que se pode depreender de alguns depoimentos colhidos, revelando uma visão do que os pesquisadores do programa tinham de suas atividades.

O conjunto de conhecimento que se produziu sobre a sintaxe do português brasileiro nos últimos anos é bastante expressivo e, mais recentemente, começa a despertar interesse no cenário internacional. Entre várias questões que despertaram bastante a atenção, destacaria o sujeito nulo, o objeto nulo, as construções de tópico e a colocação de clíticos. (Depoimento pessoal, 2006)

Um outro depoimento pessoal colhido com um pesquisador do programa gerativista relativiza bastante a questão do interesse que a pesquisa com o português desperta na comunidade internacional: *“Na verdade, as pesquisas com o português, não sei por quê, ainda não foram alvo de interesse no exterior. Se presta muito mais atenção ao que se faz com línguas como chinês do que com o que se faz com o português”* (Depoimento pessoal, 2007).

Pelo que se pode observar, mesmo em questões ditas internas a retórica que coloca a ruptura em jogo e a novidade do programa gerativista ainda é presente. O programa, segundo depoimentos de gerativistas, não só alterou o panorama da prática linguística, como também colaborou para que a descrição de fenômenos sintáticos do português chegasse a um estágio mais adequado, tal como visto pelos membros da comunidade de gerativistas.

2.2.2 Posicionamentos programáticos e de descontinuidade nos artigos

Procedo, a seguir, a uma avaliação por meio da observação da publicação de artigos em periódicos que contiveram passagens típicas de artigos programáticos, no sentido de que tomavam como linha de argumentação a defesa do programa gerativista de investigação. Altman (1998: 279-280) lembra que o período 1970 via uma publicação de artigos programáticos e artigos de crítica (a esses programáticos), exatamente por ser o momento em

que dois programas, o estruturalista e o gerativista, conviveram na comunidade científica brasileira.

Dos artigos selecionados, analiso aqueles situados na década de 1970 e alguns do final da década de 1960, que não se caracterizou pela presença de muitos artigos programáticos, já que o próprio trabalho de Lemle é de 1967, final do período. Dessa maneira, o objeto privilegiado de análise será o discurso empregado nos artigos escritos na década de 1970 e que tinham como objetivo divulgar o programa.

Altman (1998: 180) considera os textos publicados na revista *Estudos lingüísticos. Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada* pertencentes a uma esfera de influência norte-americana. De fato, Lemle havia feito seu mestrado na Pensilvânia e Naro, no momento em que escreveu o artigo, traduzido por Lemle, estava no MIT. No volume de 1967 há um artigo em espanhol publicado por Heles Contreras (da Universidade de Washington). Desconsidereei o artigo por estar escrito em espanhol e também pelo fato de o autor não ser considerado, pelo grupo de especialidade do programa gerativista, como um nome fundamental para o desenvolvimento da lingüística brasileira (em nenhum dos depoimentos que colhi Contreras apareceu). Mas cabe a ressalva de que o texto de Contreras é apontado por determinados lingüistas, principalmente não-gerativistas, como importante na divulgação da teoria. O grupo de especialidade que começava a se formar não aponta o texto em espanhol como um referencial para o estabelecimento do programa; a esfera de influência pode ter aqui algum papel, uma vez que Contreras é lembrado pelos lingüistas que se reuniram em torno da associação que congrega lingüistas latino-americanos. O grupo que se reconheceria como gerativista não parece ter assumido um diálogo mais próximo com esses lingüistas, uma vez que a esfera de influência girava em torno das propostas que vinha dos centros norte-americanos e franceses, em certa medida, principalmente pelos trabalhos de Nicolas Ruwet. Acrescente-se a isso o fato de que o texto de Contreras posiciona-se no panorama de uma lingüística aplicada. Fatores como esses podem aventar uma possibilidade a respeito da negação desse texto como um referencial válido para os gerativistas.

Cabe lembrar aqui o papel de destaque de Lemle nesse período. Sua famosa resenha sobre *Aspects* (1965) era de 1967, mesma data de outra resenha sua a respeito de *Cartesian Linguistics* (1966), a retomada histórica de Chomsky sobre os antecedentes do seu programa de investigação, estabelecendo uma tradição histórica de pesquisa, articulada em torno de

preocupações semelhantes, como a proposição de uma capacidade inata para a linguagem humana. A colaboração de Lemle ao escrever duas resenhas no mesmo ano para o programa de investigação gerativista é inegável. O próprio gênero discursivo da *resenha* abre o espaço para uma avaliação desse tipo, já que uma resenha tem por objetivo divulgar idéias, propostas, nesse momento de recepção considero esse posicionamento como programático.

Na resenha Lemle pontuou, seguindo a linha de raciocínio histórico apresentada por Chomsky em *Cartesian*, a herança histórica do programa. Ao fazer isso, estabeleceu uma tradição histórica de continuidade com o saber dito racionalista apontado por Chomsky, dando legitimidade ao programa. Assim, ele não é só de ruptura com outras formas de pensar línguas e linguagem, distante do referencial racionalista do século XVII por exemplo, mas também de continuidade de toda uma tradição filosófica, de caráter racional, já bastante prestigiada pela sua própria perenidade histórica.

Dando desenvolvimento à idéia já apontada em escritos seus anteriores de que a gramática gerativa-transformacional tem mais em comum nos princípios básicos e nos métodos de análise lingüística, com a gramática tradicional do que com a lingüística moderna da primeira metade deste século, Chomsky vem retrazer à luz, em *Cartesian Linguistics*, as colocações clássicas das questões e concepções sobre a linguagem. [...] Revolucionário e discordante em relação a esta, o trabalho nada mais é do que um desenvolvimento e aprimoramento de idéias que já eram de longa data um acervo da tradição do pensamento ocidental (e também dos gramáticos indianos do 1o. milênio antes de Cristo), e ter em comum com esta tradição as posições epistemológicas e filosóficas fundamentais. (Lemle 1967b: 69)

Chomsky chama a atenção para o fato de que a corrente da gramática gerativa-transformacional retorna a uma posição análoga à que precedeu a fase moderna, quando ainda não se fizera a emancipação entre a lingüística, a filosofia e a psicologia como disciplinas autônomas. De fato, os transformativistas não têm se limitado a descrever a estrutura lingüística como um dado independente, e sim buscam chegar a uma análise condizente com as intuições lingüísticas do falante nativo e que possa ser coerentemente relacionada com outros dados relativos aos processos de cognição e expressão simbólica. (Lemle 1967b: 70)

Lemle reforçou a retórica de ruptura, ao descaracterizar o estruturalismo, chamado de “lingüística moderna”. Vale lembrar aqui que toda uma tradição da filosofia da ciência apontou em diversos momentos a coexistência de programas de investigação de características diferentes em determinados momentos históricos. Segundo Laudan et al. (1993) haveria um constante debate entre teorias, programas, paradigmas diferentes, já que não estaria previsto no panorama das ciências um período de hegemonia de uma única corrente teórico-metodológica. A competição entre programas diferentes, pelo menos no universo da pesquisa lingüística brasileira, seria então, fazendo eco aqui ao pensamento de Laudan (1977: 74), a regra dentro do panorama científico, e não mais uma exceção como queria Kuhn (1962) em

seus primeiros modelos de revolução científica e de paradigmas excludentes. Deve ser nuançada uma afirmação que advogue a eliminação de um paradigma estruturalista em virtude da apresentação de um paradigma gerativista. O que a história da lingüística brasileira evidencia é que esses programas coexistiram, com graus de sucesso diferentes, mas sem a idéia de exclusão (cf. Altman 1998). Na verdade, seria até difícil apontar uma sucessão entre os dois, quando parece ser fato que o estruturalismo conviveu com o início das pesquisas em Gramática Gerativa e também se manteve após o estabelecimento de um programa de feição chomskiana no Brasil; mesmo que essa sobrevivência tenha sido resultado também de alterações dentro do programa descritivista, que teria passado a dialogar mais com as correntes funcionalistas, aí entrando, como num círculo vicioso, em confronto com as propostas gerativistas.

Sendo assim, as retóricas de ruptura seriam mais do que esperadas no panorama científico. E essa retórica manifestada como um posicionamento frontal diante de um programa de investigação considerado como diverso e bastante distante em termos de propostas teórico-metodológicas está presente nos textos de Lemle e de Naro (ao apontar, por exemplo, que modelos de estrutura frasal, como fazia o estruturalismo, não seriam capazes de atingir o mesmo nível de sucesso observacional que o programa gerativista — cf. Naro 1968: 27). Mais uma vez, a resenha de Lemle tornou-se o espaço ideal para a lingüista começar a formar um discurso que apelava para a institucionalização e reconhecimento favorável do programa gerativista no Brasil.

A lingüística moderna, para ele [Chomsky], falhou em dar o devido valor às observações cartesianas, e está baseada em observações falsas e explicações enganadoras do que seja o fenômeno lingüístico. (Lemle 1967b: 71)

Chomsky mostra como o conceito humboldtiano de forma corresponde ao conceito atual de gramática gerativa: um mecanismo finito de regras que especificam o processo de geração do conjunto infinito das sentenças da língua. É, portanto, uma forma concebida dinâmica e não estaticamente, pois estabelece os princípios pelos quais as sentenças são geradas, e não padrões ou moldes fixos que elas preenchem — o que é a visão do estruturalismo moderno. (Lemle 1967b: 72)

Há uma observação em Laudan et al. (1993: 21) que afirma que programas de investigação, tradições de pesquisa ou paradigmas diferentes não são medidos pelos mesmos valores, e esses valores acabam por destacar a diferença da capacidade de solução de problemas entre as propostas teórico-metodológicas diferentes. Se o que se busca é a superação de um outro modelo, pontua-se o novo modelo como mais capaz de propor soluções novas do que o anterior, a questão da solução de problemas formando novas

tradições de pesquisa, como quer Laudan, encaixa-se nessa visão de diferentes pesos e medidas na avaliação histórica.

Observe-se o discurso empregado por Lemle nos trechos abaixo. A seleção lexical não deixa dúvida de que qualquer comparação que se faça com o modelo estruturalista é feita na base da desvalorização do programa estruturalista e na valorização das novas propostas, então superiores na solução dos problemas (Lemle escreve no texto a respeito do conceito de transformação que este “não nos parece ser mais passível de contestação”, p. 79, ou seja, a valorização do programa está estabelecida pelo discurso da lingüista). O discurso revela de forma pontual que o programa estruturalista, por suas próprias características teórico-metodológicas, não foi capaz de resolver ou mesmo nem chegou a visualizar determinados problemas que o programa gerativista colocou, na época, como centrais. Nesse sentido, um conceito de revolução, aqui entendido dentro do panorama da história da ciência como “a substituição, abrupta ou gradual, de um conjunto de suposições diretivas [paradigmas, programas de investigação, tradições de pesquisa] por outro” (Laudan et al. 1993: 24), coloca-se pertinente para tentar caracterizar as palavras de Lemle e também as de Naro, logo abaixo, em suas tentativas de apontar o programa gerativista de fato como superior ao programa estruturalista, destacando, assim, ainda que não de forma direta, a presença de uma revolução nos métodos e teorias da lingüística.

Graças a essa distinção entre estrutura profunda e estrutura de superfície coincidem ambas em mais um importante insight: o de que as relações sintáticas entre os elementos expressas na estrutura profunda e semanticamente traduzidas são idênticas em todas as línguas. (Lemle 1967b: 74)

[...] a diferença essencial entre a atitude de ambos e a da lingüística moderna bloomfieldiana: esta só considera do seu âmbito a identificação das partes “reais” das enunciações e suas relações fisicamente expressas, a estrutura superficial, portanto. Considerações sobre a estrutura profunda e suas implicações são tidas como imaginosas e desligadas do “fato real”, termo esse cujo âmbito referencial fica, pois, muito mais restrito. O verdadeiro debate versa, pois, sobre a validade ou necessidade dessa restrição. Chomsky traça a origem dessa atitude na moda do “empiricismo” científico, e, nas ciências humanas, das explicações behavioristas do comportamento, que, para ele, constituem um completo desvio do que seja a verdadeira ciência. (Lemle 1967b: 75)

As duas citações seguintes são exemplares da atitude programática de Lemle ao incitar a adesão do leitor ao programa de investigação. Tal atitude pode ser revelada pelo uso de um discurso bastante marcante na escolha de itens lexicais que reforçam o caráter da novidade e da importância de um programa que deve ser, enfim, aceito pela comunidade de lingüistas, porque se propõe mais apto a solucionar problemas (Laudan 1977: 82,124) que as descrições lingüísticas possam apresentar e também mais imperativo porque coloca como fundamental a

questão explicativa na lingüística (um dos pilares da idéia de ciência para o programa gerativista), ultrapassando, assim, seu concorrente (estabelecido via discurso de Lemle e de Naro) estruturalista.

Enfim, o impacto que Chomsky veio a ter na lingüística, pelos desafios que lançou a certa miopia pseudocientífica da primeira metade deste século, pelo modo como recolocou questões fundamentais, suscitando novos debates, mostrando novos meios de análise, abrindo novos horizontes de investigação e possibilidades de integrar fatos aparentemente desconexos numa teoria coesa e integrada, é indiscutível, e não pode mais deixar de ser tema de estudo e meditação para a lingüística do presente e do futuro, ainda que seja para sugerir alterações ou enriquecimentos para o seu modelo de gramática e o seu modelo do falante-ouvinte. (Lemle 1967b: 79)

Entre nós, é importante chamar a atenção dos que se interessam pelos estudos lingüísticos para os debates e modificações de conceitos que têm ocorrido de dez anos para cá [desde a primeira publicação de Chomsky, *Syntactic Structures*, de 1957], para que tenham consciência de que uma revolução ocorreu na lingüística estrutural. (Lemle 1967b: 80)

Uma das finalidades do moderno trabalho de investigação lingüística é a de escrever uma gramática que caracterize e exponha de maneira precisa as habilidades lingüísticas (ou competência lingüística) do falante nativo de uma dada língua. Queremos chamar a atenção para o fato de que a gramática deve descrever a competência do falante, e não o seu desempenho real. (Naro 1968: 18-19)

De nossa definição fica claro que o estudo lingüístico é inevitavelmente mentalista, isto é, não está interessado em entidades físicas. Mas trata-se apenas de uma questão de honestidade — todo estudo lingüístico parece ser mentalista ou vazio. De fato, ninguém foi jamais capaz de apresentar um procedimento plausível nem mesmo para transcrever enunciações sem usar da intuição. E, se tal coisa fosse possível, o desempenho real apresenta-se tão variegado que qualquer descrição razoável dele está fora de alcance no momento. (Naro 1968: 20)

Sustentamos que este modo de descrição lingüística produz gramáticas que atingem o nível de sucesso descritivo e é parte de uma teoria lingüística geral que alcança o nível de sucesso explanatório, embora isto não seja de maneira alguma óbvio. (Naro 1968: 25)

Os artigos da *Revista Brasileira de Lingüística* (RBL) situam-se mais no panorama dos artigos de pesquisa e não tanto nos programáticos como os anteriormente analisados. De qualquer maneira, eles fazem parte da década de 1970, momento da recepção e divulgação inicial do programa gerativista no Brasil. O que farei é destacar trechos desses artigos que revelam posicionamentos programáticos a favor da Gramática Gerativa e posicionamentos críticos em relação ao programa estruturalista.

Lemle, ao publicar no primeiro número da RBL um artigo sobre o estabelecimento de regras fonológicas relacionadas a alternâncias sonoras em segmentos vocálicos pré-tônicos (texto de 1974), fez mais uma vez a defesa do programa ao pontuar que a abordagem fonológica gerativa era mais explicativa do que outras (como já havia apontado Altman 1998: 202). Em meio a um artigo de pesquisa, Lemle constrói um trecho discursivo de caráter

programático, tal como havia feito em suas argumentações nas resenhas já apontadas: “Observe-se que a condição acima corrobora uma das assertivas mais importantes da moderna fonologia gerativa: o componente fonológico leva em conta informação gramatical” (Lemle 1974: 19). Nesse trecho, ao destacar a constituição do que seria o modelo gramatical da teoria gerativa padrão, Lemle retoma o discurso da ruptura, da vanguarda manifestada num novo programa de investigação. Na publicação de 1976, Lemle, ao abordar a questão dos universais lingüísticos, uma das afirmações mais importantes do programa gerativista, também imprime seu discurso de feição programática: “O estudo dos universais lingüísticos visa a caracterizar com precisão como podem ser as regras das gramáticas das línguas naturais” (p. 117).

O texto de Paredes (1976), também apresenta um trecho que assume a retórica de ruptura com o estruturalismo como um dos elementos que constrói e valida suas argumentações em torno do objeto de pesquisa de seu artigo. Seu discurso toma as questões metodológicas como exemplar de uma forma de pesquisa mais apta a dar respostas, pontos como o ideal explicativo e a abordagem da gramática em dois níveis foram apontados pela autora.

A teoria da gramática gerativo-transformacional tem demonstrado grandes vantagens em suas aplicações aos fenômenos sintáticos, procurando descrevê-los e explicá-los com rigor e precisão. Atende também a outras exigências, pois imprime um caráter formal, explícito às definições usadas. Postulando estruturas subjacentes, consegue dar conta de fatos que uma análise estritamente superficial não revela. (Paredes 1976: 77)

Para os agentes da história, talvez não seja essa a percepção lenta das mudanças o que está em jogo. As palavras de Martin, abaixo, pontuam com firmeza a sua participação em um momento revolucionário da história da lingüística, que alcançava então o cenário acadêmico brasileiro. Seu discurso, como os outros vistos, assinala a posição programática do lingüista ao destacar como revolucionário o novo programa gerativista que começava a se introduzir na lingüística brasileira na década de 1970.

Atualmente, está em moda a revolução Chomskiana em Lingüística, que apontou na segunda metade da década de 50. Trata-se duma retificação dos rumos da Gramática, em que os curiosos da linguagem são encaminhados para uma investigação dos princípios que subjazem àquilo que nela se lhes oferece à observação direta. A partir dessa revolução, faz-se na Lingüística [...] o que se vinha fazendo desde muito antes em outras áreas da Ciência. Assim a revolução lingüística consiste em aplicar aos dados da linguagem princípios filosóficos gerais que hoje dificilmente poderíamos chamar de novos. (Martin 1976: 126)

Essa observação dos artigos que puderam ser classificados como programáticos, ou que continham trechos programáticos, teve como objetivo traçar um paralelo com o que propunha a resenha inaugural de Lemle e os prefácios, introduções dos manuais gerativistas. No entanto, nem todas as formas de recepção foram atentas a uma conceituação do programa

gerativista como a alternativa ideal para estudar os fenômenos lingüísticos. Reações contrárias também existiram.

Agora o outro lado da moeda: a negação da retórica de inovação e cientificidade, em nome de um posicionamento que se caracterizou pelo teor de crítica à Gramática Gerativa e a seus adeptos.

Retomo o posicionamento de Ataliba Teixeira de Castilho, professor de Língua Portuguesa na USP e uma das figuras-chave na pesquisa e ensino na área no Brasil. Como já havia apontado brevemente, Ataliba faz uma crítica à Gramática Gerativa que incide “sobre a aplicabilidade do modelo gerativista à descrição do português e das línguas indígenas” (Cruz 2002: 5), reforçando uma opinião divergente em relação à procura dos universais lingüísticos, um dos pontos centrais da teoria chomskiana.

Todas essas línguas indo-européias, o grego inicialmente, o latim, depois, as línguas germânicas, sobretudo o inglês agora, vêm lastreando as teorias, a partir de categorias que lhes são próprias. Ora, as línguas indígenas são muito diferentes das indo-européias. Embora as pessoas digam que uma teoria é universal, não é assim, na verdade. Há uma relação dialética que se dá entre a teoria e a língua que lhe fornece a base empírica. E essas teorias têm surgido nos lugares com maior produção descritiva ao longo dos tempos, são os lugares cuja língua nacional é muito bem conhecida. (depoimento de Castilho a Altman 2002b: 34-35)

Ataliba posiciona-se dessa forma uma vez que o que ele faz, na verdade, é quase um manifesto em favor de uma lingüística nacional que ainda teria que se dedicar muito mais às suas línguas e descrevê-las, com todas as suas particularidades, antes de prosseguir por um caminho em busca de aspectos universais. Há a crítica sim, mas uma crítica não exatamente ao que a teoria teria de bom ou ruim, mas um posicionamento em relação ao tipo de trabalho ao qual se deveria dedicar o lingüista brasileiro. Naturalmente que as opiniões sempre devem ser nuançadas. Castilho articulou o projeto da *Gramática do Português Falado*, em diálogo constante com pesquisadores do programa gerativista, sendo que um dos volumes da coleção, resultado das pesquisas, foi coordenado por Mary Kato, nome central da Gramática Gerativa no Brasil.

Em retrospecto a respeito dos desenvolvimentos da psicolingüística brasileira, publicado no número 14 (1998) dos *Cadernos de Estudos Lingüísticos* da Unicamp, Leonor Scliar-Cabral articula uma retórica de franca colisão com o discurso positivo empregado pelos adeptos do programa gerativista.

Scliar-Cabral em um primeiro momento de seu texto afirma ter sido uma das primeiras a expor as idéias chomskianas no cenário lingüístico nacional.

Meu primeiro contato foi em 1965, num curso proferido em Montevidéo por H. Contreras, no 1o. Instituto Lingüístico Latino-Americano. Acredito ter sido a primeira a divulgar sistematicamente, em livro, as idéias de Chomsky no Brasil [Scliar-Cabral escreveu um manual de introdução à lingüística em 1973 que apresentava orientação gerativista — um tanto criticado por Naro (1976) — na seção que tratava da sintaxe]. Chomsky reintroduzia a noção humboldtiana de *energeia*, conferindo ao componente sintático e à recursividade o papel exclusivo da criatividade. (Scliar-Cabral 1988: 1)

O discurso da lingüista parece se encaminhar para a formação da retórica de ruptura como se viu os adeptos do programa gerativista fazer, mas não é isso que ocorre. De forma negativa, ela afirma que sucumbiu “à hegemonia de Chomsky”. No decorrer de seu texto, Scliar-Cabral constrói uma retórica negativa em relação a uma recepção dos estudos chomskianos que ela acaba por caracterizar como negativa, inclusive por não ter deixado espaço para o desenvolvimento do programa estruturalista, visto por ela como importante para a formação de um lingüista.

Apesar da grande influência das escolas norte-americanas [...], discutiam-se autores europeus [...]. Não foi suficiente, no entanto, para fazer face à hegemonia de Chomsky: na década de setenta, quem não rezasse pela Gramática Gerativa e Transformacional era considerado retrógrado, *out of date*: como se a ciência fosse uma questão de moda, muitos novos alunos dos cursos de mestrado não haviam lido os clássicos e não sabiam fazer uma transcrição fonética. Os últimos cursos do Professor J. Mattoso Câmara Jr., no Museu Nacional de Antropologia, tiveram pouquíssimos alunos, enquanto um arrivista, John Martin, “deslumbrava” os novatos, como se tudo que proviesse dos Estados Unidos tivesse a força de lei. (Scliar-Cabral 1988: 2)

Ouvir as opiniões contrárias é importante para que se tenha uma dimensão, ainda que não exata em sua totalidade, a respeito da complexidade que envolve teorias científicas e seus pesquisadores, todos envolvidos num contexto social relevante para o recorte historiográfico. Mas, de fato, as opiniões colocavam-se em lados opostos. A seguir, estabeleço outros marcos de recepção que mantiveram posicionamento positivo em relação ao programa gerativo que se iniciava no Brasil.

Ainda nesse período situado entre as décadas de 1960 e 1970, é possível apontar uma outra forma de recepção, também não de caráter programático, no sentido de estabelecer tarefas para a pesquisa lingüística. A revista *Tempo Brasileiro*, em sua edição 32, publicada em 1973, trouxe uma série de artigos que objetivavam a divulgação das propostas de trabalho da lingüística para um público mais amplo, não só de lingüistas. Nesse volume, considero como de divulgação do programa gerativo, e portanto como de recepção na década de 1970, três textos: a) “De Bopp a Chomsky”, de Silvio Elia; b) a tradução de um texto de Chomsky, “Panorama e rumos atuais da lingüística”, original de 1965; c) um texto escrito por D.

Terence Langendoen, especialmente para a revista, “A evolução do pensamento lingüístico de Noam Chomsky”.

Elia inicia seu texto apontando a existência de uma lingüística contemporânea, após o período histórico do século XIX e início do século XX; uma lingüística em torno de dois estruturalismos — um europeu, a partir de Saussure; outro de feição norte-americana, centrado principalmente em torno de Bloomfield. Como fizeram Mattoso e Lemle, nos textos de 1967, Elia enquadrou o programa gerativista de Chomsky na esfera do estruturalismo, num recorte que privilegiou a observação dos desenvolvimentos da lingüística no território norte-americano para poder enquadrar a presença de Noam Chomsky na sua breve história da lingüística: “No Estruturalismo lingüístico há, por outro lado, duas feições sucessivas que convém assinalar: a *descritiva* e a *gerativa*” (Elia 1973: 10). Observe-se a caracterização de uma corrente linear no horizonte retrospectivo de Elia, apontando ser o programa gerativista sucessor do programa descritivista, originado em Bloomfield. Ao apontar essa sucessividade, o autor associa a alteração de programas com diferentes focos de análise: ao programa descritivista, estão associados os estudos de fonologia e fonêmica (herdeiros da tradição do Círculo Lingüístico de Praga e presentes nos EUA principalmente por meio dos trabalhos de Jakobson), num primeiro momento, e depois os estudos de morfologia, sendo Eugene Nida o principal colaborador. Já ao programa gerativista, caberia o estudo do nível sintático da língua. Na história recontada por Elia, a sucessão de programas redundou na alteração de níveis de análise lingüística privilegiados: “Quanto à Sintaxe, o nome de Noam Chomsky tornou-se quase obsessivo, principalmente a partir de 1957, com as *Syntactic Structures*” (Elia 1973: 10).

Elia apontou o papel renovador das propostas chomskianas, mas se pode apontar no seu texto uma recusa da retórica de ruptura, uma vez que ele afirmou ser o programa chomskiano um desenvolvimento do programa estruturalista. Uma associação que muitos negariam, já que a retórica de ruptura se firmou, em muitos casos, contra as propostas estruturalistas, aliás, como o próprio Chomsky reforçou em diferentes textos seus.

Vimos anteriormente que Elia se posicionava de forma crítica em relação ao programa gerativista, colocando-se numa outra esfera de atuação lingüística, até porque ele pertencia de fato a uma outra geração, a uma outra formação lingüística, baseada nos estudos de caráter histórico e filológico. O trecho abaixo pode ilustrar o que anteriormente se afirmou.

A Sintaxe, porém, lida com a frase, isto é, com o pensamento. O mecanismo dominante na Lingüística norte-americana, inaugurado por Bloomfield, de tantos êxitos na Fonêmica e na Morfologia, mostrava-se improdutivo na Sintaxe. As primeiras tentativas de Harris para superar o impasse foram muito tímidas. Coube a Chomsky enfrentar a cidadela de preconceitos antimentalistas e haver-se primeiro como o descritivismo mecanicista, depois com o arcabouço behaviorista que o sustentava. [...] É por conseguinte com Chomsky que entramos na 2a. fase do Estruturalismo, dita gerativa. Podemos datá-la, por amor à simplicidade cronológica, de 1960. Apesar das críticas que trouxe ao Estruturalismo vigente e da classificação de “revolucionário” que já se lhe deu, preferimos incluir o “transformacionalismo” na rubrica geral de Estruturalismo, que fica assim dividido em duas fases, a *descritivista* e a *gerativa*, das quais a segunda é um desenvolvimento e não uma antítese da primeira. (Elia 1973: 11)

Passo agora aos comentários sobre a tradução de Chomsky. A tradução do autor central do programa é um índice de recepção também. Cabe lembrar que traduções de Chomsky no Brasil foram escassas até o início da década de 1990, pode-se apontar, de fato, que Chomsky nunca foi muito traduzido no Brasil, em especial seus trabalhos lingüísticos. Sendo assim, a tradução publicada em *Tempo Brasileiro* de 1973 pode ser considerada como a primeira publicação de um texto do próprio Chomsky no Brasil, o que passo a considerar, também, um marco de recepção das idéias do autor.

O texto é acompanhado de um agradecimento ao próprio Chomsky, feito pela revista, em um breve texto: “Agradecemos ao professor Noam Chomsky a cessão dos direitos de tradução do presente artigo e o apoio dado à nossa Revista”. A seguir, o texto faz uma apresentação de Chomsky, ressaltando o aspecto inovador do autor de um novo programa de investigação na lingüística: “[...] É o principal nome no desenvolvimento da lingüística gerativo-transformacional, talvez o mais significativo e amplo movimento na Lingüística moderna desde Saussure” (apresentação do autor, Chomsky 1973: 18).

Chomsky faz seu tradicional recuo histórico, apontando o período da tradição da gramática filosófica ou universal dos séculos XVII e XVIII e o período das tradições estruturais e descritivas. O importante nesse texto é que estabelece a pertinência ou não, na visão chomskiana, do programa gerativista dentro de um programa estruturalista mais abrangente. Reconhecendo o caráter descritivo do programa da Gramática Gerativa, o que permite enquadrá-lo numa espécie de estruturalismo, Chomsky propõe no texto que a Gramática Gerativa vai além, uma vez que inaugura uma nova fase da lingüística ao determinar como pontos de observação a análise da língua em diferentes níveis e a busca por ideal de explicação e não só de descrição. Chomsky também ressalta a alteração metodológica, enquanto o estruturalismo colocava-se no método indutivo, de observação de dados positivos, a Gramática Gerativa coloca-se como um programa com base no método hipotético-dedutivo.

Especificamente, é possível agora estudar o problema da criatividade disciplinada por regras na linguagem natural, o problema da construção de gramáticas que, explicitamente, geram estruturas profundas e de superfície, exprimindo suas relações recíprocas, e o problema, mais profundo, de determinar as condições universais que limitam a forma e a organização das regras de gramática da linguagem humana. (Chomsky 1973: 25)

O que o texto de Chomsky traz é a definição de pontos teóricos do programa, com um detalhamento das formas de trabalho e da metodologia pertinente a suas propostas teóricas. Chomsky aponta em seu texto de que forma se dá argumentação nas análises, construídas em torno da elaboração de hipóteses gerais, a serem corroboradas pela descrição e análise de línguas particulares, procurando chegar à definição de regras mais gerais, correspondentes à Gramática Universal.

[...] não é necessário adiar o estudo da teoria lingüística geral até que gramáticas específicas estejam organizadas para muitas línguas. Bem ao contrário. O estudo de gramáticas particulares somente será frutífero se for baseado numa teoria da estrutura lingüística articulada com precisão, assim como o estudo de fatos particulares somente é digno de ser feito quando guiado por algumas premissas gerais a respeito da gramática da língua de que tais fatos são extraídos. (Chomsky 1973: 27)

Considerar esse texto de Chomsky, como a primeira tradução publicada no Brasil, um marco na recepção leva em conta definir que o programa que começava a se institucionalizar definia-se de fato como uma ruptura com outras escolas lingüísticas. Uma ruptura centralizada, principalmente, no estabelecimento de um ideal de adequação explicativa, pelo que se depreende da leitura de Chomsky. O autor ressalta em várias passagens esse aspecto. Procurar ir além das descrições, procurar relacionar hipóteses gerais aos dados de língua para chegar a explicações que pudessem organizar reflexões a respeito da capacidade inata da linguagem humana. Estaria aí o papel considerado por Chomsky como renovador na lingüística proposta pelo programa gerativista.

Já o texto de Langendoen, professor na *City University of New York* na época, foi encomendado pela revista para tratar do pensamento lingüístico de Chomsky. De fato, ao tratar de Chomsky em três textos, a revista também afirmava ser ele um dos marcos da lingüística contemporânea. Esse texto trata das alterações internas do programa gerativo; o autor estabelece três fases de desenvolvimento do programa: uma organizada em 1957, chamada de teoria inicial; outra em 1965, chamada de teoria básica, a Teoria Padrão; e uma terceira que seria a revisão da Teoria Padrão. Langendoen nessa divisão segue a tradicional caracterização em etapas da Gramática Gerativa. Destaca-se no texto a confirmação, como parecem fazer todos os textos que buscam traçar o percurso histórico do programa gerativista

(estabelecendo historicamente uma tradição de pesquisa, ainda que criticada), de que há no programa um núcleo de proposições que se mantém inalterado.

[...] concluímos nosso resumo das principais concepções de Chomsky que permanecem relativamente inalteradas. Pelo que vimos, elas se referem a assuntos tais como a natureza dos dados lingüísticos, os elementos em que se devem basear generalizações significativas sobre dados lingüísticos, e as finalidades da descrição e da teoria lingüísticas. Onde as idéias de Chomsky sofreram modificações e evoluíram foi em aspectos específicos de sua concepção da teoria lingüística em si, particularmente no que se prende à organização interna dos componentes de uma descrição lingüística. (Langendoen 1973: 39)

O trecho citado aponta a alteração dentro do programa como algo positivo, uma vez que leva as idéias a uma “evolução”. Tal aspecto é apontando por vários outros autores acerca dessas alterações na Gramática Gerativa. De fato, esse texto traz uma imagem positiva do programa e do seu autor, dado que se poderia entrever já no primeiro período do texto:

Para a lingüística, o impacto causado pela obra de Noam Chomsky foi imediato e profundo. Basta uma comparação superficial entre os artigos e livros de lingüística geral mais recentes e os publicados há uns quinze anos atrás, antes da entrada de Chomsky no campo lingüístico, para percebê-lo. (Langendoen 1973: 36)

Analisando a publicação desses textos, e levando em conta que o número da revista tinha por objetivo divulgar a colaboração da lingüística para as ciências humanas, pode-se afirmar que a recepção do programa gerativista ganhava força e um tom positivo, que realçava o caráter inovador, mesmo quando este era visto como uma extensão de estudos anteriores, e as novas perspectivas que as idéias de Chomsky lançava. A lingüística mostrava-se, então, como um campo dos mais promissores nas ciências humanas, via principalmente as propostas do programa chomskianos.

Capítulo V

Avaliando a recepção brasileira à Gramática Gerativa

1. *Como avaliar uma lingüística dita de ‘recepção’?*

Em intervenção num seminário no Instituto de Estudos Avançados – USP – em 1986, Mario Schenberg (1916-1990) fez a seguinte observação⁸⁶:

Aí está a ciência: a ciência é o caminho feito, não são os resultados obtidos. Num certo sentido talvez não tenha sido obtido nenhum resultado, nenhum resultado definitivo, mas foi feito um certo caminho.

Tal conclusão de Schenberg leva a uma alteração da forma de compreender o que é ciência, tendo em vista os círculos de recepção e aplicação de teorias e modelos de análise de centros de pesquisa que se situam no que é costume apontar como a periferia do saber científico, aqueles locais que não são os pontos privilegiados de saber científico (por resultado de suas condições sociais, histórias e econômicas), os EUA e a Europa.

Está-se diante, então, de uma ciência em diálogo permanente com centros localizados fora do país. Não se poderia, dessa maneira, estabelecer uma interpretação a respeito dos desenvolvimentos iniciais do programa gerativista no Brasil sem levar em conta o papel do intercâmbio e da cooperação internacional. Mas nesse caso, em vez de pontuar-se o discurso que coloca esse intercâmbio num fluxo único, como aponta Hamburger et al. (1996), o caminho mais adequado passa a ser aquele que modifica a concepção de ciência numa expansão que define o conhecimento científico não mais exclusivamente como relacionado a

⁸⁶ A citação e a reflexão inicial deste capítulo sobre a avaliação da recepção do programa gerativista pela comunidade de lingüistas brasileiros foram resultado da leitura da obra coletiva *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*, organizada por Amélia Império Hamburger, Maria Amélia M. Dantes, Michel Paty e Patrick Petitjean, e publicada pela Edusp com a colaboração da Fapesp.

práticas de produção e obtenção de resultados. Ciência passa a ser⁸⁷ um fluxo contínuo de desenvolvimento de um saber, que envolve prática de análises a partir da produção de conhecimentos derivados da aplicação de teorias, métodos. Essa aplicação de resultados não pode ser vista de forma ingênua, o que leva imediatamente a uma classificação negativa da recepção. A recepção e a aplicação de idéias vindas de centros reconhecidamente como produtores de ciência podem ser vistas de forma produtiva, uma vez que se dão em contextos histórico-sociais específicos, o que demanda adaptações e alterações das teorias recebidas. Nessa concepção, não há espaço para a compreensão de uma aplicação acrítica de resultados⁸⁸.

Essa alteração de foco do que se compreende como ciência faz com que os critérios que definem um produto como legitimamente reconhecido devam ser alterados. Se aponta-se, como fiz em vários momentos deste trabalho, o caráter de recepção da lingüística brasileira, essa recepção não foi considerada como forma passiva de repetição de modelos teóricos. Tal visão pode encontrar seu argumento se pensarmos que a adoção de idéias vindas de outros centros de produção gerou a formação de elementos que acabaram por dar forma a um grupo de especialidade, que se reconheceu como distinto de outros grupos e com produção científica que os autorizava, inclusive, a lançar-se no panorama lingüístico nacional com um discurso que destacava a diferença e a renovação. Entre esses elementos que auxiliam a trazer uma visão mais dinâmica e, portanto, mais positiva da recepção, estão:

a) a criação de instituições que são reconhecidas como estáveis na concentração de pesquisadores e também na formação de jovens membros do grupo;

b) a perenidade dos grupos no tempo, mesmo que alterações existam, a comunidade brasileira que se reconheceu como gerativista nos anos da década de 1970 imprimiu na lingüística brasileira o reconhecimento de um outro grupo de especialidade, que não se extinguiu no universo da produção científica brasileira;

c) a capacidade de atrair novos estudantes; mesmo que a Gramática Gerativa não atraia muitos jovens pesquisadores, como vários lingüistas afirmam, a área continua a se desenvolver e passível de crítica ou não apresenta novas propostas de estudo e de colaboração

⁸⁷ “Quando falamos em ciência, não a reduzimos a um conjunto de resultados, de ‘leis da natureza’, de conhecimentos teóricos, de método. Nós a tomamos em seu sentido mais amplo, isto é, enquanto processo intelectual, cultural e social.” (Petitjean *in* Hamburger et al. (org.) 1996: 27)

⁸⁸ Borges Neto comenta sobre esse aspecto em um breve texto de 1986.

científica internacional que parecem reafirmar a presença do grupo de especialidade na lingüística brasileira;

d) a comunidade de pesquisadores do programa gerativista aponta que a entrada do referencial no Brasil colaborou para a exploração de dados e fenômenos do português que antes não haviam sido trabalhados nem considerados; nesse sentido, o grupo de especialidade se reconhece em atividade científica, produzindo sim uma ciência, derivada de pontos vindos de focos de produção internacional, mas aplicados à realidade da língua portuguesa. Naturalmente que essa é a visão interna que o grupo mantém, como vimos em capítulos anteriores, há depoimentos que ressaltam a ausência de resultados dos empreendimentos gerativistas, o que faz com que a idéia de recepção vista de forma positiva tenha que ser nuançada se for colocada em jogo a ausência de repercussão das pesquisas em termos mais amplos de divulgação. Por exemplo, as pesquisas em semiótica e análise do discurso conseguiram divulgação mais ampla e passaram a influenciar diretrizes de ensino de língua portuguesa (basta observar as versões atuais dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino de português). Excetuando-se as tentativas, algumas equivocadas, de adoção de pontos teóricos e métodos de análise gerativista no ensino de língua portuguesa (cf. Gomes de Matos 1978), predominantemente na década de 1970 (momento em que a recepção se destacava com sua retórica de ruptura), o programa é restrito aos grandes centros universitários de prestígio, sem um acesso ao que se propõe como ensino de língua materna.

Ao se observar o desenvolvimento do saber científico no Brasil, não se pode ignorar que desde o início de uma movimentação científica no país, no século XIX com a chegada da família real portuguesa, o intercâmbio com outras esferas de saber se manifestou. Seria de fato limitado pensar numa reflexão do desenvolvimento da lingüística brasileira sem levar em conta o fato de que nosso país se desenvolveu, por diferentes razões histórico-sociais, em torno dos mais diversos tipos de trocas e intercâmbios⁸⁹.

A chegada do programa gerativista ao contexto acadêmico brasileiro reforçou essa experiência de troca de informações via intercâmbio. Foram apontados os cursos dados por pesquisadores estrangeiros visitantes, as leituras de obras escritas fora do país, as traduções

⁸⁹ “Desde a implantação das instituições científicas no Brasil com a vinda da corte portuguesa, em 1808 – escolas profissionais (medicina e engenharia), jardins botânicos, museu de história natural –, os intercâmbios com outros países estiveram presentes.” (Hamburger et al. (org.) 1996: 18)

como meio de acesso à teoria, o envio de estudantes para complementação da formação em centros considerados como de produção de pesquisa gerativista. Enfim, reconstruir historiograficamente o programa gerativista no Brasil é ressaltar o papel fundamental do intercâmbio inclusive como caracterizador de uma ciência lingüística dita de recepção, mas uma recepção tomada a partir do conceito dinâmico de ciência, definindo que há produção científica onde há recepção, aplicação e transformação de aspectos dessa ciência recebida. Tal afirmação merece mais alguns comentários.

Não se pode, como venho insistindo nessas linhas iniciais do capítulo, tomar o desenvolvimento da ciência como algo desvinculado da sociologia da ciência, uma vez que o conhecimento científico não é produzido sem uma esfera social que lhe dê suporte. As idéias não circulam sozinhas, elas são reflexo de uma organização de indivíduos que as colocam em funcionamento. Sendo assim, o início das atividades do programa gerativista no Brasil deve ser compreendido na correlação adequada entre elementos internos e elementos externos caracterizadores do programa de investigação. Repensar a trajetória do desenvolvimento da lingüística no país no final da década de 1960 e na década de 1970 é ter em mente os períodos incipientes de uma lingüística que começava a se institucionalizar de fato. Eram os primeiros centros de pós-graduação, os primeiros periódicos, as primeiras publicações mais ‘intensas’ de livros, ou seja, o momento de recepção do programa gerativista no país era um momento também de formação do pensamento lingüístico nacional. Se não se reter essa imagem, é muito fácil caracterizar os primeiros anos de desenvolvimento da Gramática Gerativa no país de forma bastante crítica, no sentido de que as publicações foram poucas, as articulações de grupos de especialidade se deram em centros restritos, os dados do português trabalhados foram selecionados tendo em vista aplicação das teorias recebidas. Mas, no panorama do que começava a se configurar como a lingüística brasileira isso já era resultado. Houve publicações em periódicos, houve o tratamento do português, de dados de língua, que anteriormente não haviam sido discutidos, houve a publicação e a tradução de manuais, houve a formação de cursos de pós-graduação, houve a abertura de diálogo com o exterior via intercâmbio. Situar esses aspectos no nosso contexto social e histórico leva certamente a relativizar a visão negativa de recepção.

A recepção se deu sim, como aliás parece ser a tônica dos estudos da lingüística brasileira. Não se pode esquecer que Altman (1998) aponta que aquele considerado como ‘o pai’ da lingüística brasileira escreveu um manual de lingüística baseado nas idéias que absorveu na

sua formação, ou seja, também é uma ciência de recepção. Talvez a questão aqui seja a de deixar de lado a idéia de centros e periferias em relação à produção do conhecimento lingüístico e passar a reconstruir uma história da lingüística tendo em vista a investigação sobre em que bases se deu ou se dá a recepção e o desenvolvimento de teorias, métodos, modelos que vêm de fora e que se colocam num processo social, acadêmico, pessoal com cores diferentes daquelas presentes nos centros considerados como de excelência em produção científica.

2. Aspectos externos do programa gerativista no Brasil

Avaliar a atuação de aspectos externos na configuração de um programa de investigação no Brasil pode levar ao questionamento a respeito da natureza da recepção das idéias gerativistas. Por que o Brasil naquele momento, em alguns centros, viu a adoção das idéias propostas por Chomsky, num meio que privilegiadamente colocou as formas de estudo da língua próximas das abordagens textuais, da gramática tradicional, distante dos formalismos que a Gramática Gerativa propunha.

A correlação entre o desenvolvimento científico e os aspectos sociais e históricos de um país é assunto controverso. Invariavelmente, os pesquisadores entrevistados para este trabalho se prontificaram em negar qualquer relação da adoção do programa gerativista no Brasil com aspectos externos da sociedade brasileira. Essa questão também precisa ser compreendida pela historiografia, uma vez que a ausência de respostas dos gerativistas a esses questionamentos pode ser reveladora de uma articulação social, se partimos da idéia de que o conhecimento lingüístico, sua recepção e desenvolvimento não se encontram sem relação com os contextos de produção e divulgação do saber científico.

Para iniciar tal discussão, coloco apenas uma questão que pode elucidar o que venho pretendendo afirmar. O envio de estudantes ao exterior estabelece socialmente para o programa gerativista no Brasil um processo de intercâmbio com centros internacionais. Ou seja, enviar estudantes não é um processo sem conseqüências para as articulações futuras do grupo de especialidade. Nesse sentido, ainda que não tenha obtido respostas para as questões propostas, é possível que a adoção de um programa que colocava no centro de atenção uma

comunidade ideal de falantes, o exame de dados lingüísticos obtidos por meio da intuição do próprio pesquisador tenha se mostrado mais adequado ao universo acadêmico brasileiro durante as décadas aqui recortadas, uma vez que eram momentos de repressão política no Brasil. De qualquer maneira, apenas lanço a questão, que necessita de maior investigação e fundamentos para sua análise, mas não pode ser desconsiderado o silêncio dos pesquisadores sobre esse aspecto como uma característica de um programa de investigação na lingüística que não se vê realmente relacionado com elementos sociais, históricos, enfim, é uma ciência que se propõe definitivamente como uma reflexão interna sobre os fenômenos da linguagem.

A seguir, reconstruo historiograficamente a recepção brasileira ao programa gerativista tendo em vista parâmetros de análise externos. Essa reconstrução analisa categorias como: a) o contexto acadêmico de recepção e desenvolvimento de um grupo de especialidade; b) os critérios de pertinência/exclusão do grupo; c) a retórica assumida pelos membros do grupo.

2.1 O contexto acadêmico de recepção e de desenvolvimento de um grupo de especialidade

Refletir sobre a contextualização acadêmica do início do programa gerativista no Brasil coloca em jogo uma avaliação sobre a formação dos pesquisadores, a especialização profissional e as formas de produção acadêmica do programa.

O programa gerativista, em seus momentos iniciais de formação de um grupo, reafirmou a necessidade do intercâmbio dos pesquisadores brasileiros com aqueles que são considerados os grandes centros de produção de teoria e métodos lingüísticos, localizados nos EUA e na Europa. Os pesquisadores apontados como aqueles que formaram a primeira geração de gerativistas tiveram parte de sua formação concluída no exterior, principalmente nos EUA. Tal fato reforça a tese de que a lingüística brasileira praticada pelo programa gerativista teve como uma de suas características o intercâmbio com os centros estrangeiros de pesquisa em ciências da linguagem, como apontei no item anterior. Ao lado disso, a presença de pesquisadores estrangeiros também se revelou importante na medida em que começou a estabelecer os primeiros cursos de divulgação da teoria. Dessa maneira, falar em formação graduada e pós-graduada dos pesquisadores em Gramática Gerativa no Brasil é necessariamente recuperar a imagem da troca de conhecimentos com outros centros de pesquisa e ensino localizados fora do Brasil.

Os estrangeiros que vieram ministrar cursos no país ainda no final da década de 1960 e os primeiros pesquisadores brasileiros que começavam a voltar de sua formação em universidades americanas e européias, na década de 1970, começaram a estabelecer seus vínculos de especialização profissional nas universidades públicas e nas instituições particulares que se destacavam pela preocupação com o desenvolvimento de pesquisas e não apenas com o ensino, como é o caso das PUCs. Essa especialização em torno desses centros colabora para a caracterização do programa gerativista como um programa de certo modo elitista (nos termos de Murray 1994), no sentido de que se restringiu às universidades que colocavam em destaque a formação acadêmica. O programa gerativista, ao mesmo tempo em que se posicionou em centros de prestígio, manteve-se longe de uma recepção mais expandida, uma vez que de fato se distanciou de outros centros universitários. Esse aspecto repercute diretamente em termos numéricos no número de adeptos ao programa, se uma comparação com outros programas de investigação na lingüística brasileira for estabelecida.

Essa especialização profissional em um número restrito de universidades de prestígio acadêmico colaborou para a produção acadêmica dos pesquisadores do programa. De fato, não se pode negar que no contexto brasileiro a vinculação a um centro considerado como de excelência acaba gerando um número maior de publicações, de bolsas concedidas, exatamente porque é nessas instituições que a pesquisa científica coloca-se como exigência. Assim, a produção acadêmica do programa gerativista em seus primeiros momentos, verificada pela publicação de manuais, de monografias e de artigos em periódicos reforçou a idéia de um grupo de especialidade bastante concentrado e organizado nos centros considerados como de produção e difusão do saber científico nacional.

A percepção dos gerativistas a respeito da especialização profissional é vista de diferentes maneiras, mas pode-se notar como tônica geral o fato de que os membros do grupo de especialidade têm consciência de que o programa se desenvolve de forma lenta e restrita, como parecem indicar alguns depoimentos.

2.2 Critérios de pertinência/exclusão do grupo

O grupo de especialidade do programa gerativista imprimiu com sua retórica, divulgada em diferentes trabalhos, o que julgava pertencer ou não ao conjunto de suas propostas de pesquisa científica. Nesse sentido, os adeptos da Gramática Tradicional, da Filologia e dos diferentes tipos de Estruturalismo e dos estudos do texto/discurso eram vistos como

praticantes de uma lingüística em sentido oposto ao que pretendiam os gerativistas. Nesse jogo de forças, o critério mais relevante utilizado pelo programa gerativista era o de cientificidade. Ao tomar para si o ideal de cientificidade nos estudos lingüísticos, considerado como atingir as adequações descritiva e explicativa, deslocava do eixo de reflexão e prática lingüísticas uma série de abordagens das línguas e dos fenômenos da linguagem humana que não estabelecessem o ideal de adequação explicativa. Realizar estudos lingüísticos com o foco apenas na descrição era visto pelos gerativistas como algo menor, algo que definitivamente não poderia ser considerado como científico. Posicionamento este derivado das afirmações iniciais de Noam Chomsky, que ao defender seu programa sempre posicionou a Gramática Gerativa como a forma mais adequada de fazer ciência da linguagem. Também ficaram sem repercussão, pelo menos no interior do grupo de especialidade, trabalhos realizados por divulgadores da teoria e dos métodos que não se caracterizaram como membros do grupo de especialidade e como pesquisadores com produção acadêmica na área. Penso aqui, por exemplo, na ausência de citações dos outros manuais publicados por brasileiros no período aqui estudado. Dos dez livros publicados na periodização aqui estabelecida, um silêncio total se fez na citação a três títulos (Borba 1976, Tondo 1973, Silva 1983). A referência que foi feita a manuais e outras publicações sempre se restringiu àqueles trabalhos elaborados pelos pesquisadores que o grupo de fato reconhecia como gerativistas.

2.3 *A retórica de ruptura*

Ao tomar a década de 1960-1970 como período de observação da lingüística que se fazia no Brasil, é possível avaliar o momento como característico da presença do que se considerou como outra forma de conceber a lingüística. A retórica de ruptura adotada por Lemle em sua resenha não deixava de ressaltar que a Gramática Gerativa que se inaugurava em sua fase cognitiva com *Aspects* apresentava, em relação a um programa estruturalista contemporâneo, ao lado da filologia, da dialetologia e da gramática tradicional, formas “novas” de solução, “novas” abordagens, “novos” pressupostos teóricos que levariam a ciência lingüística nacional a um patamar científico considerado pela autora como mais favorável.

De fato, as primeiras divulgações das idéias de Chomsky não deixam de insistir no caráter científico que o novo programa de investigação traria. Ao colocar o estudo das línguas naturais próximo de um ideal explicativo e não só descritivo, Chomsky procurou estabelecer seu programa de investigação ao lado dos programas de investigação das ciências naturais,

dos métodos dedutivos, e não mais indutivos, característicos do estruturalismo norte-americano, por exemplo.

A resenha de Lemle pontuou três elementos que permitem caracterizar o programa de investigação gerativista como um programa de correspondência. Os pontos ressaltados por Lemle, que reconstruo historiograficamente, e que distinguiriam a Gramática Gerativa das outras formas de estudar línguas e linguagem, seriam:

- a) uma espécie de filosofia característica do programa, que determina como central a relação entre língua e processos cognitivos, mentais. Nesse ponto, *Aspects* lança a base cognitiva do programa ao insistir na natureza inata da capacidade da linguagem humana;
- b) o aspecto metodológico do programa, de caráter dedutivo, incidindo, como destaque em seus primeiros momentos, sobre fenômenos sintáticos das línguas, até então desprivilegiados por outras formas de estudo lingüístico;
- c) o estabelecimento da correlação entre regras gramaticais e processos mentais.

Na filosofia de Laudan, as formas de pesquisa, quando em momentos de competição, precisam ser avaliadas em termos de eficácia na solução de problemas pertinentes à área em questão. Num primeiro momento de recepção e de primeiras articulações do programa de pesquisa gerativista no Brasil, pode-se apontar que lingüistas participantes do projeto chomskiano insistiram em ressaltar, via discurso, as possibilidades que a teoria apresentava, tanto na seleção de novos objetos formais de análise (até então não problematizados pela tradição estruturalista), quanto na proposição de novos conceitos, que colocavam em outro patamar, para eles, a ciência lingüística, que, enfim, situava-se nesse momento de mudança como uma ciência de fato ao se propor não só descritiva, mas também explicativa.

Laudan (1977: 18) previa que uma teoria ganha em persuasão quando ela é capaz de apontar em outras teorias uma insuficiência em resolver problemas, em analisar fenômenos. Pode-se perceber essa posição argumentativa nos textos dos pesquisadores ligados às propostas gerativistas. Em trechos que foram analisados, os lingüistas que propunham o discurso da mudança delinearam claramente que o programa estruturalista era insuficiente

para resolver uma série de fenômenos lingüísticos, como a análise de constituintes descontínuos da sentença, por sua própria caracterização teórico-metodológica.

Os pesquisadores que se reconheciam como gerativistas destacaram modificações metodológicas entre as diferentes teorias, apontando, assim, que a alteração não tinha caráter apenas filosófico, conceitual, mas também metodológico. Nos textos vistos, destaquei em algumas passagens o uso da metodologia proposta pelas teorias gerativistas como um dos elementos construtores da retórica de ruptura. Nesse sentido, os gerativistas advogavam na verdade um progresso científico na lingüística por meio da adesão às propostas chomskianas, já que “o progresso consiste em substituir uma teoria por outra que oferece ganhos líquidos na solução de dificuldades empíricas e conceituais” (Laudan et al. 1993: 69).

Seguindo as proposições de Murray (2004), também é possível apontar que a retórica revolucionária que para ele era típica dos grupos situados de forma marginal, em centros de pesquisa e ensino que não eram considerados como de elite, não pode ser aplicado ao caso brasileiro. A Gramática Gerativa se desenvolveu no Brasil em torno de grupos que se estabeleceram nas universidades públicas e nas PUCs, lugares reconhecidos pela academia brasileira como centros de excelência do ensino superior no Brasil. A retórica revolucionária, clamando por ruptura, por outro lado, veio então de centros de elite, o que confirma outra constatação de Murray de que talvez a alteração de programas de investigação e a busca de soluções novas para problemas científicos venha de fato dos centros de elite. A própria recepção e adesão restrita da Gramática Gerativa no cenário acadêmico brasileiro pode ser relacionada a sua restrição aos grandes centros de produção do saber universitário. Nesse sentido, mesmo em seus primeiros momentos, como na década de 1970, a Gramática Gerativa que se produzia no Brasil, por ser resultado da ação de um grupo de elite, não encontrou grandes problemas para se expor como um grupo de especialidade de grande prestígio, basta ver as publicações e mesmo os intercâmbios realizados. Sendo assim, não é possível associar a retórica revolucionária a um grupo marginal. No Brasil, a retórica e a proposição de novos rumos partiu de um grupo de elite.

3. Aspectos lingüísticos do programa gerativista no Brasil

Fixando agora o foco de avaliação no conceito de programa de investigação, tal como proposto por Swiggers, vê-se de fato que se está diante de programas distintos principalmente em relação às proposições teóricas. O estruturalismo pertence a um programa descritivista, que coloca como limite a descrição das línguas, sem possibilidade de correlações com processos mentais, característica definidora da distinção entre o programa gerativista e o estruturalista. De alguma maneira, os dois programas conservam algumas semelhanças, como a proposta de considerar a língua como sistema autônomo a ser observado; mas as semelhanças parariam aí. Fator suficiente para que a retórica de ruptura se articulasse principalmente baseada na idéia da correlação com processos mentais e com métodos de análise das línguas naturais, distintos nos dois programas. A própria idéia de cientificidade é vista como diferente pelos participantes dos programas. No entanto, o ideal explicativo parece ter ficado distante do alcance ideal, ponto a que voltarei em seguida.

O que se fez em sintaxe gerativa no Brasil durante os anos 1967-1983 foi predominantemente uma aplicação (com ou sem crítica) de modelos descritivos tais como propostos pelos modelos Padrão e Padrão Estendido a dados do português, obtidos por meio da observação da intuição dos próprios pesquisadores. A recolha de dados é introspectiva, como se costuma apontar. Diante de um elenco bastante semelhante ao exposto por Bisol (1986), os lingüistas brasileiros procuraram explorar aspectos do português brasileiro que pudessem ser trabalhados à luz de teorias do programa:

- transitividade verbal e decomposição lexical;
- complementos nominais, verbais e estrutura de predicados;
- processos de qualificação, interrogação e negação em português;

- regras de restrição em relação à estrutura superficial de formas possessivas;
- sintaxe de gradação do adjetivo;
- posição do adjetivo na estrutura sintática;
- configuração sintática do sintagma nominal;
- movimento de constituintes de diferentes sintagmas;
- abordagem das regras típicas de movimento, supressão, transformação.

Os temas considerados como problemas colocavam para a lingüística brasileira a incidência em novas estruturas a serem observadas. Os fenômenos sintáticos ganharam destaque, ainda que não se possa falar exatamente em níveis de descrição lingüística – como se falava no estruturalismo – já que o modelo de gramática do programa gerativista é um modelo que opera com diferentes componentes (sintático, semântico, fonético-fonológico) que estabelecem relações que possibilitam a ocorrência de sentenças na estrutura superficial. Da articulação desses diferentes componentes (para o modelo Padrão), antes vistos como entidades separadas (apenas relacionáveis em termos de integração e distribuição, na visão estruturalista), surgiram os problemas destacados pela comunidade.

Esses problemas apontavam para a realização de trabalhos que examinavam:

a) a relação entre o léxico e a sintaxe (com trabalhos realizados já na segunda metade da década de 1970⁹⁰), colocando em destaque um modelo já revisto de gramática, em que o papel semântico de argumentos e a complementação são vistos de maneira relacionada;

b) a constituição do sintagma nominal em português, com destaque para a explanação de regras que determinavam conversões de pronominalização, posições de categorias gramaticais, movimentos de constituintes, papel de determinantes, de possessivos, de quantificadores;

c) com destaque a formação de estruturas passivas, possibilitando a exploração do conceito de transformação e a descrição de língua em dois níveis diferentes;

⁹⁰ Parto dos dados da crônica realizada por Kato & Ramos (1999).

d) configuração sintática do sujeito e regras de movimento e supressão, mais uma vez o destaque aos problemas que evidenciavam, segundo os gerativistas, a limitação de um modelo que operasse apenas com o nível superficial;

e) classes de palavras e seu estatuto sintático;

f) estruturas de orações complexas, subordinadas, o infinitivo flexionado, os verbos auxiliares (estes últimos também reforçando um modelo de análise que colocava em evidência o exame de constituintes sintáticos não lineares, descontínuos no nível superficial e, no entanto, relacionados de alguma maneira num nível subjacente;

g) comparações entre línguas, principalmente no âmbito do ensino de línguas estrangeiras – nesse aspecto a PUC-SP mostrou-se bastante atuante, sendo que uma das vias de entrada do programa gerativista em São Paulo foram programas de ensino que colocavam a perspectiva do programa gerativista como forma de alcançar melhores resultados no ensino de línguas estrangeiras, com destaque para os pesquisadores do LAEL da PUC.

A seleção dos temas privilegiados pela comunidade de pesquisadores do programa gerativista é relevante para que algumas considerações possam ser feitas. A seleção dos problemas é semelhante àquela divulgada pelos manuais publicados no período. Colocando no centro da atenção a sintaxe, com abordagens dos componentes fonético e semântico, assim como de seleções lexicais –subordinadas à gramática (entenda-se à sintaxe), a comunidade formadora do grupo de especialidade divulgou nas publicações nacionais trabalhos que seguiam linhas de reflexão e de aplicação metodológica semelhantes ao que se fazia nos principais centros de produção da teoria, na época situados principalmente nos EUA. A seleção de temas segue rigorosamente os temas privilegiados em trabalhos e abordagens que eram recebidos pela comunidade incipiente de lingüistas gerativistas. Em relação a isso, é importante ressaltar que a própria construção argumentativa dos textos retomava os trabalhos seminais que divulgavam pela primeira vez ou de forma mais destacada o tratamento que se aplicava a fenômenos do português brasileiro. Tanto que uma das formas mais clássicas de construção discursiva desses textos é a abordagem inicial de uma teoria, ou de um trabalho, ou de um modelo que veio de fora. O modelo é explicado e depois, enfim, aplicado a dados do português, seja para confirmar uma hipótese, que muitas vezes é aquela derivada dos trabalhos feitos para outras línguas, predominantemente o inglês no nosso período de análise,

seja para lançar a possibilidade de que a hipótese tenha de ser refeita, dada a colaboração das aplicações em português. Esse processo de construção textual típica dos trabalhos apresentados pelo grupo destaca a aplicação de teorias e métodos estrangeiros. Tal aspecto é visto de forma negativa por alguns pesquisadores.

A meu ver não houve desenvolvimento do gerativismo no Brasil. Durante todo o período, o que se fez foi seguir modelos, discutir problemas e propor soluções inspiradas diretamente no que se fazia no estrangeiro, principalmente nos EUA e, a partir de 1980, também na França, Holanda... (Depoimento pessoal, 2007)

A necessidade de comparação entre as línguas e a necessidade de descrições teoricamente homogêneas para essas comparações exigiu que os pesquisadores se debruçassem sobre determinados aspectos da língua portuguesa. O curioso é que a seleção dos problemas a serem estudados é determinada fora daqui. (Depoimento pessoal, 2006)

Raposo (1992: 49-51) defende a idéia de que pouco se alcançou no período de vigência do modelo Padrão em termos de alcançar explicações para a relação entre expressões lingüísticas e a faculdade inata da linguagem. Para o lingüista português, a Teoria Padrão foi essencialmente descritiva, com o destaque dado para operações lingüísticas estabelecidas via componente transformacional. Essa tendência descritiva do modelo levou à sua superação, já começando a se articular logo dois anos após sua proposição. Chomsky em 1967 começava a rever suas idéias de 1965. Note-se que os anos coincidem com a chegada da Gramática Gerativa ao Brasil, num modelo que começava a passar por reformulações.

Esse viés descritivo que acabou por caracterizar Padrão, pode ser evidenciado pela observação da publicação dos textos em periódicos nacionais de lingüística. A análise do material permite depreender que os textos foram em sua maioria trabalhos de *descrição* de língua e não chegaram a propor elementos teóricos o suficiente para que o ideal explicativo pudesse ser alcançado. Nesse sentido, cabe uma avaliação crítica em relação à retórica de ruptura que tanto se advogou nos trechos programáticos dos artigos. Se o ideal de cientificidade se dava por conta do acréscimo da explicação, como isso esteve ausente em muitos trabalhos, o que se fez foi descrição com outros métodos, poderia se falar então de um novo programa de investigação, distante do panorama dos programas descritivistas como as escolas estruturalistas? A resposta seria positiva se de fato colocarmos em mente a ciência como articulação dinâmica de diferentes fatores, internos e externos. Se a explicação não foi atingida, pelo menos se estabeleceu na comunidade científica brasileira o ideal de busca de argumentações explicativas para fenômenos lingüísticos. De fato, esse aspecto do programa, assim como em outros centros de produção lingüística, ficou restrito à retórica, mas abriu

caminho para reflexões futuras de um programa científico, que, na própria visão chomskiana, é sempre algo em construção.

Como foi apontado no primeiro capítulo deste trabalho, a proposição de fatores externos de análise, na historiografia que aqui se pretende, é fator complementar para a compreensão de métodos e práticas de análise linguística efetivamente empregados no momento, no período, na escola, no programa que se coloca como objeto de análise.

Dessa maneira, é possível que se apontem as seguintes conexões entre fatores internos e fatores externos, estes últimos considerados como elementos que podem determinar escolhas ditas internas de um programa de pesquisa:

a) a formação de grupos de especialidade em torno de alguns centros de pesquisa, considerados como as universidades de prestígio acadêmico, concentrou a publicação de textos de pesquisa nas mãos dos pesquisadores que se formaram nesses centros. Assim a produção periódica está restrita àquelas comunidades que foram reconhecidamente caracterizadas como incipientes centros de produção em Gramática Gerativa;

b) essa concentração também determinou a formação dos centros de pós-graduação também restritos a algumas universidades. Assim, co-relacionando (a) e (b) os problemas linguísticos considerados como relevantes para o grupo de especialidade que se reconhecia como gerativista eram aqueles objetos de publicação dos pesquisadores vinculados aos centros e também aqueles que foram tema de dissertações e teses de pós-graduação.

Nesse sentido, a retórica de ruptura estabeleceu processos de transformação na comunidade de linguistas brasileiros. Eles advogaram por meio de seus textos a mudança em relação a formas de pesquisa anteriormente estabelecidas, e essas mudanças eram reivindicadas por conta dos novos referenciais teóricos adotados (em torno das propostas chomskianas e de revisões dessas propostas), dos fenômenos de língua que eram propostos como objeto de análise (a sintaxe era vista como o nível em que se sustentava a retórica de ruptura) e também por meio das formas de argumentação, baseadas no método dedutivo em busca de hipóteses generalizantes. Se um grupo de especialidade pode ser caracterizado por conta dos fatores sociais que articulou, também pode ser caracterizado pelos aspectos internos que foram privilegiados e que serviram de suporte para as retóricas de franca ruptura com as formas de produção da pesquisa linguística que não reconhecidas como gerativistas.

Sendo assim, os agentes de produção e divulgação da Gramática Gerativa no Brasil concentraram-se nas universidades públicas do Sudeste brasileiro, e também nas PUCs. Esses agentes deram destaque, por meio da recepção e aplicação de teorias, a fenômenos da língua portuguesa que estavam concentrados sobretudo na análise de particularidades sintáticas da língua, exatamente aquelas particularidades que não haviam tido solução adequada, na visão dos gerativistas, dada por outras formas de análise linguística. Esses problemas selecionados pelos agentes reforçaram a retórica de ruptura ao propor novos métodos de análise linguística baseados então numa concepção ‘nova’ de entender a estrutura linguística, com dois níveis de representação, um deles de caráter abstrato. Ao focar pontos como esses, as propostas mentalistas da teoria mostraram-se também como o elemento que seria o ponto central da articulação de um grupo de especialidade que se reconhecia como diverso de outros grupos exatamente porque partia de pressupostos teórico-metodológicos diversos, que colocavam a linguística nacional numa outra esfera de influência (agora norte-americana) e com novos referenciais teóricos que impunham à linguística tarefas de análise distantes da relação entre língua, linguagem, sociedade e história.

Conclusão

Este trabalho pretendeu estabelecer o início de uma reflexão a respeito da recepção e dos desenvolvimentos do programa gerativista no cenário acadêmico brasileiro. A unidade de análise recortada para esta investigação foi bastante restritiva no sentido de que deixou de fora uma série de possibilidades de observação, inclusive sobre desenvolvimentos do programa nas décadas de 1980 e 1990 e suas conseqüências para a década atual. Deixo para trabalhos futuros essas reflexões historiográficas.

Ao recortar a unidade trabalho tive em mente principalmente um ponto de observação que me permitisse uma abordagem a respeito dos momentos de emergência de um programa de investigação até então inédito na lingüística brasileira e que estabeleceria de fato formas diversas daquelas aplicadas no Brasil para o estudo das línguas naturais.

A análise aqui empreendida lançou mão da utilização dos chamados parâmetros internos e externos procurando correlacioná-los, na medida em que isso foi possível, para reconstruir historiograficamente momentos da história da lingüística brasileira. A seleção desses parâmetros partiu da decisão de seguir de forma mais central os conceitos de grupos de especialidade e de retórica de ruptura com saberes considerados ultrapassados por determinados pesquisadores de um grupo que se reconhece como diverso (dimensão externa). As dimensões internas do programa gerativista foram recuperadas pela utilização do conceito de programas de investigação, tendo por objetivo definir as visões gerais que o programa estabelecia para seu objeto de análise, assim como os problemas, métodos e formas de análise privilegiadas e que acabariam por legitimar, ou não, a retórica de ruptura assumida pelo grupo.

Em meio às análises, o conceito de uma ciência de recepção, para o contexto brasileiro, mostrou-se relevante, principalmente se articulado numa expansão do que se compreende por produção científica, tendo como ponto central dessa reflexão a necessária revisão do imaginário em torno de uma lingüística que se constrói pela adoção de teorias e métodos vindos do estrangeiro. Nessa alteração do ponto de vista, a recepção passa a ser vista de uma forma distante da visão negativa, estabelecida em torno da idéia de centros de produção e de periferias de recepção dessa produção. A ciência entendida como um processo dinâmico absorve a idéia de recepção não de forma negativa, mas como uma característica de alguns centros de produção científica, situados em contextos históricos e sociais específicos.

Esta tese de doutorado deixa aberta a porta para novos trabalhos que definem como objeto de sua investigação os desenvolvimentos de um programa gerativista na lingüística brasileira, aqui visto apenas em seus momentos iniciais.

Bibliografía

- Altman, Cristina. 1994. Trinta anos de Lingüística Brasileira. Movimentos de afirmação e auto-afirmação profissional. *DELTA* 10.2: 389-408.
- Altman, Cristina (coord.). 1995. Mapeamento da produção lingüística nos 25 anos do GEL. *Estudos lingüísticos. Anais do 42. Seminário do GEL* 24: 50-57.
- Altman, Cristina. 1996. Memórias da Lingüística na Lingüística Brasileira. *Revista da Anpoll* 2: 173-189.
- Altman, Cristina. 1997. Fragmentos do século XX. Bibliografia cronológica e comentada de textos sobre a produção lingüística brasileira. In: Gärtner, E. (ed.) *Pesquisas lingüísticas em Portugal e no Brasil*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana. p. 41-78.
- Altman, Cristina. 1998. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.
- Altman, Cristina. 1999. Depoimento em primeira pessoa de Silvio Elia. *Boletim de Historiografia da Lingüística Brasileira IV: Em homenagem a Silvio Elia (1913-1998)*. São Paulo: Humanitas.
- Altman, Cristina. 2001a. Relatório científico sobre o pedido de auxílio a pesquisador visitante: Profa. Dra. Marta Luján. Ms. 25pp.
- Altman, Cristina. 2001b. *Historiografias Lingüísticas: três questões em produção lingüística brasileira*. Tomo I: Texto Crítico. Texto Crítico apresentado para o Concurso de Livre-Docência no Departamento de Lingüística, FFLCH-USP.
- Altman, Cristina. 2002a. Depoimento em 'primeira pessoa do singular'. [Depoimento de Carlos Franchi à autora]. *Revista do GEL*. Número especial: em memória de Carlos Franchi (1932-2001). p. 23-35.
- Altman, Cristina. 2002b. Depoimento em primeira pessoa de Ataliba Teixeira de Castilho. *Boletim de Historiografia da Lingüística Brasileira VI: Em homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho*. São Paulo: CEDOCH/DL-USP: Humanitas.
- Amsterdamska, Olga. 1987. *Schools of thought: the development of linguistics from Bopp to Saussure*. Dordrecht: Boston: D. Reidel.
- Arens, H. 1975. *La lingüística: sus textos y su evolución desde la antigüedad hasta nuestros días*. Trad. de J.M. Dáz-Regañón. Madrid: Gredos.
- Auroux, Sylvain. 1990. *Histoire des idées linguistiques*. Tome I: *La naissance des métalangages en Orient et Occident*. Bruxelas: Pierre Mardaga.

- Auroux, Sylvain. 1992a. *Histoire des idées linguistiques*. Tome II: *Le développement de la grammaire occidentale*. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- Auroux, Sylvain. 1999. *Histoire des idées linguistiques*. Tome III: *Le hégémonie du comparatisme*. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- Azevedo, Fernando. s.d. *Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos.
- Bach, Emond. 1974. *Syntactic Theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Bach, Emond. 1981. *Teoria sintática*. Trad. do orig. em inglês de 1974. Rio de Janeiro: Zahar.
- Baranow, Ulf G. 1990. *Bibliografia indexada de Dissertações e Teses em Letras e Lingüística defendidas em universidades brasileiras*. Vol. 1: Lingüística. Anpoll.
- Bárbara, Leila. 1975. *A sintaxe transformacional do modo verbal*. São Paulo: Ática. [orig. tese de 1971]
- Barriga Villanueva, Rebeca; Parodi, Cláudia. 1998. *La lingüística en México 1980-1996*. México: El Colégio de México; Los Angeles: UCLA (Centro de Estudios Chicanos).
- Barsky, Robert F. 2002005. *A vida de um dissidente: Noam Chomsky*. Trad. do orig. em inglês de Rosalind Mobaid. São Paulo: Conrad Editora.
- Belleti, Adriana; Rizzi, Luigi. 2006. Introdução dos editores: alguns conceitos e questões em teoria lingüística. In Chomsky 2006, p. 1-52.
- Benveniste, Emile. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri, do orig. francês de 1966. Campinas: Unicamp.
- de Beaugrande, Robert. 1991. Complexity and Linguistics in the evolution of three paradigms. *Theoretical Linguistics* 17: 43-73.
- Bisol, Leda. 1986. A lingüística contemporânea e o conhecimento da língua portuguesa. *Ciência e cultura* 38.12: 2035-2047.
- Boeckx, Cedric; Hornstein, Norbert. s.d. *The varying aims of Linguistic Theory*. Ms.
- Boletim de Historiografia da Lingüística Brasileira IV: Em homenagem a Silvio Elia (1913-1998)*. São Paulo: Humanitas.
- Boletim de Historiografia da Lingüística Brasileira V: Em homenagem a Aryon Dall'Igna Rodrigues*. São Paulo: CEDOCH/DL-USP.
- Boletim de Historiografia da Lingüística Brasileira VI: Em homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho*. São Paulo: CEDOCH/DL-USP: Humanitas.
- Bonomi, A.; Usberti, G. 2003. *Sintaxe e semântica na gramática transformacional*. São Paulo: Perspectiva.
- Borba, Francisco da Silva. 1976. *Fundamentos da gramática gerativa*. Petrópolis: Vozes.
- Borba, Francisco da Silva. 1979. *Teoria sintática*. São Paulo: T.A. Queiroz/ Edusp.
- Borges Neto, José. 1986. Lingüística no Brasil: uma importação de modelos estrangeiros. *Boletim da Abralín* 8: 77-82.
- Borges Neto, José. 1989. Nietzsche e a História: considerações sobre “da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida”. *História: questões e debates* 10.18-19: 349-362.
- Borges Neto, José. 1991. *A Gramática gerativa transformacional: um ensaio de filosofia da lingüística*. Tese de doutorado. IEL-UNICAMP.
- Borges Neto, José. 2004a. O empreendimento gerativo. In: Mussalim, Fernanda e Bentes, Anna. *Introdução à lingüística*. Vol. 3: *Fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez.
- Borges Neto, José. 2004b. Um capítulo da história da lingüística: a semântica gerativa. In: Negri, Lígia et al. (org.) *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*, p.181-216.
- Borges Neto, José. 2004c. *Ensaio de Filosofia da Lingüística*. São Paulo: Parábola.

- Borges Neto, José; Possenti, Sírio. 1984. *Linguística e História da Ciência: o caso do NUPE. Caderno de Estudos Lingüísticos* 7: 7-38.
- Bohta, R. 1973. *The Justification of Linguistic Hypotheses: A Study of NonDemonstrative Inference in Transformational Grammar*. Paris: Mouton.
- Botha, R. 1989. *Challenging Chomsky: the generative garden game*. New York: Basil Blackwell.
- Breve Histórico do GEL. 1978. *Estudos Lingüísticos* 1: 6-22.
- Brito, Ana M.B. 1999. *Os estudos de sintaxe generativa em Portugal nos últimos trinta anos*. Col. Para a história da linguística em Portugal, caderno IV. Braga: Associação Portuguesa de Lingüística.
- Bugarsky, Ranko. 1976. The Object of Linguistics in historical perspective. In: Parret, Herman (ed.), 1-12.
- Bunge, Mário. 1980. *Ciência e desenvolvimento*. Trad. de Cláudia Junqueira do orig. espanhol. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- Cabral, Leonor Scliar. 1976. *Introdução à lingüística*. 3ed. Porto Alegre: Globo. (1ed. 1973; 2ed. 1974.)
- Caire-Jabinet, Marie-Paule. 2003. *Introdução à Historiografia*. Bauru: Edusc.
- Castilho, Ataliba Teixeira de. 1971a. Perspectivas da Lingüística na América Latina e no Brasil. *O Estado de S.Paulo*. Suplemento Literário. 29-08-1971, p. 4.
- Castilho, Ataliba Teixeira de. 1971b. A Lingüística no Brasil. *O Estado de S.Paulo*. Suplemento Literário. 05-09-1971, p. 5.
- Catálogo de Teses e Dissertações*. 1998. Publicação da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Chomsky, Noam. 1957. *Syntactic structures*. The Hague, Paris: Mouton.
- Chomsky, Noam. 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambrigde, Mass.: The MIT Press.
- Chomsky, Noam. 1972. *Lingüística cartesiana*. Trad. de Francisco Guimarães do orig. em inglês de 1966. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp.
- Chomsky, Noam. 1973a. *Linguagem e pensamento*. 3ed. Trad. de Francisco Guimarães. Petrópolis: Vozes.
- Chomsky, Noam. 1973b. Panorama e rumos atuais da Lingüística. Trad. de Paulo Silva. *Tempo Brasileiro* 32: 18-35.
- Chomsky, Noam. 1980. *Reflexões sobre a linguagem*. Trad. de equipe do IEL-Unicamp do orig. em inglês de 1975. São Paulo: Cultrix.
- Chomsky, Noam. 1981a. *Lectures on governmete and binding*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, Noam. 1981b. *Regras e representações: a inteligência humana e seu produto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Chomsky, Noam. s/d. *Diálogos com Mitsou Ronat*. Trad. de Álvaro Lorencini e Sandra Nitri do orig. em francês de 1977. São Paulo: Cultrix.
- Chomsky, Noam. 1982a. *Some concepts and consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambrigde, Mass.: The MIT Press.
- Chomsky, Noam. 1982b. *The generative enterprise*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, Noam. 1986a. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger.
- Chomsky, Noam. 1986b. *Barriers*. Cambrigde, Mass.: The MIT Press.
- Chomsky, Noam. 1988. *Language and problems of knowledge: the Managua lectures*. Cambrigde, Mass.: The MIT Press.
- Chomsky, Noam. 1994. *O conhecimento da língua. Sua natureza, origem e uso*. Prefácio e coord. de Inês Duarte. Trad. Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves do orig. inglês de 1986. Lisboa: Caminho.

- Chomsky, Noam. 1995. *O programa minimalista*. Trad., apres. e notas de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho.
- Chomsky, Noam. 1997a. Novos horizontes no estudo da linguagem. *Delta* 13, no. especial: 49-72.
- Chomsky, Noam. 1997b. Entrevista. *Delta* 13, no. especial: 73-92; 93-102; 153-158.
- Chomsky, Noam. 1997c. Conhecimento da história e construção teórica na lingüística moderna. *Delta* 13, no. especial: 129-152.
- Chomsky, Noam. 1998. *Linguagem e mente*. Trad. de Lúcia Lobato de palestras proferidas no Brasil em 1996. Brasília: UnB.
- Chomsky, Noam. 2005. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: Unesp.
- Chomsky, Noam. 2006. *Sobre a natureza e linguagem*. Org. por Adriana Belletti e Luigi Rizzi. Trad. de Marylene Pinto do orig. inglês *On Nature and Language* de 2002. São Paulo: Martins Fontes.
- Coelho, Marta; Lemle, Miriam e Leite, Yonne (eds.). 1971. *Novas perspectivas lingüísticas*. Petrópolis: Vozes.
- Collins, Harry. (ed.). 1982. *Sociology of Scientific Knowledge*. Bath: Bath University Press.
- Coseriu, Eugenio. 1976. Perspectivas gerais. In: Naro (org.) 1976. p. 11-44.
- Cruz, Aline. 2002. *Teoria Gerativa pelo olhar do outro*. Texto apresentado no X Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP (7 e 8 de novembro). Ms. inédito.
- Dascal, Marcelo (org.). 1978-1982. *Fundamentos metodológicos da lingüística*. São Paulo: Global (v. 1). Edição do orig.: v. 2-4.
- de Clercq, J.; Swiggers, Pierre. 1991. L'Histoire de la Linguistique: L'autre Histoire e L'Histoire d'une Histoire. *Neue Fragen der Linguistik*, org. por Elisabeth Feldbusch, Reiner Pogarell e Cornelia Weiss, 15-22. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- DELTA* 13, número especial, 1997: Chomsky no Brasil.
- DELTA* 16, número especial, 2000: Novos estudos em Gramática Gerativa. Homenagem a Mary Kato.
- Dilinger, Mike; Palácio, Adair. 1997. Lingüística Gerativa: desenvolvimento e perspectivas — uma entrevista com Noam Chomsky. *Delta* 13, no. especial: 195-229.
- Dillinger, Mike. 1991. Forma e função na lingüística. *DELTA* 7.1: 395-407.
- Dominicy, M. (ed.) 1991. *Epistémologie de la linguistique*. Número temático da revista *Histoire, Epistémologie, Langage* 13:1.
- Droste, F.; d'Hulst, Y. (eds.) 1991. *Linguistic Theory and Grammatical Description*. Amsterdam: John Benjamins.
- Dutra, L. 1998. *Introdução à teoria da ciência*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Elgin, Suzette Haden. 1974. *O que é lingüística?* Trad. de Alzira S. Rocha, Helena Camacho e Junéia Mallas do orig. em inglês de 1973. Rio de Janeiro: Zahar.
- Elia, Silvio. 1972. A filosofia da gramática transformacional. *3o. Congresso Brasileiro de língua e literatura*, 47-77. Rio de Janeiro: Gernasa.
- Elia, Silvio. 1973. De Bopp a Chomsky. *Tempo Brasileiro* 32: 5-17.
- Elia, Hamilton. 1978. Sinopse dos estudos lingüísticos no Brasil. In: Mattoso Câmara. *Dicionário de Lingüística e Gramática referente à língua portuguesa*. 8ed. Petrópolis: Vozes.
- Fausto, Boris. 1994. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp; Fapesp.
- Ferri, Mário; Motoyama, Shozo (ed.). 1979/1980. *História das Ciências no Brasil*. 3v. São Paulo: Edusp; EPU.
- Figueiredo, Maria Cristina. 1996. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Unicamp.

- Franchi, Carlos. 2004. Entrevista a Roberta Pires de Oliveira e Carlos Miotto. *Revista da Anpoll* 16.447-496.
- Franchi, Carlos. 2003. A formação do pesquisador na área de humanidades na universidade brasileira. In: Albano, Eleonora et al. (org.) *Saudades da língua*. Campinas: Mercado de Letras: Unicamp. p. 45-61.
- Fromkin, Victoria (ed.). 2000. *Linguistics: An Introduction to Linguistic Theory*. Oxford, UK: Blackwell.
- Gärtner, Eberhard. (ed.) 1997. *Pesquisas lingüísticas em Portugal e no Brasil*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana.
- Goldfarb, Ana Maria; Maia, Carlos (coord.). 1995. *História da Ciência*. São Paulo: Edusp.
- Gomes de Matos, Francisco. 1978. Influência da lingüística em livros de Português. *Tempo Brasileiro* 53/54: 48-59.
- Haegman, Liliane. 1994. *Introduction to Government and Binding Theory*. Oxford: Blackwell.
- Hamburger, Amélia Império et al. (org.). 1996. *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp: Fapesp.
- Harman, G. (ed.) 1982. *On Noam Chomsky. Critical Essays*. 2ed. Amherst: The University of Massachusetts Press.
- Harris, Randy Allen. 1993. *Linguistic Wars*. New York: Oxford University Press.
- Hiort, F. 1974. *Noam Chomsky, Linguistics and Philosophy*. Oslo: Universitetsforlaget.
- Hill, Archibald et al. (org.). 1972. *Aspectos da Lingüística moderna*. São Paulo: Cultrix.
- Hovdhaugen, Even. 1982. *Foundations of Western Linguistics*. Oslo: Universitetsforlaget.
- Hüllen, Werner (ed.). 1990. *Understanding the Historiography of Linguistics: Problems and Projects*. Münster: Nodus Publikationen.
- Hymes, Dell; Fought, J. 1981. *American Structuralism*. Paris: Mouton.
- Hymes, Dell (ed.). 1983. *Essays in the History of Linguistic Anthropology*. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins.
- Ilari, Rodolfo. 2004. O estruturalismo lingüístico. In: Mussalim, Fernanda; Bentes, Ana (org.) *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez. p. 53-92.
- Kasher, A. (ed.) 1991. *The Chomskyan Turn*. London: Blackwell.
- Kimball, J.P. 1976. *Teoria formal da gramática*. Trad. de Luiz A. Cerqueira do orig. em inglês de 1973. Rev. técnica de Yonne Leite. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kato, Mary A. 1974. *A semântica gerativa e o artigo definido*. São Paulo: Ática. [orig. tese de 1972]
- Kato, Mary. 1999. Estudos brasileiros na perspectiva de Princípios e Parâmetros. *Revista da Alfal* 11: 117-153.
- Kato, Mary; Ramos, Jânia. 1999. Trinta anos de sintaxe gerativa no Brasil. *DELTA* 15: 105-146.
- Koerner, E.F. Konrad. 1978. *Toward a Historiography of Linguistics: Selected Essays*. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins.
- Koerner, E.F. Konrad. 1989a. *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays*. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins.
- Koerner, E.F. Konrad. 1989b. The Chomskyan 'Revolution' and its Historiography: A few critical remarks. In: Koerner 1989a. p. 101-146.
- Koerner, E.F. Konrad. 1991. *First Person Singular II: Autobiographies by North American scholars in the language sciences*. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins.
- Koerner, E.F. Konrad. 1995. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins.

- Koerner, E.F. Konrad. 1999. *Linguistic Historiography. Projects and Prospects*. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins.
- Koerner, E.F. Konrad. 2000. Historia de la lingüística: logros y desafíos. *Analecta Malacitana* XXIII:1. Revista de la Sección de Filología de la Facultad de Filosofía y Letras – Universidade de Málaga.
- Koerner, E.F. Konrad. 2004. *Essays in the History of Linguistics*. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins.
- Koerner, E.F.K.; Tajima, M. (comps.). 1986. *Noam Chomsky: A personal bibliography, 1951-1986*. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins.
- Koerner, E.F.K.; Asher, R.E. (eds.). 1995. *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Oxford: New York: Pergamon.
- Koerner, E.F.K.; Auroux, S.; Niederehe, H.J.; Versteeg, K. (eds.). 2001. *History of the Language Sciences/ Histoires des Sciences du langage/ Geschichte der Sprachwissenschaft: An International Handbook on the evolution of the study of language from the beginnings to the present*. Volume 1 (outros volumes em preparação). Berlin: New York: Walter de Gruyter.
- Kristeva, Julia. 1980. *História da linguagem*. Trad. de Maria Margarida Barahona do orig. francês de 1969. Lisboa: Edições 70.
- Kuhn, Thomas. 2000. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira do orig. em inglês de 1962. 5ed. São Paulo: Perspectiva.
- Lakatos, Imre; Musgrave, A. (eds.). 1970. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix.
- Lakatos, Imre. 1979. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa. In: Lakatos & Musgrave (eds.).
- Lakatos, Imre. 1978. *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Laudan, Larry. 1977. *Progress and its problems*. Berkeley: University of California Press.
- Laudan, Larry. 1984. *Science and values*.
- Laudan, Larry et al. 1993. Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica. *Estudos avançados* v. 7, n. 19, 7-89. Dossiê Filosofia da Ciência. Trad. de Caetano Ernesto Platino. Texto originalmente publicado em *Synthese* 69. 141-223, 1986. Versão on-line disponível em <http://www.scielo.br/ea>.
- Law, Vivien. 2003. *The History of Linguistics in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lees, Robert. 1957. Review of Noam Chomsky, *Syntactic Structures*. *Language* 33: 375-408.
- Leite, Yonne. 2004. Joaquim Mattoso Câmara Jr.: um inovador. *DELTA* 20, especial, 9-31.
- Lemle, Miriam. 1967a. O novo estruturalismo em lingüística: Chomsky. *Tempo Brasileiro* 15-16: 51-64.
- Lemle, Miriam. 1967b. Resenha a *Cartesian Linguistics*. *Estudos lingüísticos*, v. II, n. 1-2, 69-80.
- Lemle, Miriam. 1984. *Análise sintática: teoria geral e descrição do português*. São Paulo: Ática.
- Lepschy, G. (ed.). 1994. *History of Linguistics*. 4 vol. London: Longman.
- Leroy, Maurice. 1971. *As grandes correntes da Lingüística moderna*. Trad. de I. Blikstein e J.P. Paes do orig. em francês de 1963. São Paulo: Cultrix.
- Lobato, Lúcia. 1988. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília.
- Lobato, Lúcia. 2000. Entrevista: a Gramática Gerativa — história no Brasil e estado da arte. *Fórum Lingüístico* 2: 129-148.

- Lyons, John. 1973. *As idéias de Chomsky*. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg do orig. em inglês. São Paulo: Cultrix.
- Lyons, John. 1976. *Novos horizontes em Lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- Maher, John; Groves, Judy. 2001. *Introducing Chomsky*. Cambridge (UK): Icon / Totem.
- Malkiel, Yakov. 1968. History and Histories of Linguistics. *Romance Philology* 22:530-566.
- Malmberg, Bertil. 1974. *As novas tendências da lingüística*. Trad. de Francisco da Silva Borba da ed. francesa, a partir do orig. sueco de 1962. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Marcuschi, Luiz Antônio (org.). 1992. *Quem é quem na pesquisa em Letras e Lingüística no Brasil*. Recife: Anpoll.
- Marcuschi, Luiz Antônio. 2001. Revistas brasileiras em letras e lingüística. *DELTA* v. 17, especial. 83-120.
- Martin, Robert. 2003. *Para entender a lingüística*. São Paulo: Parábola.
- Mateus, Maria Helena M. 1997. A lingüística generativa na universidade portuguesa. In: Gärtner, E. (ed.) *Pesquisas lingüística em Portugal e no Brasil*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana. p. 37-40.
- Matthews, Peter. 1993. *Grammatical Theory: from Bloomfield to Chomsky*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mattoso Camara Jr., Joaquim. 1967. O estruturalismo lingüístico. *Tempo Brasileiro* 15-16: 5-44.
- McCawley James. 1976. *Notes from the Linguistic Underground*. New York: Academic Press.
- Merton, Robert. 1949. *Social Theory and Social Structure*. Glencoe: Free Press.
- Mioto, Carlos. O GT de Teoria Gramatical. *Revista da Anpoll* 1: 9-11.
- Mioto, Carlos; Figueiredo, M.C.; Lopes, R. 2000. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular.
- MLA. *International Bibliography of books and articles on the modern languages and literatures*. New York: The Modern Language Association of America.
- Mota, Carlos Guilherme (org.). 2000. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac.
- Mounin, Georges. 1970. *História da Lingüística: das origens ao século XX*. Trad. portuguesa de F.J. Rêgo do orig. em francês de 1967. Porto: Despertar.
- Mounin, Georges. 1972. *A Lingüística do século XX*. Trad. de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira do orig. em francês de 1972. São Paulo: Martins Fontes.
- Murray, Stephen. 1994. *Theory Groups and the study of language in North America: a social history*. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins.
- Mussalim, Fernanda; Bentes, Anna. 2001. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 3v. São Paulo: Cortez.
- Naro, Anthony. 1968. Para o estudo da gramática transformacional. Trad. de Miriam Lemle. *Estudos Lingüísticos* v. III, n. 1-2, p. 18- 36.
- Naro, Anthony (org.). 1976. *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Naro, Anthony. 1976. Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil. In: Naro (org.). p. 69-114.
- Negrão, Esmeralda V. 2002. A atuação de Carlos Franchi no Departamento de Lingüística na USP. *Revista do GEL*, número especial. p. 87-92.
- Negrão, Esmeralda V.; Scher, Ana; Viotti, Evani. 2002. A competência lingüística. In: Fiorin, J.L. (org.) *Introdução à lingüística*. V. I: *Objetos Teóricos*. p. 96-119.

- Negrão, Esmeralda V.; Scher, Ana; Viotti, Evani. 2003. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: Fiorin, J.L. (org.) *Introdução à lingüística*. V. II: *Princípios de análise*. p. 81-109.
- Newmeyer, Frederik J. 1983. *Grammatical Theory: its limits and its possibilities*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Newmeyer, Frederik J. 1986a. *The politics of linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Newmeyer, Frederik J. 1986b. *Linguistic Theory in America. The first quarter-century of transformational-generative grammar*. 2nd. ed. New York: Academic Press.
- Newmeyer, Frederik J. 1996. *Generative Linguistics: a historical perspective*. London: New York: Routledge.
- Nique, Christian. 1977. *Iniciação metódica à gramática gerativa*. Trad. de Edward Lopes do orig. em francês de 1974. São Paulo: Cultrix
- Nivette, Joseph. 1975. *Princípios de gramática gerativa*. Trad. de Nilton Vasco da Gama do orig. em francês, 2ed., de 1974. São Paulo: Pioneira.
- Oliva, Alberto. 2003. *Filosofia da ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ortiz, Renato. 1994. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. 5ed. São Paulo: Brasiliense.
- Parret, Herman (ed.). 1976. *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlin: New York: Walter de Gruyter.
- Percival, W. Keith. 1976. The Applicability of Kuhn's Paradigms to the History of Linguistics. *Language* 52.2:285-294.
- Perini, Mário. 1976. *A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*. Belo Horizonte: Vigília.
- Perini, Mário. 1977. *Gramática do infinitivo em português*. Petrópolis: Vozes. [orig. tese de 1974]
- Pessoa Jr., Osvaldo. Filosofia & Sociologia da ciência: uma introdução. Artigo disponível em www.cfh.ufsc.br/~wfil/sociociencia.htm. Acesso em 23/5/2006.
- Pinker, Steven. 2002. *O instinto da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pires de Oliveira, Roberta; Miotto, Carlos. 2004. Carlos Franchi: uma entrevista sobre a Gramática Gerativa. *Revista da Anpoll* 16: 433-496.
- Pontes, Eunice. 1973. *Verbos auxiliares no português*. Petrópolis: Vozes. [orig. tese de 1969.]
- Popper, Karl. 1975. *Lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix. (1a. edição original alemã de 1934)
- Popper, Karl. 1972. *Conjeturas e refutações*. Brasília: UnB.
- Popper, Karl. 1977. *Autobiografia intelectual*. São Paulo: Cultrix.
- Quicoli, A.C. 1972. *Aspects of Portuguese Complementation*. Tese de doutorado. State University of New York, Buffalo.
- Quicoli, A.C. 1976. Conditions on clitic movement in Portuguese. *Linguistic analysis* 3.2: 199-223.
- Raposo, Eduardo. 1978. *Introdução à gramática generativa: sintaxe do português*. Lisboa: Moraes.
- Raposo, Eduardo. 1992. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho.
- Rajagopalan, Kanavilil. 2003. *Para uma lingüística crítica*. São Paulo: Parábola.
- Revista do GEL*. Número especial: em memória de Carlos Franchi (1932-2001).
- Rizzi, Luigi. 1990. *Relativized Minimality*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Robins, R.H. 1976. Some Continuities and Discontinuities in the History of Linguistics. In Parret (ed.) 1976, 13-31.

- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1966. Tarefas da lingüística no Brasil. *Estudos Lingüísticos* 1.1: 4-15.
- Ruben Victoria R. 1995. Estilo, Historiografia e Linguagem: o estilo sobre o estilo. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* 5: 103-144. Campinas.
- Ruwet, Nicolas. 1975. *Introdução à gramática gerativa*. Trad. de Carlos Vogt. Rev. de Mary Leite do orig. francês. São Paulo: Perspectiva.
- Santos, Abílio. 1970. A lingüística gerativa e transformacional de Chomsky. *1o. Congresso Brasileiro de Língua e Literatura*, 61-86. Rio de Janeiro: Gernasa.
- Santos, Abílio. 1973. Frase nominal: um problema para a gramática transformacional. *4o. Congresso Brasileiro de Língua e Literatura*, 31-46. Rio de Janeiro: Gernasa.
- Schaff, Adam. 1991. *História e verdade*. Trad. de Maria Paula Duarte do orig. em francês. 5ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Schwartzman, Simon. 1979. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Schlieben-Lange, Brigitte. 1993. *História do falar e história da lingüística*. Trad. do alemão de Fernanto Tarallo et al. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Scliar-Cabral, Leonor. 1988. Retrospecto. *Cadernos de estudos lingüísticos* 14. 1-11. Número especial: Psicolingüística: uma amostra da produção brasileira em departamentos de lingüística.
- Searle, John. 1977. *La revolución de Chomsky en lingüística*. Trad. de Carlos Manzano do orig. inglês de 1972. Barcelona: Editorial Anagran.
- Seuren, Pieter. A.M. 1998. *Western Linguistics: an Historical Introduction*. Oxford (UK)/Massachusetts (USA): Blackwell Publishers.
- Silva, Carly. 1978. *Gramática Transformacional: uma visão global*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- Silva, Carly. 1988. *Dicionário de lingüística transformacional*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Silva, Gustavo Adolfo P. 1983. *Estruturas sintáticas do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes.
- Simone, Raffaele. 1975. Theorie et histoire de la linguistique. *Historiographia Linguistica* II:3.353-378.
- Souza e Silva, M. Cecília P.; Koch, Ingedore Villaça. 1995. *Lingüística aplicada ao português: sintaxe*. 6ed. São Paulo: Cortez. (1ed. 1991)
- Stockwell, Robert. 1972. Gramática Gerativa. In: Hill, Archibald (org.). *Aspectos da Lingüística moderna*. Trad. de Adair Pimental et al. São Paulo: Cultrix. p. 266-276.
- Swiggers, Pierre. 1979. Note épistémologique sur le statut de l'historiographie de la linguistique. *Histoire, Epistémologie, Langage* 1:1.61-63.
- Swiggers, Pierre. 1981. The history writing of Linguistics: a methodological note. *General Linguistics* 21:1.11-16.
- Swiggers, Pierre. 1983a. La méthodologie de l'historiographie de la Linguistique. *FLH* 4:55-79.
- Swiggers, Pierre. 1983b. Qu'est-ce qu'une théorie (en) linguistique. *Modèles Linguistiques* V.1: 3-15.
- Swiggers, Pierre. 1990. Reflections on (models for) Linguistic Historiography. In Hüllen, Werner (ed.) *Understanding the Historiography of Linguistics. Problems and projects*. Münster: Nodus Publikationen, p. 23-25.
- Swiggers, Pierre. 1996. XXth-Century Theories of Language: an Epistemological Diagnosis. *Linguistica XXXVI* : 3-15.
- Swiggers, Pierre. 1997. *Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIXe. siècle*. Paris: PUF.

- Tempo Brasileiro* 15/16: Estruturalismo. 3ed. em 1973. (1ed. em 1967)
- Tempo Brasileiro* 32: A Lingüística hoje. Jan-Mar de 1973.
- Textos selecionados*: Saussure, Jakobson, Hjelmslev, Chomsky. Coleção Os Pensadores v. 49. 2ed.: 1978; 3ed.: 1985.
- Tondo, Nádía Velhinho. 1973. *Uma teoria integrada da comunicação lingüística: introdução à gramática transformacional*. Porto Alegre: Sulina Editora.
- Trask, R.L. 2004. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Trad. e adap. de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto.
- Votre, Sebastião e Naro, Anthony. 1989. Mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA* 5.2: 169-184.
- Wasow, Thomas. 2003. Generative Grammar. In: Aronoff, Mark; Rees-Miller, Janie (eds.) *The handbook of linguistics*. Oxford, UK: Blackwell, p. 295-318.
- Weedwood, Barbara. 2001. *História concisa da lingüística*. Trad. de Marcos Bagno do orig. em inglês de 1995. São Paulo: Parábola Editorial.